



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO – UENF
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**"GRUPOS DE PRESSÃO" NA PRIMEIRA REPÚBLICA:
representação de interesses entre os anos de 1889-1930**

TAÍS DE CÁSSIA BADARÓ ALVES

**CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
SETEMBRO – 2016**

**"GRUPOS DE PRESSÃO" NA PRIMEIRA REPÚBLICA:
representação de interesses entre os anos de 1889-1930**

TAÍS DE CÁSSIA BADARÓ ALVES

Tese apresentada ao Programa de Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutor em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Macedo Campos

**CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
SETEMBRO – 2016**

**"GRUPOS DE PRESSÃO" NA PRIMEIRA REPÚBLICA:
representação de interesses entre os anos de 1889-1930**

TAÍS DE CÁSSIA BADARÓ ALVES

Tese apresentada ao Programa de Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutor em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Macedo Campos

APROVADA: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Bruno Pinheiro Wanderley Reis
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Prof. Dr. Manoel Leonardo Wanderley Duarte Santos
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Prof. Dr. Sergio de Azevedo
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Prof. Dr. Prof. Vitor de Moraes Peixoto
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Prof. Dr. Mauro Macedo Campos
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

À memória de meu pai, Roberto Reis Alves, e à sua constante presença em mim.

À Rodrigo e Márcio, por todo Amor.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Mauro Macedo Campos toda a gratidão pela acolhida desde a primeira hora, pela orientação dedicada e por todo o companheirismo, marcados por um “jeito mineiro” que me trouxe até aqui.

Ao professor e amigo Leandro Garcia Pinho, pela trajetória compartilhada na História e pelo incentivo para o ingresso no Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da UENF.

À professora Dulce Pontes agradeço pela amizade e suporte em muitas jornadas.

Ao Fred (querido) a gratidão pelas orientações nos caminhos da Língua Inglesa.

Dentro do Programa de Sociologia Política, meus agradecimentos se estendem à Coordenação e aos professores Soraya, Sérgio Azevedo, Nilo Azevedo e Vitor Peixoto, pelas contribuições à tese. Ao professor Vitor cabe ainda uma menção à alegria do reencontro. À professora Luciane Soares, agradeço a acolhida e os bons papos nas aulas.

À Thaisa, secretária do Laboratório de Gestão e Políticas Públicas, meus agradecimentos pela doçura e ajuda para o enfrentamento da burocracia.

No âmbito da disponibilização das fontes, ressalto a colaboração e a acolhida do Centro de Documentação e Pesquisa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em Brasília – DF.

Agradeço à Capes, pela bolsa de estudos, imprescindível para esta pesquisa.

Meus agradecimentos à Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC-RJ), pela concessão de licença com vencimentos para estudo.

De modo muito especial e por laços que vão além dos institucionais, agradeço e destaco o árduo trabalho na coleta de dados para a tese, realizado pelos alunos de Iniciação Científica do Centro Universitário São José de Itaperuna: Antônio, Vinícius, Sávio, Wallace, Gisele, Júlia e Paulo Ricardo.

Agradeço e destaco a leveza trazida pelas companheiras de viagem Anália e Maria Luiza: as conversas e o carinho compartilhado no trajeto Itaperuna-Campos me fizeram muito bem!

Minha gratidão se estende também aos que me ajudaram na difícil tarefa de conciliar a jornada de trabalho com a pesquisa. Agradeço, especialmente à Maria Inês Freire Borges Figueira (companheira de muitos anos na Rede Pública Estadual de Ensino) – Diretora do C. E. 10 de Maio.

À Cristina e Hilmar – da equipe de Coordenação Pedagógica –, minha gratidão pela amizade dentro e fora do trabalho exaustivo, mas gratificante.

Meus agradecimentos aos coordenadores Anízio Pirozzi, do Curso de História do Centro Universitário São José de Itaperuna e Leandro Costa, do Curso Jurídico da UNIG/Campus V – pela colaboração essencial a mim dispensada.

Aos colegas professores dessas instituições, ressalto a convivência e o aprendizado constante. Em especial, minha gratidão à colega Hildeliza, pela generosidade da partilha.

No círculo dos vínculos ditos “para sempre” – na certeza do apoio em toda a jornada – agradeço à comadre e amiga Maria Cândida; e à Vera – por todo o companheirismo, nos muitos anos de convivência.

Sobre tudo e sobre todas as coisas, minha gratidão à família, que, no Amor, fortaleceu e sustentou minha caminhada. À mamãe, pelo exemplo de vida e pelo

exercício da Fé (maior lição); aos irmãos, pela felicidade de tê-los: ao Alfeu, particularmente pela alegria que invade, nos raros encontros. À Maria das Graças, pela doação incondicional. Ao Seu Henio e D. Iza (meus queridos), agradeço o carinho e o que de melhor me deram de si.

Por fim, agradeço e homenageio à História – essa paixão primeira – essa “clio” que não se despedaça; outrossim, reintegra-se no diálogo com o inesgotável campo do Saber.

[...] há espaço para um diálogo entre a Ciência Política e a História Política. Com efeito, são dois saberes que reivindicam um interesse comum [...] partilham alguns precursores comuns e têm uma concepção comum e alargada da política (Afonso NASCIMENTO, 2008, p. 27).

RESUMO

Esta tese analisa, em uma perspectiva comparada, o grau de porosidade do Estado frente aos interesses dos cafeicultores e dos industriais ao longo da Primeira República (1889-1930). No âmbito da representação de interesses, vale-se do conceito “grupos de pressão” – abordado em uma perspectiva histórica. Para tal, relativizou-se o conjunto expressivo da produção clássica acerca da história das primeiras décadas do regime republicano, que produziu enfoques recorrentes de cunho econômico e político reduzindo o período ao “arranjo do café com leite” e à “Política dos Estados”. Essa abordagem foi feita a partir de um recorte nacional tendo em vista a abrangência e os impactos de caráter transversal de operações econômicas relativas às Políticas Monetária e Cambial. Objetivou-se, fundamentalmente, inferir a “pressão” da cafeicultura e do setor industrial para a consecução de seus interesses junto às Arenas Executiva e Legislativa. Examinou-se essas interações por medidas específicas essenciais para a afirmação dos interesses dos setores no referido contexto. O estudo mais geral voltou-se para todo o período que compreende a Primeira República e, de uma forma mais específica, delimitou-se uma conjuntura, correspondente aos anos de 1898 a 1906 – muito profícuos para se observar a mobilização dos setores em torno, especialmente, das questões da regulação do câmbio, da concessão de crédito, da proteção tarifária e da emissão. Tomou-se como ferramenta metodológica uma *proxy* de um “rastreamento de evidências empíricas”, partindo dos objetivos dos setores econômicos em destaque e dos sujeitos que os representavam – a fim de caracterizar a especificidade das situações enfrentadas na conjuntura analisada. A pesquisa demonstrou que o Estado não foi utilizado de forma exclusiva em benefício da expansão da riqueza privada de um único bloco de capitais – aqueles vinculados aos negócios cafeeiros.

Palavras-chave: Primeira República; cafeicultura; setor industrial; representação de interesses.

ABSTRACT

This thesis analyzes, in a comparative perspective, the degree of porosity of the State against the interests of the coffee growers and industry along the First Republic (1889-1930). In the context of the representation of interests, the concept of "pressure groups" is used -discussed in a historical perspective. To this end, all expressive classical production about the history of the first decades of the Republican regime is relativized, which produced recurring approaches to economic and political measures reducing the "arrangement of coffee and milk" and the "politics of the states". This approach was made from a national view regarding the reach and the impact of economic operations related to monetary and exchange rate policies. The aim, above all, is to infer the "pressure" of the coffee production and the industrial sector to achieve its interests among the Executive and Legislative areas. These interactions were examined by specific measures which were essential for the assertion of the interests of the sectors in that context. The most general study turned to the entire period that comprises the First Republic and, more specifically, has carved out a juncture, corresponding to the years from 1898 to 1906 – very productive to observe the mobilization around, especially, the exchange issues, granting credit, tariff protection and emission. Methodological tool has been taken as a proxy of a "trace of empirical evidence", starting with the highlighted goals of the economic sectors and the subjects that they represented – in order to characterize the specificity of the situations encountered in the environment. The research demonstrated that the State was not used exclusively for the benefit of the expansion of the private wealth of a single block of capital – those linked to coffee business.

Keywords: First Republic; coffee production; industrial sector; representation of interests.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tarifas na Primeira República.....	45
Quadro 2 – Competências da União e dos Estados da Federação.....	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Brasil: principais produtos de exportação (1821-1929) Participação (em %) na Receita das Exportações.....	42
Tabela 2 – Café exportado para o exterior em 1906.....	43
Tabela 3 – Valores totais por país em mil réis/Importação	43
Tabela 4 – Importação de Bens de Capital para Indústria Brasileira, 1907-1914 (índice de quantum, 1939=100).....	44
Tabela 5 – Pés de café em diversos estados	51
Tabela 6 – Principais estados produtores de café em 1920	55
Tabela 7 – O Encilhamento e o crescimento da indústria têxtil no Distrito Federal entre 1881 e 1905.	67
Tabela 8 – Indústrias do Distrito Federal: dados sobre os principais setores,1907 (%).....	68
Tabela 9 – Execução Orçamentária do Governo Federal Brasileiro (1.000 contos de réis) (1890-1898).....	80
Tabela 10 – Execução Orçamentária do Governo Federal Brasileiro (1.000 contos de réis), 1911-1918.....	81
Tabela 11 – Média Anual da Taxa de Câmbio (pence/mil réis) e Evolução dos Preços da Saca de Café (1880=100), 1889-1898.....	137
Tabela 12 – Valor médio (em libras) da saca exportada.....	138
Tabela 13 – Papel Moeda em Circulação (em contos de réis), 1895-1906.....	140
Tabela 14 – Receita e despesa da União – Balanço.....	140
Tabela 15 – Principais receitas arrecadadas pela União. Contos de réis (1:000\$000)..	141
Tabela 16 – Produção Mundial de Café:1898-1906 (em milhões de sacas).....	143
Tabela 17 – Produtos de exportação do Brasil (% sobre o total) (1889-1913).....	144
Tabela 18 – Dívida Pública Fundada.....	158
Tabela 19 –Taxa de Câmbio (pence/mil réis) e preço da saca de café (em libra-ouro), 1898,1906.....	158
Tabela 20 – Prejuízo para a Lavoura Brasileira resultante do Aumento do Câmbio segundo o Deputado Barros Franco Júnior, 1905.....	166

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Recorrências das Políticas Monetária e Cambial nas Comissões na Câmara dos Deputados (1889-1930).....	104
Gráfico 2 – Total de Produção Dentro e Fora das Comissões na Câmara dos Deputados (1889-1930).....	104
Gráfico 3 – Comissão de Tarifas. Câmara dos Deputados (1889-1930).....	105
Gráfico 4 – Comissão de Finanças. Câmara dos Deputados (1889-1930)	106
Gráfico 5 – Total de Produção Dentro e Fora das Comissões no Senado Federal (1889-1930).....	108
Gráfico 6 – Recorrências das Políticas Monetária e Cambial nas Comissões no Senado Federal (1889-1930).....	109
Gráfico 7 – Comissão de Tarifas Senado Federal (1889-1930).....	109
Gráfico 8 – Comissão de Op. Financeiras Senado Federal (1889-1930).....	109
Gráfico 9 – Recorrências Anuais por Setor Econômico nas Mensagens Presidenciais (1889-1930).....	112
Gráfico 10 – Recorrências das Políticas Econômicas nas Mensagens Presidenciais (1889-1930).....	113
Gráfico 11 – Variáveis relativas às Políticas Monetária e Cambial nas Mensagens Presidenciais (1889-1930).....	114
Gráfico 12 – Total de Decretos por Setor Econômico nos Atos do Poder Executivo (1889-1930).....	115
Gráfico 13 – Total de Decretos para as Políticas Monetária e Cambial nos Atos do Poder Executivo (1889-1930).....	115
Gráfico 14 – Variáveis das Políticas Monetária e Cambial nos Atos do Poder Executivo (1889-1930).....	116
Gráfico 15 – Recorrências por Ministério (1889-1930).....	117
Gráfico 16 – Recorrências por Setor Econômico nos Relatórios Ministeriais (1889-1930).....	118
Gráfico 17 – Recorrências das Políticas Monetária e Cambial nos Relatórios Ministeriais (1889-1930).....	118
Gráfico 18 – Variáveis das Políticas Monetária e Cambial nos Relatórios Ministeriais (1889-1930).....	119
Gráfico 19 – Recorrências Anuais por Setor Econômico na Câmara dos Deputados (1889-1930).....	120
Gráfico 20 – Recorrências das Políticas Monetária e Cambial por Setor Econômico na Câmara dos Deputados (1889-1930).....	120
Gráfico 21 – Recorrências de cada Política Econômica na Câmara dos Deputados (1889-1930).....	121
Gráfico 22 – Variáveis das Políticas Monetária e Cambial na Câmara dos Deputados (1889-1930).....	121

Gráfico 23 – Mecanismos na Câmara dos Deputados (1889-1930).....	122
Gráfico 24 – Recorrências Anuais por Setor Econômico no Senado Federal (1889-1930).....	123
Gráfico 25 – Recorrências das Políticas Monetária e Cambial por Setor Econômico no Senado Federal (1889-1930).....	123
Gráfico 26 – Recorrências de cada Política Econômica no Senado Federal (1889-1930).....	124
Gráfico 27 – Variáveis das Políticas Monetária e Cambial no Senado Federal (1889-1930).....	124
Gráfico 28 – Mecanismos no Senado Federal (1889-1930).....	124
Gráfico 29 – Recorrências das Políticas Monetária e Cambial na Câmara dos Deputados (1898-1906).....	131
Gráfico 30 – Recorrências de Cada Política Econômica nos Relatórios Ministeriais (1889-1930).....	131
Gráfico 31 – Total de Decretos por Setor Econômico nos Atos do Poder Executivo (1808-1906).....	136
Gráfico 32 – Variáveis das Políticas Monetária e Cambial na Câmara dos Deputados (1898-1906).....	141
Gráfico 33 – Variáveis das Políticas Monetária e Cambial no Senado Federal (1898-1906).....	142
Gráfico 34 – Variáveis relativas às Políticas Monetária e Cambial nas Mensagens Presidenciais (1898-1906).....	142
Gráfico 35 – Recorrências das Políticas Monetária e Cambial por Setor Econômico no Senado Federal (1898-1906).....	144
Gráfico 36 – Total de Decretos Anuais por Setor Econômico nos Atos do Poder Executivo (1898-1906).....	145
Gráfico 37 – Recorrências Anuais por Setor Econômico na Câmara dos Deputados (1898-1906).....	146
Gráfico 38 – Recorrências por Ministério (1898-1906).....	151
Gráfico 39 – Mecanismos de Ação no Senado Federal (1898-1906).....	153
Gráfico 40 – Variáveis das Políticas Monetária e Cambial no Senado Federal (1898-1906).....	154
Gráfico 41 – Recorrências das Políticas Monetária e Cambial na Câmara dos Deputados (1898-1906).....	164
Gráfico 42 – Mecanismos de Ação na Câmara dos Deputados (1898-1906).....	165

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 A PRIMEIRA REPÚBLICA E A REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES	22
1.1 A Primeira República em perspectiva: breve resgate do contexto da pesquisa..	23
1.2 "Novas" abordagens: revisitando a "Velha República"	24
1.3 Economia e Política na Primeira República: aportes teóricos e metodológicos ..	32
1.4 Representação de interesses: a configuração de um campo de estudos	37
2 CAFEICULTORES E INDUSTRIAIS: A POLÍTICA E OS INTERESSES	41
2.1 Breve panorama econômico da Primeira República com foco na política comercial	42
2.2 A cafeicultura e suas demandas: a configuração de um setor	49
2.2.1 A proeminência da cafeicultura paulista no cenário nacional	54
2.2.2 A lavoura e o "grande capital cafeeiro"	57
2.2.3 Interesses e pontos de tensão na disputa por espaços de hegemonia	58
2.3 A emergência e a afirmação do setor industrial	63
2.3.1 Interesses do empresariado industrial: protecionismo e câmbio	70
3 O ESTADO E OS ESPAÇOS DE INFLUÊNCIA DOS INTERESSES PRIVADOS: AS ARENAS EXECUTIVA E LEGISLATIVA NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	78
3.1 A "fórmula federativa" na "Velha República"	82
3.2 As Arenas Executiva e Legislativa: competências e esfera de atuação	95
3.2.1 A Arena Executiva no desenho institucional da Primeira República.....	95
3.2.2 A Arena Legislativa: o Parlamento na "Velha República".....	100
3.2.2.1 As Comissões na Câmara Baixa.....	103
3.2.2.2 As Comissões na esfera do Senado Federal.....	106
3.3 O Executivo e o Legislativo como "caixas de ressonância" dos interesses privados	110
3.3.1 A representação de interesses na Arena Executiva.....	111
3.3.1.1 Mensagens Presidenciais.....	111
3.3.1.2 Atos do Poder Executivo.....	114
3.3.1.3 Relatórios Ministeriais.....	116
3.3.2 Câmara Alta e Câmara Baixa como fóruns deliberativos.....	119
3.3.2.1 Câmara dos Deputados.....	120
3.3.2.2 Senado Federal.....	122

4 REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES NA CONJUNTURA “CONTRACIONISTA” DA PRIMEIRA REPÚBLICA: A ATUAÇÃO DOS SETORES DA CAFEICULTURA E DA INDÚSTRIA ENTRE 1898 E 1906.....	126
4.1 A primeira década republicana (1889-1898)	132
4.2 A conjuntura contracionista na Primeira República entre os anos de 1898 e 1906	139
4.3 O conservadorismo monetário no governo de Campos Sales (1898-1902).....	146
4.4 Rodrigues Alves: entre o conservadorismo monetário e a “política de valorização do café”.....	159
4.5 A representação de interesses nas Arenas Executiva e Legislativa: um demonstrativo na conjuntura.....	168
CONCLUSÃO.....	171
REFERÊNCIAS.....	176
APÊNDICE A.....	190
APÊNDICE B.....	196
APÊNDICE C.....	200
ANEXO.....	205

INTRODUÇÃO

A Primeira República (1889-1930) conta com vasta produção no campo da História e das ciências afins. Muitos estudos passaram a discutir a hegemonia cafeeira¹ e abriram a perspectiva de se focar esse período sob o prisma da permeabilidade do Estado frente aos interesses de diferentes segmentos, complementares ou antagônicos à cafeicultura. Até mesmo a dimensão do Estado movimentou releituras, reconhecendo-se "ganhos de centralidade"² para a instância federal nesse período histórico – muitas vezes reduzido à "Política dos Estados" e estigmatizado como uma "República Velha".

No panorama econômico da Primeira República, o "lugar" do café tornou-se incontestado pelos índices alcançados no cômputo mais geral da exportação. A produção nacional alcançou a marca de 80% da produção mundial. (SILVA, 1986). Contudo, a "trama" econômica e política durante as primeiras décadas da experiência republicana não se resumiu aos projetos da cafeicultura nem a uma suposta hegemonia, que foi supervalorizada pelos enfoques tradicionais (VERSIANI, 1985; MENDONÇA, 1999; GOMES, 2002).

Dentro desse panorama, de acordo com Cardoso (1985) – apesar da corrente industrialista enfrentar limites para o seu avanço – a República trouxe incrementos para o setor. Os primeiros anos do novo regime assinalam a intensificação do processo de industrialização (LUZ, 1978; VILLELA; SUZIGAN, 1973; SAES, 1981).

Desse modo, tem-se como objetivo caracterizar a representação dos interesses dos segmentos em destaque que, no contexto da Primeira República, atuaram como "blocos de pressão"³ a fim de inscrever projetos e demandas específicas nas arenas Executiva e Legislativa. Tal problemática impõe discutir a relação do Estado com os setores privados e, por consequência, a ingerência do mercado na política – tema

¹ A hegemonia cafeeira na Primeira República vem sendo repensada a fim de se discutir a redução do Estado a seus interesses. Como estudos que afirmam a permeabilidade do Estado frente a outras demandas destacam-se: Fritsch (1980), Topik (1987), Fausto (1985), Perissinotto (1994) e Mendonça (1999).

² Os estudos de Elisa Reis (1985;1991) valorizam o Estado como "ator" que importa no jogo de interações com os setores privados, além de assinalarem o avanço do processo de construção do Estado Nacional no Brasil, dentro do marco da Primeira República.

³ Essa terminologia encontra-se fundamentada nos estudos de (2000), que afirmam o *lobby* da indústria junto aos poderes constituídos na Primeira República. Sobre a ação dos industriais em contextos mais recentes ver: Gozetto (2004), Mancuso (2007) e Santos (2011).

atual no campo da Ciência Política que se encontra abordado em uma perspectiva histórica, nesta iniciativa.

Algumas premissas dadas pela revisão de estudos sobre a Primeira República imprimiram a orientação seguida na tese:

i) Como ponto de partida, o pressuposto de que houve significativa ampliação da ingerência do Estado no domínio econômico durante a Primeira República e não apenas a partir da década de 1930, conforme postulam os enfoques tradicionais; isto posto, recupera-se, por meio desta iniciativa, o papel deliberativo da instância federal nesse início da experiência republicana, relativizando a ênfase no “estadualismo”⁴.

ii) Nessa dinâmica de intervenção, o Estado na Primeira República não se constituiu em mero instrumento sob o controle das oligarquias mineiro-paulista, atuando unicamente em prol do atendimento das reivindicações dessas ordens. Desse modo, o poder do Estado não foi utilizado de forma exclusiva em benefício da expansão da riqueza privada de um único bloco de capitais – aqueles vinculados aos negócios cafeeiros.

iii) Assim como o Estado não atuou apenas na esfera dos interesses do setor cafeeiro, também não se constituiu como uma instituição autônoma na elaboração e consecução das políticas econômicas; o Estado sob essa perspectiva é entendido como uma Arena de interesses contraditórios e complementares.

iv) A aparente estabilidade do regime constituído na Primeira República não correspondeu a uma plena harmonia de interesses entre as esferas de poder; disso resultaram embates e a atuação de grupos de pressão sobre os poderes constituídos para a consecução de suas demandas.

v) A ênfase na ação dos industriais como atores políticos que buscaram imprimir suas demandas no Estado, na Primeira República, se dá com base no pressuposto de que os empresários industriais revelaram uma alta capacidade de mobilização e de participação política na defesa de seus interesses específicos, em diferentes contextos.

vi) O fato de a economia agroexportadora, predominante no período em foco, estar condicionada à ascensão de preços do mercado internacional para a ampliação de seus lucros, tendia a estabelecer o imperativo das políticas monetária e cambial. Em torno dessas políticas mobilizavam-se os industriais para a proteção do setor por uma

⁴ A tese discute as implicações do “estadualismo” – como resultante das prerrogativas conferidas aos estados pela Constituição de 1891 (BACKES, 2004).

política de tarifas seletivas para importação, oscilando seus posicionamentos quanto à valorização cambial – que refletia no menor custo de importação de bens de capital (máquinas e equipamentos) para um parque industrial incipiente em capacidade tecnológica –, e a desvalorização do câmbio, que assegurava a competição com os bens de consumo importados. O Estado, por sua vez, valia-se da extração de rendas do imposto aduaneiro sobre as importações. Nessa disputa, a cafeicultura como uma economia exportadora, projetava sobre o controle do câmbio, as expectativas de sua reprodução como o setor dominante. A esfera da política se constituía, assim, como campo de importância fundamental para que os interesses econômicos dos cafeicultores e dos industrialistas e/ou de outros segmentos fossem contemplados.

Com base nessas premissas, algumas delimitações se fizeram necessárias pelo marco cronológico de quatro décadas que correspondem à Primeira República. Dentro desse período, delimitou-se a conjuntura que corresponde aos anos de 1898 a 1906, na elaboração do quarto capítulo da tese, a fim de “rastrear” evidências da disputa que envolveu os setores econômicos recortados na tese para inscrever suas demandas no Estado. Esse recorte já está dado pela literatura em sua relevância, destacando-se como uma fase de contenção das emissões monetárias e de deflação. Corresponde aos governos de Campos Sales (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906), representando uma fase de reorientação da política econômica para sanear as finanças do Estado, comprometidas, especialmente, pelo emissãoismo dos primeiros anos da República⁵. É dentro desse contexto mais específico que se intensifica o confronto entre as diretrizes do “papelismo” e do “metalismo” – orientações que divergiam quanto à maior ou menor expansão monetária. Esse embate trouxe para o centro da disputa entre os setores temas como a concessão de crédito, o ajuste cambial e a proteção tarifária (FRANCO; LAGO, 2011).

Sendo assim, estabeleceu-se o exame das interações entre Estado e setores privados, por meio da análise das políticas monetária e cambial que incluiu, mediante a análise da vasta documentação disponível, a consideração de operações como crédito, subsídios, perdão de dívidas, isenção, ajuste cambial, tarifas, entre outras – detalhadas nos capítulos da tese. A implementação dessas medidas específicas foi

⁵ Cabe menção à política econômica do Ministro da Fazenda, Rui Barbosa (1889-1891), e o conjunto de medidas voltadas para a expansão do crédito e das emissões de papel-moeda que deflagram a chamada “crise do Encilhamento” (CARDOSO, 1981).

investigada em seu grau de correspondência em relação à lógica de expansão de cada setor pesquisado.

Com muita frequência os impasses tinham que ver com a taxa de câmbio. A desvalorização do mil réis tendia a fazer crescer a renda dos cafeicultores em moeda nacional, embora reduzisse as receitas de exportação em moeda estrangeira por consequência. Esse artifício atuava sobre a expansão da produção, agravando os contextos de supersafras e a situação dos cafeicultores (DELFIM NETTO, 1976). Para o setor industrial, a desvalorização cambial, ao mesmo tempo que encarecia a importação dos bens de consumo, atuava de modo a onerar a importação de máquinas e equipamentos – essenciais para a expansão qualitativa do setor.

Este estudo partiu de uma situação dada: a atuação de entidades representativas da cafeicultura e do setor industrial (os grupos de pressão propriamente ditos) junto ao Estado. Não se pretendeu, portanto, examinar como esses organismos se constituíram, nem verificar elementos específicos de sua organização ou mesmo estratégias de atuação. O caminho percorrido foi verificar a convergência entre as demandas do "ator", visto em conjunto, e os resultados da decisão, para se constatar se houve convergência e, então, inferir algum grau de influência. Entende-se que identificar os potenciais “prejudicados e beneficiados” é, portanto, sinônimo de compreender os caminhos manifestos das pressões e da ação coletiva nos contornos do desenho institucional⁶ da Primeira República.

No que se refere à metodologia empregada, alguns passos devem ser apresentados a fim de demonstrar os caminhos da pesquisa para a abordagem do objeto de estudo e para a consecução do objetivo geral proposto. Afinal, o método sempre dirige sua atenção apenas para certos aspectos dos fenômenos; o pesquisador, por sua vez, se concentra em alguns problemas específicos que lhe parecem de maior importância (GOLDENBERG, 2004). É por tais especificidades que se pretende traçar os rumos desta pesquisa.

Em relação a cada arena investigada foram utilizadas as seguintes fontes: i) do Poder Executivo: Atos do Poder Executivo, Relatórios Ministeriais e Mensagens Presidenciais; ii) do Poder Legislativo, Atos do Poder Legislativo; Anais do Senado e Anais da Câmara dos Deputados. Os Regimentos das Câmaras Alta e Baixa – vigentes no contexto da Primeira República – foram verificados quanto às normas e

⁶ O novo institucionalismo se apresenta como um aporte teórico por refletir sobre as instituições e como estas influenciam os comportamentos dos atores (HALL; TAYLOR, 2003).

competências de cada um, a fim de serem caracterizados enquanto fóruns deliberativos nos limites de sua função institucional. Outro procedimento utilizado foi o de traçar o perfil social dos Ministros de Estado (das pastas mais diretamente relacionadas às políticas recortadas), Senadores e Deputados Federais – o que concorreu para se compreender, em certa medida, o comportamento dos que compuseram essas arenas e daí inferir as possíveis vinculações a interesses específicos. Estudos sobre o perfil social e profissional dos congressistas em períodos e/ou legislaturas específicas podem informar sobre vinculações ideológicas, mudanças institucionais, entre outros aspectos (ARAÚJO, 2013).

A pesquisa utilizou-se de matérias publicadas em jornais veiculados na Primeira República⁷. As evidências empíricas, além de constarem do corpo da tese a fim de exemplificar a recorrência das grandes questões econômicas apontadas, encontram-se em um quadro que reúne um conjunto expressivo de matérias relativas a cada setor analisado.

É importante observar que os dados foram construídos segundo uma perspectiva comparada. Ainda que um dos eixos sobre os quais a tese se sustenta seja o da cafeicultura – principal produto de exportação no contexto da Primeira República e temática recorrente nos estudos sobre esse período histórico –, a abordagem simultânea do setor industrial (seus interesses, bem como as inferências de sua ação sobre os organismos do Estado) trouxe uma perspectiva mais ampla de análise valorizando os mecanismos dessa interação entre Estado e setores econômicos.

Na montagem dos dados e na quantificação feita, buscou-se discriminar as medidas econômicas mais recorrentes e proceder a uma análise qualitativa por inferências dos setores mais contemplados e das arenas mais efetivas em determinados contextos dentro do marco da Primeira República.

O pressuposto central que orientou a construção dos dados extraídos das fontes foi a ideia de conflito: procurou-se, na tese, valorizar a inter-relação entre o Estado e os blocos de pressão (cafeicultura e setor industrial) por meio da análise quantitativa e qualitativa de políticas econômicas. As políticas econômicas foram

⁷ Na relação de jornais consultados, encontram-se “Gazeta de Notícias-RJ”, “Correio da Manhã”, “O Paíz” e “Jornal do Commercio-RJ”.

analisadas como produtos ou resultados do embate de forças em disputa pela inscrição de suas demandas junto ao Estado.

A ideia de conflito se justifica pela lógica da economia vigente nas primeiras décadas da experiência republicana. O predomínio do setor agroexportador implicou tensões para a afirmação do setor industrial emergente – ainda que com relações de complementaridade entre os setores.

É fato que a indústria se beneficiou do capital cafeeiro, principalmente nos momentos em que a exportação proporcionava uma rentabilidade elevada ao capital investido. Os industriais não se beneficiavam apenas da transferência de parte do capital cafeeiro, mas também da elevação da renda interna, propiciada pelas exportações de café, canalizada, em parte, para o consumo de manufaturados.

Contudo, isso não significa que tenha existido uma total harmonia entre esses dois setores. De forma contraditória, ao mesmo tempo, o capital cafeeiro estimulava e impunha limites ao desenvolvimento industrial (LEOPOLDI, 2000; LUZ, 1978). Mesmo subordinado ao capital cafeeiro, o setor industrial, ao longo da Primeira República, se lançou na defesa de interesses específicos.

Os capítulos foram estruturados segundo as etapas percorridas na pesquisa. Os dois primeiros foram construídos a partir da consulta à literatura especializada: em um primeiro momento se discutiu o confronto de perspectivas interpretativas sobre certos aspectos essenciais no que se refere às relações entre o Estado, cafeicultura e setor industrial, para, na sequência, descrever a trajetória dos setores, pontuando seus principais interesses e configurando suas demandas em relação ao Estado.

Articulando a literatura e a pesquisa empírica, o terceiro capítulo se propôs à caracterização das Arenas, inserindo-se as esferas do Executivo e do Legislativo dentro do modelo institucional da Primeira República, o que implicou considerar os poderes em suas relações, no contexto de implantação do federalismo da Constituição de 1891. O terceiro capítulo compreendeu ainda a recorrência de medidas econômicas específicas relativas à política monetária e cambial bem como os mecanismos por meio dos quais foram implementadas, ao longo de todo o marco da Primeira República.

O quarto capítulo se constituiu de um “rastreamento” de evidências dos embates mais recorrentes que mobilizaram os setores privados por medidas favoráveis, dentro de uma conjuntura específica: os anos de 1898 a 1906. Para essa escolha contaram não apenas as referências apontadas na literatura acerca dos

governos de Campos Sales (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906) – pautados em uma maior austeridade financeira – como também os dados construídos por meio das inserções empíricas nas fontes.

Dentro desse recorte, procurou-se caracterizar a recorrência das medidas econômicas selecionadas segundo o mesmo padrão de análise com que foram consideradas no terceiro capítulo – embora dentro do marco completo da Primeira República. Do ponto de vista qualitativo pretendeu-se estabelecer: i) o setor mais contemplado – de onde se pode inferir a "pressão" mais efetiva; ii) a Arena que se constituiu como canal mais produtivo, bem como as medidas econômicas que funcionaram como sustentáculo para a reprodução e expansão dos setores investigados.

Por fim, nessas considerações introdutórias cabem algumas outras observações. Esta pesquisa realiza um diálogo pretendido há muito – especialmente no âmbito pessoal. A História e a Ciência Política se encontram, exercitando o difícil jogo entre o particular e o geral. Nesse encontro, a Primeira República – já tantas vezes revisitada – pode contar, pelas contribuições pretendidas nesta tese – com o estudo da representação de interesses –, em uma perspectiva histórica. Talvez se possa compreender por outros ângulos os setores econômicos em destaque (em suas relações com o Estado) e dessa forma consolidar as premissas que nortearam este estudo desde o seu primeiro impulso: o pressuposto de que a Primeira República não se constituiu, meramente, um “um jogo de cartas marcadas” assegurado pela clássica noção de “pacto oligárquico”⁸.

⁸ Para a revisão das abordagens tradicionais, consagradas por essas expressões, ver Mendonça (1999), Gomes (2002), Hollanda (2009), Viscardi (2012), entre outros.

CAPÍTULO I

A PRIMEIRA REPÚBLICA E A REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES

[...] períodos históricos ainda mais remotos do que a Primeira República, acabaram por gozar de maior atenção. [...] talvez isso se deva à crença de que o ambiente social e político da Primeira República configura algo assemelhado a uma sociedade simples [...] um experimento que exige poucos investimentos analíticos, por conter dinâmicas toscas e facilmente apreensíveis pelos observadores (Cristina B. de HOLLANDA, 2009).

As abordagens sobre a Primeira República (1889-1930), recaem, em grande parte, em enfoques que articulam Política e Economia sob a lógica estrita da dominação oligárquica. De forma recorrente, a produção que formou a caracterização mais geral desse período histórico, consolidou a expressão “República Velha”⁹ – máxima que desqualificou a experiência republicana em suas primeiras décadas.

Consolidada na memória do país como "lugar do equívoco", da "ausência" – na comparação que se estabeleceu com as conquistas de cidadania de períodos posteriores – a Primeira República, rotulada de "antítese republicana", ainda suscita muitas interrogações. Carvalho (1989) denominou de "estadania" o modelo altamente excludente que vigorou ao longo da Primeira República.

Este capítulo retoma o modelo de análise que foi consagrado na produção historiográfica acerca do experimento político e econômico da nascente República, sob a perspectiva de revisitar alguns elementos que reduziram o contexto ao estereótipo dos "oligarcas agrários e suas falcatruas eleitorais". Afinal, a despeito de ser a fase republicana de maior durabilidade institucional, ainda "[...] seguimos sabendo pouco a respeito do regime destruído em 1930" (HOLLANDA, 2009, p. 12).

Embora não se possa fugir dos dispositivos clássicos com que esse período ficou reconhecido, tais mecanismos não devem ser tomados como síntese das práticas políticas e econômicas no referido contexto. Desta forma, na sequência do capítulo, apresentam-se algumas abordagens clássicas sob outros ângulos, para valorizar aspectos e dinâmicas ainda não de todo compreendidas e, por meio dessa estratégia, delimitar o campo da pesquisa realizada.

⁹ Expressão estigmatizada e naturalizada no período do Estado Novo (1937-1945) que concorreu para a desqualificação da experiência republicana em suas primeiras décadas. O projeto político autoritário de Vargas foi implementado alicerçando-se sob a negação dos preceitos liberais associados aos “vícios” políticos da Primeira República. Para essas considerações, ver Gomes (1988).

1.1 A Primeira República em perspectiva: breve resgate do contexto da pesquisa

Observar, como ponto de partida, a tradicional articulação entre a "Política dos Governadores" e a "Política do Café com Leite", implica rever um padrão de análise que se consagrou como "relação – modelo"¹⁰ para a compreensão das décadas iniciais do regime republicano. Tais políticas apresentam-se na literatura disponível como fórmula em que há uma correspondência direta, quase natural, entre todos os seus elementos formadores (MENDONÇA, 1999).

A produção que sustenta essa abordagem afirma que a "Política dos Governadores" – arranjo engendrado pelo presidente Campos Sales (1898-1902), com os governadores dos estados da federação – evidenciou o verdadeiro caráter da política da época. De acordo com essa orientação, assegurou-se a estabilidade política, fundada sobre a noção de um "condomínio mineiro-paulista", uma coalizão, mantida e reproduzida pelo "pacto oligárquico" (VISCARDI, 2012).

A ideia de pacto oligárquico – dentro desse modelo de análise – estabelece vínculos absolutos de aliança e compromisso. Nessa rede de reciprocidade, destacam-se os coronéis – em sua dimensão local – como também os expoentes da política estadual e nacional. "Em todos os níveis, os favores e benefícios concedidos deviam ser retribuídos, em geral, em forma de votos e de apoio eleitoral" (PINTO, 1998, p. 86).

Em se tratando de eleições – outro aspecto muito valorizado nas análises clássicas de Primeira República como componente essencial para a reprodução do "pacto" –, há uma vasta literatura que investiga o "lugar do voto" nesse período. De forma recorrente, enfatiza-se o "bico-de-pena" e a falsificação eleitoral, como síntese do mecanismo eleitoral do início da experiência republicana. As eleições – de acordo com essa perspectiva interpretativa – se apresentam como espaço para a violência física, e o voto – mercadoria que realimenta as práticas clientelísticas próprias a esse contexto (CARVALHO, 1989).

¹⁰ Apenas a título de exemplificação, a tradição historiográfica a que se faz referência e que consagrou o modelo de análise recorrente pode ser representada pelo clássico *Coronelismo Enxada e Voto*, de Victor Nunes Leal (1986). A despeito das contribuições acerca da rede de relações que compuseram o "coronelismo", o modelo de análise teve implicações que concorreram para a ideia de que o período se compreende pelo ângulo estrito da dominação oligárquica. Exemplificam essa linha interpretativa Pang (1979), Levine (1980), Love (1982); Wirth (1982), dentre outros.

A redução desse período histórico às práticas do coronelismo – pelo que se pode ver – compõe esse quadro de abordagens clássicas. De modo geral, esse fenômeno foi caracterizado como "[...] dominação dos poderosos chefes políticos locais, em geral, grandes proprietários, sobre a massa de eleitores que, pelos laços da dependência pessoal e do favor que atrelavam os trabalhadores despossuídos, transformava-os em sua clientela eleitoral" (NEVES; HEIZER 1991, p. 69).

O protagonismo dos coronéis na República do "Café com Leite", por sua vez, foi valorizado como mecanismo que sustentou a articulação das elites políticas dos dois estados mais proeminentes da Federação, Minas Gerais e São Paulo, por meio de uma aliança capaz de defender o eixo econômico sobre o qual se sustentavam: o café. O Convênio de Taubaté (1906) – acordo conjunto pondo fim no mercado livre de café no Brasil¹¹, assinado pelos presidentes dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro – marcou a produção historiográfica como a consagração dessa aliança, selando, em definitivo, o pacto entre as "oligarquias" dos respectivos estados.

Partindo desse breve resgate de alguns elementos essenciais do modelo clássico de análise da Primeira República que a consagraram como uma "República Velha", fica a perspectiva de retomar o período sob o ângulo da renovação e ampliação das abordagens, mais especificamente sobre as relações entre Economia e Política nesse contexto.

Uma profusão de novos estudos se configurou e, com isso, para o que mais interessa a esta tese, problemáticas no campo de interseção da História com a Ciência Política¹² se apresentaram.

1.2 "Novas" abordagens: revisitando a "Velha República"

O fôlego que movimentou a revisão das abordagens tradicionais, a partir dos anos de 1980, apontou para um conjunto expressivo de contribuições. De modo geral, essa reformulação constituiu-se de enfoques que procuram relativizar a visão reducionista acerca das relações entre Economia e Política na Primeira República. É

¹¹ Esse acordo selou um conjunto de medidas voltadas para a manutenção da dinâmica de expansão da cafeicultura. Instituiu a intervenção do Estado por meio de vários dispositivos, dentre eles a baixa do câmbio, assegurando, artificialmente, os ganhos da cafeicultura.

¹² Nessa renovação de estudos, há um incremento de trabalhos que abordam temas pertinentes ao escopo da Ciência Política, dentro dos limites da Primeira República. As temáticas oscilam entre estudos da produção legislativa, relação entre os poderes Executivo e Legislativo, eleições, elites, dentre outros.

fundamental, para o que se pretende com esta pesquisa, rejeitar a perspectiva de análise

[...] simplista e muito difundida de que, durante esse período de nossa história, as relações entre Estado e os interesses oligárquicos agroexportadores vinculados ao café resumiram-se à apropriação do primeiro pelos segundos, e a uma simbiose desprovida de tensões e de competidores "externos" (GOMES, 2002, p. 91).

A revisão das abordagens tradicionais pode ser exemplificada por estudos que discutem o vínculo absoluto estabelecido entre as políticas econômicas e os interesses das "oligarquias cafeeiras"¹³. Uma primeira ordem de problema incide sobre a ideia de homogeneidade e coesão implícitas nesse enfoque. Para isso, contam as iniciativas de Saes (1981; 1985), Perissinotto (1994), entre outros, que apontam para a imprecisão do termo, atentando para a diversidade na composição da "oligarquia cafeeira paulista" – cujo processo de diferenciação interna se encontra abordado no segundo capítulo da tese.

Vale lembrar que as abordagens pelo ângulo da dominação oligárquica concorreram para reforçar os estigmas sobre as práticas políticas da experiência republicana em seus anos iniciais e, conseqüentemente, simplificar as relações entre os setores econômicos, suas demandas e o Estado. A "ação das oligarquias" – imortalizada como "manancial das desgraças", nas palavras de Sílvio Romero (1910)¹⁴ – reforçam ainda mais a visão pejorativa sobre as práticas políticas desse período histórico. Sobre esse padrão de análise pautado em uma ênfase estrita nos mecanismos da dominação oligárquica, Mendonça (1999) observa que

[...] pende muito mais para uma ênfase propriamente política, consistindo na análise dos mecanismos da dita dominação oligárquica, do sistema coronelista ou mesmo dos processos político-partidários, deles derivando, **quase automaticamente as determinações dos interesses a serem contemplados pelas políticas econômicas.** (MENDONÇA, 1999, p. 24) (grifo nosso).

¹³ Considera-se a imprecisão e as polêmicas que versam sobre os termos "oligarca/oligarquia", [...] carentes de significado preciso e consensual na história" (SANTOS, 2013, p. 18). Para o autor, o conceito de sistema oligárquico tem suas imprecisões, sendo dotado de uma "ambigüidade essencial", "[...] ora criticado por seu caráter antidemocrático, ora generosamente apreciado como uma democracia em botão" (SANTOS, 2013, p. 23).

¹⁴ Sílvio Romero (1851-1914), intelectual da República, expressou uma visão crítica para a nascente República na obra *Provocações e debates; contribuição para o estudo do Brasil social*, de 1910.

Outras implicações podem ser observadas como decorrência desse modelo de análise. Em um primeiro momento, a precariedade de estudos sobre os demais estados da federação¹⁵ e suas relações com o Estado deixam lacunas na produção acerca da dinâmica política e econômica da Primeira República. Os parâmetros clássicos de análise se pautaram em um processo de "hierarquização das oligarquias"¹⁶, reduzindo a dinâmica política aos estados ditos dominantes. Como resultado desse enfoque, até o início da década de 1990, de acordo com Ferreira (1989, p. 13),

[...] o comportamento dos estados que se situaram à margem do eixo de poder dominante na República Velha é ainda pouco conhecido. Consequentemente [...] esses estados tiveram sua problemática interna ignorada ou interpretada a partir de inferências oriundas dos modelos construídos para a análise dos estados dominantes, o que dificulta a recuperação de sua dinâmica própria.

Contrariando esses enfoques tradicionais, Ferreira (1994) revaloriza o estudo sobre os "estados de segunda grandeza", especialmente as propostas de revitalização da economia fluminense como parte do projeto de criação de um "eixo alternativo de poder", sob a liderança de Nilo Peçanha (1909-1910). Com a República, estados como Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, e mesmo o Rio Grande do Sul, congregaram-se para o enfrentamento da subordinação na qual se encontravam diante dos interesses de Minas Gerais e São Paulo. A insatisfação dos "estados de segunda grandeza" criou condições para o surgimento de iniciativas de resistência à dominação oficial. O projeto de criação de um "eixo alternativo de poder" consistia na articulação com outros grupos oligárquicos regionais fora do "núcleo dominante", composto por Minas Gerais e São Paulo (FERREIRA, 1994).

Não se pretende, na esteira das considerações feitas, analisar os modelos explicativos pautados na noção de dominação oligárquica; pretende-se, outrossim, elencar argumentos que indicam problemas nessas categorias de análise e justificar

¹⁵ Afora os estados de Pernambuco e Bahia, tratados como objeto respectivamente nas obras de Eul-Soo Pang (1979) e Robert Levine (1980), pouco foi produzido sobre outros estados até a década de 1990.

¹⁶ Sobre a hierarquização das oligarquias, ver Lessa (1988), que analisa o "triumvirato" representado pelo protagonismo de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Sobre as distintas classificações dos grupos oligárquicos, ver Iglésias (1987) e Viscardi (2012). Quanto aos modelos categorizadores, considerar os trabalhos de Silvio Romero (1910), Edgar Carone (1971) e Eul-Soo Pang (1979). São modelos que influenciaram os demais historiadores e cientistas sociais que investigaram a história política desse período.

a direção e as escolhas desta tese – norteada por outros princípios teóricos e metodológicos. Na diretriz das novas abordagens, há todo um esforço de recusa de um padrão de análise reducionista

[...] segundo o qual a história do período não ultrapassaria a rubrica do folhetim, financiada pela economia cafeeira, em que o enredo era sempre o mesmo – a Presidência da República indo para São Paulo, que a transferia a Minas Gérias, que a devolvia a São Paulo, e assim por diante –, alterando-se apenas, e nem tanto, os atores em cena (SANTOS, 2013, p. 18).

Embora esta pesquisa esteja voltada para dois setores proeminentes que se encontram no eixo dos estados ditos dominantes, os modelos e as esquematizações centrados no mecanismo da dominação oligárquica resultam no equívoco de ocultar as divergências que efetivamente existiram no interior da classe dominante de cada região. Nesse sentido, há implicações para a orientação assumida nesta pesquisa, que considera as diferenciações que se configuraram no processo de expansão da cafeicultura paulista.

Ainda que os setores pesquisados nesta tese tenham sua trajetória vinculada à região Sudeste, a delimitação centrada na noção de oligarquias regionais – entendida como um bloco coeso de proposições – não corresponde à dinâmica de interesses confrontantes e não contribui para a extensão da dimensão assumida pela cafeicultura paulista em nível nacional – dimensão com que se aborda esse segmento, especialmente pela ênfase dada na pesquisa, à instância federal. O setor industrial também se encontra abordado com interesses e demandas cujos resultados apresentavam repercussão nacional. Além disso, verificou-se o incremento à indústria, nessa fase republicana, em outras regiões¹⁷.

Os estudos de Cláudia Viscardi (2012) compõem esse quadro de revisões. A autora rompe os esquemas interpretativos tradicionais ao rejeitar a noção de "pacto oligárquico" como mecanismo suficiente para anular o quadro de tensões que marcaram o contexto de implantação do modelo republicano. Parte da constatação de que "[...] o teatro das oligarquias não era um jogo de cartas marcadas" (VISCARDI, 2012, p. 14). Afirma uma contínua recomposição do "arranjo", marcado por

¹⁷ Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia ilustram a presença do setor industrial fora da Região Sudeste. Dados mais específicos sobre a produção nesses estados constam do segundo capítulo.

[...] aproximações, reaproximações, vetos, retaliações, não só entre pessoas e grupos, mas entre estados como parte de um jogo de xadrez geopolítico. Os poucos estados que produziam café precisavam se compor com outros, de base econômica diversa. Tais articulações expressavam a luta constante e acabavam por limitar a ação dessas elites na defesa de interesses exclusivistas (VISCARDI, 2012, p. 16).

Dentro desse conjunto de reformulações, até mesmo a ideia cristalizada de consenso acerca do Convênio de Taubaté¹⁸ – símbolo maior do "pacto oligárquico" – se viu relativizada pela valorização de pontos de tensão significativos expressos nas demandas pela intervenção do Estado no mercado do café. De acordo com Viscardi (1999), o Convênio revelou um embate muito expressivo para o período: as implicações da política de valorização do café para as contas públicas. A autora observa uma tensão expressa na resistência de setores governamentais defensores de uma política financeira contracionista¹⁹, inaugurada por Joaquim Murinho, em 1898, como Ministro da Fazenda do governo de Campos Sales.

As inserções empíricas nas fontes demonstram essa tensão nas ponderações do Presidente Rodrigues Alves (1902-1906), expressando preocupações em torno da condução política e econômica pleiteada pelo Convênio – que não se efetuou, sem resistências.

Não ha quem não tenha pela lavoura, a cuja classe pertenço, o mais decidido interesse. Deve-se attender aos reclamos com critério, sem a preocupação de lisonjeal-a, afagando esperanças exaggeradas e irrealizaveis, nem o temor de contrariar ambições e planos que, á sua sombra, se formaram. Medidas imprudentes poderão produzir o effeito negativo de restringir o consumo do café, provocar a reacção hostile dos paizes que o recebem e levar aos nossos mercados a ameaça, de agitações, cujos effeitos uma experiencia muito recente nos tem ensinado a evitar. É um desacerto pensar que a lavoura do paíz não póde prosperar sem cambio baixo e uma corrente se tem formado em favor da idéa de uma taxa que a beneficie. As estatísticas demonstram, ao contrário, que com taxas melhores do que as actuaes

¹⁸ Como referências para a releitura da visão clássica acerca do Convênio, apresentam-se os seguintes trabalhos: *A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do estado do Rio de Janeiro* (MENDONÇA, 1977); *Vida e morte do convênio de Taubaté: a primeira valorização do café* (HOLLOWAY, 1978); *Minas Gerais no Convênio de Taubaté: uma abordagem diferenciada* (VISCARDI, 1999).

¹⁹ A orientação assumida pelo governo de Rodrigues Alves está inscrita em um cenário mais amplo, marcado pelo embate entre grupos denominados "papelistas" e "metalistas" – aspecto que será melhor abordado nos capítulos subsequentes.

os preços do café têm tido alternativas de alta e de baixa, mas a lavoura tem vivido e prosperado (RODRIGUES ALVES, 1906, p. 16)²⁰.

A reconfiguração do panorama segundo o qual se pode abordar a Primeira República – no tocante às relações entre Estado e setores econômicos mais expressivos, pelo que se buscou demonstrar – leva à valorização de tensões e disputas em torno de interesses específicos. Mais do que isso, pressupõe um quadro muito mais complexo de interações entre os setores econômicos para a inscrição de suas demandas junto ao Estado.

A crítica a essa visão generalizada de oligarquia e de consenso encontra-se respaldada pela forma exemplar com que a política cambial (uma das variáveis utilizadas na tese) expressava: disputas e interesses divergentes no seio da própria "oligarquia cafeeira". A diversificação do complexo cafeeiro engendrou interesses confrontantes. O mecanismo da desvalorização do mil-réis, a exemplo, desfavorecia as companhias de transporte, por seus vínculos com o mercado de importação; por sua vez, beneficiava a lavoura, em função de sua renda em moeda nacional (PERISSINOTTO, 1994).

Essas referências levam ao entendimento de que a República do "café com leite", entendida como a hegemonia dos estados paulista e mineiro, no contexto da Primeira República, não pode ser compreendida a despeito da consideração de uma gama de conflitos e antagonismos que perpassavam a política econômica do período – arena de disputas que compõe nosso objeto de estudo. Apesar de sua importância, esse arranjo do "café com leite" não se constituiu em "toda" a política estatal (GOMES, 2002).

Por meio dessas releituras, constata-se que nem sempre as alianças que envolveram os estados hegemônicos do Sudeste e o governo federal efetivaram-se de forma tão harmônica e estável. Outras perspectivas se abrem para considerar interesses econômicos que não se restringiram ao domínio das oligarquias cafeeiras. E, mesmo no âmbito da cafeicultura, pelo embate entre suas frações, é importante reconhecer demandas nem sempre coincidentes. Não se discute apenas a existência dessa diferenciação, mas observa-se também o conjunto de elementos que atuaram sobre o processo de tomada de decisão pelo Estado. A exemplo disso, Villela; Suzigan

²⁰ Houve uma preocupação de se transcrever *ipsis litteris* as citações dos documentos antigos do Governo e de Jornais.

(1973), Winston Fritsch (1980), Steven Topik (1987), entre outros, apesar das especificidades de suas análises, procuraram discutir a condução econômica do país fora da esfera estrita dos interesses da cafeicultura. Essas releituras, de modo geral, contribuem para se considerar outros atores nessa conjuntura, fora do contorno clássico da noção de "oligarquias dominantes" – pensadas como um bloco homogêneo de proposições.

Até mesmo a aliança do "café com leite" e o "lugar" de Minas nesse arranjo contam com outras visões. Martins Filho (1984)²¹ procurou perceber o real papel do café no posicionamento político das elites estaduais. Para o autor, existem ainda poucos estudos acerca da economia mineira na Primeira República. O pesquisador observa que Minas Gerais era muito mais do que um produtor de café. Quanto a esse aspecto, mais especificamente, é importante registrar que, ao longo da Primeira República, a produção industrial se deu em um crescendo, em Minas Gerais. De acordo com Leopoldi (2000), os Censos Industriais de 1907 e 1919 apontam para uma variação de 4,4 para 5,6 pontos percentuais na concentração da produção industrial mineira no computo geral da região Sudeste²².

No amplo quadro de releituras, o processo eleitoral – componente essencial da engrenagem política – passou por expressivas revisões. Nas versões tradicionais, as eleições se reduzem a um dispositivo para a manutenção dessa engrenagem política. O recurso à fraude e à violência, as eleições do "bico de pena" e o mecanismo da verificação de poderes²³ – sem dúvida, presentes nesse contexto – consolidaram uma imagem muito simplificada da dinâmica eleitoral e, conseqüentemente, mais um estereótipo da política nesse período.

Em um novo conjunto de produções, há esforços no sentido de demonstrar que nem tudo se resumia à fraude e coação física no processo eleitoral, resgatando, por assim dizer, a dimensão do voto na "República Velha". Outras dinâmicas são consideradas e informam sobre o *modus operandi*²⁴ dos pleitos republicanos.

²¹ O pesquisador destaca a produção diversificada de grãos, carnes, leite, manteiga, manufaturados; um conjunto de produtos que supriam o consumo interno (MARTINS Filho, 1984).

²² Dados extraídos da tabela dos censos industriais de 1907, 1919, 1939 (LEOPOLDI, 2000, p. 54).

²³ Dispositivo por meio do qual somente os diplomas dos eleitos pelo situacionismo local eram reconhecidos para validar o mandato (PENNA, 1999).

²⁴ Produções mais recentes procuram superar abordagens que consideram o "bico-de-pena" (falsificação eleitoral) e a "degola" (não reconhecimento do mandato), como mecanismos suficientes para a compreensão da dinâmica eleitoral. Os estudos de Ricci e Zullini (2013) – pautados nas contestações pelos candidatos derrotados nos pleitos – afirmam que as eleições devem ser entendidas, primeiramente, como disputa que incide, fundamentalmente sobre a máquina administrativa (alistamento, controle das mesas, contagem de votos).

Esses achados marcaram o exercício de rever a experiência republicana, no Brasil, em suas décadas iniciais. A perspectiva de se repensar o Estado, para além da condição de "Estado-comitê" (MENDONÇA, 1999; GOMES, 2002; PINTO, 2011) e o reconhecimento de outros interesses, não-agrários, inclusive, abriram um campo mais amplo para se investigar a disputa por políticas governamentais.

Parece consensual, portanto, no bojo dessas releituras, que a participação do Estado na vida econômica do Brasil, entre 1889 e 1930, foi condicionada por diferentes fatores de ordem econômica e social. Sendo assim, "[...] foram conflitos de interesses entre vários segmentos da classe dominante e entre investidores estrangeiros que levaram a uma gradativa participação do Estado na economia, muito maior que inicialmente desejada pelos participantes" (TOPIK, 1987, p. 37).

No que se refere à dimensão do Estado, é importante revalorizar sua atuação como uma variável importante na Primeira República. No caso mais específico desta pesquisa, muito importa resgatar a instância federal – pouco valorizada no contexto do federalismo inaugural da República – como instância relevante no jogo político e econômico. Para essa orientação, muito contribuíram os estudos de Elisa Reis (2008; 1991) que apontam ganhos de territorialidade e centralidade para o Estado nesse período histórico. Aspectos mais específicos dessa questão se encontram analisados no terceiro capítulo da tese.

O que se pretende afirmar com essas considerações é que as relações mantidas entre as elites agrárias e o Estado, nesse contexto, não agregaram prerrogativas exclusivas para essas elites. A autora afirma o Estado como "ator político" de fundamental importância para se compreender o período, antecipando até mecanismos que, nas referências tradicionais, somente aparecem atribuídos ao poder público no período pós 1930²⁵.

O resgate das perspectivas tradicionais e as novas orientações que se configuraram no cenário historiográfico acerca da Primeira República, além de dar visibilidade a aspectos que o "senso comum" não reconhece, buscou atentar para uma maior complexidade das dinâmicas política e econômica nas décadas iniciais da experiência republicana. Conforme observa Pinto (1998, p. 12), "[...] toda essa

²⁵ Seguindo essa orientação, que coloca em evidência o papel do Estado Nacional na Primeira República, Elisa Reis (1991) denomina *state-building* ao processo de expansão do poder público e à ampliação do aparato do Estado neste período. Outros aspectos dessa temática encontram-se discutidos no terceiro capítulo da tese.

discussão envolvendo conceitos e teorias ilustra nitidamente que o debate sobre o funcionamento do sistema político na Primeira República está longe de ser concluído".

Desta forma, as relações entre Economia e Política podem ser investigadas por outros ângulos, pela valorização de dinâmicas e atores ainda não suficientemente explorados e por meio das conexões possíveis entre o campo da História e da Ciência Política – seguindo a temática da representação de interesses. É o que se pretende nesta iniciativa.

1.3 Economia e Política na Primeira República: aportes teóricos e metodológicos

Apesar dos novos estudos configurados a partir da década de 1980 ampliarem, em muito, as perspectivas para a compreensão das décadas iniciais do regime republicano, alguns aspectos ainda permanecem obscuros. Em especial, são válidas as iniciativas voltadas para uma maior compreensão das interações entre Estado e interesses econômicos específicos, nesse contexto. Como tarefa precípua esta pesquisa pretende inferir a efetividade da ação da cafeicultura e dos industriais, segundo uma perspectiva comparada, pela verificação da maior ou menor capacidade dos atores de influenciarem os poderes constituídos para a inscrição de suas demandas.

Não se trata de subestimar a importância dos fatores externos²⁶ sobre a orientação assumida pelas políticas econômicas; contudo, esta pesquisa privilegia os interesses e a ação da cafeicultura e do setor industrial, como "blocos de pressão" capazes de fazer valer suas demandas em relação ao "centro nervoso" da economia na Primeira República, mais especificamente, as operações monetárias e cambiais. Como pressuposto que orienta a pesquisa, são válidas as considerações de Santos (2013, p.17), ao assinalar que

Um entendimento reducionista dos constrangimentos explicaria as decisões de política nacional, durante o período, como resultado direto de solicitações estrangeiras. Na realidade, mesmo quando condições

²⁶ Não se pode desconsiderar a inserção do Brasil na dinâmica capitalista da primeira metade do século XX, nem os laços de dependência configurados nas relações com a economia internacional na Primeira República. De acordo com Franco e Lago (2011), entre 1883 e 1913, as exportações brasileiras alcançaram a taxa anual de 4,5%, que se apresentava superior ao índice de 3,4% anuais atingidos por outros países. As conexões do capital internacional com o grande capital cafeeiro, encontram-se em algumas referências como Fritsch (1980); Fausto (1985); Topik (1987).

de emergência faziam das opiniões de credores no exterior uma variável crucial, opiniões que não poderiam ser contrariadas, em resumo, em situações de grave crise, raramente tais emergências circunscreviam as opções dos governantes brasileiros a uma só escolha. O problema recorrente não era ignorar ou subordinar-se aos interesses internacionais, mas desenhar uma solução que, atendendo aos objetivos de nossos credores, minimizasse os prejuízos dos agentes econômicos nacionais.

No bojo das relações que envolviam a orientação das políticas econômicas, a questão tarifária ocupou espaço significativo para os interesses em disputa. Os industriais organizaram-se em torno de uma política de cunho protecionista; os cafeicultores, por sua vez, mobilizaram-se pelo grau de interferência que a política tarifária exercia nas relações que estabeleciam com os países compradores de café. O Estado, por sua vez, nessa rede de interações, buscou assegurar a extração de rendas do imposto aduaneiro sobre as importações. Nesse jogo de interesses, a política cambial constituía-se na “porta de comunicação entre a economia nacional e a economia internacional”. Sobre esse elo, é importante observar que

[...] o câmbio representou o eixo de articulação da economia brasileira com as dos países com quem o Brasil fazia trocas comerciais, obtinha divisas para importar, captava empréstimos para sustentar a produção e a exportação do café, bem como investimentos para as ferrovias, os serviços de eletricidade e transporte públicos (LEOPOLDI, 2000, p. 154).

Essas considerações acerca da importância assumida pelas políticas monetária e cambial, ao longo da Primeira República, são evidências que indicam por onde passavam as demandas dos setores econômicos aqui recortados – especialmente pela transversalidade dessas políticas, que, dependendo de como eram implementadas, tendiam a beneficiar ou a agir negativamente sobre os setores (café e indústria) como um todo.

A Mensagem Presidencial encaminhada ao Congresso pelo Presidente Floriano Peixoto (1891-1894), no contexto inicial da República, ilustra o lugar central da política cambial, para a prosperidade da Nação. Introduce, de certa forma, debates que se tornariam recorrentes ao longo das décadas iniciais do novo regime, e ocupariam todos os espaços da política; nesse caso, mais especificamente, a arena Executiva atuando como caixa de ressonância dos interesses em disputa.

Continuamos, infelizmente, sob pressão da flutuação do cambio com grande prejuizo dos interesses do commercio e do Paiz. Todos estes phenomenos encontram explicação natural na anormalidade do periodo que vamos atravessando. Consolidem-se, porém, as instituições; haja estabilidade, criterio e patriotismo na administração; elabore-se uma boa lei de orçamento. Seja ella lealmente executada e posso assegurar-vos que em muito próximo futuro veremos perfeitamente restabelecida a confiança nas forças productoras do paiz [...] (FLORIANO PEIXOTO, 1892, p. 22).

Para uma melhor abordagem das relações entre Economia e Política nesse contexto, considerou-se o formato institucional vigente na Primeira República, pelo pressuposto de que as instituições afetam o comportamento dos atores sociais e estabelecem "regras para o jogo" (NORTH, 1990). De acordo com essa perspectiva, torna-se necessário considerar a dimensão configurada pelo Estado²⁷ e as relações políticas dentro das quais os atores investigados se comportaram e atuaram, nos limites do "desenho institucional" da Primeira República.

Para o novo institucionalismo, a restrição dos comportamentos deve ser considerada, levando-se em conta que os agentes atuam em meio às capacidades ou restrições implementadas pela dimensão institucional. Partindo dessas premissas, no tocante aos propósitos desta tese, é fundamental entender como os grupos econômicos atuam dentro das especificidades de um modelo determinado, em um tempo e em um lugar (NORTH, 1990).

Na esteira dessas considerações, cabe justificar a utilização do conceito "grupos de pressão", nesse recuo histórico. Tal uso se justifica pelas referências da efetiva atuação de entidades representativas da cafeicultura e do setor industrial na defesa de seus interesses²⁸. Há um sentido estrito com que o conceito é convencionalmente utilizado. Em uma acepção mais específica, grupos de pressão constituem categorias "interpostas entre o cidadão e o Estado", com a função precípua de defender os interesses daqueles a quem representam nas esferas decisórias (ARAGÃO, 1994; FARHAT, 2007; TOLEDO, 1985).

De acordo com Aragão (Opus cit.), a temática dos grupos de pressão vem sendo desenvolvida mais substancialmente em estudos que se afirmaram a partir das

²⁷ O sistema político e a dimensão do Estado, na Primeira República, serão analisados nos capítulos subsequentes. A afirmação do Estado como uma variável importante nesse contexto histórico procura romper os padrões de análise que reduziam as primeiras décadas do regime republicano a um "interregno", como uma "ausência do Estado".

²⁸ As entidades representativas da cafeicultura e do setor industrial são identificadas no segundo capítulo da tese.

décadas de 1970 e 1980 – momento fértil para o estudo dos grupos de interesse e pressão e das atividades de *lobby*. Este conceito é amplamente debatido no campo da Ciência Política. Para efeito de ordenamento conceitual parte-se do entendimento do *lobby* como sendo o mecanismo pelo qual os grupos de pressão buscam participar do processo estatal de tomada de decisões, contribuindo para a elaboração das políticas públicas de cada país (GOZETTO, 2004). As expectativas de redemocratização que acompanharam o fim do regime militar no Brasil (1964-1985) fomentaram estudos voltados para essa temática.

Algumas referências fundamentam a utilização do conceito no recuo histórico proposto. Uma delas é a menção feita por Aragão (1994) à atuação da Associação Comercial da Bahia²⁹, fundada em 1811, perante o Congresso Nacional, no contexto da Primeira República. Mais especificamente em relação à ação do setor industrial, Leopoldi (2000) caracteriza as articulações com o Estado por meio de um canal privilegiado: as associações que capitanearam a luta para assegurar uma política de proteção à indústria³⁰. Como expressão dessa organização do setor, destaca a atuação do Centro Industrial Brasileiro (CIB), fundado em 1904, como entidade representativa dos industrialistas. Sobre essa entidade e sua atuação no contexto da Primeira República, a autora destaca:

[...] envolveu-se diretamente no combate às políticas dos primeiros governos republicanos, fez *lobby* no Congresso, bloqueou tarifas desfavoráveis aos industriais e lutou por medidas protecionistas à indústria. Desta forma foi construindo, de maneira progressiva, o discurso industrialista e ampliando seu espaço no governo (LEOPOLDI, 2000, p. 64).

Pelo que se pode ver, essas exemplificações indicam um panorama político muito mais expressivo do que as tradicionais abordagens consolidaram acerca da dinâmica política e econômica na Primeira República. Tais evidências concorrem para conferir aos propósitos desta pesquisa relevância e justificar a temática enfrentada.

A discussão em torno dos grupos de pressão aponta para um amplo debate acerca do *lobbying* como modalidade de ação individual ou coletiva de atores em

²⁹ Esta associação constituiu-se como representação dos interesses das “classes produtoras”, abrangendo os setores do comércio, da indústria e mesmo do setor rural (ARAGÃO, 1994).

³⁰ Por meio das associações, configurou-se um modelo de corporativismo privado – mecanismo por meio do qual a entidade de classe funciona como o canal de acesso ao aparelho de Estado (LEOPOLDI, 2000).

determinados contextos. Uma das questões mais contundentes se refere à Arena para a qual a atuação do lobby se direciona. Gozetto (2004) destaca a investida maior dos grupos de interesse sobre a arena Legislativa, especialmente em países democráticos. No caso brasileiro, a autora aponta especificidades. Recuar esse debate para o período da Primeira República – especialmente no quadro do federalismo das primeiras décadas do século XX – pode contribuir para o panorama dos estudos voltados para essa temática.

Em um nível mais estrito, esta pesquisa pretende preencher lacunas relativas às formas de articulação entre os interesses privados e o Estado na Primeira República. Em um nível mais amplo, a problemática levantada justifica-se pela relevância dos estudos empíricos sobre a composição do sistema de pressão no Brasil. A caracterização da natureza das relações entre grupos de pressão e as instâncias Executiva e Legislativa³¹ pode ainda informar sobre aspectos próprios à dinâmica entre os poderes na Primeira República e elucidar melhor os mecanismos da representação de interesses – o que torna esta proposta relevante.

Valorizar as arenas do Executivo e do Legislativo em nível federal e sua rede de interações com a "indústria" e o "café" no contexto referido, em que pese a ênfase sobre a instância estadual – haja vista a "Política dos Estados"³² –, pode contribuir para melhor informar sobre a dimensão do Estado nesse contexto. Além disso, na esteira dessas considerações, a valorização do Parlamento brasileiro como arena das disputas políticas nas primeiras décadas do regime republicano consolida as críticas feitas às análises tradicionais para os quais a política, nesse período, se dava "exogenamente" ao Congresso, como em uma relação direta entre Executivo e oligarquias (GOMES, 1988).

Como mais um aspecto relevante, esta pesquisa pode, ao fim e ao cabo, constituir-se em um "ensaio" (na literatura especializada) relativo a um tema muito discutido na Ciência Política atual, que se refere ao custeio da política e a inevitável ingerência do mercado na arena política, pela busca das raízes desse processo.

³¹ Como referências acerca de estudos sobre o lobby, ver Gozetto (2004), Mancuso (2007) e Santos (2011). O sistema de representação de interesses na Primeira República foi abordado em artigo recente por Fernando Limongi (2010) e por Wanderley Guilherme dos Santos (2013). Diniz e Boschi (1999) tratam da temática nas décadas posteriores a 1930.

³² A "Política dos Governadores", engenharia política do governo Campos Sales (1898-1902), selou a máxima de que "era dos estados que se governava a República" (PENNA, 1999). Aspectos mais específicos sobre essa temática podem ser observados no terceiro capítulo da tese em que se dimensionam União e estados nos contornos do federalismo.

1.4 Representação de interesses: a configuração de um campo de estudos

A temática da representação de interesses no Brasil apresenta lacunas em contextos que antecedem o marco de 1930. Os períodos subsequentes a esse evento balizador encontram-se com seus sistemas de pressão e representação de interesses caracterizados. No tocante à Primeira República, essa lacuna se deve, talvez, à redução da experiência republicana em suas décadas iniciais a um "desenho institucional" marcado pelo tripé "coronelismo, clientelismo, mandonismo" – como já mencionado nas seções iniciais do capítulo.

Por esse ângulo estrito de abordagem – reduzido à prática de requisição de benefícios –, negligencia-se a perspectiva da representação de interesses como problemática válida para a compreensão da dinâmica política e econômica na Primeira República. O ponto central da polarização incide sobre a forma como se caracterizam as relações entre as esferas pública e privada.

Os dispositivos da ação coronelística e clientelística³³ – segundo as interpretações clássicas – limitam a análise das práticas políticas e das relações entre o Estado e a sociedade, ao ângulo estrito da intermediação do coronel, entendido como único canal de articulação de interesses. Esse é o aspecto central defendido por Vitor Nunes Leal (1986), já referenciado neste capítulo, no clássico *Coronelismo, Enxada e Voto*³⁴ – com implicações para a discussão em torno da questão da representação de interesses na Primeira República.

Esse modelo de análise enfatiza o peso das relações clientelísticas que, pela "troca de favores", pressupõe um domínio pessoal e arbitrário sobre a população. "O controle de recursos estratégicos por parte de uns se apresenta como obstáculo para se ter livre acesso à sociedade política – condição essencial que define as relações entre a esfera pública e a esfera privada" (PINTO, 1998, p. 85). Não se trata com

³³ Os estudos de Pinto (1998) apontam para uma menor recorrência desses dispositivos que se apresentam mais eficazes no nível estadual e municipal, pelas próprias características do federalismo implantado na República. No estudo específico das relações clientelísticas de Nilo Peçanha (1909-1910) e seus correlegionários, a autora observa uma curva descendente nas solicitações verificadas (pela análise da correspondência pessoal de Nilo) no período da presidência da República (1909-1910) em comparação com a curva ascendente no contexto em que atuou na presidência do Estado do Rio, em fins de 1903.

³⁴ Vitor Nunes Leal (1986) identifica o "coronelismo" como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Argumenta que essa inadequação está relacionada ao fato de que, após a abolição do trabalho servil e a proclamação da República, a extensão do direito de sufrágio deu importância fundamental ao voto dos trabalhadores rurais.

essas considerações de ignorar a força dos dispositivos clientelísticos que evidenciaram uma prática política, de fato, recorrente. Contudo, as relações que se pretende investigar entre Estado e setores privados não podem ser reduzidas a essas dinâmicas.

A exemplo das divergências interpretativas, Paul Cammack (1979), na obra *O Coronelismo e o Compromisso Coronelista: uma crítica*, ao retomar o debate, contesta o caráter absoluto atribuído à intermediação do coronel, defendido por Leal (1986), e enfatiza a dinâmica da representação de interesses como elemento central para a análise do funcionamento do sistema político da Primeira República.

Surama Conde Pinto (1998) – em seus estudos sobre as relações clientelísticas na Primeira República –, embora não descredencie as proposições de Leal e a lógica do coronelismo por ele afirmada, repensa o papel do coronel, rejeitando o estereótipo do grande latifundiário isolado em sua fazenda e "senhor absoluto de coisas e pessoas". A autora afirma que a supressão da intermediação ou mediação dos chefes municipais (os coronéis) também se efetivava. Conclui que, apesar de importante, o coronelismo não abrangeu todas as formas de articulação política existentes no período.

Com base nessas considerações, é importante observar que a proposta de investigar a representação de interesses dos setores econômicos recortados nesta tese, concebendo-os "blocos de pressão" sobre as instâncias governamentais no período da Primeira República, impõe o enfrentamento dessas polêmicas.

A produção historiográfica brasileira oscilou em posições dicotômicas no que se refere às relações entre o Estado e a sociedade. Apenas a título de exemplificação, e não como um balanço historiográfico, alguns autores e suas produções se destacam. Algumas obras se aproximam, apesar de suas especificidades, quanto à ênfase no poder privado como cerne da ação política na "República Velha". Nestor Duarte, em *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional* (1966), Maria Isaura de Queiroz, em *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaios* (1975), Eoul Soo Pang, em *Coronelismo e Oligarquias, 1889-1943* (1979), são exemplificativos dessa orientação.

Por sua vez, um enfrentamento clássico a essa supremacia do poder privado encontra-se nas análises de Raimundo Faoro, em *Os Donos do Poder* (1987), com a tese do patrimonialismo para o qual o Estado foi onipotente na formação social brasileira. Rejeitando as posições estanque, Bobbio (2007) assinala que, no cerne de

uma concepção dicotômica, a ampliação de uma esfera implica necessariamente a redução da outra.

Nessa mesma direção, o caminho apontado por Mendonça (1999), ao rejeitar a oposição radical entre o público e o privado, para se pensar as relações entre as classes e o Estado na Primeira República, implica a fluidez dessas relações, tendo por princípio uma concepção relacional de Estado³⁵. Segundo essa perspectiva, o Estado não deve ser concebido em posições estanque, isto é, como sujeito absoluto, autônomo; nem meramente como objeto a serviço de uma classe ou de frações de classe.

Mais especificamente em seus estudos sobre os mecanismos segundo os quais frações de classe buscam articular-se sobre organismos do Estado para inscrever suas demandas (com ênfase na burocracia)³⁶, Sônia Mendonça (Opus cit.) enfatiza as relações entre as esferas em meio ao embate de projetos formulados que expressam interesses diversos. A pesquisadora abre uma interessante perspectiva para o estudo da representação de interesses na Primeira República, pela busca dos mecanismos e da dinâmica dessa representação – ainda que trabalhe com segmentos agrários fora do eixo dominante da cafeicultura.

Para Mendonça, as relações entre Estado e classes não pode prescindir da caracterização das dinâmicas, dos mecanismos postos em ação para a representação dos interesses. Para a autora,

[...] toda uma quadra histórica, correspondente às quatro primeiras décadas do século XX, por exemplo, é praticamente apagada da memória histórica acerca das políticas econômicas, preservando-se tão somente o estudo de seus resultados [...] como se os fins dessem conta dos meios (MENDONÇA, 1999, p. 25).

Isto posto, parece válido do ponto de vista teórico e metodológico investigar as dinâmicas de pressão por não se tomar como pressuposto a correspondência direta e naturalizada entre Estado e interesses privados e, ao mesmo tempo, rejeitar a perspectiva da autonomia absoluta do Estado frente a esses interesses,

³⁵ Sob essa ótica, o Estado é atravessado pelo conjunto das relações sociais existentes numa formação social determinada, incorporando, em si mesmo, os conflitos vigentes na formação social. Rompe-se a dicotomia sociedade/Estado. Para essa concepção de Estado como relação social, ver *A Concepção Dialética da História* (GRAMSCI, 1991).

³⁶ A autora analisa determinados aparelhos de Estado na Primeira República e a dinâmica segundo a qual determinados grupos da sociedade inscrevem seus interesses nesses organismos.

especialmente no contexto da Primeira República. O fato é que muitos pesquisadores se lançaram à tentativa de compreender o sistema político nesse período e, com isso, abriram um leque expressivo de perspectivas. Repensaram as relações entre o público e o privado e apontaram para uma face mais complexa do período e de suas características constitutivas. O que se pode apreender desses embates e visões acerca das relações entre essas esferas na Primeira República é que os "modelos categorizadores" não devem ser tomados como um aparato teórico que limita a investida nas experiências e dinâmicas vivenciadas.

Um dos problemas que nortearam esta pesquisa foi, portanto, o de investigar se a "coalizão de interesses" entre as oligarquias rurais e o Estado (tão propalada nas abordagens tradicionais) é somente uma parte da história. Se mais especificamente o setor cafeeiro foi capaz de impor seu domínio sem resistência significativa por parte de outros setores ou interesses competitivos – o que, em última instância, implica reconhecer um processo de representação de outros interesses nesse contexto recortado – notadamente, os do setor industrial.

Investigar, então, em que medida, o Estado – em processo de expansão de suas atividades, em grande parte para atender às demandas das oligarquias dominantes – tinha que responder a outros interesses sociais como às demandas do setor industrial. Essa é a problemática mais ampla que delimita o objeto desta pesquisa e se alicerça em fundamentos teóricos e metodológicos disponíveis no campo da Ciência Política: os mecanismos por meio dos quais certos grupos têm inscrito seus interesses no Estado brasileiro, buscando avaliar o maior ou o menor poder de barganha para a consecução de suas demandas. E, por conseguinte, como os atores públicos (representantes) atuam (ou atuaram), no sentido de privilegiar algum setor/segmento.

A configuração do objeto de estudo e das considerações sobre o contexto de sua delimitação neste primeiro capítulo, impõe, na sequência, a caracterização do espaço da cafeicultura e do setor industrial em suas relações com o Estado tendo a representação de interesses como o problema a ser enfrentado.

CAPÍTULO II

CAFEICULTORES E INDUSTRIAIS: A POLÍTICA E OS INTERESSES

A crise com que luta a lavoura tem realmente acarretado grandes prejuizos a alguns Estados. Não podia, entretanto, surpreender aos que acompanham com atenção o movimento economico desde que viu a producção do café elevar-se em 12 annos de 1890 a 1902, de 4 a 15.000.000 de sacas e o consumo não crescer na mesma extraordinária proporção. Coincidindo este augmento de offerta com valorisação do papel-moeda, manifestada na alta do cambio, era natural que a situação dos productores se tornasse muito melindrosa (Presidente RODRIGUES ALVES, 1903).

Disse certa vez um industrial que o proteccionismo à indúustria é um pomo de discórdia entre os brasileiros (Octavio P. Nogueira apud LEOPOLDI, 2000).

A trajetória da cafeicultura e do setor industrial – no que se refere aos interesses que vocalizaram em fins do século XIX e início do século XX – constitui-se no objetivo central deste capítulo. Para esse propósito, não se pretende percorrer todos os aspectos e "leituras" acerca da trajetória dos setores, amplamente analisados nas mais diversas produções e em diferentes campos do conhecimento.

O que se busca, partindo de um breve panorama econômico, é marcar o lugar desses setores privados dentro do recorte histórico da Primeira República, para, na sequência, caracterizar as demandas que os moveram em suas interações com o Estado. Essas inter-relações buscadas se justificam pela "politização da economia brasileira", que reconhecidamente já se configurava no cenário da Primeira República. Sobre esse processo, Mendonça (2002) observa que

[...] em função das dificuldades impostas à comercialização internacional de boa parte dos tradicionais gêneros da pauta de exportações do País – à exceção do café – seria agravada a competição entre os distintos segmentos da classe proprietária rural, em sua busca por melhores condições de colocação de seus produtos. (MENDONÇA, 2002, p. 171).

A evidência apontada pela autora de setores "menos dinâmicos" da agricultura nacional que procuravam articular-se contribui para dimensionar a complexidade do jogo econômico na Primeira República e legitimar esta pesquisa, voltada para a rede

de interações no âmbito estrito dos segmentos com impactos em nível nacional, como a produção cafeeira em São Paulo.

Seguindo uma perspectiva comparada, o setor industrial também integra o quadro mais amplo da economia na Primeira República e, por expectativa, compõe, juntamente com a cafeicultura, os "blocos de pressão" que reuniram maiores condições para influenciar a política econômica em torno de medidas específicas junto à esfera pública.

2.1 Breve panorama econômico da Primeira República com foco na política comercial

Algumas considerações sobre as relações mantidas com o mercado externo, nesse contexto específico, podem informar sobre o quadro mais amplo dentro do qual os cafeicultores e os industriais se projetaram. Mais especificamente, no âmbito da dinâmica comercial, as práticas de exportação e de importação apontam as orientações assumidas pelas políticas monetária e cambial essenciais para a abordagem pretendida.

Na pauta das *comodities*, a primazia do café se consolidou desde a segunda metade do século XIX, chegando a índices muito expressivos, como se pode ver na tabela abaixo.

Tabela 1. BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO (1821-1929)
Participação (em %) na Receita das Exportações

Datas	Café	Açúcar	Algodão	Borracha	Couro e Peles	Outros	Total
1821-1830	18,4	30,1	20,6	0,1	13,6	17,2	100,0
1831-1840	43,8	24,0	10,8	0,3	7,9	13,2	100,0
1841-1850	41,4	26,7	7,5	0,4	8,5	15,5	100,0
1851-1860	48,8	21,2	6,2	2,3	7,2	14,3	100,0
1861-1870	45,5	12,3	18,3	3,1	6,0	14,8	100,0
1871-1880	56,6	11,8	9,5	5,5	5,6	11,0	100,0
1881-1890	61,5	9,9	4,2	8,0	3,2	13,2	100,0
1891-1900	64,5	6,0	2,7	15,0	2,4	9,4	100,0
1901-1910	52,7	1,9	2,1	25,7	4,2	13,4	100,0
1911-1913	61,7	0,3	2,1	20,0	4,2	11,7	100,0
1914-1918	47,4	3,9	1,4	12,0	7,5	27,8	100,0
1919-1923	58,8	4,7	3,4	3,0	5,3	24,8	100,0
1924-1928	72,5	0,4	1,9	2,8	4,5	17,9	100,0

Fonte: FAUSTO, 1985, p. 355.

A preponderância dos Estados Unidos se consolidou no mercado das exportações brasileiras, especialmente a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Os dados apresentados na sequência, indicam a posição dos países, apontando o percentual bem expressivo para os norte-americanos.

Tabela 2. Café exportado para o exterior em 1906.

País	Porcentagem
Estados Unidos.	37,9%
Alemanha	21,8%
França.	15,3%
Holanda	6,6%
Áustria Hungria	6,5%
Bélgica	3,4%
Itália	1,6%
Grã Bretanha	1,2%
Argentina	1,1%
Cabo da Boa Esperança	1,0%
Diversos Países	3,6%

Elaboração Própria. Fonte: RELATÓRIO MINISTERIAL; MINISTÉRIO DA FAZENDA, 1906, p. 89.

A pauta de importações, por sua vez, era muito mais diversificada. O incremento da produção industrial fez crescer, significativamente, a importação de matérias-primas, que atingiu o percentual de 50% no montante total importado pelo Brasil, entre 1900 e 1930, em detrimento da importação de bens de consumo. (FRANCO; LAGO, 2011). A tabela abaixo indica um ranking de países lideravam o mercado de importação brasileiro.

TABELA 3. Valores totais por país em mil réis/Importação

Valores totais por país (em mil réis)				
ANOS	ALEMANHA	BÉLGICA	ESTADOS UNIDOS	GRÁ-BETANHA
1898	1.545:727\$100	1.686:647\$666	3.037:104\$000	4.774:596\$800
1899	1.513:557\$815	44\$269.600	302\$249.040	5.394:560\$228
1900	4.209:620\$550	7.532:221\$300	6.603:458\$00	9.971:387\$050
1901	1.620:448\$570	1.346:160\$839	736:624\$010	2.013:649\$568
1902	2.063:775\$087	1.350:673\$472	970.313\$750	7.079.525\$474
1903	1.698:140\$377	2.406:250\$377	997.937\$070	4.231:240\$940
1904	1.212:164\$081	2.899:290\$330	952.085\$250	7.407:661\$011
1905	1.082.799\$670	2.070:501\$620	1.166:114\$070	3.020:210\$580
1906	1.472:090\$900	4.377:742\$990	4.801:647\$360	9.033:229\$540

Elaboração Própria. Fonte: Memórias Estatísticas do Brasil, Estatística da importação direta do estrangeiro, 1898 a 1906 (IBGE, 1960).

Individualmente, o principal item importado era o trigo (farinha e grão), respondendo por cerca de 10% das importações brasileiras. Pouco abaixo, situavam-se as importações do complexo têxtil (fios e tecidos), representando cerca de 8% do total, seguidas de carvão em pedra (média de 5%) (CALHEIROS, 2006).

No que se refere à importação de bens de capital, os índices apresentados na tabela demonstram a evolução desse setor de importação ao longo de sete anos, sinalizando a queda dos índices no contexto da Primeira Guerra Mundial.

Tabela 4. Importação de Bens de Capital para Indústria Brasileira, 1907-1914 (índice de quantum, 1939=100)

Ano	Importação
1907	93,0
1908	96,4
1909	102,9
1910	118,7
1911	153,6
1912	205,3
1913	152,6
1914	63,4

Fonte: VILLELA, A. V.; SUZIGAN, W. Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945. 3. ed. Brasília: IPEA, 2001, p. 440.

Um aspecto marcante da política comercial brasileira, nesse contexto, residia na prática de estabelecer acordos com países que ocupavam lugar de destaque na pauta de importações brasileiras. Exemplo disso eram as negociações privilegiadas com os Estados Unidos que pressionavam o governo brasileiro para o estabelecimento de acordos que recompusessem o baixo crescimento de suas exportações para o Brasil.

Setores da indústria levantavam-se contra essa política de isenção tarifária concedida pelo governo brasileiro ao governo americano. A Imprensa registrava esse embate.

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional enviou ontem à Câmara dos Deputados em protesto fundamentado contra o ato do governo, favorecendo as farinhas norte-americanas com uma isenção de 20%, mais tarifas aduaneiras (O Paíz -RJ, 1904, p.1).

Em junho de 1906, novamente se estabeleceram tarifas preferenciais, por meio do decreto do nº 6079, como se pode ver abaixo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, no intuito de promover o desenvolvimento das relações commerciaes do Brazil com os Estados Unidos da America do Norte e considerando:

Que esse paiz é o maior importador do café, que nos seus mercados tem entrada livre de direitos;

Que o art. 6º da lei n. 1144, de 30 de dezembro de 1903, revigorado pelo art. 18 da lei n. 1452, de 30 de dezembro de 1905, autoriza o Governo a adoptar uma tarifa differencial para um ou mais generos de producção estrangeira, compensadora de concessões feitas a generos de producção brasileira;

Decreta: Art. 1º Dentro do vigente exercicio, a partir de 1 de julho vindouro, até 31 de dezembro, gosarão de uma redução de 20 % nos direitos de importação para consumo os seguintes artigos de producção dos Estados Unidos da America do Norte que tiverem entrada no Brazil: Farinha de trigo, Leite condensado, Manufacturas de borracha do art. 1023 da Tarifa. Relogios, Tintas do art. 173 da Tarifa, excepto tintas para escrever, Vernizes, Machinas de escrever, Caixas frigorificas. Pianos, Balanças, Moinhos de vento.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1906, 18º da Republica.

(ATOS DO PODER EXECUTIVO. Decreto n. 6079, p. 705.16 abr. 1904).

A fixação de tarifas, era parte essencial da política comercial e condição elementar para a afirmação do setor industrial. O quadro abaixo é demonstrativo do panorama de fixação de tarifas ao longo da Primeira República – ponto central em torno do qual giravam as aspirações e as mobilizações dos industrialistas.

Quadro 1: Tarifas na Primeira República

ANO	TARIFA
1891	Tarifa Rui Barbosa; primeira tarifa republicana; (Redução tarifária sobre a matéria-prima importada; estabelecimento da quota-ouro).
1896**/1897*	Decreto 2.261 (20/04/1896) Ministro Rodrigues Alves.
1900	Lei 581 (20/07/1899), Tarifa Joaquim Murinho, (Decreto 3.617, 19/03/1900).
1929**	Decreto 5.650 (9/1/1929) Revisão tarifária para o setor têxtil.

Elaboração Própria. Fonte: Leopoldi, 2000, p. 101.

Tarifa livre-cambista que favoreceu os importadores.*

Tarifa Protecionista que favoreceu os industriais.**

O quadro apresenta a Tarifa Rui Barbosa – marco inicial da política tarifária na República que estabeleceu a quota-ouro como dispositivo criado para preservar o

nível real dos impostos de importação, dentro o contexto de desvalorização cambial crescente que marcou os primeiros anos da República. Como parte da dinâmica de regulamentação tarifária, a segunda metade da década de 1890, foi marcada pela elaboração da tarifa protecionista de 1895-96 cuja revisão, em 1897, resultou da reação do comércio importador.

Na sequência da formulação da política tarifária, estabeleceu-se a tarifa de 1900, decretada pelo Ministro Joaquim Murinho, que se estendeu ao longo de três décadas, enfrentando diferentes contextos em que se propunha a revisão e a reformulação de seus índices. Como medida inaugural, restabeleceu a quota-ouro no imposto tarifário que havia sido suspensa pouco depois da fixação da tarifa de 1890. A tarifa de 1900 foi substituída na íntegra, apenas pela tarifa de 1934 – já no contexto do governo Vargas (1930-45). Encerrando o período da Primeira Republica, mais especificamente em 1929, uma campanha liderada pelos industriais têxteis resultou em aumentos tarifários, aprovados no Congresso, elevando as taxas sobre a importação de tecidos de algodão. Como resultado, as importações tiveram uma queda significativa de 8.310.615 kg para 1.338.304 kg de 1928 para 1929 (LEOPOLDI, 2000, p. 102-109).

A despeito dos aspectos mais específicos do longo processo de fixação de tarifas em todo o marco que corresponde à Primeira República, cabe considerar que, como saldo, a política tarifária conferiu alguma proteção à produção nacional. A mobilização dos industriais concentrou-se sobre essa meta, protagonizando lutas para o estabelecimento de tarifas seletivas para importação (LEOPOLDI, 2000).

Dentro desse conjunto de elementos que marcaram a política comercial nesse contexto histórico, outro ponto de tensão se delineou. As oscilações cambiais que, no início da República, se davam em grande medida sem a atuação direta do governo. Contudo, de acordo com Leopoldi (2000), ocorreu a intensificação dos dispositivos de intervenção, consolidando, como regra, a regulamentação governamental ao cabo das quatro décadas que corresponderam à Primeira República. Para a autora,

As intervenções do governo na área cambial pretendiam estabilizar a taxa de câmbio em alguns momentos ou valorizar o mil-réis numa conjuntura em que a tendência à desvalorização ameaçava a economia e o governo. O objetivo era evitar grandes oscilações cambiais que prejudicassem os diversos interesses econômicos. Agindo dessa forma, o governo defendia seus próprios interesses – pois era o maior comprador no mercado de divisas e assim garantia a

aquisição de libras esterlinas a um câmbio razoável para efetuar os pagamentos ao exterior – e atendia também os interesses dos exportadores, cafeicultores e industriais (LEOPOLDI, 2000, p. 154).

No que se refere ao câmbio, sucessivas medidas foram implementadas a fim de se reformar o sistema monetário. Como marco dessas iniciativas, destacam-se as medidas dos Ministros Rui Barbosa (1889-1891) que descontentou bancos estrangeiros pelas prerrogativas dadas aos bancos nacionais³⁷, favoreceu os industrialistas pelo acesso ao crédito e à proteção tarifária (Tarifa Rui Barbosa, de 1890), bem como atendeu a agricultores fluminenses de cana e do café pelas concessões de crédito.

Em São Paulo, a cafeicultura beneficiou-se com as sucessivas desvalorizações cambiais, cujos fundamentos sempre foram motivo de polêmica nesse contexto inicial da República. Nesse sentido, o debate intensificou-se no confronto entre duas correntes: "papelistas" e "metalistas"³⁸. Em linhas gerais, os papelistas identificavam-se pela defesa da expansão do meio circulante e a ampliação de crédito para investimentos. Em uma orientação distinta, os metalistas propunham um controle rigoroso do orçamento e sustentavam o apoio incondicional à conversibilidade da moeda.

A breve passagem de Rodrigues Alves, no Ministério da Fazenda, no período de 1891-92 (na sucessão a Rui Barbosa), movimentou oposições em função da orientação ortodoxa e da contenção do crédito e da emissão. A posterior nomeação do ministro "militar-industrialista" Serzedelo Correia³⁹, em 1892, foi marcada pela implementação do Banco da República do Brasil (BRB), (1892-1895)⁴⁰ com a autorização para emitir títulos para financiamento das indústrias brasileiras. Além dessa iniciativa, o ministério de Serzedelo fomentou uma política de isenção de tarifas para importação de matérias-primas e máquinas para as indústrias bem como elevou as taxas alfandegárias de alguns produtos importados (LEOPOLDI, 2000). Muitas

³⁷ Internamente os bancos nacionais se digladiavam pelas concessões para emissão dentro da política do Encilhamento, de Rui Barbosa.

³⁸ Esses grupos, sua composição e seus projetos encontram-se analisados no último capítulo da tese.

³⁹ Em 17 de dezembro, deixou o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas e foi efetivado como ministro da Fazenda. O clima na época era de grave crise financeira. Sua política econômica e financeira pautou-se no estímulo à industrialização, com tarifas protecionistas e facilidades de crédito, sem perder de vista o controle da especulação e da inflação. Propagandista da República, Deputado Federal pelo Pará (1891-1892), ocupou diversos cargos na República (CPDOC/FGV/PRIMEIRA REPÚBLICA).

⁴⁰ Esse banco foi criado em 1892, como resultado da fusão de dois bancos: o BREUB (Banco da República dos Estados Unidos do Brasil) e o Banco do Brasil. Em 1896 voltou a se chamar Banco do Brasil, sendo encampado pelo governo. Para esse tema, ver Fontenela (1998).

polêmicas cercaram a gestão de Serzedelo Correia, em especial as medidas que asseguravam ao governo maior atuação no mercado financeiro⁴¹, mobilizando setores contra e a favor da intervenção governamental no mercado de câmbio.

Como balanço sucinto da evolução do câmbio e sua importância para a política comercial, no que se refere à primeira década republicana, uma contínua desvalorização do mil-réis se delineou como tendência. A queda do valor do mil-réis decorria de um conjunto de fatores. De acordo com Leopoldi (2000, p. 167), "[...] a depreciação cambial advinha do fato de o mercado de divisas não dar conta da demanda por câmbio. O governo necessitava de cada vez mais divisas para o pagamento da dívida externa".

Com as frequentes quedas do preço internacional do café, especialmente a partir de 1896, não interessava aos cafeicultores nesse período um câmbio valorizado. A depreciação do mil-réis era capaz de melhorar a renda dos exportadores e cafeicultores nessas conjunturas de queda do preço internacional do café, mantendo elevado o preço em moeda nacional. Esses aspectos serão mais rigorosamente analisados no quarto capítulo da tese, dentro de uma conjuntura específica⁴².

De forma concisa, alguns aspectos desse contexto mais específico podem ser apresentados. A partir da segunda metade da década de 1890 até o ano de 1906, consolidou-se a orientação ortodoxa, no que se configurou como a "virada contracionista" – marcada pela gestão dos ministros Rodrigues Alves (1891-1892;1894-1896), Bernardino de Campos (1896-1898) e Joaquim Murtinho (1898-1902) – contexto que será objeto de maior detalhamento no quarto capítulo da tese.

O marco mais preciso da atuação do governo para a estabilização do câmbio se dá com a presidência de Campos Sales (1898-1902), diante do agravamento da dívida externa e do déficit governamental. O então ministro da Fazenda Joaquim Murtinho rejeitava a expansão monetária e a desvalorização cambial. Como parte desse contexto, destaca-se o ajuste do orçamento público por meio do *funding loan* - um empréstimo que compreendia um programa de estabilização pela contenção das despesas públicas, a redução do meio circulante e a retração ao crédito, como medidas centrais do programa.

⁴¹ Essa intervenção se deu pelo Decreto 1.359, de 1893, que instituiu a Câmara Sindical dos Corretores dos Fundos Públicos – órgão de fiscalização dos títulos de câmbio e de metais preciosos. Funcionou como um dispositivo com fins de contenção da especulação cambial (LEOPOLDI, 2000).

⁴² No quarto capítulo, recortou-se a conjuntura que remete à chamada "virada contracionista" nos anos de 1898-1906 e dentro da qual a política cambial alcançou grande projeção.

Esse contexto agiu de forma crítica sobre a cafeicultura imersa em um cenário de superprodução. No tocante à indústria, a orientação de austeridade assumida pelo ministro Joaquim Murinho atraiu reações do setor industrial, cuja culminância se concretizou na criação do Centro Industrial do Brasil (CIB), em 1904. As oposições à política de Joaquim Murinho culminam, em 1906, com o Convênio de Taubaté e a criação da Caixa de Conversão – com fins de manter a estabilidade do câmbio.

O que se pode registrar é que, a partir desse contexto, o governo ampliou a capacidade regulatória na área monetária e cambial. Mesmo com a extinção da Caixa de Conversão em 1914, foi dado ao Banco do Brasil, a partir de 1917, a competência para a fiscalização das operações financeiras e cambiais, com a evidência da criação, em 1926, da Caixa de Estabilização no governo de Washington Luís (1926-1930).

Marcados alguns aspectos do panorama da política comercial na Primeira República, cabe, a partir de então, um esboço sobre a forma como os setores privados em destaque se encontravam configurados.

2.2 A cafeicultura e suas demandas: a configuração de um setor

Há uma vasta produção acerca da trajetória do café no Brasil e sua projeção no quadro das exportações brasileiras a partir do século XIX e, notadamente, nas primeiras décadas do século XX. Muitos fatores concorreram para o incremento da produção cafeeira levando o Brasil à marca de 82% da produção mundial no início dos anos de 1900 (SILVA, 1986). Como parte introdutória desta seção, essa trajetória será apontada, com base nas dinâmicas próprias da cafeicultura paulista – que se constituiu na referência maior à economia nacional, dentro do contexto da pesquisa. Busca-se demonstrar o processo de diferenciação interna, próprio à expansão do café em São Paulo, e o amplo panorama de interesses e tensões que se configuraram a partir dessa dinâmica.

Um elenco considerável de trabalhos⁴³ retratou os "caminhos do café" desde o contexto mais remoto do qual se tem registro à cultura do produto em São Paulo, em fins do século XIX. Dentro desta vasta produção, alguns elementos devem ser considerados. Boa parte do Império Brasileiro (1822-1889) esteve sob o impacto de uma sociedade moldada pela efervescência da cafeicultura. O contexto favorável,

⁴³ Além dos autores já citados, outros se destacam: Delfim Neto (1976), Kugelmas (1986) e Torelli (2004).

marcado pelo aumento da demanda mundial por café e pela queda de um dos maiores concorrentes – a produção asiática –, incrementou a produção nacional. De acordo com Fausto (1985), o aumento do consumo nos EUA se deu pelo rápido crescimento da população, com os grandes fluxos de imigrantes europeus no século XIX. Nesse processo,

[...] os Estados Unidos passariam a consumir maior quantidade de café brasileiro do que toda a Europa em conjunto, a partir do quinquênio 1870-1874. As exportações brasileiras, na média de cinco anos, se destinaram percentualmente em 58,2% aos Estados Unidos e 41,8% à Europa (FAUSTO, 1985, p. 198).

Iniciando sua trajetória no Rio de Janeiro, por volta de 1820, o café manteve-se com altos índices de exportação, nessa região, até, aproximadamente 1890 – quando o estado de São Paulo assumiu a liderança. "[...] em 1885, as exportações de café do porto de Santos representaram cerca de 40% do café brasileiro" (MELO, 2002, p. 218). A maior zona cafeeira fluminense, na década de 1880, era a chamada Zona Vale Sul do Paraíba – composta pelos municípios de Vassouras, Valença, Resende, Paraíba do Sul, entre outros. No entanto, a partir de 1890, o Estado do Rio de Janeiro já não correspondia aos investimentos necessários – contando para isso, entre outros fatores, com a questão da mão de obra, na transição do trabalho escravo para o trabalho livre, assalariado.

Como cultura itinerante, o café expandiu-se para a zona da mata Mineira, para o Estado do Espírito Santo, alcançando, por fim, o Oeste Paulista – onde se constituiu um complexo cafeeiro, superando os índices e os moldes da produção fluminense. "A crise do Vale nascera da devastação dos solos, provocando o declínio da produtividade dos cafezais e do valor das terras. A riqueza se concentrava cada vez mais no estoque de escravos que tendia a se reduzir e se esfumaria com a Abolição" (FAUSTO, 1985, p. 197).

É importante observar que, somente na década de 1920, a cafeicultura fluminense voltaria a registrar índices expressivos de produção. Nesse contexto, configurou-se um período de "renascimento"⁴⁴ do café em terras fluminenses,

⁴⁴ Esse contexto, de acordo com Ferreira (1994), foi resultado de políticas implantadas no início do século XX, como a exemplo, no governo do presidente Nilo Peçanha (1909-1910), o projeto de diversificação da agricultura. Um conjunto de medidas incrementou as atividades agrícolas no Estado do Rio de Janeiro. Nesse contexto, o café se deslocou para os municípios de Itaocara, São Fidélis, Santo Antônio de Pádua e **Itaperuna – município que chegou à marca de 60% de toda a produção do Estado em fins da década de 1920** (ANDRADE, 1987). (grifo nosso).

impulsionado por um conjunto de circunstâncias. O deslocamento do café fluminense para São Paulo se intensificou a partir dos anos sessenta do século XIX. Do Vale do Paraíba, a cultura do café começou a ocupar a zona Oeste de São Paulo, configurando sua marcha em direção ao interior.

Como se sabe, a descoberta da boa qualidade das "terras roxas" para o cultivo do café e a grande redução nos custos do transporte, proporcionada pela introdução das ferrovias, impulsionaram esta arrancada em direção aos sertões. Esse processo de ocupação territorial, que transformou o Brasil no primeiro produtor mundial de café, estava vinculado ao processo de expansão capitalista em escala global e à conseqüente integração do mercado internacional, se tomarmos a questão do ponto de vista das suas determinações mais amplas (SILVA, 2002, p. 164-165).

A vertiginosa produção de café em São Paulo alcançou, ao longo da Primeira República, índices como os que se pode ver abaixo.

Tabela 5: PÉS DE CAFÉ EM DIVERSOS ESTADOS

Estados da Federação	Ano / 1921	Ano / 1930
São Paulo	843 592 000	1 188 058 000
Minas Gerais	511 252 100	650 691 700
Espírito Santo	122 500 000	271 400 000
Rio de Janeiro	160 239 000	213 818 000
Bahia	49 799 000	94 440 200
Pernambuco	27 886 000	82 073 000
Paraná	15 138 000	30 229 000

Fonte: FAUSTO, 1985, p. 242.

Considerando a evolução do café ao longo da Primeira República, Silva (2002) registra os períodos de maior expansão nos intervalos de 1888-1898, percorrendo regiões do Oeste Paulista⁴⁵ e alcançando índices muito expressivos. No período entre 1900 a 1910, há um arrefecimento do plantio, em um contexto de superprodução. Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), registra-se um novo incremento, "[...] principalmente como efeito das políticas de valorização do produto e da subida dos preços no mercado internacional. De 710 milhões de pés de café em 1909, houve uma

⁴⁵ A investida do café se deu através das regiões de Mogiana (Ribeirão Preto e Batatais), da baixada paulista (São Carlos, Pirassununga, Descalvado, Araraquara) e região central (Itatiba, Serra Negra, Itapira) (SILVA, 2002).

ampliação para 828 milhões em 1918, e para mais de 1 bilhão em 1927" (SILVA, 2002, p. 165). A pesquisa empírica assinala a recorrência de medidas em diferentes conjunturas, que podem ter produzido o incremento ao setor.

O contexto de superprodução acima referido no intervalo dos anos de 1900 a 1910 e as demandas que desse cenário emergiam estão expressas na mensagem do Presidente Rodrigues Alves (1902-1906), endereçada ao Congresso Nacional.

É esperada, entretanto, no corrente anno uma safra abundante e a perspectiva de uma baixa maior nos preços tem impressionado os lavradores pelo receio de prejuizos iminentes e que não poderão ser compensados com a alta que tem de vir, proxivamente, em consequencia de uma menor producção. Dahi, o empenho em favor de providencias que possam ter execução já para aproveitarem á safra actual. Ponderando nessa situação difficil, o Congresso não hesitou consignar na lei do orçamento em vigor uma autorização contendo as medidas reputadas sufficientes para solução de todas as difficuldades do momento. Por força dessa lei, **o governo está autorizado a entrar em accôrdo com os Estados cafeeiros – para regular o commercio do café, promover a sua valorização, organizar e manter um serviço regular e permanente de propaganda com o fim de augmentar o seu consumo, podendo endossar as operações de credito necessárias para esse fim, observadas certas condições.** (RODRIGUES ALVES, 1906, p. 12). (grifo nosso).

A produção do café, em São Paulo, engendrou dinâmicas mais complexas e, pelo que se pode observar no documento acima, demandas cada vez mais amplas, além da necessária ocupação de novas terras, da diminuição dos custos de transportes e da demanda por mão de obra. Comparativamente a outras regiões, um conjunto de fatores levou a cafeicultura paulista a uma maior projeção no cenário nacional. Não só as condições geográficas mais favoráveis (superioridade de clima e de solo do Oeste Paulista), mas também o desenvolvimento de um adequado sistema de transportes. Sob esse aspecto, as limitações da região fluminense também se fariam notar.

Diferentemente das estradas de ferro paulista, que serviram de trampolim para outras atividades na economia, no Rio de Janeiro, isto não ocorreu. Primeiro, porque a maior ferrovia que cortava seu território, a Central do Brasil, antes intitulada D. Pedro II, tinha sido ainda em 1865 encampada pelo Governo Imperial. Segundo, porque a rede que se expandiu para a Zona Serrana no Centro e Zona Norte Fluminense foi de pequenas linhas (MELO, 2002, p. 224).

Como observado anteriormente, a redução dos custos do transporte representou um aspecto fundamental para a ampliação da oferta de café. Para Cano (1977), as ferrovias cumpriam um papel essencial no complexo cafeeiro, ampliando a margem dos excedentes e oportunizando a inversão do excedente de capital.

As inserções empíricas permitem observar um conjunto de medidas do governo que asseguravam ganhos incrementais para o sistema ferroviário em suas articulações com a expansão do setor cafeeiro. O decreto que se apresenta é exemplificativo desta questão, atuando sobre a Estrada de Ferro Leopoldina – diretamente ligada aos negócios do café. O texto se encontra no Relatório de 1903 de Leopoldo de Bulhões – ministro da Fazenda do governo de Rodrigues Alves.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil: Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder isenção de imposto, dentro do periodo de um anno, á Companhia Estrada de Ferro Leopoldina, para o material que importar e for indispensavel para a reparação actual de suas linhas e augmento e melhoria do trafego, mediante lista apresentada ao Thesouro e approvada pelo Ministro da Fazenda, depois de ouvido o Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, e sómente para os objectos que não tiverem similar na producção nacional. Entre os serviços de reparação das linhas, augmento e melhoria do trafego, a Companhia incluirá o melhoramento do trafego de Friburgo e do ramal do Sumidouro.
Art. 2º Revogam-se as disposições em contrario. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1903, 15º da Republica (LEOPOLDO DE BULHÕES, 1903, 12).

Considerando ainda fatores que incrementaram a expansão da produção de café no século XIX, para os propósitos desta tese, é importante considerar a atuação do Estado nos negócios da cafeicultura. Essa atuação constituiu-se em um dos elementos essenciais da pesquisa empírica: a verificação da implementação de medidas econômicas (voltadas à cafeicultura e ao setor industrial) instituídas ao longo da Primeira República no âmbito do Executivo e Legislativo federal.

Contudo, ainda no século XIX, a ação do poder público se fez notar em algumas direções. Uma delas foi o fomento à utilização de mão de obra assalariada. Inicialmente, com leis restritivas⁴⁶ para a utilização do trabalho escravo, estabelecidas ainda no Império e, posteriormente, por meio da subvenção à imigração – quando se

⁴⁶ Lei Eusébio de Queiroz de 1850 (proibindo o tráfico de escravos), Lei do Ventre Livre de 1871 e Lei Saraiva Cotegipe (dos Sexagenários), de 1885.

pôde observar a atuação do governo federal, embora a política estadual (notadamente a de São Paulo⁴⁷) tenha-se apresentado mais efetiva.

Outra seara na qual se verificou a atuação do Estado nesse contexto de fins do Império para a República foi a implementação de uma política emissionista⁴⁸ e de concessão de crédito. Ainda no regime monárquico, iniciou-se essa política, voltada para a agricultura. Já na República, o Encilhamento – ampliação da política econômica já iniciada no Império – beneficiou alguns setores com créditos, subsídios para a vinda dos trabalhadores imigrantes e com a taxa de câmbio continuamente desvalorizada (LEOPOLDI, 2000).

Muitos outros aspectos poderiam ser considerados neste breve histórico, pela vasta referência que se tem acerca das condições sob as quais o café se tornou o "eixo" da economia brasileira em boa parte do modelo imperial, consolidando-se os cafeicultores como elites⁴⁹ no período republicano. Todavia, para a finalidade deste capítulo, optou-se apenas por situar a trajetória da cafeicultura para se entender melhor o seu apogeu na Primeira República.

2.2.1 A proeminência da cafeicultura paulista no cenário nacional

Como ponto de partida, cabe esclarecer a escolha de se recortar a cafeicultura paulista como o "bloco de pressão" mais efetivo dentro da produção cafeeira nacional – no contexto da pesquisa. Reafirmando essa projeção, Mendonça (2002, p. 171) destaca a "flagrante preponderância da grande burguesia paulista no cenário político-econômico nacional".

O "lugar central" da produção de café em São Paulo, ao longo da Primeira República, em relação aos demais estados, pode ser atestado em dados que demonstram o alcance dos índices registrados na década de 1920.

⁴⁷ Entre 1890 e 1930, de um total de aproximadamente dois milhões de imigrantes que chegaram a São Paulo, a metade foi subsidiada pelo poder público estadual (PENNA, 1999).

⁴⁸ A política emissionista e de créditos foi instituída pela lei bancária de 1888 e ampliada, no contexto republicano, pela política do Encilhamento, implantada pelo Ministro da Fazenda Rui Barbosa (1889-1891). Como um artifício para o desenvolvimento econômico, incrementou também o setor industrial (LEOPOLDI, 2000).

⁴⁹ O conceito de elites é utilizado em uma dupla dimensão: elites econômicas e elites políticas com o sentido de "[...] categorias de pessoas que comandam seus campos de ação – porque possuem atributos especialmente valorizados para exercerem a liderança" (DULCI, 2015, p. 225).

Tabela 6: PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DE CAFÉ EM 1920

Estados	Produção em milhões de sacas (média das safras 1917-1920)	Sacas/há	Sacas por 1.000 cafeeiros
São Paulo	7.873	7,7	9,6
Minas Gerais	2.473	3,8	5,0
Rio de Janeiro	820	4,2	5,2
Espírito Santo	772	5,0	6,7
Bahia	148	2,0	3,0
Brasil	12.086	5,5	7,1

Fonte: Anuário Estatístico do Café, 1939/41, DNC, Rio de Janeiro (apud MELO, 2002, p. 220).

Outro aspecto que fundamenta esse recorte pautado na dimensão nacional alcançada pela cafeicultura paulista encontra-se nas especificidades apresentadas pela produção cafeeira em outros estados da federação. A título de exemplificação, cabe observar que a produção do café em Minas Gerais – apesar de expressiva – não reproduziu a amplitude dos padrões da cafeicultura paulista. As diferenças passavam por vários aspectos. De acordo com Martins Filho (1984), entre essas duas áreas, estabeleceu-se um significativo contraste⁵⁰. Segundo o autor, conforme já observado no capítulo anterior, os interesses da elite mineira, eram variados, e não exclusivamente direcionados para o café – em função de uma reestruturação do setor cafeeiro em fins do século XIX. Por conseguinte, a política mineira durante a Primeira República não se pautou num sistema de representação de interesses centrados na cafeicultura, mas sob outros padrões de articulação política.

A importância alcançada pela cafeicultura paulista no cenário nacional, conta com a produção de Florestan Fernandes, no clássico, *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975). O autor considera que as transformações econômicas processadas a partir da lógica de produção do café engendraram uma nova realidade para o cenário brasileiro. Assinala a especificidade da cafeicultura paulista em comparação com a que prevaleceu na região cafeeira do Vale do Paraíba. Considera que a emergência, em São Paulo, de fazendeiros de café divorciados da "visão senhorial" e munidos de um "estado de espírito" modernizador, tornou-se condição essencial para a formação do capitalismo no Brasil.

⁵⁰ Uma série de fatores é apontada para indicar a fragilidade do café em Minas Gerais se comparada à produção em São Paulo. Os cafeicultores de Minas não dispunham dos mesmos recursos financeiros e não foram beneficiados, na mesma proporção, pelos planos de Valorização do Café. Na cafeicultura mineira, as formas de utilização da mão de obra para a lavoura, baseada na parceria, não correspondiam aos moldes paulistas, mais eficazes. Além disso, o café mineiro não apresentava a mesma qualidade do café paulista (MARTINS Filho, 1984).

De acordo com o sociólogo, o capital cafeeiro buscou diversificação. Ampliou as atividades econômicas e criou um complexo cafeeiro marcado por atividades subordinadas ao comércio de exportação e à lógica do sistema capitalista mundial. A força e o "lugar" da cafeicultura paulista também são ressaltados por Torelli (2004) ao associar à elite cafeeira paulista o papel dominante no contexto da Primeira República. O autor deposita na ação do setor cafeeiro a "chave" do contexto político, social e econômico de grande parte do período republicano.

O lugar da cafeicultura paulista na economia e política da Primeira República mais uma vez se encontra resguardado pelos estudos de Boris Fausto (1985). De acordo com o autor, o complexo cafeeiro dispunha de capacidade para exercer forte pressão em torno da intervenção estatal. Observa que, ao longo da Primeira República, a ação do Estado se concretizará por meio de planos contendo um conjunto de medidas que evoluem da valorização provisória à valorização permanente na década de 1920⁵¹. Para Fausto, a empresa cafeeira paulista, assentada em relações capitalistas de produção, agia "[...] com consciência de seus interesses e um projeto de estruturação política do país" (FAUSTO, 1985, p. 199).

Para mais uma referência que justifica o recorte feito na tese, a proeminência do eixo paulista conta com as produções de Saes (1981) e Perissinotto (1994). Esses autores enfatizam o processo de diferenciação interna do qual resultou um verdadeiro "complexo importador-financeiro-exportador" – fator de projeção da cafeicultura paulista em nível nacional e mecanismo que configurou os segmentos da lavoura e do "grande capital cafeeiro".

Essa dinâmica no seio da cafeicultura em São Paulo conferiu prerrogativas mais expressivas a esse eixo cafeicultor em nível nacional, se comparado a outros setores da economia. Por fim, o papel desempenhado por essa cultura no conjunto da economia nacional encontra-se exaltado como "riqueza da Nação" na "fala" do presidente Campos Sales, ainda nos primeiros anos da República:

Valorização de nossa exportação e conseqüente aumento da fortuna pública, manifestada pela alta do preço do café; Restabelecimento cada vez maior do crédito do Brasil, manifestado alta notável dos

⁵¹ As operações provisórias de valorização do café se deram em três momentos: 1906, 1917 e 1921. Consistiam em um conjunto de medidas como a concessão de empréstimos aos cafeicultores, a compra e a retirada provisória do produto do mercado, visando regularizar a oferta, além do financiamento da propaganda no exterior para aumentar o consumo do produto. Em 1922, a intervenção para a valorização permanente foi consolidada pela criação do Instituto de Defesa Permanente do Café (PENNA, 1999).

nossos titulos no exterior e pela tendencia que se vai accentuando da entrada de capitaes estrangeiros (CAMPOS SALES, 1900, p. 40).

Contudo, a expansão do capital cafeeiro paulista e a ampla configuração assumida pelo setor engendraram interesses nem sempre coincidentes, cabendo identificar os segmentos configurados nesse processo de expansão do café em São Paulo. Para o que mais importa sobre essa elite, e para o que se pretende nesta tese, na sequência, delimitam-se os segmentos da cafeicultura e suas demandas, constituídas em um processo de diferenciação interna, que os moveu como "blocos de pressão" sobre o Estado.

2.2.2 A lavoura e o "grande capital cafeeiro"⁵²

Com base nas análises de Saes (1981; 1985) e Perissinotto (1994; 1997), a cafeicultura paulista não deve ser considerada como um bloco econômico coeso de proposições. O lugar ocupado pelos diferentes segmentos nas dinâmicas de produção, comercialização e associação com o capital estrangeiro gerou oposições significativas.

Os fazendeiros do café – situados na base da produção – constituíram-se no segmento da cafeicultura marcado por uma economia essencialmente agrária de cunho exportador. Apresentavam-se, desse modo, mais vulneráveis às pressões do capital estrangeiro, sofrendo de forma mais direta as flutuações do mercado externo sobre os preços do café. Essa oscilação afetava a margem de lucro e as condições para a reprodução do setor (FAUSTO, 1985).

Por essa maior vulnerabilidade aos condicionantes das relações do Brasil com a economia internacional, os membros da lavoura manifestaram-se, ao longo da Primeira República, em uma franca demanda pela intervenção do Estado nos negócios do café. A lavoura buscava, pela via do Estado, a correspondência a uma gama de interesses, estendendo-se desde a promoção do produto no mercado externo e a demanda pela melhoria dos transportes, a pontos centrais como o controle do câmbio, com vias à desvalorização cambial.

⁵² Essa expressão é utilizada segundo a classificação de Saes (1981; 1985) e Perissinotto (1994; 1997) para a identificação de segmentos distintos, mas relacionados, na composição da cafeicultura paulista.

Como um "sócio-menor" nos negócios do café, a ampliação das linhas de crédito encontrava-se no centro das demandas da lavoura. Em períodos mais acentuados de crise, vocalizavam – como se pode ver abaixo – o "estado crítico" e a necessária atuação do Estado. A citação remete a um aspecto essencial: indica a mobilização do setor (mais especificamente da lavoura) para a afirmação de suas demandas. A concretização dessas mobilizações se daria, em 1906, com o Convênio de Taubaté, institucionalizando a valorização do produto por meio da ação pública.

É lisonjeiro accentuar que as classes interessadas na economia do paiz se congregam para estudar as suas necessidades e os remedios que possam domina-las, assim como trabalham os Estados na decretação de medidas que tendem a remover as causas mais pronunciadas da crise. Não será indifferente aos poderes publicos um esforço que tão utilmente se apparelha para debellar males que tanto nos affligem. **E os reclamos das classes productoras – da lavoura, que ainda ha pouco, reunida em congresso nesta capital, formulou, em synthese clara e com louvavel elevação de intuitos, as providencias que pareciam opportunas em beneficio de sua classe [...]** (RODRIGUES ALVES, 1902, p. 9-10). (grifo nosso).

Verificar o maior ou menor grau de ganhos concentrados do segmento da lavoura nos negócios do café é uma das possibilidades desta pesquisa – até para se discutir questões relativas à hegemonia do grande capital na dinâmica da cafeicultura assim como situar melhor o Estado nesse jogo de interações.

2.2.3 Interesses e pontos de tensão na disputa por espaços de hegemonia

Não se pretende demonstrar por onde passaram as demandas e as tensões, seguindo uma rigorosa sequência cronológica de fatos ou mesmo da política econômica implementada segundo a cronologia dos Presidentes da República. O que se busca é evidenciar as grandes questões em torno das quais os setores se mobilizaram – já indicadas pela literatura especializada – para a verificação de tais premissas por meio da pesquisa empírica demonstrada nos capítulos da tese.

A mobilização desse setor contava com canais por meio dos quais os segmentos da cafeicultura vocalizavam suas demandas. Algumas Associações se tornaram emblemáticas pelas articulações que promoveram, em especial, a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), que remonta ao ano de 1894, e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), fundada em 1919. Essas entidades alcançaram grande

expressão articulando-se pelos mais diversos espaços a fim de defender os interesses que representavam.

A SRB apresentava-se como um grupo mais voltado para as articulações junto ao governo do estado de São Paulo. Como representante da agricultura de exportação, tinha como canal preferencial o jornal *O Estado de São Paulo* para a veiculação de suas demandas. Contava com a presença de nomes como Antônio Prado, Rafael Sampaio Vidal, Eduardo Prates, Júlio de Mesquita (presidente do jornal citado), entre outros expoentes (REIS, 2008).

A SNA, por sua vez, encontrava espaço na burocracia do poder público federal, evoluindo com uma proposta de maior diversificação do panorama agrário brasileiro, incentivando o associativismo rural. O grupo que compunha a cúpula da SNA estava representado por personalidades como Ildefonso Simões Lopes, Augusto Ferreira Ramos, Antônio de Arruda Câmara, e outras vinculações. Na Imprensa, manifestou-se principalmente por meio do jornal *A Lavoura* (MENDONÇA, 1997). De modo geral, essas Associações utilizavam-se de diferentes espaços para a vocalização de suas demandas: nas cadeiras do legislativo, na burocracia do Estado, no nível federal ou estadual, em Jornais, em Congressos Agrícolas⁵³, enfim, por canais os mais diversos.

Para se considerar as demandas da cafeicultura (em seus diferentes segmentos), é necessário observar que, nesse processo de diferenciação, interesses específicos vão se configurando. Flávio Saes (1981; 1985) e Boris Fausto (1985) apontam para essa problemática e afirmam a capacidade de imposição dos interesses do grande capital sobre os da lavoura, não só no nível estadual como no nível federal – instância considerada nesta pesquisa. Esta é uma perspectiva que se pretende verificar no exame das deliberações das arenas investigadas, uma vez que há um debate profícuo acerca do maior ou menor poder de pressão dos fazendeiros de café em relação à hegemonia do grande capital.

Como ponto de partida para essas tensões, tem-se no centro das disputas o mecanismo da desvalorização cambial – dispositivo que contemplava as demandas da lavoura, especialmente em contextos de queda dos preços do café. Os ganhos dos fazendeiros do café se mantinham pelo mecanismo da baixa do câmbio que assegurava – pela conversão da moeda estrangeira na moeda nacional – a recomposição de possíveis perdas para a lavoura (PERISSINOTTO, 1994).

⁵³ Apenas a título de ilustração, marcando o panorama inicial da Primeira República, é importante destacar a participação da SNA no *I Congresso Nacional de Agricultura de 1901* (MENDONÇA, 1997).

Contudo, esse mecanismo não se mantinha a despeito da reação de outros interesses que apostavam suas expectativas de recomposição de perdas por meio da estabilização do câmbio⁵⁴. Vale notar medidas implantadas para o saneamento das finanças públicas na gestão de alguns presidentes, como a mensagem do presidente Rodrigues Alves expressando essa orientação assumida.

Estou certo de que os aparelhos creados pela legislação em vigor offerecem ao governo meios efficazes para serem oppostos a quaesquer vacilações depressivas que ventura sejam notadas nas taxas de cambio. Não ha duvidas que a massa de papel moeda circulante é ainda consideravel e deve ser reduzida. Os fundos de garantias e resgate devem servir exactamente para crear recursos destinados a obter essa redução e já dispõem dos meios necessarios à satisfação oportuna e parcial desse objetivo (RODRIGUES ALVES, 1905, p. 49-50).

Tais medidas de contenção acirravam os embates e estabeleciam o distanciamento entre as aspirações da lavoura e a política econômica do Estado. Os dispositivos monetários de contenção da emissão e do crédito tinham o efeito de, uma vez implementados, evitar o corte do financiamento externo – fundamental para os negócios do grande capital cafeeiro e para o Estado, a fim de assegurar a estruturação de suas relações com o mercado externo (TORELLI, 2004).

Nesse sentido, o Convênio de Taubaté, em 1906 (já referido), pode ser entendido como expressão de uma contrapartida da lavoura – como concretização da intervenção direta do Estado, para assegurar mecanismos compensatórios em contextos de crise, atuando diretamente sobre as Políticas Monetária e Cambial. Cabe observar que, no contexto anterior ao Convênio, as solicitações dos produtores giravam em torno de dispositivos de intervenção indireta, voltados para a cobrança de impostos sobre novas plantações e, ao mesmo tempo, crédito e financiamentos para a lavoura (PENNA, 1999).

De acordo com Cardoso de Mello (1998), havia um aspecto paradoxal próprio à dinâmica da desvalorização cambial. Esse artifício realimentava a crise à medida que, ao incentivar a produção, mantinha a queda dos preços no mercado externo e implicava novas desvalorizações, afetando a estabilização das contas públicas. É o

⁵⁴ A exemplo disso, os Presidentes Campos Sales (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906) adotaram várias medidas saneadoras da crise financeira do Estado. Uma delas afetou diretamente os interesses dos fazendeiros: foi eliminado o mecanismo de desvalorização da taxa cambial que protegia a renda dos cafeicultores (SUZIGAN; SZMRECSÁNYI, 2002).

que Villela e Suzigan (2001) classificaram como a "superprodução induzida endogenamente pela operação de desvalorização da moeda".

Outra face resultante do mecanismo da desvalorização cambial acirrava as tensões: as restrições às importações. Esse quadro afetava o grande capital cafeeiro pelos negócios ligados à importação e também ao Estado com um percentual significativo de receitas oriundas dos impostos de importação⁵⁵ (CARDOSO DE MELLO, 1998). Como um mecanismo compensatório e como mais um componente desse quadro conflituoso, os agentes do grande capital reagiam ao mecanismo da desvalorização, elevando os custos dos fretes ferroviários – setor no qual investiam somas consideráveis⁵⁶ – o que desfavorecia a lavoura (SAES, 1981; PERISSINOTTO, 1994). A ação do capital mercantil incrementou as tensões.

Dada a estrutura precária do sistema bancário, que provocava ausência de crédito para a lavoura, os cafeicultores eram forçados a entregar a safra a um baixo preço. O capital mercantil era o grande beneficiário da situação. Ele teve sucesso em impedir, durante todo o período, a criação das linhas de crédito à lavoura que tornassem esta menos vulnerável à sua ação predadora (PERISSINOTTO, 1994, p. 49).

Consolidando essa perspectiva, Caio Prado Jr. (1985), observa o papel desempenhado e as vantagens obtidas pelos intermediários representados por grandes casas financeiras e bancos internacionais.

E serão eles, muito mais que os produtores em cujo nome se agira, que colherão seus melhores frutos. A mercadoria adquirida na fase das operações anteriores será agora revendida com larga margem de lucros; e os estoques oficiais retirados do mercado ficarão nas suas mãos para com eles manobramos. Aquela manobra se verificava mesmo dentro do período de um único ano agrícola. [...] Os intermediários do comércio serão compradores na primeira fase, vendedores na segunda. Acabam assim, em detrimento dos produtores, desfrutando da maior parte dos lucros dos negócios do café (PRADO Jr., p. 253).

⁵⁵ As competências da União no sistema federativo da República encontram-se discriminadas no terceiro capítulo da tese.

⁵⁶ A elevação das tarifas agia no sentido de recompor perdas do capital investido nas ferrovias, uma vez que a desvalorização do mil-réis elevava o custo das importações de materiais e combustíveis, assim como inflacionava as dívidas contraídas pelas companhias de transporte no exterior (PERISSINOTTO, 1994).

Em relação às conexões com o mercado externo, detendo as condições estratégicas para ampliar suas margens de lucro, o capital mercantil estrangeiro tornou-se o "sócio-maior" dos negócios do "grande capital cafeeiro". O aprofundamento da participação do capital estrangeiro no complexo cafeeiro ampliou o espaço das empresas estrangeiras que passaram a ocupar negócios anteriormente dominados pelo "grande capital cafeeiro": serviços urbanos, transporte ferroviário e até mesmo o espaço da produção. Como se pode observar, "[...] as dificuldades de alguns fazendeiros favoreceram a entrada dos interesses estrangeiros no setor da produção e a própria Theodor Wille & Cia. tornou-se proprietária de várias fazendas" (FAUSTO, 1985, p. 225).

O que se observa, mediante o que a literatura aponta, é que, para os representantes da lavoura, um ponto expressivo de tensão residia nessas conexões com o capital internacional: na ação dos exportadores sobre as atividades dos comissários e na especulação sobre os estoques visando a queda dos preços. O comissário consistia em um intermediário entre o produtor e o exportador atuando no financiamento do fazendeiro e na colocação da mercadoria. Sobre a função do comissariado do café na cadeia do complexo cafeeiro, observa-se que,

Em uma época de desenvolvimento bancário incipiente, concentrado sobretudo no Rio de Janeiro, os fazendeiros obtinham crédito para manter e expandir a empresa agrícola junto aos comissários, sediados na capital do país e posteriormente em Santos, que se valiam de recursos próprios e de suas conexões com os bancos" (FAUSTO, 1985, p. 209-210).

Aos exportadores, por sua vez, interessava a compra para o estoque em contextos de queda dos preços. A revenda do produto em momento mais favorável, de preços mais elevados, assegurava o lucro com o negócio do café. A lavoura se ressentia do monopólio da revenda do café por esses grupos de exportadores – expressão do "grande capital cafeeiro".

A pesquisa empírica demonstra a forte presença das demandas do setor cafeeiro, refletidas na instância federal. Apresenta significativa recorrência de temáticas que permitem inferir a "pressão" da cafeicultura. Nesse balanço de

interesses e de relações conflituosas que se configuraram, a intervenção do Estado dividiu posições, até mesmo no seio da cafeicultura⁵⁷.

Para o Estado brasileiro, quando o preço do produto aumentava no mercado internacional, a situação era vantajosa porque a melhora nas condições de intercâmbio favorecia a elevação da taxa cambial, resultando na valorização da moeda brasileira – requisito para a execução dos compromissos da dívida externa. A "fala" de Campos Sales em mensagem presidencial já registrada nesta seção é ilustrativa dessa realidade.

Havia, portanto, uma complexa rede de interações para a consolidação da economia cafeeira. Isto posto, a orientação seguida pela pesquisa empírica é a de inferir, por meio da análise da recorrência de medidas econômicas específicas, a pressão da cafeicultura paulista sobre as arenas Executiva e Legislativa. Por expectativa, paralela à trajetória do café, a configuração da indústria e seu incremento nos limites da Primeira República contam também como peça essencial para as dinâmicas de pressão que marcaram esse contexto. É o que se pretende demonstrar na sequência do texto.

2.3 A emergência e a afirmação do setor industrial

As considerações de Cardoso (1985) se mostram muito oportunas para iniciar esta seção – ao afirmar ter sido o setor industrial o que mais se beneficiou no novo contexto inaugurado pela República. Para o autor, a despeito de ser o café o principal produto nacional, graças às articulações dos industrialistas, assegurou-se uma política protecionista às indústrias nacionais, com impostos altos à importação, notadamente no período de 1890/91. Essa orientação estendeu-se até a ascensão de Campos Sales (1898-1902) – cujas deliberações se encontram referidas neste capítulo.

A emergência do setor industrial conta com vasta produção na literatura especializada⁵⁸. De forma recorrente, questões ligadas especialmente às origens da

⁵⁷ Essa intervenção se deu de forma direta e indireta. Destacam-se os contextos de intervenção provisória (1906, 1917, 1921), e de intervenção permanente, consolidada pelo Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café, em 1924. Para maior detalhamento dessa temática, ver Oliveira (1995).

⁵⁸ Destacam-se trabalhos como os de Nícia Vilela Luz (1978), *A luta pela industrialização do Brasil: 1808-1930*; Maria Saens Leme (1978), *A ideologia dos industrialistas Brasileiros: 1919-1945*; Sergio Silva (1986), *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*; SAES, F.M. (1989) *A Controvérsia sobre a industrialização na Primeira República*; M^a Antonyeta Leopoldi (2000), *Política e Interesses na industrialização brasileira*, entre outros.

industrialização confrontavam interpretações de sua maior ou menor inserção na lógica do modelo agroexportador, como se pode ver abaixo.

[...] a despeito de divergências significativas entre os autores – tem sido explicada em função do desempenho do setor exportador e, em muitos casos, em função do desempenho do setor cafeeiro. A indústria teria surgido para abastecer a demanda criada pelo setor exportador; seria o resultado de crises no setor exportador, ou ainda, teria sido estimulada inicialmente pela evolução das taxas cambiais e tarifas de importação, as quais eram, direta ou indiretamente, influenciadas pela evolução das exportações (OLIVEIRA, 2002, p. 235).

Os debates não versaram exclusivamente sobre os fatores que determinaram a emergência do setor industrial e não se circunscrevem à esfera dos estudos acadêmicos. No debate intelectual da época, notadamente na esfera do pensamento econômico, discutiam-se as implicações do avanço industrial e das demandas que se estabeleciam na configuração do setor.

Em termos do debate intelectual a atividade industrial era acusada de exógena, de transplante e estrangeirismo, modismo fora da realidade nacional ou vício argentário de homens de negócio refratários ao padrão cultural nacional – voltado para a terra, para a agricultura e base de nossa identidade histórica. [...] Nos momentos de pedido de proteção ou de auxílio governamental ao investimento industrial (para solucionar crises ou expandir atividade) os setores ligados à vocação agrária se encrespavam e atacavam frontalmente o mau uso ou mau destino dos recursos públicos (CEPÊDA, 2010, p. 125).

Essa corrente do pensamento econômico se apresentou como mais um obstáculo a ser vencido na "luta pela industrialização". De acordo com Luz (1978),

A predominância das atividades rurais no Brasil não deixou de favorecer a eclosão de uma mentalidade que encontrava nas doutrinas fisiocratas uma justificativa para uma economia de base essencialmente agrícola. Não se limitavam porém aos princípios econômicos, os ideais desse grupo ruralista. Transcendendo a ordem econômica, penetravam nos domínios da moral, preconizando uma filosofia anti-industrialista, antiurbana, ressaltando as vantagens e a superioridade da vida do campo (LUZ, 1978, p. 92).

A despeito dos limites próprios a um cenário predominantemente agrário, a indústria se afirmou e, para isso, alguns elementos contaram significativamente. O crescimento das exportações expande a renda, cujos acréscimos, por seu turno,

induzem investimentos industriais. Além disso, como as máquinas eram importadas, o crescimento das exportações viria propiciar as divisas necessárias para a compra de equipamentos (DEAN, 1971).

Como marcos da trajetória do setor industrial, na transição do Império para a República, cabe observar que a formação do setor, delineada ao longo do século XIX, tem como ponto de partida o Alvará de 1º de abril de 1808, decretado quando da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil⁵⁹. Tal decisão não apenas autorizou, como passou a incentivar a instalação de fábricas, por meio da isenção de direitos de importação de matérias-primas e de "subsídios" para a construção das primeiras manufaturas (HOLANDA, 1985).

A tarifa Alves Branco, de 1844 (que recebe o nome do então Ministro da Fazenda, Manoel de Alves Branco), nesse contexto, destaca-se pelo relativo incremento no panorama industrial. Feita com vistas a recompor as perdas de arrecadação que o Estado brasileiro teve em grande parte do Império⁶⁰, provocou um pequeno surto manufatureiro. A efetividade da tarifa divide os estudiosos entre os que valorizam mais seu efeito fiscal e de arrecadação para o Estado e aqueles que enfatizam o efeito protecionista⁶¹.

O argumento de se utilizar os direitos alfandegários como forma de proteger a indústria nacional não era consensual, como já observado. Ao longo da segunda metade do século XIX, contudo, assistiu-se a sucessivas alterações das tarifas alfandegárias⁶². Para essa conjuntura favorável ao incremento industrial, contou também a extinção do tráfico de escravos, pela lei Eusébio de Queiroz, de 1850, como impulso que disponibilizou capitais a serem investidos no empreendimento fabril, dinamizando o setor. A dinâmica de transição do trabalho escravo para o trabalho livre e assalariado – implicando o incremento da oferta de mão de obra, como também a ampliação das necessidades de consumo – conta como fatores decisivos para o

⁵⁹ A transferência da sede do Império português para o Rio de Janeiro fez com que o príncipe regente, D. João VI, revogasse o Alvará de 1875, proibitivo em relação às manufaturas.

⁶⁰ A discussão sobre as rendas públicas era uma constante prática dos legisladores do Império – marcado pelo déficit e pela carência de uma política tributária efetiva (HOLANDA, 1985).

⁶¹ Quanto aos efeitos protecionistas da tarifa, o percentual estabelecido de 30% sobre as importações dividiu opiniões. Para Luz (1978), Holanda (Opus cit.), entre outras referências, a função precípua da tarifa foi fomentar rendas ao Estado. De acordo com Leopoldi (2000) e Cervo (2003), a tarifa trouxe um relativo incremento para a produção industrial.

⁶² A título de exemplificação de tarifas implementadas no Império: em 1857, tarifa Souza Franco; 1860, tarifa Silva Ferraz; 1869, tarifa Itaboraí. Juntamente com outras, essas tarifas criaram um contexto favorável à indústria (HOLANDA, 1985).

fomento industrial. O impacto das medidas implementadas no ano de 1850 é dimensionado nas considerações abaixo.

O governo sentiu-se forte para enfrentar dois problemas quase intratáveis, embora cruciais para a soberania nacional, para a sobrevivência da classe proprietária, e para o próprio Estado: o problema do tráfico e o problema da estrutura agrária e da imigração. Eram questões que vinham frequentando há tempos a agenda de políticas públicas, sem que houvesse condições políticas para sua elaboração, isto é, sem que o governo se sentisse com poder e legitimidade suficientes para decidi-las. No mesmo ano, foi publicado o Código Comercial que sistematizava a confusa legislação anterior, em boa parte de origem ainda colonial. Desde 1834 vinha o projeto se arrastando na Câmara e no Senado. Dele dependia, entre outras coisas, a regulamentação das sociedades anônimas, principais agentes do desenvolvimento econômico no capitalismo emergente (CARVALHO, 2007, p. 256).

Nesse contexto de meados do século XIX, características específicas da produção do café possibilitaram o surgimento de segmentos industriais mais complexos como a indústria têxtil, ferroviária, portuária, comercial, a exemplo de alguns ramos que se estabeleceram (FURTADO, 2007; CANO, 1977).

Traçando um panorama dos estabelecimentos fabris, até a primeira metade do século XIX, Leopoldi (2000) assinala a forte dispersão regional em relação à produção de alimentos, bebidas, tecidos grossos, chapéus, fumo, sabões e velas. Nas análises da autora, o setor de alimentos e de bebidas ocupava lugar de destaque, com a marca de 51% dos estabelecimentos. Tomando o polo industrial do Rio de Janeiro como referência mais específica, seus estudos caracterizam como setores de maior peso na segunda metade do século XIX, o têxtil/vestuário, alimentos/bebidas, fumo e couro. Para a autora, só na década de 1880 é que se pode verificar a emergência de estabelecimentos da metalurgia e das fundições de máquinas (agrícolas e ferroviárias). Considera que, na segunda metade do século XIX, ainda que com estímulos descontínuos, se tinha registro no país de, aproximadamente, 1.900 fábricas. Para isso, contou o aumento significativo na importação de máquinas industriais vindas da Grã-Bretanha, França, Alemanha e dos Estados Unidos. (LEOPOLDI, 2000).

A mudança do Império para a República trouxe mudanças significativas: em um contexto inicial, a facilidade de crédito, a proteção tarifária e o câmbio desvalorizado incentivaram o crescimento industrial. No mesmo período aumentou de forma

significativa o investimento em máquinas importadas, bem como fundaram-se novas indústrias, muitas delas de grande porte. A expansão industrial no contexto do Encilhamento se deu em uma dinâmica de concentração dos estabelecimentos industriais. De acordo com Leopoldi (2000, p. 45), esse processo foi caracterizado “[...] sob a forma de grandes firmas, acentuando o processo de concentração iniciado em alguns setores da indústria carioca e fluminense na década de 1870”. Esse incremento pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 7: O Encilhamento e o crescimento da indústria têxtil no Distrito Federal entre 1881 e 1905.

ANO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	NÚMERO DE OPERÁRIOS	CAPITAL SOCIAL (CONTOS DE RÉIS)	PRODUÇÃO (METROS DE TECIDO)
1881	4*	530	-	4,5 Milhões
1891	10**	-	40.308:500\$	-
1895	14**	5.435	29.200:000\$	46,2 Milhões
1898	8	-	32.950:000\$	-
1905	10	8.216	-	-

*Fábricas de tecido de algodão.

**Indústrias de fiação e tecelagem em geral.

Fonte: Leopoldi, 2000, p. 50.

Não se pode problematizar a afirmação do setor industrial na Primeira República sem considerar os investimentos estrangeiros. Cabe observar como esses investimentos agiram. Embora os anos de 1880 assinalem investimentos diretos de capitais estrangeiros na indústria de transformação do Brasil, nesse contexto,

[...] os investimentos diretos de capitais estrangeiros na indústria de transformação do País foram bastante limitados. Na verdade, esses capitais, particularmente os britânicos e os franceses, aplicados no Brasil naquela época, orientavam-se preferencialmente para os setores de transportes (especialmente ferrovias), de energia elétrica e da agroindústria açucareira (SUZIGAN; SZMRECSÁNY, 2002, p. 264).

O panorama da produção industrial na época do Censo de 1907 assim se apresentava:

Tabela 8: Indústrias do Distrito Federal: dados sobre os principais setores, 1907 (%)

SETORES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	CAPITAL EMPREGADO (CONTOS DE RÉIS)	NÚMERO DE OPERÁRIOS	VALOR DE PRODUÇÃO (CONTOS DE RÉIS)
Alimentos e bebidas	24,4 (280)	16,3	11,9	30,9
Tecidos e roupas	20,0 (221)	47,3	38,8	26,8
Couro	8,5 (94)	4,4	11,5	8,06
Madeira	12,1 (133)	3,9	5,7	9,3
Metal	7,3 (80)	3,8	7,8	6,4
Sabão, velas, lamparinas e véus.	1,5 (17)	5,0	2,0	5,0
Materiais de construção	7,8	2,2	5,2	2,9
Meios de transporte	1,8 (20)	0,3	7,9	1,6
Total parcial	84,4	83,2	90,8	90,9
Total DF	100,0 (1.101)	100,0 (185.500.000\$)	100,0 (36,169)	100,0 (233.400.000\$)
Brasil	(3.258)	(665.575.663\$)	(151.841)	(741.536.108\$)

Fonte: Lobo, 1978 (apud LEOPOLDI, 2000, p. 51).

Nos anos imediatamente anteriores à I Guerra Mundial e durante a década de 1920, incrementam-se os investimentos de capitais estrangeiros na indústria de transformação do País.

Embora ainda atrelada ao desempenho da economia agroexportadora, a indústria brasileira estava iniciando naquela época um significativo processo de diversificação de sua estrutura produtiva, incorporando vários ramos derivados da Segunda Revolução Industrial – fábricas de aço, cimento, máquinas e equipamentos, material elétrico, veículos automotores, produtos químicos, etc. (SUZIGAN; SZMRECSÁNY, 2002, p. 266).

Um balanço sobre os contextos favoráveis ao incremento da indústria na Primeira República aponta para o fato de que "[...] dois terços dos estabelecimentos industriais existentes no país em 1919 foram fundados entre 1910 e 1919, o que indica a rápida expansão da indústria naquela década, também verificada de 1900 a 1904, quando praticamente duplica-se o número de estabelecimentos" (HERRLEIN; DIAS, 2002, p. 399).

No que se refere ao perfil mais geral da indústria na Primeira República, com ênfase nos polos industriais do Rio de Janeiro e de São Paulo, vale considerar alguns elementos de comparação estabelecidos quanto a esses dois espaços. Ao analisar o período de 1900 a 1920, Leopoldi (2000) observa aspectos relevantes. Afirma que a crise do café fluminense não desaqueceu por completo o impulso industrial. A autora parte do pressuposto de que no Rio de Janeiro, mais especificamente na Capital Federal, não se configuraram as conexões entre cafeicultura e indústria como em São Paulo.

O "grande capital cafeeiro" e a diversificação de suas atividades, por sua vez, engendraram uma relação mais estreita com os investimentos industriais em São Paulo. Referindo-se à indústria na capital, a autora compara o ramo têxtil nos dois espaços e conclui que, "[...] no importante setor da indústria têxtil de algodão, não foi possível encontrar até agora indústrias formadas com capitais vindos diretamente da cafeicultura, como ocorreu em São Paulo" (LEOPOLDI, 2000, p. 56). O que explica essa diferença, segundo Leopoldi (2000), são as outras fontes de capital que concorreram para a indústria fluminense: ramos comerciais – como o comércio importador – e também capitais vindos de bancos e mercado de ações, além do papel desempenhado pelos investimentos estrangeiros.

Ainda de acordo com a autora supracitada, por uma série de fatores, a indústria na capital foi cedendo destaque para a produção em São Paulo, especialmente a partir dos anos 20. O acúmulo de funções na capital federal, a concorrência com outras regiões do país que se especializavam em determinados setores e o incremento à indústria em São Paulo, pelos capitais e pela dinâmica da cafeicultura, explicam esse deslocamento.

Como mais um aspecto nesse quadro sucinto de considerações relativas à emergência do setor industrial na Primeira República, e seguindo esse exercício de comparação, cabem algumas observações sobre o desenvolvimento da indústria no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais. As características peculiares com que o Rio Grande do Sul se constituía no final do Império contaram para a forma como a produção industrial se desenvolveu.

Estudos como os de Herrlein e Dias (2002) apontam especificidades na produção gaúcha – marcada por uma estrutura fundiária de grandes e pequenas propriedades com produção voltada para o mercado interno. De acordo com os autores, "[...] as diferentes condições regionais para a emergência de relações

capitalistas de produção condicionariam profundamente as características da indústria nascente nessa região" (HERRLEIN; DIAS, 2002, p. 398). No que se refere ao desempenho da indústria gaúcha, esses autores apontam ainda para uma menor lucratividade em comparação com a indústria paulista. Observam que

[...] o principal fator determinante da menor lucratividade geral da indústria gaúcha frente à paulista era o elevado peso, em sua estrutura por ramos, daqueles ramos industriais cuja produção agregava menos valor e que mantinham uma parcela expressiva de capital ociosa, na forma de estoques de matérias-primas e produtos (HERRLEIN; DIAS, 2002, p. 411).

Por fim, nesse exercício de comparação, apenas por uma rápida menção à indústria mineira, cabe considerar suas especificidades. De acordo com Oliveira (2002) – que analisa o setor têxtil –, a produção industrial em Minas Gerais não requereu os mesmos dispositivos do modelo fluminense e paulista para se desenvolver no século XIX. Isso se deu pelo fato de que nesse estado não se reproduzia o padrão que vinculava o desempenho industrial ao desempenho do setor exportador. A especificidade de Minas Gerais consistia no fato de que "A renda e o emprego de Minas dependiam basicamente da produção local para o mercado interno: da produção de alimentos e de manufaturas e da criação de gado" (OLIVEIRA, 2002, p. 238).

Esse breve panorama do setor industrial na dinâmica econômica da Primeira República impõe, como desdobramento, a configuração das demandas que congregaram a ação dos industriais para a representação de seus interesses junto ao Estado. Nos capítulos dedicados com mais aprofundamento às inserções empíricas, será verificada e comparada a produção de ganhos em todas as arenas para assim, proceder a uma análise qualitativa dessas variações.

2.3.1 Interesses do empresariado industrial: protecionismo e câmbio

A discussão em torno da atuação política dos industriais na Primeira República está inserida em uma problemática bem mais ampla que se refere à capacidade de ação e influência do setor em diferentes contextos da realidade brasileira. Os estudos se dividem entre percepções que afirmam a fragilidade e pouca expressão dos

industriais⁶³ – negando-lhes a possibilidade de formulação de um projeto próprio e de autonomia nas ações – e análises que reconhecem a atuação do empresariado industrial em diferentes conjunturas⁶⁴.

Em estudo sobre a representação dos interesses do setor industrial no Brasil, Wagner Mancuso (2007) ressalta que os empresários industriais, desde os primórdios do desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro, revelaram uma alta capacidade de mobilização e de participação política na defesa de seus interesses específicos. No que se refere à capacidade de organização e atuação dos industriais no contexto da Primeira República, o debate aprofunda-se por se tratar de um cenário econômico estruturado sob a lógica da economia agroexportadora⁶⁵, que, paradoxalmente, impôs limites e impulsos para a mobilização do setor.

A despeito desses limites, esta pesquisa parte do pressuposto de que, mesmo em vias de formação, o setor industrial vocalizou demandas e pressionou o Estado, prioritariamente em torno das questões tarifária e cambial (LEOPOLDI, 2000). Os debates no Senado, ainda em fase inicial de implantação da República, já expressavam a pressão dos setores ligados à indústria, como se pode observar no trecho abaixo.

Attendendo instantes reclamos de importantes associações industriaes, que luctam com grandes difficuldades para se desenvolverem, tendo aliás bons elementos de vida, resolveu o governo ouvir sobre o assumpto a opinião de homens praticos e competentes e nomeou para tal fim uma comissão. Aguardo esse parecer, que não pode demorar-se, para levar ao vosso conhecimento o plano que julgar mais adequado, afim de facilitar os meios de credito e melhorar a situação das industrias, que forem merecedoras desses auxilios, mediante providencias que resguardem os interesses do Thesouro e a boa localisação dos recursos solicitados (ALEXANDRE CASSIANO, 1892, p. 22).

⁶³ Trabalhos como os de Schmitter (1971), Cardoso (1972) e Martins (1978), são ilustrativos dessa vertente.

⁶⁴ Como exemplos dessa orientação, encontram-se trabalhos como os de Diniz e Boschi (1999), Leopoldi (2000), Mancuso (2007), entre outros.

⁶⁵ Há um recorrente debate acerca dos posicionamentos quanto aos fatores que determinaram o incremento à produção na transição do século XIX para o século XX. Saes (1989) afirma que o confronto de posições resulta em diferentes paradigmas que ora vinculam a expansão da indústria à expansão das exportações (PELAEZ, 1968; DEAN, 1971; VILELLA; SUZIGAN, 1973), ora enfatizam os contextos de crise em que se delineia o processo de "substituição das importações" como determinantes (SIMONSEN, 1937; FURTADO, 2007; CAIO PRADO JR., 1985).

Quanto às relações entre o empresariado industrial e o Estado, no contexto da Primeira República, Gomes (2002) reconhece a presença e a eficácia da ação do setor que oscilou em uma posição pragmática diante do intervencionismo estatal. Para a autora,

[...] o empresariado entendia que o liberalismo não era um instrumento capaz de dar "soluções globais" aos problemas cruciais que mobilizam suas preocupações e ações. Neste sentido, embora não se possa dizer que os princípios liberais fossem abandonados *tout court*, ou mesmo que deixassem de responder como importante orientação ideológica, pode-se sustentar que a prática desse ator – seus discursos e sua atuação – "adaptaram" tais princípios às questões concretas que encontraram (GOMES, 2002, p. 93).

Esse era o posicionamento dos industriais em relação às tarifas, à medida que o ponto central de sua articulação girava em torno da obtenção de medidas de caráter protecionista – para as quais a intervenção do Estado era fundamental. Crescia, assim, ao longo das décadas iniciais do regime republicano, a demanda pela regulação tarifária seletiva das importações a fim de incentivar o parque manufatureiro interno. Essas demandas foram canalizadas pela atuação política que se deu, entre outros canais, pelas entidades representativas do empresariado industrial⁶⁶. A grande batalha consistia em dotar a estrutura tarifária de um cunho essencialmente protecionista. Essa batalha dividia opiniões na esfera do poder Executivo. As inserções empíricas demonstram isso.

Não parece aconselhável a agravamento de tarifas que já suficientemente protegem indústrias em condições de prospero desenvolvimento. O proteccionismo aduaneiro é aceitável dentro dos limites razoáveis traçadas pelo exacto conhecimento das condições económicas do país. Entre nós, é a productora agrícola que mais vantajosamente pode ser amparada pelas tarifas, graças á capacidade productora de que dispomos. Proteger a agricultura, manter taxas que permittam, sem exagerada protecção, a vida e o progresso das indústrias capazes de natural desenvolvimento adoptar tarifas simplesmente fiscaes para artigos que não poderemos produzir, parece a mais criteriosa orientação no assumpto (AFONSO PENNA, 1907, p. 62).

⁶⁶ As associações industriais se destacam a partir dos anos de 1870. Como exemplos: Associação Industrial (1881), Centro Industrial (1890-1892), Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo (1902-1904), Centro Industrial Brasileiro (1904), dentre outras.

A dependência do Estado em relação aos impostos aduaneiros – como fonte de receita – incrementava as tensões.

De acordo com Leopoldi (2000, p. 94), "A receita proveniente dos impostos aduaneiros correspondia, até a Primeira Guerra Mundial, cerca de dois terços da receita total do governo. A partir da guerra, reduziu-se o peso do imposto alfandegário na arrecadação do governo".

Como mais uma evidência empírica, a importância do caráter fiscal na tributação sobre o produto estrangeiro pode ser verificada no trecho a seguir, proferido pelo Presidente Washington Luis (1926-1930).

Mas a principal, a mais forte, a mais volumosa de todas as causas do deficit está na isenção e redução de impostos de importação, feitas por leis do Congresso sobre mercadorias destinadas a serviços industriaes. É impressionante a somma correspondente aos impostos de importação, que legalmente deixam de ser pagos [...] Os impostos aduaneiros separam, às vezes, os doutrinarios em proteccionismo e livre cambistas, conforme querem eles crear e proteger industrias nacionaes ou permitir livre entrada dos productos de procedência estrangeira; mas além dessa função economica, em muitos paizes, esses impostos constituem financeiramente fontes de renda para o custeio dos serviços publicos (WASHINGTON LUIS, 1927, p. 31-32).

Quanto à questão cambial, não se pode afirmar uma única tomada de posição por parte dos industriais ao longo da Primeira República. Essas alterações comportamentais são apontadas por Leopoldi (2000) quando observa a posição pragmática do setor.

Defrontando-se ao mesmo tempo com o movimento operário, as pressões livre-cambistas na política tarifária e uma crise econômica, o setor organizou-se numa entidade de classe, o Centro Industrial do Brasil, em 1904. Nesta mesma época, os industriais mudaram também sua postura com relação à questão cambial. Passaram a apoiar a formação da Caixa de Conversão, organismo criado pelo governo para estabilizar a taxa de câmbio. Até então eles haviam favorecido a desvalorização do mil-réis. Contudo, a partir de 1906 até o final da República Velha, eles foram fortes defensores da estabilização cambial (LEOPOLDI, 2000, p. 176).

No que se refere ao governo, sua capacidade regulatória sobre a política cambial⁶⁷ foi se ampliando e suscitando, assim, o aumento da pressão dos setores econômicos mais diretamente envolvidos com o movimento do câmbio. A desvalorização cambial consta em muitas análises – já referidas – como fator positivo ao incremento das atividades industriais, conferindo um ambiente protegido à indústria. O ponto central dessa orientação afirma que o dispositivo da desvalorização, ao encarecer os produtos similares manufaturados no exterior, assegurava maior parcela da demanda interna à indústria nacional (SAES, 1981).

As análises que defendem o interesse compartilhado da indústria (junto à cafeicultura, pela desvalorização cambial) argumentam que, por meio desse mecanismo, assegurava-se a renda do setor exportador. Entende-se, por consequência, que, ao ter sua renda defendida pela desvalorização cambial e pelas políticas de valorização do café, durante as crises, o setor exportador gerava a demanda interna direcionada à indústria nacional.

Em contrapartida, a valorização do câmbio implicava o fomento para a importação de bens de produção, facilitando a aquisição de máquinas e matérias-primas. Havia, portanto, um campo de tensão entre essas orientações econômicas e o posicionamento dos industriais – que deve ser considerado na pesquisa empírica (LEOPOLDI, 2000). Nesse jogo de interesses, as metas do Estado no campo das operações cambiais devem ser consideradas. Para o poder público, era importante

[...] estabilizar a taxa de câmbio em alguns momentos ou valorizar o mil-réis numa conjuntura em que a tendência à desvalorização ameaçava a economia e o governo. O objetivo era evitar grandes oscilações cambiais que prejudicassem os diversos interesses econômicos. Agindo dessa forma, o governo defendia seus próprios interesses – pois era o maior comprador no mercado de divisas e assim garantia a aquisição de libras esterlinas a um câmbio razoável para efetuar os pagamentos no exterior (LEOPOLDI, 2000, p. 154).

Contudo, as metas de estabilização do Estado se viam contrariadas por outra demanda do setor industrial: a política de emissão monetária. Uma das mais expressivas condições para fazer avançar o setor industrial expressava-se no clamor

⁶⁷ Exemplificativos desse maior controle por parte do Estado sobre o câmbio são as funções de fiscalização das operações financeiras e cambiais e a reativação da Carteira de Câmbio, pelo Banco do Brasil em 1917 e 1921, respectivamente. A criação da Caixa de Estabilização, pelo governo, em 1926, também marca esse processo (LEOPOLDI, 2000).

pelo auxílio direto do governo na forma de concessão de créditos. Os industriais, alegando o peso das circunstâncias, solicitavam o auxílio do Estado, sob a forma de empréstimos governamentais.

A política de isenção de direitos às matérias-primas e às máquinas para a montagem e renovação das fábricas resultavam em tensões. Não havia lei de aplicação geral que autorizasse as isenções de direito aduaneiros – já que as medidas ao longo da Primeira República tinham caráter pontual. Essa questão mobilizava os interesses dos estabelecimentos industriais já implantados que se empenhavam em afastar novos empreendimentos. Os trechos abaixo, vocalizados no Senado Federal, são ilustrativos desse embate.

Com effeito, paiz novo que necessita aproveitar a immensa riqueza economica de matéria prima, que dorme na opulencia de sua flora e nas jazidas do subsolo, sendo a maior parte do pouco que é explorado enviado aos mercados estrangeiros, não há duvida que a proteção tarifaria aos machinismos, aparelhos, engenhos, instrumentos e utensilios, destinados ao seu beneficiamento ou manufactura, impõe-se como salutar medida de progresso e prosperidade, emancipação industrial e commercial das praças alienígenas. Si é condemnavel o excesso de proteccionismo dispensado, actualmente, às industrias nacionaes, baseado na tarifa elevadíssima, quase prohibitiva para os artigos manufacturados, o que só serve para enriquecer o capitalista e encarecer a vida do consumidor, não pode deixar de ser applaudida a idéa de libertar do imposto todas as machinas importadas para as industrias novas ainda não exploradas (AFONSO DE CAMARGO, 1924, p. 306).

O debate prossegue na sequência.

Foi presente à Comissão de Finanças, para emitir parecer, o projeto n. 23, 1924, que isenta do imposto de importação, todos os machinismos e accessorios destinados ás primeiras fábricas de industrias ainda não exploradas no paiz, que se fundarem dentro do prazo de dez annos. Tendo o autor deste projecto, Sr. Affonso de Camargo, offerecido á consideração do Senador um substitutivo, modificando o prazo de dez para três annos, o qual foi adoptado e incorporado, como emenda, á proposição n. 101, de 1924, hoje lei, é a Comissão de Finanças de parecer que, por este motivo, o projecto não tenha mais voto favoravel do Senado (AFONSO DE CAMARGO, 1925, p. 462).

Todas essas questões não podem ser compreendidas a despeito de uma linha de pensamento, de cunho nacionalista⁶⁸, que concebia a indústria como um elemento de prosperidade e de progresso para o país. Essa corrente condenava o sistema de favoritismo às concessões de caráter privilegiado, compreendendo que poderiam prejudicar o desenvolvimento industrial.

O argumento central dessas posições nacionalistas recaía sobre a vulnerabilidade da economia brasileira marcada pela exportação de uns poucos produtos agrícolas e pelo desequilíbrio da balança comercial. Partindo desses princípios, defendia-se o fomento à produção nacional, tanto industrial quanto agrícola, por meio de uma tarifa protetora, dando particular atenção às indústrias que poderiam ser abastecidas por matérias-primas existentes no país denominadas de "indústrias naturais". Não contavam com o mesmo apoio os setores que demandavam importação de matéria-prima, e eram denominados "indústrias artificiais".

No contexto inicial da República, o embate em torno do pensamento econômico se mostrava bastante expressivo. Duas correntes se enfrentaram na defesa das "indústrias naturais", vistas como "[...] capazes de se desenvolverem sozinhas, uma vez que encontrassem certas condições, como capitais suficientes, mão-de-obra adequada e facilidade de transporte" (LUZ, 1978, p. 84). Essa corrente de pensamento liberal confrontava-se com um viés protecionista que pleiteava a proteção de forma sistemática para o setor industrial.

Cabe assinalar – no que se refere aos obstáculos que se interpunham no avanço do setor industrial – os paradoxos do pensamento econômico liberal nesse contexto de transição do século XIX para o século XX, com implicações para a nascente República. Quanto a esses limites,

Se, a princípio, foram os interesses britânicos o grande obstáculo ao estabelecimento de um protecionismo alfandegário, a partir dos meados do século XIX, os seus maiores adversários foram, dentro do próprio país as hostes liberais cujas doutrinas eram tão convenientes aos interesses da lavoura monocultora, que juntamente com a organização comercial que apoiava, dirigiam, então, os destinos do Império (LUZ, 1978, p. 50).

⁶⁸ Como expoentes e interlocutores desse pensamento nacionalista destacavam-se Antônio Felício dos Santos, Homero Batista, Serzedelo Correia e Amaro Cavalcanti.

O fato é que a resistência às medidas protecionistas mobilizou a ação dos industriais. Oscilando em torno de questões mais pontuais ou enfrentando os desafios em torno de questões centrais como o câmbio e as tarifas protecionistas, o setor industrial se fez presente nos mais diversos espaços para a vocalização de suas demandas.

O terceiro capítulo da tese que se apresenta, na sequência, busca caracterizar, de modo mais geral, o sistema político e as possibilidades que se configuraram, em um modelo institucional determinado. Pretende analisar as Arenas Executiva e Legislativa quanto às suas possibilidades enquanto "espaços de pressão" para verificar, pela pesquisa empírica, o maior ou menor grau de efetividade em relação às demandas dos setores propostos.

CAPÍTULO III

O ESTADO E OS ESPAÇOS DE INFLUÊNCIA DOS INTERESSES PRIVADOS: AS ARENAS EXECUTIVA E LEGISLATIVA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Até hontem a nossa missão era fundar a republica; hoje o nosso supremo dever perante a patria e o mundo è conserval-a e engrandecel-a. Não se mudam instituições para persistir em defeitos inveterados, ou para causar simples deslocações de homens. Nas revoluções em que preponderam os principios sobre que repousa a trilogia sagrada do direito, da justiça e da liberdade, os povos visam antes de tudo melhorar de condição, fortalecer o imperio das leis e reivindicar o papel que lhes cabe no governo da sociedade.

(DEODORO DA FONSECA, 1890, p. 7). (grifo nosso).

O desenho institucional da Primeira República, exaltado no discurso fundador do novo regime, ensejou uma tarefa grandiosa. Contudo, a “fórmula federativa” implantada demonstrou que “não era bem aquela a República dos sonhos”⁶⁹. Para seus críticos mais severos, o movimento de “15 de novembro” de 1889 configurou uma “República Oligárquica” – experiência divorciada do sentido original da “coisa pública”⁷⁰, cujo ideário se encontra expresso no trecho abaixo.

O momento de transição do Império para a República é particularmente adequado para o estudo desta questão. Tratava-se da primeira grande mudança de regime político após a independência. Mais ainda: tratava-se da implantação de um sistema de governo que se propunha, exatamente, trazer o povo para o prosclênio da atividade política (CARVALHO, 1987, p. 11).

A Primeira República pode ser abordada pela valorização de uma multiplicidade de aspectos. À guisa de introdução deste capítulo, cabe retomar, sucintamente, o enfrentamento de certas problemáticas recorrentes pelas escolhas feitas nesta tese.

Como ponto de partida, faz-se necessário recuperar o eixo da pesquisa, voltado para a representação de interesses e discutido no primeiro capítulo. Tal orientação

⁶⁹ Essa expressão, proferida por Saldanha Marinho (1816-1895), político do Império, tornou-se emblemática para denunciar o desencanto com o novo regime.

⁷⁰ A palavra *República* foi por muito tempo expressão de aspirações democráticas – em contextos de Revolução nos séculos XVIII e XIX, que ensejavam um lugar central para o povo (CARVALHO, 1989).

pautou-se em um enfoque que não se reduz à abordagem clássica do patrimonialismo⁷¹ – mecanismo por meio do qual se assegurava a partilha dos postos da administração federal, considerado como síntese das relações políticas. Relativizar esse paradigma implica abordar o período pela busca de outro sentido para as relações entre os setores privados e o Estado.

Ainda que espaços na burocracia e nas instâncias governamentais importassem, significativamente, para assegurar o lugar das elites, de acordo com Love (1982), a tônica não incidia, exclusivamente, nos favores patrimoniais do Estado. Os entes federados mais ricos – nesse contexto – concentravam sua pressão sobre o comando das grandes políticas nacionais, em especial a cambial e a monetária. A evolução dessas políticas econômicas, pela transversalidade de sua abrangência, constituiu-se em variável para esta pesquisa.

O enfrentamento das abordagens tradicionais – como já exposto nos capítulos anteriores – se deu pelo fato de simplificarem o enfoque político e não considerarem que, apesar da inegável importância do clássico estudo da participação das "oligarquias" e dos chamados "coronéis" no cenário político da Primeira República, o período não se resumiu a esses fenômenos. Os capítulos iniciais da tese buscaram demonstrar a maior complexidade do jogo político nesse contexto – que se apresentou profícuo para a emergência de interesses organizados⁷².

Com base nessas premissas, outras escolhas e enfrentamentos concorreram para a elaboração deste capítulo. A iniciativa de caracterizar a representação dos interesses da cafeicultura e do setor industrial em um recorte de abrangência nacional contraria os padrões clássicos de análise que, de forma recorrente, incidem sobre o enfoque regional para os estudos políticos e econômicos relativos às primeiras décadas da experiência republicana.

Em uma direção distinta, esta tese buscou revalorizar a abordagem macropolítica, considerando a instância federal de governo como esfera deliberativa relevante nesse contexto histórico, investindo, portanto, nas prerrogativas do Estado – como *locus* para o qual se dirigiam as pressões dos cafeicultores e dos industrialistas.

⁷¹ Sobre o patrimonialismo no Brasil ver, "Os donos do Poder", Raymundo Faoro (1987).

⁷² Embora não seja esse o foco da pesquisa, as primeiras décadas do regime republicano foram marcadas pela emergência de interesses organizados relativos à luta pela cidadania, pela luta operária, entre outros aspectos. Para essa temática, ver Tronca (1986); Munakata (1984); Pereira (2008).

Muito embora se estabeleça para o período da Primeira República a configuração de uma federação "extraordinariamente descentralizada"⁷³ e, como desdobramento da "fórmula federalista", se reduza o período à "Política dos Governadores" –, outras perspectivas se apresentam apontando para o papel interventor do Estado (TOPIK, 1987; OLIVEIRA, 1995) e para os ganhos de centralidade (REIS, 2008).

Os dados observados nas tabelas 9 e 10 indicam, em contextos distintos, esse processo crescente de intervenção, pelos gastos expressivos do governo federal na primeira e terceira décadas do governo republicano. Apesar da elevação da receita arrecadada, ao longo do período observado na tabela, de 66%, no mesmo compasso a despesa paga pelo governo federal foi de 202,8%. Um aumento de gastos três vezes maior que a receita do governo, se pode verificar entre 1890 e 1898, com destaque para a evolução das despesas no último ano da série, da Tabela 9. O déficit, expresso nos dados é indicativo da crise que se configurou nos cofres públicos e que norteou a tomada de posição rumo a uma política econômica mais austera, ao final da primeira década – que será analisada em uma conjuntura específica, e cujos números encontram-se indicados no quarto capítulo da tese.

TABELA 9. Execução Orçamentária do Governo Federal Brasileiro (1.000 contos de réis) (1890-1898)

Ano	Receita arrecadada	Despesa paga	Saldo
1890	195,3	220,6	-25,3
1891	288,9	220,6	+8,3
1892	227,6	279,3	-51,7
1893	259,9	300,6	-40,7
1894	265,1	372,8	-107,7
1895	307,8	344,8	-37,0
1896	346,2	368,9	-22,7
1897	303,4	379,3	-75,9
1898	324,1	668,1	-344,0

Fonte: Villela e Suzigan (2001, p. 5).

O contexto ao qual se referem os dados orçamentários da Tabela 10, pouco mais de uma década do observado na tabela acima, aponta para uma situação em que se mantiveram a elevação tanto das receitas, mas sobretudo das despesas do governo, o que solidificou a manutenção do elevado déficit orçamentário.

⁷³ Essa percepção do funcionamento do federalismo no Brasil resultou das prerrogativas conferidas aos Estados, previstas na Constituição de 1891, que serão apresentadas na sequência do capítulo.

**TABELA 10. Execução Orçamentária do Governo Federal Brasileiro
(1.000 contos de réis), 1911-1918.**

Ano	Receita	Despesa	Saldo
1911	563,5	681,9	-118,4
1912	615,4	789,2	-173,8
1913	654,4	785,4	-131,0
1914	423,0	766,0	-343,0
1915	404,0	688,0	-284,0
1916	478,0	686,0	-208,0
1917	537,0	736,0	-199,0
1918	619,0	738,0	-119,0

Fonte: Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, ano V (1939/40). Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 1.410 (apud TORELLI, 2004, p. 53).

O que se pode observar, com base nos dados apresentados, é um aumento da arrecadação, porém, insuficiente para acompanhar os gastos do governo, ao longo das décadas analisadas. Se por um lado a capacidade arrecadatória do governo se elevou, ganhou mais força ainda a sua condição de gastos, que se configura em ganhos de centralidade para o Estado. De acordo com Reis (2008), o incremento na extração de renda – pelo aumento da receita arrecadada, mas sobretudo pelo aumento da despesa – é evidência da maior ingerência do Estado na economia e na sociedade. Apesar da "lógica" do federalismo instituído com a República e a tão proclamada autonomia dos estados (sobretudo no âmbito fiscal), a instância federal assegurou prerrogativas importantes ao longo da Primeira República.

Com base nesses dados e nas premissas dos ganhos de centralidade para o Estado nesse contexto, este capítulo pretende, dentro da abrangência delimitada, caracterizar as esferas Executiva e Legislativa, tais como se constituíram nos contornos do modelo federativo instituído com a República.

A "fórmula federativa" importa na medida de sua interferência no funcionamento desses Poderes e mesmo na orientação dos comportamentos dos atores⁷⁴: cafeicultores e industriais.

⁷⁴ A análise dos elementos que constituíram o espaço legislativo e executivo na Primeira República passa pela consideração das premissas do novo institucionalismo sob uma perspectiva histórica e cultural. Para essa orientação, o comportamento dos atores não é "puramente estratégico", mas condicionado por um horizonte e uma visão de mundo dos indivíduos que recorre a "modelos" já estabelecidos na ação política (HALL; TAYLOR, 2003).

3.1 A "fórmula federativa" na "Velha República"

[...] a ênfase em ver apenas "estados como atores", e a política dos governadores como uma política imposta "pelos três estados mais fortes" ignora outros tipos de elos políticos que se estabeleciam entre as elites da época (BACKES, 2004, p. 18).

A "solução republicana federativa", no Brasil, esteve presente nos debates políticos desde o contexto de ruptura dos laços coloniais. Mobilizou as elites nacionais e marcou os horizontes das "soluções possíveis" – uma solução para todos, que institucionalmente se definiu como solução para uns poucos (CARVALHO, 1989). Analisando essa conjuntura, Penna (1999, p. 36-37), observa que houve

[...] acomodação de inúmeros interesses representados pelas forças que passaram a compor o novo cenário político e institucional do país, federalistas e unitaristas, constitucionalistas e legitimistas, históricos e pragmáticos, não importa a quantidade de oposições, sejam eles de fundo filosófico e doutrinário ou meramente fisiológico, o que importa assinalar é o fato de a República ter nascido suficientemente pluralista para atender de imediato às expectativas gerais, muito menos do povo que continuava a assistir a tudo sem canais efetivos de participação.

Para o autor, talvez isso se tenha dado pelo abandono do projeto republicano original dos propagandistas e pela força do pragmatismo que não conseguiu traduzir o conteúdo real e as múltiplas representações de República que se constituíram na segunda metade do século XIX. A compreensão do modelo federativo instituído com a República exige certo recuo histórico a fim de retomar os fundamentos que alicerçaram a implantação do novo regime bem como estabeleceram as regras de um "novo jogo" dentro do qual os grupos privados se viram inseridos.

O cenário da Independência (1822) permite observar a presença do ideal federativo – nesses tempos remotos, associado à ideia de descentralização, como na tradição norte-americana⁷⁵. Nesse contexto, em meio à luta pela constitucionalização,

⁷⁵ O federalismo norte-americano oscilou entre a orientação "hamiltoniana", voltada para o fortalecimento do governo central, e a "jeffersoniana", que enfatizava o "*selfgovernment*" – referência determinante não apenas para o Brasil como para um conjunto de novos estados na América. Para essa temática, ver Limongi (2010).

ressaltam-se enfrentamentos recorrentes entre tendências voltadas para a autonomia provincial e as orientações centralistas.

Ainda que a resultante do embate centralização/descentralização tenha configurado um Estado Unitário, o ideal federativo se manteve presente no desenrolar do século XIX. A breve experiência de autonomia provincial oportunizada pelo "Ato Adicional de 1834" expressou a aspiração ao "autogoverno" e à perspectiva de uma maior participação dos governos provinciais no poder central (FAORO, 1987).

Uma vez contextualizada a emergência de projetos de descentralização político-administrativa, é importante considerar que

O Ato Adicional completou a série de reformas liberais realizadas pela Regência. Juntas, elas cumpriram um duplo papel: ajudaram, por um lado, a remover uma parcela significativa dos elementos autoritários do Estado imperial – identificados à forte centralização política e administrativa –, e, por outro lado, a reprimir a oposição *exaltada e restauradora* – associada à anarquia. Não só os movimentos que marcaram a primeira onda de revoltas regenciais foram todos derrotados como também diversos periódicos representantes desses grupos viram-se forçados a sair de circulação em todo país, e isto sem falar no grande número de exaltados e restauradores que foram presos ou mortos por conta de suas atividades *rebeldes* ou *panfletárias* (BASILE, 1990, p. 228).

Para o que mais interessava às elites regionais, o Ato Adicional, assegurou o exercício político-administrativo por meio do caráter deliberativo de Assembleias Legislativas Provinciais com competência para legislar sobre assuntos do interesse dos grupos locais.

Apesar da breve experiência descentralizadora, o centralismo monárquico se impôs novamente com o "Regresso Conservador" – orientação política que, a partir dos anos de 1840, suprimiu os dispositivos de uma maior autonomia provincial, e instituiu um conjunto de medidas de caráter centralizador. Como exemplo dessas medidas, destacam-se a "Lei Interpretativa do Ato Adicional de 1834", a restauração do "Conselho de Estado" e a reforma do "Código do Processo Criminal de 1832"⁷⁶. Esses dispositivos, tomados em conjunto, assinalam a retomada de um maior conservadorismo e marcam a consolidação da orientação centralista do Império (BASILE, 1990).

⁷⁶ Para um maior aprofundamento no conjunto de medidas que caracterizam o "regresso conservador" no Império e que inauguram o Segundo Reinado (1840-1889), ver Nequete (2000) e Betzel (2006).

Para o conservadorismo, a obra do Regresso estava associada à manutenção da ordem e à superação da anarquia – fruto do avanço liberal. É o que se pode ver abaixo, na forma como o pensamento conservador estava retratado.

A inevitabilidade da reação pode ser reconhecida na forma e no conteúdo dos atos que instauraram seu triunfo absoluto entre 1840 e 1852: liberais e conservadores trabalharam em projetos que desconstruíram a obra da democracia. A maioria, encaminhada pelos liberais em 1840, antecipou em quatro anos o retorno do imperador. As leis que se seguiram, proposição dos conservadores, restauraram a ordem. A Lei de Interpretação do Ato Adicional retirou o poder dos municípios e freguesias e o devolveu ao centro, a reativação do Poder Moderador submeteu as Câmaras, a reforma do Código do Processo tornou a magistratura escolha do governo, retirou poderes do júri, centralizou a ação policial; a reforma da Guarda Nacional burocratizou a milícia cidadã, subordinou-a ao Estado e militarizou as cidades (MARSON, 2006, p. 84)⁷⁷.

A partir dos anos de 1870, contudo, há um recrudescimento das contradições do regime imperial, e a ampliação das perspectivas da descentralização político-administrativa, que voltam a ocupar lugar de destaque no cenário político. O centralismo do Império passa a ser enfrentado pelas demandas da cafeicultura em expansão vertiginosa em São Paulo – voltadas, especialmente, para a superação da crise de mão de obra – e pela ruptura no âmbito das instituições, com as chamadas "questão religiosa" e "questão militar".

Marco desse processo de crise foi o "Manifesto Republicano" em 1870, e a "Convenção de Itu" em 1873, a qual consolidou os fundamentos do Partido Republicano Paulista, congregando para a luta contra a manutenção do Império. Sobre o enfrentamento delineado nesse contexto, observa Carvalho (1987, p. 11): "O regime monárquico, vivendo à sombra do Poder Moderador, era condenado pelo manifesto republicano de 1870 como incompatível com a soberania nacional, que só poderia ser baseada na vontade popular". Para Neves e Heizer (1991), o ideário expresso na fundação do Partido Republicano tratou de associar República à ordem e à "causa do progresso" e enunciou um princípio fundamental do programa republicano: a federação.

⁷⁷ A autora refere-se ao pensamento do deputado e jornalista conservador do Império: Justiniano José da Rocha, autor do folheto publicado em 1855, "Ação, Reação, Transação: A Revolução como domínio da ação democrática e da anarquia." Para essa temática, ver Marson (2006).

A questão religiosa, cabe observar, contou como mais um fator de abalo nos alicerces do Império, pela ruptura entre a Igreja Católica e o Estado Imperial, que sempre estiveram vinculados, desde a colonização. A Constituição de 1824 consolidou esses laços, instituindo o regime do "Padroado"⁷⁸. Contudo, o estreitamento das relações do Império com a Maçonaria e a oposição crescente entre o Papado e as confrarias maçônicas geraram episódios que, no contexto de crise, fragilizaram ainda mais a sustentação do Império.

Alguns embates assinalam esse contexto dividindo clérigos e desafiando a supremacia da autoridade imperial. A liderança dos bispos D. Vital (bispo de Olinda) e D. Antônio de Macedo Costa (bispo do Pará) – que se levantaram contra a maçonaria e seguiram as determinações ultramontanistas do papa Pio IX – teve como desfecho uma rigorosa punição e agravou ainda mais a crítica relação entre o Estado e a Igreja, ruindo as bases da Monarquia no Brasil (HOLANDA, 1985).

Sobre a "questão religiosa" e sua importância para a derrocada do Império, é importante considerar que

[...] a análise da questão religiosa, não apenas no seu momento crucial, mas no seu conjunto, que abrange até os fins do Império, levamos, portanto, ao problema fundamental da luta em prol da liberdade religiosa ou contra ela, um dos aspectos fundamentais da luta pela liberalização das instituições que prepararia o advento da República (HOLANDA, 1985, p. 365).

Para esse cenário de crise institucional, contou também a crescente oposição feita pelos militares. Os baixos salários, as más condições de aparelhamento das tropas bem como a penetração de ideais abolicionistas e positivistas na corporação concorreram para a ruptura entre Exército e Estado, comprometendo ainda mais a manutenção do regime imperial. A criação do Instituto Militar, em 1871, foi marco para uma tomada de consciência que mobilizou os militares em torno da ideia de que estavam destinados a exercer um papel de relevo na sociedade brasileira (PENNA, 1999).

⁷⁸ O regime do padroado brasileiro tem suas origens no padroado português que, historicamente, remonta ao século IV. Consiste em uma norma que anula qualquer tipo de manifestação autônoma da Igreja no Brasil colonial e imperial. Como forma típica de compromisso entre Igreja e Estado, só foi rompida na Constituição da República, de 1891 (MATOS, 2002).

A República viria, finalmente, em 1889, e, com o novo regime, mudanças significativas marcaram a organização político-administrativa do país⁷⁹. O compromisso com a manutenção da unidade em meio à construção da "fórmula federativa" se impunha para a superação das forças centrífugas e desagregadoras da unidade territorial e nacional⁸⁰. Esse propósito pode ser observado em uma das mensagens inaugurais da República, proferida pelo Presidente, Deodoro da Fonseca (1889-1891).

A autonomia do governo local, tão tenazmente pleiteada pela universalidade dos brasileiros no passado regimen, não deve importar no regimen republicano a desagregação da patria. Essa união não é só essencial ao funcionamento normal das nossas instituições políticas: ella è o palladium da nossa integridade territorial. [...] De nada servirá a solidariedade dos governos si os Estados de que se compõe a União não forem estabelecendo entre si os mais fortes laços de solidariedade nacional (DEODORO FONSECA, 1890, p. 8).

A forma federativa do Estado brasileiro expressa nos artigos 1 e 2 da Constituição Federal assim se apresentava:

A Nação brasileira adota como forma de Governo, sob o regime representativo, a República Federativa, proclamada a 15 de novembro de 1889, e constitui-se, por união perpétua e indissolúvel das suas antigas Províncias, em Estados Unidos do Brasil; Cada uma das antigas Províncias formará um Estado e o antigo Município Neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União [...] (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1891).

A Federação brasileira transformou as antigas províncias em Estados, substituindo o sistema unitário próprio ao modelo Imperial. Para a delimitação das competências, um intenso debate se configurou. Unionistas e Federalistas⁸¹

⁷⁹ A tônica do republicanismo seria a autonomia dada às províncias, o que não poderia ser atingido sem a implantação da descentralização política, levada a cabo pelo federalismo. No embate de projetos, a orientação vitoriosa, dentro do ideário de República, estabelecia que a mudança deveria obedecer a um critério evolucionista, pela via eleitoral e legal (CASALECCHI, 1987).

⁸⁰ Nesse aspecto, em especial, cabe observar a instabilidade própria ao Período Regencial, marcada pelas revoltas nas províncias, nas décadas de 1830 e 1840, que acenaram como uma ameaça à unidade e à manutenção do Império (BASILE, 1990).

⁸¹ Os chamados unionistas tinham uma concepção de federalismo mais moderado, voltados para a manutenção da União. São expressões desse grupo, os políticos Rui Barbosa, Ubaldino do Amaral, José Higino, J. J. Seabra, Justiniano de Serpa e Amaro Cavalcanti. Em uma posição oposta, destacam-se Julio de Castilhos, Borges de Medeiros, Lauro Müller, Epitácio Pessoa e Campos Sales. Sobre essa temática, ver *Federalismo* de Maria Luiza Cruz (1986) e *O Tempo Squarema* de Ilmar R. Mattos (2004).

confrontaram-se entre a orientação voltada para o fortalecimento da União e a afirmação de maiores prerrogativas para os estados. Quanto a esse embate, não se pode deixar de considerar que, ao longo dos primeiros anos do regime republicano, projetos voltados para a afirmação dos poderes da União Federal sobre os Estados se fizeram representar.

A perspectiva defendida por Alberto Torres (1865-1917)⁸² é ilustrativa desses impasses, na medida de suas críticas contundentes ao que considerava a excessiva concessão de poderes aos estados em detrimento das prerrogativas da União. Torres (1914), refletindo sobre a unidade nacional, denunciou o clientelismo e investiu na perspectiva da revisão constitucional como um imperativo para a prosperidade da República (IGLESIAS, 1982).

Embora a ideia de reforma na Constituição estivesse presente nos círculos de debates políticos durante toda a Primeira República, somente em 1926 a Constituição de 1891 sofreria mudanças mais substanciais. As emendas feitas ao texto constitucional versaram sobre a maior concentração do poder da União – com a consequente restrição à autonomia dos Estados e a ampliação das prerrogativas do Executivo (NEVES; HEIZER, 1991).

Ao longo de quase quatro décadas os critérios constitucionais se mantiveram, vigorando um conjunto de competências atribuídas à União e aos Estados. Dentro de um amplo rol de determinações, quanto a aspectos de toda ordem, o que mais importa são os dispositivos que caracterizaram o sistema tributário.

As delimitações previstas no texto constitucional indicam o tipo de expectativa que se podia ter em relação à instância federal, quanto à maior ou menor abrangência de suas competências. A Constituição de 1891 adotou o regime de separação de fontes – em consonância com a lógica do federalismo instituído, para o qual era ponto pacífico assegurar a autonomia financeira dos entes da federação. A Constituição de 1891 apresentou um grau significativo de descentralização – o que concorreu para que os estados administrassem uma parte expressiva das rendas (CASSEB, 1999).

Foi de suma importância para os estados o direito que lhes foi assegurado sobre os impostos de exportação – especialmente para aqueles cujas receitas se

⁸² Alberto Torres, expressão da política republicana, cuja trajetória foi marcada como Deputado Federal pelo RJ (1893-1896); Ministro da Justiça (1896-1900) e presidente do Estado do Rio de Janeiro (1897-1900). Em sua obra *A organização nacional* (1914), discute questões relativas à unidade nacional, ao homem brasileiro, entre outras.

definiam pela economia cafeeira. Dentro dessa delimitação consagrada no texto constitucional, é importante observar os embates que se desenrolaram na trama política e econômica, para que a União, por meio da prerrogativa dos impostos de importação, garantisse receita frente aos gastos públicos. Essa foi uma questão presente nos embates da política econômica ao longo da Primeira República, confrontando interesses voltados para a taxaço das importações – que implicava receita para o Estado.

O Quadro 2 apresenta a discriminação dessas competências como se encontram expressas nos artigos 7 e 9, da Constituição Federal de 1891.

QUADRO 2: Competências da União e dos Estados da Federação

UNIÃO
Decretar impostos sobre:
Importação de procedência estrangeira.
Direitos de entrada e saída de navios, sendo livre o comércio de cabotagem às mercadorias nacionais; bem como às estrangeiras que já tenham pago imposto de importação.
Taxas de selo.
Taxas de correios e telégrafos federais.
Outros tributos, cumulativos ou não, desde que não contrariem a discriminação de rendas previstas na Constituição.

ESTADOS DA FEDERAÇÃO
Decretar impostos sobre:
Exportação de mercadorias de sua própria produção.
Imóveis rurais e urbanos.
Transmissão de propriedade.
Indústrias e profissões.

Elaboração própria. Fonte: Constituição da República Federativa do Brasil de 1891. Publicação original/portal da Câmara dos Deputados.

A Constituição autorizava para a União, além dessas competências, instituir privativamente bancos emissores⁸³, criar e manter as alfândegas.

No que se refere ao direito de intervenção da União, sobre os Estados, em uma orientação distinta da que vigorou no Império, o texto Constitucional ressaltou a intervenção federal somente em situações limite, ou seja, voltadas para a preservação da forma republicana federativa. Contudo, a prática política acenou com outra perspectiva.

⁸³ Essa prerrogativa foi utilizada por Deodoro da Fonseca no contexto da política do Encilhamento e a orientação emisionista seguida no Ministério da Fazenda. Essas questões se apresentam como parte das análises do quarto capítulo da tese.

Como uma evidência da crescente concentração de poder do Estado nesse contexto – a despeito da autonomia dos estados –, vale assinalar a dinâmica frequente de intervenções armadas da União nos estados da federação. De acordo com Reis (2008, p. 178), “[...] sete dos doze presidentes em exercício durante a República Velha ordenaram intervenções”. Fora do eixo São Paulo-Minas, o único estado capaz de resistir a intervenções externas era o Rio Grande do Sul.

A título de exemplificação dessa realidade, destaca-se a situação dramática vivida pelas elites fluminenses na Primeira República, especialmente no período da liderança de Nilo Peçanha como presidente do Estado (1903-1906/1914-1917). Sobre a presidência de Nilo no Estado do Rio de Janeiro, Ferreira (1985, p. 119), observa que

Sua dominação foi marcada por conflitos detonados, muitas vezes, a partir da intervenção do Executivo federal na política fluminense. Em duas ocasiões, embora com pesos diferenciados, a ação do governo federal contribuiu de forma decisiva para afastar os niilistas do controle político do Estado⁸⁴.

No que se refere aos estados, além das competências indicadas, o texto constitucional estabelecia, privativamente, o direito de tributar a importação de mercadorias estrangeiras quando destinadas ao consumo no seu território, tendo que reverter, contudo, o produto do imposto para o Tesouro Federal. Essa determinação funcionava como mecanismo para assegurar à União meios de arrecadação.

Nesse contexto, vale destacar o que estava vedado aos Estados e que expressava a subordinação às prerrogativas da União, de acordo com o Art. 66 da Constituição Federal: “É defeso aos Estados: 1º. Recusar fé aos documentos públicos de natureza legislativa, administrativa, ou judiciária da União, ou de qualquer dos Estados; 2º. Rejeitar a moeda, ou a emissão bancária em circulação por ato do Governo Federal” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1891).

As competências estabelecidas para as esferas federal e estadual, conforme determinações expressas no texto constitucional, importam para a problemática enfrentada nesta tese, uma vez que apontam o potencial deliberativo das instâncias. É no campo dessas competências discriminadas nos limites estabelecidos pela

⁸⁴ A primeira ocasião referida se deu no intervalo de 1907-1910 na presidência de Afonso Pena; e o segundo episódio, no período de 1911-1914, na presidência de Hermes da Fonseca (FERREIRA, 1985).

Constituição e também nos espaços que se configuraram em meio às lutas políticas – para além dos aspectos formais da lei – que se abriram as perspectivas reais de pressão dos grupos sobre as esferas governamentais.

Outros aspectos relativos às relações entre União e Estados previstos no texto constitucional de 1891 e engendrados pelo funcionamento do sistema federativo na República recém-implantada encontram-se discutidos na sequência do texto para melhor informarem sobre o funcionamento do federalismo nesse contexto específico. As particularidades do modelo vigente na Primeira República suscitam considerações mais detalhadas.

O funcionamento do federalismo, sob determinados aspectos, importa, neste capítulo, se entendido como um conjunto de instituições – por meio das quais a autoridade é distribuída e redistribuída. O Estado, sob essa perspectiva, não pode ser concebido como "[...] um agente neutro arbitrando entre interesses concorrentes, mas um complexo de instituições capaz de estruturar a natureza e o resultado dos conflitos entre grupos" (HALL; TAYLOR, 2003, p. 195).

De acordo com Schwartzman (1975), as implicações próprias ao modelo federativo do contexto inicial da República – no qual predominava o "espírito" de região – influíam, significativamente, no governo. A verificação da representação de interesses nas esferas Legislativa e Executiva, portanto, encontra-se pautada na premissa de como as instituições – no caso, as de governo – podem, em uma perspectiva histórica e cultural, orientar os comportamentos dos atores para a consecução de suas demandas.

Essas premissas impõem a consideração não só dos limites estabelecidos formalmente no texto constitucional e nas regras ali fixadas para o Estado Federal, mas, especialmente, das práticas políticas vigentes nesse contexto histórico – que orientaram a ação dos grupos privados (cafeicultores e industrialistas) sobre as instâncias de poder. Observada a repartição de competências entre a União e os estados-membros estabelecida pelo federalismo, torna-se importante, por consequência, delimitar o limite de atuação das instâncias federais de poder em meio a esse "arranjo federativo". Para isso, faz-se necessário retomar as implicações das análises clássicas – agora discutidas em relação a esse aspecto, mais especificamente.

Dentro do conjunto das características peculiares do federalismo nessa fase republicana, cabe reconhecer a relação que as abordagens tradicionais

estabeleceram entre a "Política dos Governadores", instituída a partir de 1898, e o que se convencionou chamar de "estadualismo oligárquico". De forma recorrente, em uma linha interpretativa mais tradicional, o presidente Campos Sales (1898-1902), ao fundar o "pacto federativo", teria instituído um dispositivo suficiente e capaz de contentar as oligarquias ao criar um ambiente político propício à implementação de seu projeto de governo. O acordo entre as oligarquias, por sua vez, denominado "pacto oligárquico", se faria necessário, pela instabilidade que marcou os primeiros anos do regime republicano.

De acordo com Lessa (1988), os anos iniciais da experiência republicana, foram marcados pela ausência de mecanismos institucionais capazes de assegurar estabilidade política e dotar a República de um padrão mínimo de governabilidade. Para superar essa instabilidade, construiu-se, por meio do "pacto oligárquico", um dispositivo de "rotinização" de mecanismos institucionais a fim de assegurar a ordem republicana. Isso se daria pelo fato de que, os aspectos formais da Constituição de 1891, em sua tarefa de normatizar o novo regime, não teriam sido suficientes para a estabilidade política. Muito mais do que o texto constitucional, a estabilidade resultaria, portanto, de um "arranjo informal" entre o poder central e os poderes locais, redefinindo, na prática, o lugar e os limites dos poderes na República recém-implantada.

Um conjunto de elementos são valorizados, nesse enfoque, para a caracterização do período sob a égide da instabilidade e sob o estigma dos "anos entrópicos", como se pode ver.

[...] a incerteza sobrevive à carta constitucional de 1891 e, em certo sentido, é ampliada, pois a definição de mecanismos constitucionais não implica obrigatoriamente a existência de fórmulas políticas pacíficas, que dependem menos do Direito Constitucional do que de arranjos informais. Ao instituir um sistema político baseado no presidencialismo, na autonomia dos Estados e no alargamento das prerrogativas do Legislativo, a Constituição de 1891 certamente inovou, tendo em vista a tradição imperial. Mas, a acomodação entre esses aspectos, não sendo matéria constitucional, dependeu do desempenho dos atores políticos e de sua capacidade de gerar um pacto não escrito (LESSA, 1988, p. 106).

Nessa mesma linha interpretativa, Kugelmas (1986), valorizando o "pacto oligárquico" e reforçando a importância dos estados na conjuntura política da Primeira República, afirma que, por meio desse dispositivo, chegava-se ao fim de uma fase de

"[...] intensas lutas entre as facções que porfiavam nos Estados pela conquista do poder, pois, através desse recurso, consolidavam-se os grupos então dominantes em cada Estado" (KUGELMAS, 1986, p. 58). Sob essa perspectiva de análise, portanto, o "pacto oligárquico" engendrou um fenômeno denominado "estadualismo" – mecanismo que assegurou o protagonismo dos estados nesse contexto. Estes, valendo-se das prerrogativas constitucionais⁸⁵, gozavam de autonomia e cumpriam papel primordial para a reprodução dos moldes vigentes da política nacional⁸⁶.

Esses "cânones" que consagraram a Primeira República como a "República oligárquica" desafiaram a orientação assumida nesta pesquisa. Isso porque o enfoque estrito no "estadualismo" – recorrente em muitos estudos – supervalorizou o "lugar" dos estados no funcionamento da "fórmula federativa", em detrimento do poder deliberativo do Estado, como instância federal. O recorte no âmbito nacional – dentro da proposta desta tese – e a ênfase na sua efetividade como esfera de pressão sobre a qual agiam os interesses privados nesse contexto político e econômico se sustentam com base em alguns pressupostos.

Em primeiro lugar, pela premissa de que, a própria lógica do "pacto oligárquico" – que engendrou a ênfase nos estados – delimitou e resguardou a importância da instância federal no jogo político da Primeira República. Isto porque, conforme analisa Backes (2004), determinadas evidências concorreram para demarcar o "lugar" de destaque da instância federal no jogo político. A própria dinâmica de controle eleitoral nos estados – parte fundamental para o funcionamento do "pacto" – estava condicionada ao apoio incondicional ao Presidente da República. Apesar da autonomia federalista, as eleições deveriam ser feitas em absoluta consonância com o governo federal.

Dentro desse sistema, os governadores, nos estados, tinham de garantir o apoio ao Presidente, como medida para inviabilizar a intervenção federal. Como saldo político e institucional, portanto, o que se pode observar é que, por meio desse dispositivo, projetava-se o papel da Presidência – titular do poder Executivo. A autora supracitada, consolida essa perspectiva pela observação de que outro pilar das análises tradicionais – o poder do coronel – se explica, nesse contexto histórico, pelo

⁸⁵ As prerrogativas constitucionais atribuídas aos estados encontram-se no quadro demonstrativo, p. 88.

⁸⁶ Cabe ressaltar, dentre outros, o mecanismo da "Verificação de Poderes" e sua função no esquema político da época, que se encontra explicado no primeiro capítulo da tese.

maior ou menor grau de sua incorporação e subordinação ao aparelho estatal e burocrático, aspecto sobre o qual a República avançou.

A autora entende, portanto, que não se deve tomar o fenômeno do "estadualismo" de forma absoluta, uma vez que a "Política dos Estados" tem aspectos que relativizam a ideia tão consolidada no âmbito das abordagens clássicas, da inexistência de um poder central forte. Essa perspectiva apresentada dialoga com a ênfase dada por Reis (1991) ao processo de construção do Estado Nacional na Primeira República. Afirma que, para o período em destaque, "[...] Não devemos pensar que o governo federal, também chamado de União, ficou completamente sem poderes" (BACKES, 2004, p. 6-7). Sobre a ênfase no "estadualismo", observa:

Esse enfoque subestima as instituições políticas nacionais que estavam em funcionamento desde o Império – especialmente o Exército e o Parlamento. Neste último, discutiam-se questões cruciais como as que envolviam a política econômica da Nação (os confrontos entre metalistas X papelistas, industrialistas X anti-protecionistas, definindo questões cruciais com as questões de câmbio, o orçamento, os gastos do Estado, o grau de endividamento da Nação). No momento em análise estava posta uma questão crucial: a credibilidade do país junto às instituições financeiras internacionais, o que envolvia a capacidade de o país enfrentar a pressão por reformas financeiras e orçamentárias, a maior parte das quais necessitava ser aprovada pelo Legislativo. Em torno dessas questões formavam-se alianças nacionais e estabeleciam-se confrontos que não podem ser compreendidos apenas pelos interesses regionais (BACKES, 2004, p. 22).

No que se refere à dimensão do poder Executivo federal e ao "lugar" da Presidência, dentro do sistema político da Primeira República, Cardoso (1985), analisa:

1.º) Em matéria de teoria do Estado, "independência entre os Poderes" mas preeminência presidencial. Sequer se aceitavam Conselhos de Ministros como norma administrativa, para marcar que o Presidente delibera responsabilmente, como chefe, "cuja autoridade legal e moral jamais deverá desaparecer atrás dos seus ministros"; 2.º) O Legislativo não governa nem administra. "O poder, que, pela natureza de suas prerrogativas, se acha em condição de esclarecer e dirigir, é o Executivo" e o Congresso tem necessidade de que sua maioria seja esclarecida, e sob certos assuntos, dirigida; 3.º) Consequentemente, é preciso buscar uma fórmula que solidarize as maiorias com os Executivos. Essa, no plano formas e na expressão de Campos Sales, decorreria de que o mesmo sufrágio que elege a um deve eleger ao outro poder. Na prática, o Presidente propôs que se reconhecesse

automaticamente a "legitimidade" das maiorias estaduais; 4º.) Com isso, ou seja, com a promessa (que não foi cumprida em todos os casos por Campos Sales) de que o Governo Federal não apoiaria dissidências locais, as situações se obrigariam a apoiar a política do Presidente (CARDOSO, 1985, p. 48).

Dentro desse conjunto de referências que reafirmam a orientação seguida na tese, de revalorizar a instância federal no contexto da Primeira República, cabe recorrer, por fim, aos estudos de Elisa Reis (1991; 2008), que afirmam o Estado Nacional como espaço de ação política sobre o qual as elites agrárias investiram nesse contexto histórico. Ao fenômeno denominado *state-building* – resultante das relações entre setores privados e setor público – a autora atribui a expansão do poder público e a ampliação do aparato do Estado nesse período. Afirma os ganhos de centralidade como um processo em curso e expresso em diferentes contextos dentro do marco mais geral da Primeira República (REIS, 1991; 2008).

Alguns aspectos essenciais desse processo, apontados pela autora, e voltados mais especificamente para as relações entre a cafeicultura e o Estado, devem ser elencados: i) a expansão do aparato burocrático estatal, na esteira das relações com o setor privado; ii) a ampliação das atribuições fiscais da União (pela criação de outras fontes) – apesar da descentralização fiscal. (REIS, 2008). Talvez seja válido enfatizar a premissa defendida pela autora de que "[...] a própria política dos governadores (aparentemente uma instituição do federalismo descentralizado) aponta para o fortalecimento do poder de barganha do poder central" (REIS, 1991, p. 178). Sobre a expansão do aparato fiscal do Estado, destaca que

[...] alterações na participação relativa das diferentes taxas no total da receita sugerem que o poder federal logrou estabelecer novas fontes de extração de recursos, apesar da estrutura fiscal descentralizada do modelo federativo adotado. Embora os impostos sobre importações tenham constituído uma fonte crucial da receita federal durante toda a República Velha, outras taxas foram criadas ou ampliadas e adquiriram importância crescente no tempo para o orçamento da União. O esforço de consolidar fontes alternativas de extração de recursos foi sobretudo marcante à época da Primeira Guerra na tentativa de contrabalançar os efeitos da redução no volume das importações. Nesse sentido foi particularmente notável a elevação do imposto sobre o consumo e as reformas administrativas efetivadas para assegurar uma arrecadação mais eficiente do mesmo (REIS, 2008, p. 174).

Essas evidências, tomadas em conjunto, atuam no sentido de relativizar a ênfase na instância estadual como o "centro" da dinâmica política no contexto pesquisado, discutindo-se, portanto, o caráter absoluto atribuído ao que se convencionou chamar de "estadualismo oligárquico".

Diante do exposto, apresentam-se, na sequência do texto, a configuração das arenas de poder, no contexto específico da pesquisa.

3.2 As Arenas Executiva e Legislativa: competências e esfera de atuação

Nas seções iniciais deste capítulo, um conjunto de pressupostos fundamentou a abordagem voltada para a instância federal como esfera deliberativa na Primeira República. Para isso, buscou-se discutir alguns aspectos do republicanismo e do federalismo, com vistas a repensar alguns paradigmas que se tornaram síntese da política nesse período histórico – em especial, enfrentar as implicações da "Política dos Governadores" pela ênfase nos estados em detrimento do poder central da União.

Nesse exercício, algumas especificidades e implicações da descentralização federativa para o sistema político foram analisadas e, como consequência, consolidou-se o recorte no âmbito federal para a análise das esferas de poder.

O capítulo se desenvolve, a partir de então, sob o propósito de reconhecer como as arenas Executiva e Legislativa encontravam-se configuradas em meio às especificidades do modelo federativo e que perspectivas apresentavam para a pressão dos cafeicultores e dos industriais.

3.2.1 A Arena Executiva no desenho institucional da Primeira República

Completada a homogeneidade politica da America Meridional pela proclamação da Republica Brasileira, e iniciado em nossa patria o rigimen de governo do povo pelo povo, venho, em cumprimento do dever que me é imposto pelo art.48 da Constituição, dar-vos conta da situação do paiz, [...]

Agindo na esphera que lhe é própria, tratou o Poder Executivo de pôr desde logo em execução todos os órgãos do nosso systema politico, procurando coordenal-os e harmonisal-os em seu funccionamento de modo a attingir a resultante desejada: a manutenção da ordem social pela garantia dos direitos individuaes.

(DEODORO DA FONSECA, 1890, p. 3-4). (grifo nosso).

A mensagem presidencial em destaque faz menção à esfera de atuação do Poder Executivo que lhe resguarda um "lugar" de grande expressão a partir do "15 de Novembro". A orientação assumida ao longo deste capítulo buscou reafirmar a dimensão do Executivo Federal, na consideração de que, para a República, "[...] o novo desenho institucional prevê um executivo forte, representando a vontade da Nação e um Legislativo independente, que não pode ser dissolvido e que controla sua própria eleição (através do reconhecimento de poderes)"⁸⁷ (BACKES, 2004, p. 132).

A vinculação histórica entre República e presidencialismo⁸⁸ no Brasil – como ilustra a mensagem presidencial de Deodoro da Fonseca no início desta seção – se deu à luz de diferentes formulações. O grande desafio incidia sobre como vencer as implicações do poder Moderador e assegurar ao Executivo a supremacia sobre o Legislativo. Nesse embate, o ideário dos republicanos históricos⁸⁹, bem como o projeto dos positivistas, movimentou os anos finais do Império e os anos iniciais da República. De acordo com Carvalho (1989), os republicanos históricos não positivistas defendiam um modelo representativo, com inspiração nos paradigmas norte-americano e francês. A República sociocrática dos positivistas, por sua vez, rejeitava a perspectiva liberal e a afirmação do poder civil no novo regime.

Nessa pluralidade de visões – apenas mencionada –, a figura do chefe de Estado e de governo, consolidou-se. A vertente positivista presente nos militares – reticente em relação aos dispositivos representativos – apostava em um governo forte que atuasse como intérprete do povo contra as elites. Os positivistas defendiam a perspectiva da ditadura republicana, como se pode ver.

A ideia de uma república ditatorial, social e virtuosa e a oposição à representação política, à elite bacharelesca, permitiram uma fusão parcial dessa corrente com o jacobinismo que surgiu durante o governo Floriano e marcou a política republicana até 1897. Embora Floriano fosse católico e aborrecesse o positivismo, o estilo de governo que representou – autoritário, anticasacas, contra o grande capital, moralista (ao menos na aparência), populista – tinha vários

⁸⁷ Quanto a esse aspecto se faz clara menção aos dispositivos do parlamentarismo no Império com suas inversões, que subordinavam a composição do Legislativo à direta intervenção e controle por parte do Imperador que se valia das prerrogativas que lhe eram conferidas pelo Poder Moderador (BACKES, 2004).

⁸⁸ Como definição de presidencialismo tem-se "[...] uma forma de governo em que há uma clara separação entre os poderes Executivo e Legislativo, expressa na independência da origem e da sobrevivência desses dois poderes" (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999, p. 27-28).

⁸⁹ Como republicanos históricos, apenas a título de exemplificação, pela força que esses nomes possuem na História, destacam-se Rui Barbosa, Campos Sales, Quintino Bocaiúva, Silva Jardim, entre outros (CARVALHO, 1989).

pontos de contato com a proposta positivista, embora essa doutrina estivesse em contradição como o militarismo (CARVALHO, 1989, p. 42).

De acordo com Penna (1999), o "florianismo"⁹⁰ – vertente radical que mobilizou a população na capital da República, em seus primeiros anos – tinha como meta principal consolidar o poder absoluto do presidente, para promover o progresso da “coisa pública” por uma maior integração dos cidadãos comuns ao cenário das decisões políticas. Sobre essa orientação, é possível observar, de acordo com Penna (1997, p. 113), que,

No Brasil, a convergência entre os positivistas e os radicais do republicanismo antiliberal teve seu ponto de encontro no primado absoluto da república sobre não importa que outro regime. Para ambos, este era o modelo capaz de gerar o progresso material e espiritual e sua adoção era incondicional. Subordiná-los a expedientes que o desfigurassem era impensável, mais ainda: impatriótico. Mas somente nos tempos de Floriano, ocorreria esta aproximação, centrada na premissa da supremacia do Executivo e, portanto, de um presidencialismo forte, não suscetível a controle de outros poderes. Era a ideia de uma República pura, a *res publica*, na qual, o primeiro de seus cidadãos, o Presidente, não podia ter seu poder dividido.

O que se pretende com essas considerações que não esgotam o campo das representações sobre a República, no contexto de sua proclamação, é assinalar a ênfase dada sobre a autoridade do Presidente da República. Nos embates entre republicanos históricos e positivistas – que marcaram os primeiros anos da República –, firmou-se uma orientação que consolidava a ideia de um executivo forte, centrado na figura do Presidente.

Para dimensionar o Presidencialismo no contexto de implantação da República, cabe uma rápida comparação com os mecanismos de governo vigentes no Império. O elemento central do exercício de governo, no Império, residia nas funções do Poder Moderador. As relações entre Executivo e Legislativo se davam pelas prerrogativas desse quarto poder, apresentando-se o poder Moderador como "porta" para um sistema altamente centralizado na figura do Imperador⁹¹.

⁹⁰ A expressão é utilizada por Penna (1997) como um fenômeno político de afirmação do caráter presidencialista do novo regime, em meio à adversidade enfrentada pela nascente República.

⁹¹ Como prerrogativa, nomear o poder Executivo que conduzia o processo eleitoral (HOLANDA, 1985).

Entendido como "a chave de toda a organização política", de acordo com a Constituição de 1824 – que inaugurou o Império no Brasil –, o Poder Moderador consolidou o centralismo político-administrativo. Os imperadores do Brasil valeram-se da Constituição de 1824, que instituiu prerrogativas altamente intervencionistas. Embora pensado, originalmente, como um poder neutro e capaz de harmonizar os demais poderes, a "função" moderadora resultou, outrossim, em uma inversão da ideia original – expressa, entre outras referências, no pensamento de Benjamin Constant⁹².

O que mais importa observar é que, proclamada a República, a marca da excessiva centralização – própria do modelo imperial – teria que ser superada por uma outra orientação político-administrativa. República e descentralização se equivaliam, portanto, no cenário de crise e desintegração do modelo imperial.

No que se refere às relações entre os poderes Executivo e Legislativo, uma diferença crucial se estabeleceu, na mudança do Império para a República. De acordo com Backes (2004), a vigência do parlamentarismo, no sistema imperial, encarregava-se de manter a harmonia entre os dois poderes. O parlamentarismo funcionava de maneira invertida à medida que não era o processo eleitoral que determinava a maioria parlamentar; cabia ao Imperador escolher o Gabinete – que controlava o processo eleitoral – para que o produto das eleições resultasse em uma maioria parlamentar de apoio. As eleições, portanto, produziam o resultado esperado e isso se dava pelas prerrogativas atribuídas ao Imperador, pela vigência do poder Moderador (BACKES, 2004).

A autora aponta que na República, porém, a escolha do Executivo se tornou mais complexa e conseqüentemente mais instável, considerando-se que a maioria alcançada no Legislativo não se dava como no Império; havia todo um jogo político para assegurar a harmonia entre os poderes e a governabilidade. Um ponto de fundamental importância nesse processo residia no fato de que, na República, Executivo e Legislativo resultavam de processos eleitorais independentes (BACKES, 2004).

Ainda que não se discutam, neste espaço, todas as especificidades do presidencialismo no contexto de sua implantação, para melhor dimensionar as

⁹² Para melhor conhecer o ideário político de Benjamin Constant e a recepção do conceito de poder moderador no Brasil, ver *O discurso político monárquico e a recepção do conceito de poder moderador no Brasil (1822-1824)* (LYNCH, 2005).

atribuições da Presidência da República, no exercício do poder, é necessário considerar o que o texto constitucional de 1891 deliberou acerca dos poderes e marcar as atribuições estabelecidas para o Executivo Federal.

A Carta Constitucional de 1891, promulgada em 24 de fevereiro do referido ano, instituiu a Presidência da República, estabelecendo que o Presidente seria eleito por sufrágio direto para um mandato de quatro anos, sem direito à reeleição. Para esse cargo, cabiam os critérios eleitorais do período, em suas restrições. Entre as atribuições do Poder Executivo, a Constituição estabeleceu no Art. 48 o que competia privativamente ao Presidente da República. Dentro de um amplo conjunto de competências, destacam-se as que mais diretamente se referem ao foco da pesquisa.

Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e resoluções do Congresso; expedir decretos, instruções e regulamentos para a sua fiel execução; Nomear e demitir livremente os Ministros de Estado; Prover os cargos civis e militares de caráter federal, salvas as restrições expressas na Constituição; Convocar o Congresso extraordinariamente; Na ausência do Congresso, designá-los-á em comissão, até que o Senado se pronuncie (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1891). (grifo nosso).

As competências em destaque remetem ao papel crucial desempenhado pelo Executivo na sua capacidade legislativa – o que potencializava a investida dos interesses organizados sobre essa esfera de poder. É o que se pode ver, de acordo com Oliveira (1995), na iniciativa do Centro Comercial do Rio de Janeiro, em 1901, ao enviar ao Presidente Rodrigues Alves solicitação apelando para o "indiscutível patriotismo do chefe da Nação", providências contra "manobras da especulação baixista estrangeira". Segundo a autora, a solicitação visava à imediata decretação do monopólio do café nos portos nacionais, a partir da criação de uma Bolsa de Café, subordinada e dependente do Ministério da Fazenda.

Outro aspecto relevante é observado pela autora, na solicitação feita: ressalvam-se os atributos próprios à Presidência da República, em especial o poder deliberativo da Arena Executiva em comparação com a "delonga" própria ao universo Legislativo – nas palavras dos solicitantes da entidade representativa da lavoura.

Alguns elementos ajudam a compor o quadro demonstrativo da relevância da Arena Executiva na Primeira República. As inserções empíricas feitas nas fontes encontram-se apresentadas na seção seguinte por meio de situações diversas.

Este é o aspecto que mais importa nesta tese: considerar as investidas dos setores privados recortados na pesquisa sobre as instâncias do Estado nesse contexto específico. Os aspectos normativos próprios às arenas importam para o reconhecimento das possibilidades que se apresentaram para os interesses privados organizados. A análise da recorrência de medidas propugnadas nas Arenas Executiva e Legislativa se constitui na estratégia – junto a outros recursos de análise – para inferir a pressão dos grupos.

3.2.2 A Arena Legislativa: o Parlamento na "Velha República"

A Comissão de Constituição, Poderes e Diplomacia foi presente a representação que ao Congresso Nacional dirigiu a Associação Commercial do Rio de Janeiro, solicitada insistentemente pelas fabricas nacionaes, de tecidos e outros interessados, contra o facto da decretação de impostos inconstitucionaes por parte de alguns Congressos de Estados, tributando a importação da produção e outros Estados.

Na alludida representação cita a Associação Commercial o facto recente ter o Congresso Legistlativo do Estado de Pernambuco, na lei de orçamento para o exercicio de 1898, lançado a imposição de 6% sobre a importação de produtos de outros Estados que tenham similares em Pernambuco (art. 3º § 4º n. 10) (ANAIS DO SENADO FEDERAL, 1897, p. 335).

Algumas ponderações introdutórias se fazem necessárias a fim de se considerar, dentro do modelo federativo vigente no contexto da pesquisa, o caráter "exógeno" atribuído à instância legislativa federal em função do "arranjo institucional" expresso na "Política dos Estados" (MENDONÇA, 1999). Como se pode ver, a epígrafe desta subseção sugere, de forma contundente, o enfrentamento dessa perspectiva.

Para as abordagens tradicionais, como decorrência do "pacto oligárquico", o Congresso teria se tornado um espaço que não contava substantivamente no processo decisório: um espaço apático e submisso às preferências do Executivo (LEAL 1986; LESSA, 1988). As análises que fundaram a noção de "pacto oligárquico", se não explicam ou valorizam as prerrogativas do poder Executivo em meio a esse arranjo – como se observou na seção anterior –, por sua vez, também não dimensionam de forma mais clara o "lugar" do Legislativo em sua esfera federal.

De acordo com a orientação seguida nesta tese, essa é mais uma percepção simplificadora da dinâmica política, e que reflete a supervalorização dos mecanismos próprios à "Política dos Governadores": arranjos firmados, eleições marcadas e a garantia para os estados – que pactuavam desse acordo – da não intervenção nos assuntos políticos estaduais. Esta abordagem consolida a ideia de um "arranjo político" traduzido em uma relação direta entre o poder Executivo e as lideranças locais, anulando o papel do Legislativo Federal no "jogo político".

Para Santos e Hochmann (2000), essa percepção clássica do funcionamento do regime político na "República Oligárquica" implicou uma ideia de "neutralização" do Legislativo. Rejeitando a imagem de um Congresso totalmente submisso aos imperativos do poder Executivo, os autores partem do pressuposto de que o "[...] o 'Pacto de Campos Sales' funcionava como um filtro apenas no momento das eleições" (SANTOS; HOCHMANN, 2000, p. 95)⁹³.

Para os autores, não se trata, portanto, de conceber o Congresso – nesse contexto específico – composto apenas por parlamentares dispostos a apoiar, sob todas as condições, o governo federal. Por isso, cabe, nesta pesquisa, a incursão na Arena legislativa pela expectativa de sua permeabilidade às pressões que se constituíram no jogo de interesses da cafeicultura e do setor industrial, especialmente por se discutir, quanto ao processo decisório, o caráter "exógeno" atribuído ao Congresso, pelas abordagens clássicas.

Isto posto, relativiza-se o impacto da "Política dos Governadores", da forma como foi valorizada nas abordagens tradicionais, e fica estabelecido que, ao contrário, o Congresso Federal tinha atribuições importantes no período. A partir das considerações mais gerais feitas acerca do Poder Legislativo na Primeira República, cabe delimitar as três esferas que o compunham e discriminar suas competências nesse contexto específico. Para essa delimitação considerou-se o que ficava estabelecido no texto Constitucional de 1891 em especial as competências dos poderes para a melhor compreensão de suas dinâmicas.

⁹³ Santos e Hochmann (2000) avaliaram o padrão da atividade legislativa e concluíram que havia uma dinâmica de contestações por parte da Câmara que não permite reduzir as relações entre Executivo e Legislativo a um mero jogo de barganhas ou meras autorizações de políticas locais por políticas nacionais.

A Constituição de 1891, no Capítulo I, Art. 16, estabelece que "[...] O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional⁹⁴, com a sanção do Presidente da República" (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1891). Dentro de um rol amplo de competências específicas do Congresso, o Art. 34 da Constituição Federal determina:

1º Orçar a receita, fixar a despesa federal anualmente e tomar as contas da receita e despesa de cada exercício financeiro; 2º Autorizar o Poder Executivo a contrair empréstimos, e a fazer outras operações de crédito; 3º Legislar sobre a dívida pública, e estabelecer os meios para o seu pagamento; 4º Regular a arrecadação e a distribuição das rendas federais; 5º Regular o comércio internacional, bem como o dos Estados entre si e com o Distrito Federal, alfandegar portos, criar ou suprimir entrepostos; 7º Determinar o peso, o valor, a inscrição, o tipo e a denominação das moedas; 8º Criar bancos de emissão, legislar sobre ela, e tributá-la; 9º Fixar o padrão dos pesos e medidas; [...] 14º Conceder subsídios aos Estados na hipótese do art. 5º (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1891).

No que se refere às competências estabelecidas para a Câmara de Deputados, o Art. 29 designa:

Compete à Câmara a iniciativa do adiamento da sessão legislativa e de todas as leis de impostos, das leis de fixação das forças de terra e mar, da discussão dos projetos oferecidos ao Poder Executivo, e a declaração da procedência ou improcedência da acusação contra o Presidente da República, nos termos do art. 53, e contra os Ministros de Estado nos crimes conexos com os do Presidente da República (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1891).

Embora não seja foco da pesquisa analisar o processo de tramitação das leis relativas às questões econômicas que interessavam aos setores do café e da indústria, faz-se necessário apontar aspectos dessa dinâmica que, em última instância, norteavam a investida dos interesses privados sobre esses espaços. O capítulo V da Constituição prevê:

⁹⁴ No que se refere à composição do Congresso Nacional, o Art. 16 §1º estabelecia dois ramos: a Câmara dos Deputados e o Senado. Na sequência, o Art.17 regulamentava o período de funcionamento do Congresso, previsto entre os meses de maio e setembro, podendo haver prorrogação. No §2º do mesmo artigo, estabelecia-se a duração das legislaturas, fixadas em três anos. O Art. 26, por sua vez, determinava como condições para a elegibilidade da casa legislativa: i) Estar na posse dos direitos de cidadão brasileiro e ser alistável como eleitor; ii) Para a Câmara, ter mais de quatro anos de cidadão brasileiro, e para o Senado mais de seis anos de cidadania (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1891).

Art. 36. Salvas as exceções do Art. 29, todos os projetos de lei podem ter origem indistintamente na Câmara ou no Senado, sob a iniciativa de qualquer de seus membros;

Art. 37. O projeto de lei, adotado numa das Câmaras, será submetido à outra; e esta, se o aprovar, envia-lo-á ao Poder Executivo, que, aquiescendo, o sancionará e promulgará.

§ 1º Se, porém o Presidente da República o julgar inconstitucional, ou contrário aos interesses da Nação, negará sua sanção dentro de dez dias úteis, daquele em que recebeu o projeto, devolvendo-o, nesse mesmo prazo, à Câmara onde ele se houver iniciado, com os motivos da recusa.

§ 2º O silêncio do Presidente da República no decêndio importa a sanção; e, no caso de ser negada, quando já estiver encerrado o Congresso, O presidente dará publicidade as suas razões (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1891)⁹⁵.

A discriminação de competências da arena Legislativa apresenta-se nas delimitações previstas na Constituição e também nos Regimentos Internos da Câmara de Deputados e do Senado. Os Regimentos Internos constituem-se de regras que distribuem o poder e apontam para a maior ou menor potencialidade dos espaços legislativos como fóruns deliberativos e, com isso, indicam caminhos e estratégias para a pressão dos grupos (SANTOS, 2014).

Dentro de um campo vasto de determinações, ainda que não se considere o processo de tramitação das leis na arena Legislativa⁹⁶, é importante registrar o que estabelece o Regimento Interno da Câmara Alta e Baixa, para dimensionar esses espaços como fóruns deliberativos.

3.2.2.1 As Comissões na Câmara Baixa

No âmbito da Câmara dos Deputados, a pesquisa analisou a produção em algumas Comissões⁹⁷ que se apresentam nas demonstrações gráficas quanto ao percentual de medidas econômicas propugnadas correspondentes aos interesses da cafeicultura e da indústria em todo o marco da Primeira República.

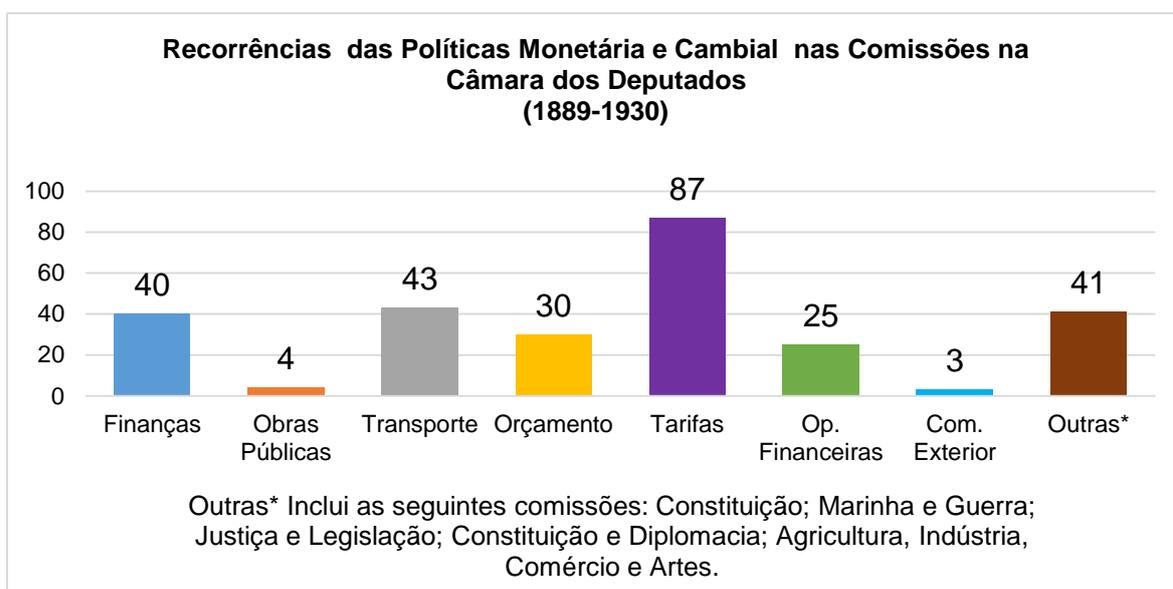
⁹⁵ Os artigos 38, 39 e 40 especificam os trâmites entre as Casas do Legislativo e a Presidência da República.

⁹⁶ Mais especificamente no que se refere à Câmara dos Deputados, o Regimento Interno, nos Art. 118, 119, 123, 134, 136 e 137, versa sobre a tramitação da produção legislativa da Câmara, estabelecendo a dinâmica legislativa na relação entre as Câmaras Alta e Baixa (CÂMARA DOS DEPUTADOS. Regimento Interno, 1901 p. 35-45).

⁹⁷ As comissões permanentes encontram-se regulamentadas nos Art. 36, 40, 41, 48 e 50 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

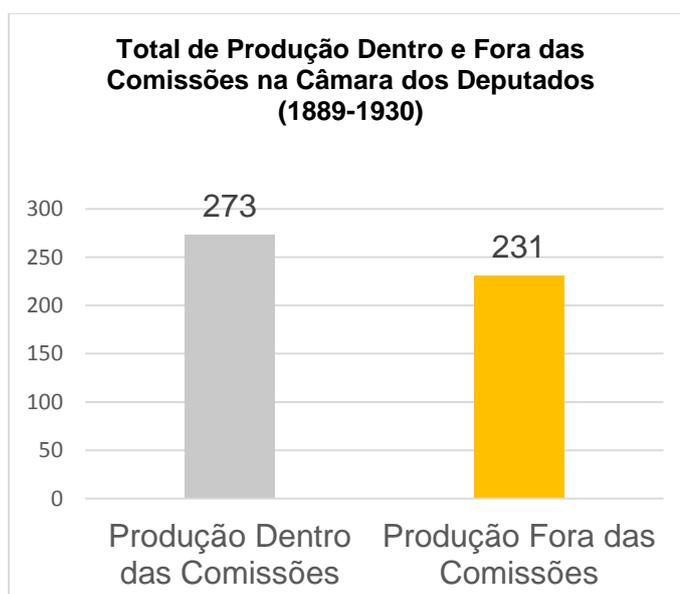
Torna-se necessário explicar o critério de seleção para análise da produção no âmbito das Comissões. Em primeiro lugar, optou-se por abordar de forma individualizada as que remetiam mais diretamente às condições infraestruturais para o incremento aos setores – como se pode ver na sequência do texto e ilustrada no Gráfico 1. Por sua vez, pretendeu-se exemplificar algumas situações e não a totalidade das análises que se pôde realizar, por meio da coleta e a organização dos dados.

Gráfico 1



Elaboração Própria. Fonte: Anais da Câmara dos Deputados.

Gráfico 2



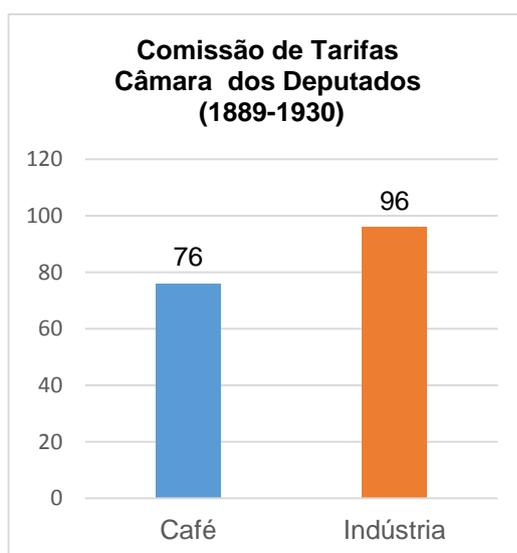
Elaboração Própria. Fonte: Anais da Câmara dos Deputados.

Os gráficos 1 e 2 apresentados indicam a efetividade da ação da Arena Legislativa como esfera que importava no processo de representação de interesses no referido contexto e, em especial, as Comissões – como fóruns deliberativos de grande relevância. O total de produção, nesse espaço, com relação às questões econômicas que, para esta pesquisa foram decisivas, é muito expressivo. Mais uma vez, o caráter “exógeno” que se atribuiu à esfera Legislativa pode ser relativizado.

Além dessa evidência, as inserções empíricas indicaram as Comissões, que, ao longo da Primeira República, apresentam maior recorrência de pareceres voltados às medidas econômicas específicas que interessavam aos setores, com destaque para a Comissão de Tarifas – campo de interesse que movimentou a República.

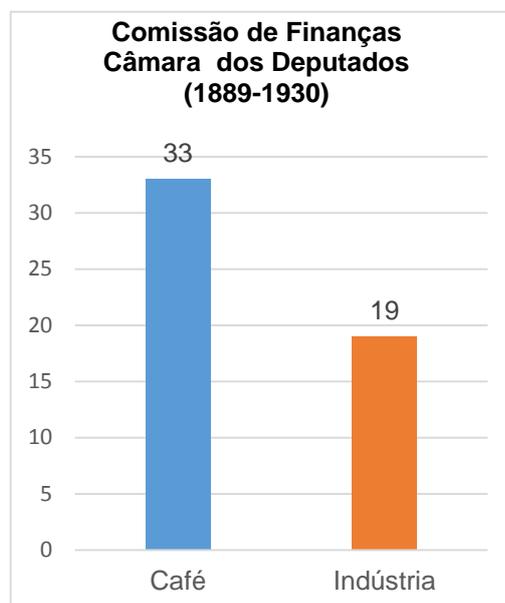
Outro aspecto apontado nos dados é o total de produção, dentro de cada Comissão, para cada setor em destaque. Os gráficos 3 e 4, na sequência, exemplificam algumas dessas situações e apresentam uma inversão. Esta inversão aponta para a questão central no horizonte das perspectivas da indústria – nesse contexto e em todo o marco da Primeira República – as tarifas seletivas para importação que deveriam atuar como fomento à produção nacional. Por sua vez, no âmbito da Comissão de Finanças, visualiza-se uma “vantagem obtida pelo café” – o que corresponde às demandas da cafeicultura em meio à crise que se projetou a partir da segunda metade da década de 1890 (mais detalhada no quarto capítulo da tese) e que ampliou as investidas do setor sobre o Estado.

Gráfico 3



Elaboração Própria. Fonte: Anais da Câmara dos Deputados.

Gráfico 4



Elaboração Própria. Fonte: Anais da Câmara dos Deputados.

Na sequência, apresentam-se alguns aspectos das Comissões na Câmara Alta.

3.2.2.2 As Comissões na esfera do Senado Federal

Essas análises foram feitas também para a verificação da atuação da Câmara Alta no cenário da Primeira República. Neste âmbito, procurou-se articular o que ficava estabelecido na Constituição de 1891, bem como as determinações previstas no Regimento Interno do Senado Federal. Quanto a esse aspecto, cabe justificar que a pesquisa considerou os critérios estabelecidos no Regimento de 1904⁹⁸.

Para o Senado Federal, o texto constitucional de 1891, estabelecia:

Compete privativamente ao Senado⁹⁹ julgar o Presidente da República e os demais funcionários federais designados pela Constituição, nos termos e pela forma que ela prescreve. §1º O Senado, quando deliberar como tribunal de justiça, será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal. § 2º Não proferirá sentença condenatória senão por dois terços dos membros presentes. §3º Não poderá impor outras penas mais que a perda do cargo e a incapacidade de exercer

⁹⁸ Outro Regimento Interno foi instituído em 1926.

⁹⁹ De acordo com o Art. 30, o Senado compõe-se de cidadãos elegíveis nos termos do Art. 26 e maiores de 35 anos, em número de três senadores por Estado e três pelo Distrito Federal, eleitos pelo mesmo modo por que o forem os deputados. Sobre a duração do mandato de Senador, o Art. 31. estabelece nove anos, renovando-se o Senado pelo terço trienalmente (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1891).

qualquer outro, sem prejuízo da ação da justiça ordinária contra o condenado (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1891).

No que se refere ao que o Senado Federal poderia propor, O Regimento Interno (1904), determinava:

Art. 106. As proposições podem consistir em projetos de lei ou resolução, emendas, pareceres de comissões, indicações e requerimentos, iniciados no Senado e de proposições e emendas vindas da Câmara dos Deputados. Os pareceres, indicações e requerimentos só serão discutidos no Senado.

Art. 107. Nenhum projeto ou indicação se admitirá no Senado se não tiver por fim o exercício de alguma de suas atribuições.

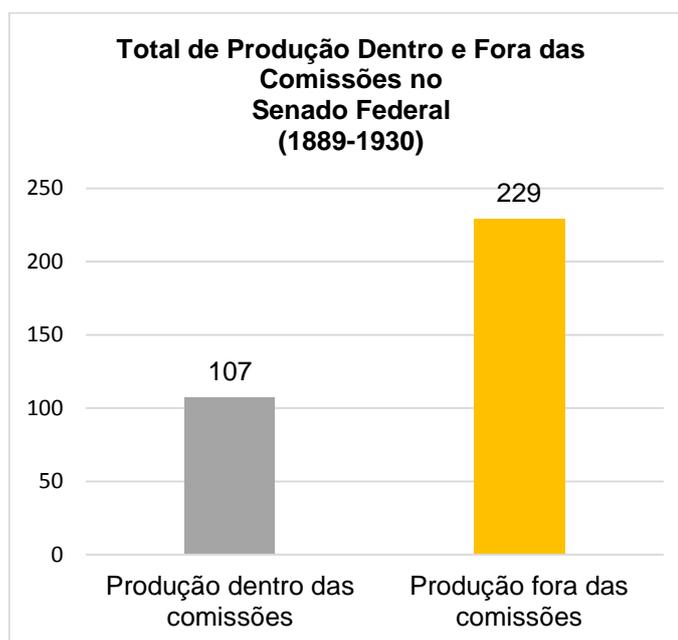
Art. 108. Os projetos devem ser escritos em termos concisos e claros, divididos em artigos, numerados e assinados por seus autores. Parágrafo único. Não são admissíveis projetos referentes à concessão de pensões, remissões de dívida e relevamento de prescrição, licenças, reformas, aposentadorias e jubilações ou melhoria destas, sem prévio requerimento da parte interessadas (SENADO FEDERAL, Regimento Interno, 1904. p. 30-31).

No tocante à maior ou menor efetividade das Comissões para a produção de resultados favoráveis às demandas da cafeicultura e do setor industrial, esta pesquisa valorizou algumas Comissões tais como se encontram regulamentadas no Regimento Interno. Procedeu-se, no Senado, à mesma abordagem feita na esfera da Câmara dos Deputados, quanto ao desempenho das Comissões e, pelo que se pode ver no Gráfico 5 – apresentado na sequência – inverteu-se o resultado obtido, considerando o percentual produzido dentro e fora das Comissões.

No Regimento Interno do Senado Federal, os art. 44, 45, 54 e 55 tratam das Comissões Permanentes. Dentre outras, destacam-se: Finanças, Comércio, Agricultura, Indústria e Artes. Sobre os trabalhos no âmbito dessas comissões, o Regimento estabelece:

As comissões deverão dar os pareceres no prazo de 15 dias, em termos explícitos sobre a conveniência da aprovação, rejeição ou adiamento da discussão dos projetos a que se referirem, expondo os motivos com os desenvolvimentos necessários e propondo desde logo as emendas convenientes. Tais pareceres precisam de assinatura de todos os membros da Comissão, ou ao menos, da maioria, para serem recebidos pela Mesa" (SENADO FEDERAL, Regimento Interno, 1904, p. 21).

Gráfico 5



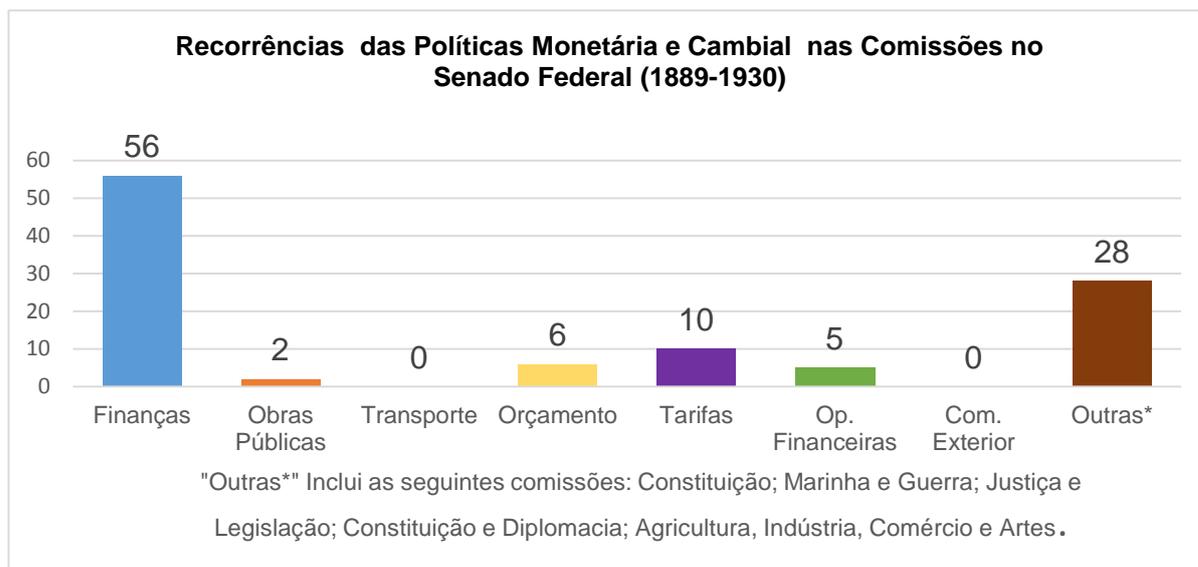
Elaboração Própria. Fonte: Anais do Senado Federal.

Complementando essa análise, o Gráfico 6, que encerra essa série acerca da produção no âmbito das Comissões, indica, para a esfera do Senado Federal, as Comissões com maior produtividade em relação às questões que mais interessavam à cafeicultura e ao setor industrial. O que se pode observar na Câmara Alta é o destaque para a produção no campo de atuação da Comissão de Finanças, que se mostra inversa à proporção obtida na Câmara dos Deputados, com destaque para a de Tarifas – apontada no Gráfico 1 que iniciou essa abordagem.

Em termos bem superficiais os dados observados podem apontar para um cenário cujas Comissões no Senado Federal não espelhavam a mesma dinâmica do que fora observado na Câmara dos Deputados – ou seja, não era por ali (na Câmara Alta) que as produções se faziam mais evidentes.

Contudo, a pesquisa demonstrou que, em termos relativos, o espaço das Comissões se fazia destacar nessas Arenas de poder. As inserções empíricas nas fontes, caracterizam a produção nesses campos, bem como assinalam a recorrência de medidas que correspondem à expectativa dos setores econômicos analisados na tese, potencializando esses espaços como foco para os quais se dirigiam as pressões dos grupos – café e indústria. O Gráfico 6 demonstra a recorrência em algumas Comissões no âmbito do Senado Federal.

Gráfico 6

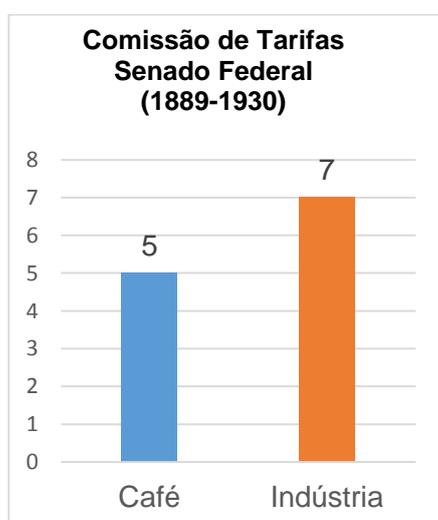


Elaboração Própria. Fonte: Anais do Senado Federal.

Ainda no exercício da comparação – abordagem que norteia esta tese – assim como demonstrado para a Câmara dos Deputados, é interessante verificar no âmbito do Senado Federal, o total de produção, dentro de algumas comissões, para cada setor em destaque. As demonstrações gráficas exemplificam algumas dessas situações.

Nos gráficos 7 e 8 se pode observar a predominância do setor industrial nas Comissões de Tarifas e de Operações Financeiras.

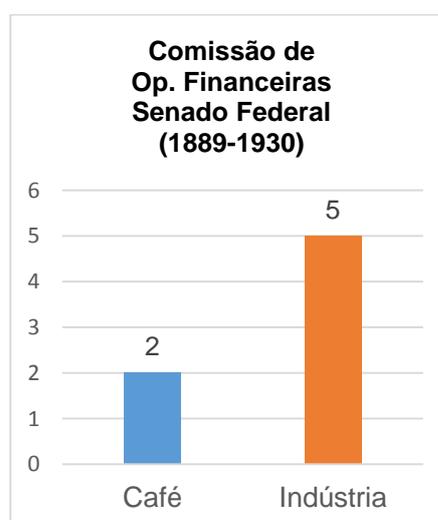
Gráfico 7



Elaboração Própria.

Fonte: Anais do Senado Federal.

Gráfico 8



Elaboração Própria.

Fonte: Anais da Câmara dos Deputados.

Feitas essas demonstrações gráficas, outras se apresentam na sequência do capítulo, com o objetivo de ilustrar situações nas quais se possa inferir a “ressonância” dos interesses da cafeicultura e do setor industrial nas esferas Executiva e Legislativa.

3.3 O Executivo e o Legislativo como "caixas de ressonância" dos interesses privados

Nesta seção destacam-se algumas considerações acerca dos dados coletados nas fontes primárias de pesquisa. Foram elaboradas a partir das escolhas feitas de se produzir um texto mais geral que pudesse introduzir os gráficos para o esclarecimento dos pontos de partida da pesquisa.

Pretende-se demonstrar como os setores estavam representados nas Arenas Executiva e Legislativa ao longo de todo o marco da Primeira República. A série apresentada não contém a totalidade dos gráficos que foram produzidos. Optou-se por uma amostragem – dado o recorte cronológico a que corresponde – em que se avalia a efetividade de cada fórum deliberativo.

Desse modo, algumas considerações pontuais se fazem necessárias. Em primeiro lugar, observar que a escolha por exibir a demonstração gráfica, de forma conjunta, justifica-se pela perspectiva de oportunizar a comparação entre as Arenas – em seu grau de efetividade para os setores. Para tal, os gráficos correspondem a um mesmo conjunto de variáveis – relativas às políticas monetária e cambial – aplicadas aos diferentes fóruns deliberativos. Embora a demonstração gráfica procure seguir um padrão construído com as mesmas variáveis, as especificidades das Arenas impõem algumas variações.

A pesquisa está voltada para dois setores econômicos e suas relações com o Estado para a inscrição de suas demandas. Isto posto, as inferências que se buscaram do ponto de vista qualitativo recaíram sobre a perspectiva de poder afirmar o setor mais contemplado, a Arena mais efetiva e as medidas econômicas mais eficazes para a afirmação dos interesses em disputa.

Em relação à Arena Executiva utilizou-se como fontes as Mensagens Presidenciais, os Atos do Poder Executivo e os Relatórios Ministeriais. No que se refere à produção nos Ministérios, foram analisados os que, por expectativa, se apresentavam mais produtivos para as demandas da cafeicultura e do setor industrial: Agricultura; Indústria Viação e Obras Públicas; Viação e Obras Públicas e Fazenda.

Essa escolha orientou a verificação da recorrência de medidas relativas aos interesses dos setores analisados na tese nesses ministérios.

Em relação à Arena Legislativa utilizou-se como fontes os Anais do Senado, os Anais da Câmara dos Deputados e os Atos do Poder Legislativo – como instâncias que informam, para além das medidas propugnadas, as aspirações e os embates que se criaram em torno da consecução de medidas favoráveis aos setores¹⁰⁰.

Esses gráficos foram construídos sob critérios de quantificação de medidas econômicas relativas às políticas monetária e cambial – escolha justificada ao longo dos capítulos da tese. Para isso, selecionou-se um conjunto de temáticas relacionadas a essas políticas para a verificação de sua recorrência nas fontes de pesquisa. Sendo assim, crédito, juros, redução de tarifa, impostos, perdão de dívida – no âmbito da política monetária; ajuste cambial (valorização/desvalorização); proteção tarifária, subsídio e isenção – nos contornos da política cambial.

Os gráficos também apontam os mecanismos utilizados para a implementação dessas medidas – que variaram de acordo com a natureza da fonte. A análise qualitativa procurou enfatizar a importância que determinadas medidas assumiram no jogo econômico do período recortado, especialmente em conexão com os desafios em diferentes contextos. Por fim, se pode afirmar que a análise dos dados para os quais os gráficos apontam procura dialogar com a literatura – exercício necessário para o recuo histórico proposto.

3.3.1 A representação de interesses na Arena Executiva

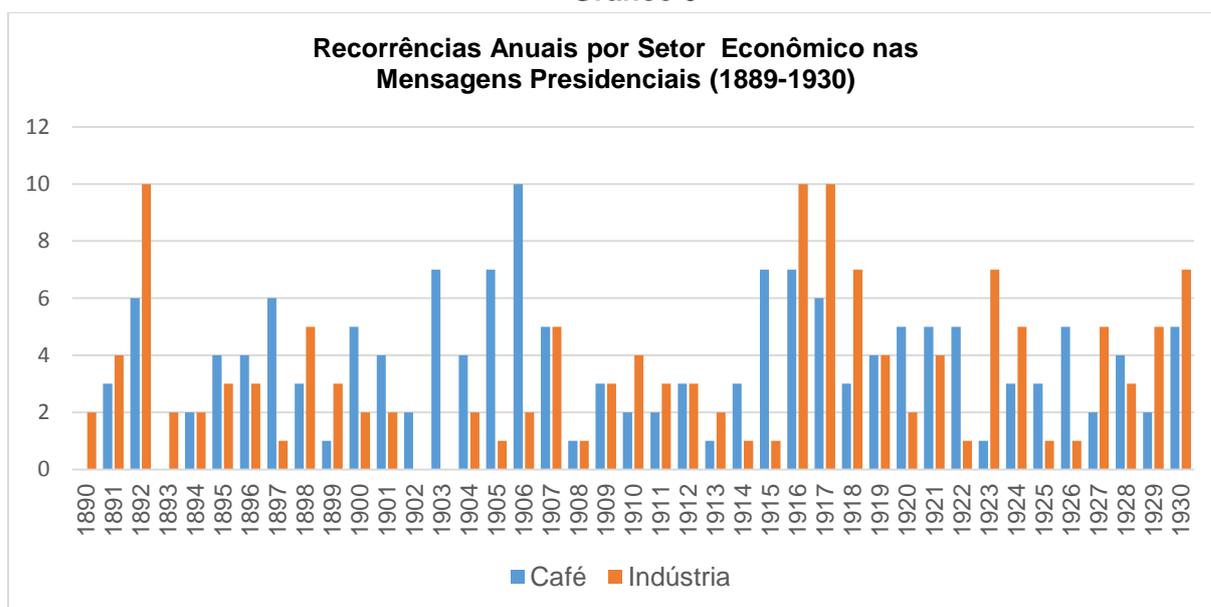
3.3.1.1 Mensagens Presidenciais

As mensagens presidenciais eram encaminhadas aos membros do Congresso Nacional, em cada ano do mandato presidencial. Essa fonte permitiu observar o sentido e a recorrência com que as temáticas econômicas específicas eram discutidas a cada governo. Na montagem dos dados, não se procedeu a uma quantificação pela mera repetição das temáticas – que remetem a medidas econômicas essenciais para os setores. O que se procurou valorizar foram as situações contextualizadas encontradas no corpo das mensagens em que o Presidente, falando ao Congresso,

¹⁰⁰ O quadro biográfico dos Deputados Federais foi construído em relação à conjuntura que se apresenta no Capítulo IV da tese.

não só apresentava um balanço de cada ano do seu governo como também as metas a serem alcançadas – quando se tratava de mensagens inaugurais dos mandatos presidenciais. Ainda que o campo das mensagens não se traduzisse em decretos, esta pesquisa valorizou esse espaço como um canal de vocalização das grandes questões (especialmente as econômicas) que situavam interesses, projetos e disputas entre os setores e o Estado. Na sequência, estão os gráficos 9, 10 e 11 produzidos no âmbito das Mensagens Presidenciais.

Gráfico 9

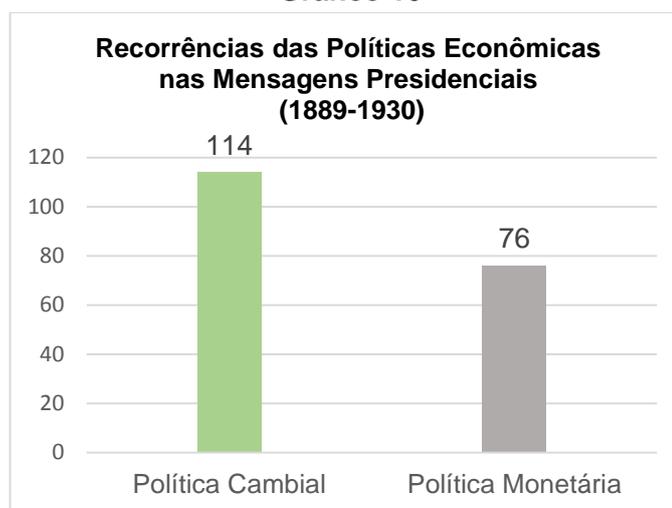


Elaboração Própria. Fonte: Mensagens Presidenciais.

Os picos de recorrência aos setores por meio das questões econômicas que mais importavam remetem a contextos dados pela literatura e com os quais as inserções empíricas dialogam. Nesse demonstrativo das mensagens presidenciais, em todos os anos da Primeira República, cabe destacar os anos iniciais que correspondem à política de expansão monetária do Ministro Rui Barbosa – com destaque para o setor industrial nos anos de 1891 e 1892. Outros marcos da Primeira República se apresentam dialogados com o gráfico 9. É importante observar a vertiginosa recorrência nos anos de 1906 – ano que se consagra pelo Convênio de Taubaté e pela criação da Caixa de Conversão (melhor discutidos no capítulo quatro), que de modo geral consistem em dispositivos voltados para a estabilização da renda e do *status* da cafeicultura. Por sua vez, para mais um aspecto a se considerar, boa parte dos anos que marcam a Primeira Guerra Mundial (1914 e 1918) estabelecem ganhos incrementais à indústria pela contenção das importações.

De modo geral, contudo, é possível afirmar que, ao longo de todo o período, a cafeicultura se fez representar mais no âmbito das Mensagens Presidenciais – apesar do lugar expressivo alcançado pela indústria. Ainda que não se recaia na perspectiva estrita da “política do café-com-leite”, há toda uma vinculação historicamente comprovada entre muitos presidentes e a base social da cafeicultura – o que repercute na retórica.

Gráfico 10

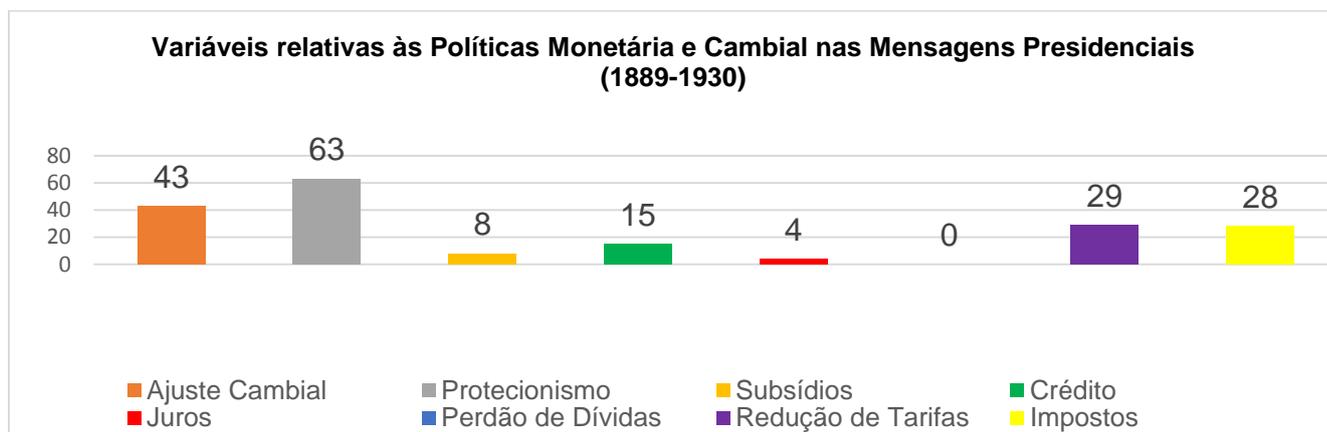


Elaboração Própria. Fonte: Mensagens Presidenciais.

No campo das políticas econômicas, observa-se a projeção da Política Cambial nas Mensagens Presidenciais no gráfico 10. O debate recorrente sobre o câmbio é expressão de um dos desafios mais marcantes nas relações entre Estado e setor privado na Primeira República: a maior ou menor intervenção do Estado, especialmente no mercado do câmbio. O que se tem, historicamente, é a crescente ação do poder público sobre a regulação do câmbio, ao longo das décadas iniciais da experiência republicana. A cafeicultura e o setor industrial se mobilizavam para essa intervenção, pois para ambos, o ajuste cambial importava.

O que se pôde observar nesse campo foi a ênfase com que os presidentes discutiam as temáticas econômicas relativas aos interesses do “café” e da “indústria” e, de forma recorrente apontavam perspectivas para os setores nas Mensagens Presidenciais.

Gráfico 11



Elaboração Própria. Fonte: Mensagens Presidenciais.

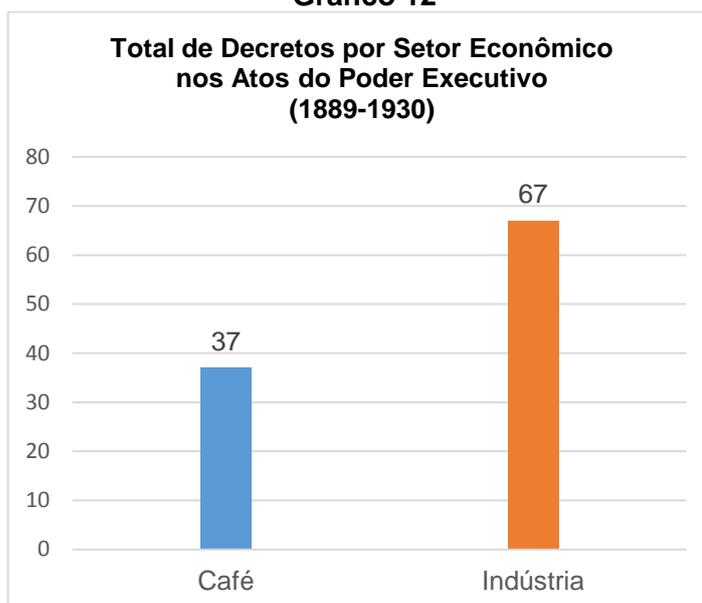
Este gráfico confirma a relevância de se trabalhar com as políticas monetária e cambial nesse contexto. O destaque para ajuste cambial e protecionismo expressa bem as disputas empreendidas pelos dois setores econômicos analisados e a disputa para seus ganhos incrementais.

As Mensagens Presidenciais estão marcadas pela recorrência de alguns temas como câmbio, crédito, redução de tarifas, protecionismo e impostos. A projeção alcançada pelo protecionismo beneficiava o setor industrial que, por sua vez, se ancorava no Estado de modo a minimizar a concorrência estrangeira. Nesse contexto, as mensagens não vão além de um panorama que retrata a mobilização e o confronto.

3.3.1.2 Atos do Poder Executivo

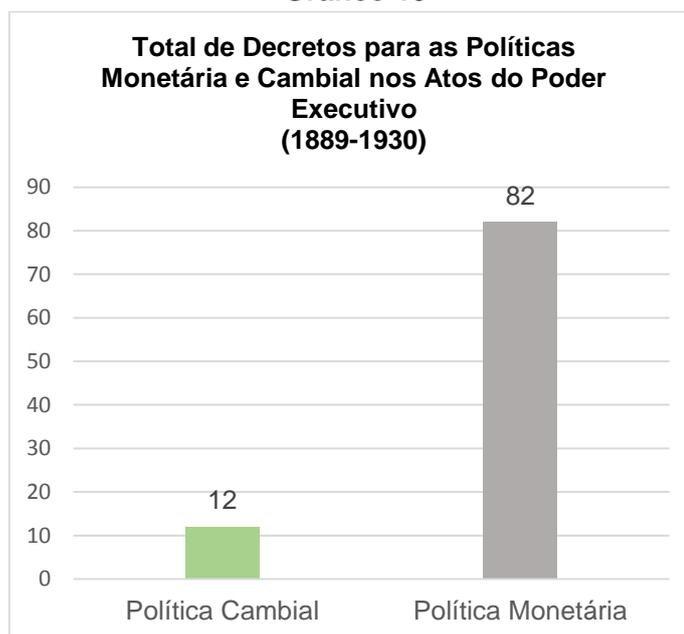
Os Atos do Poder Executivo foram documentos nos quais se buscou os decretos anuais de autoria do Presidente da República. Representou, para a pesquisa, um campo de grande relevância pelo caráter deliberativo próprio das prerrogativas dadas ao Presidente da República – que foram consideradas neste capítulo, em outras seções. Considerar esse campo para a observação da recorrência de medidas econômicas relacionadas às demandas dos setores econômicos analisados implica revalorizar a instância do Executivo Federal – no contexto específico da Primeira República.

Gráfico 12



Elaboração Própria. Fonte: Atos do Poder Executivo.

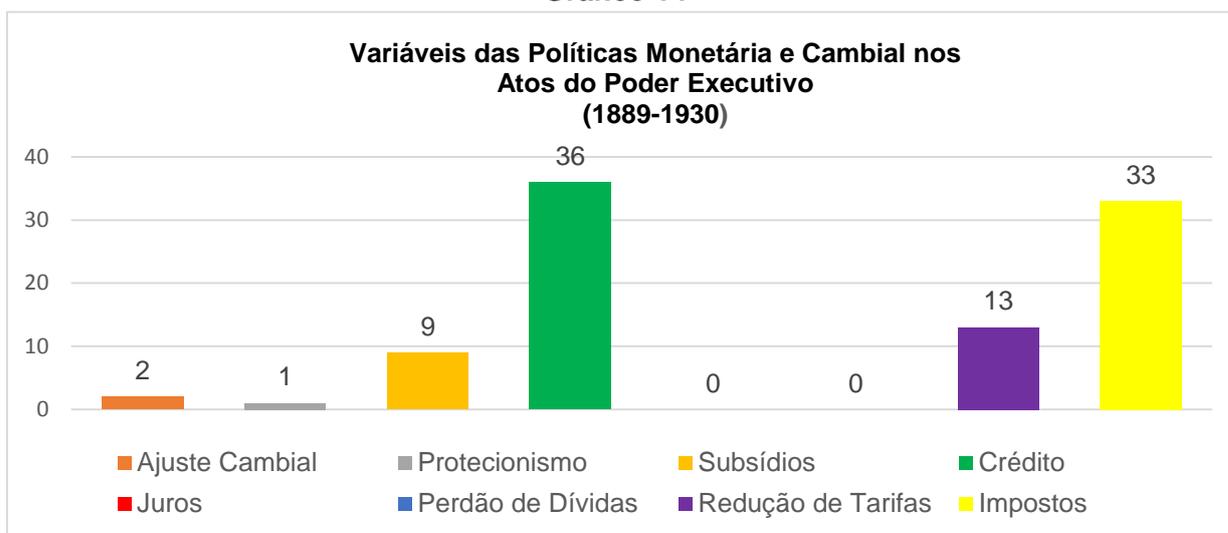
Gráfico 13



Elaboração Própria. Fonte: Atos do Poder Executivo.

A coleta de dados indica a proeminência de decretos que favorecem o setor industrial com ênfase na Política Monetária nos gráficos 12 e 13. Na sequência, encontram-se indicadas as medidas econômicas específicas, como apresentado no gráfico 14.

Gráfico 14



Elaboração Própria. Fonte: Atos do Poder Executivo.

Pelo que se pode ver, os gráficos 13 e 14 dialogam de forma mais direta à medida que, pela supremacia de atuação do poder Executivo, via Política Monetária – como aponta o Gráfico 13 – medidas específicas como créditos, impostos e redução de tarifas, ganham projeção e registram os maiores índices (que se encontram registrados no Gráfico 14).

No que se refere ao destaque para o setor industrial em processo de afirmação, a emissão monetária constituía-se em prerrogativa importante. Registra-se, nesse aspecto, o campo da redução de tarifas, em especial para importação de máquinas e equipamentos como um aspecto essencial para assegurar a projeção da indústria, como demonstra o Gráfico 16. Neste caso, parece que as medidas em prol do setor industrial ganham em relevância pelo crédito e se relacionam com os impostos arrecadados.

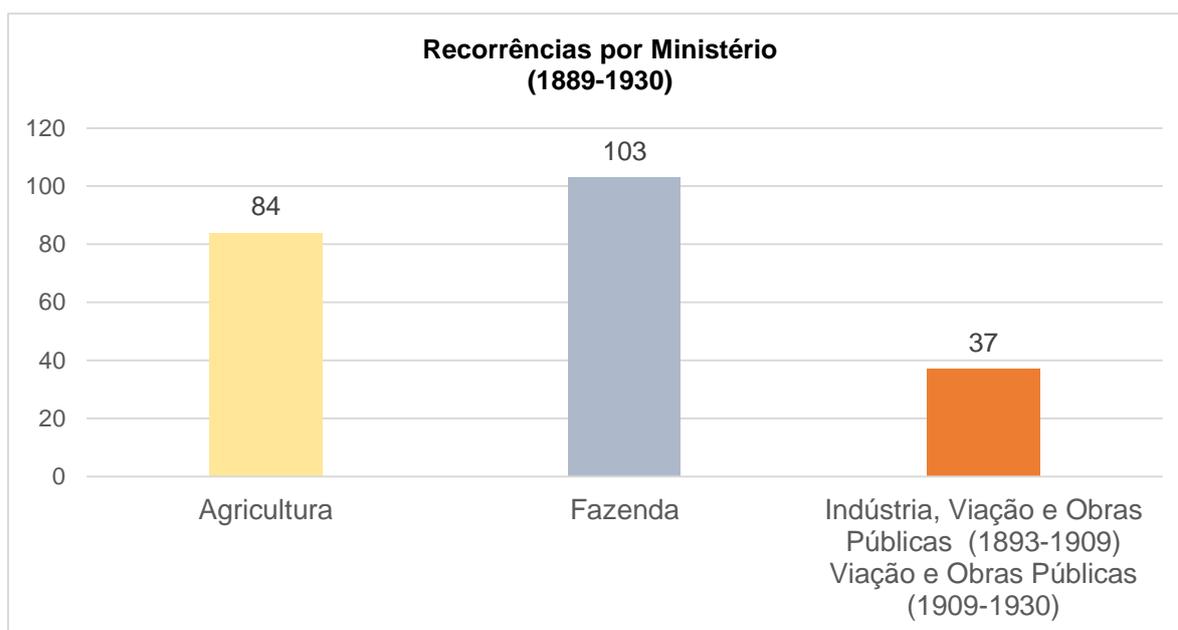
Embora na retórica dos Presidentes – no campo das Mensagens – as tensões que rondavam o câmbio fossem recorrentes, pode-se observar um espaço expressivo para a política monetária – ainda que em menor proporção que a cambial.

3.3.1.3 Relatórios Ministeriais

Os Relatórios Ministeriais se constituem de um conjunto de documentos apresentados anualmente, relativos ao exercício do ano anterior e contendo indicação para diversos assuntos: receita e despesa da União; decretos abrindo crédito; relações comerciais com países diversos; dívida dos Estados; alfândega, e uma vasta

apresentação de tabelas com elementos das mais variadas ordens, ligados à seara do Ministério. A pesquisa recortou, no cômputo geral das pastas Ministeriais, os Ministérios da Agricultura, Fazenda, Indústria, Viação e Obras Públicas e Viação e Obras Públicas¹⁰¹.

Gráfico 15



Elaboração Própria. Fonte: Relatórios Ministeriais.

O Gráfico 15 foi construído por um critério que demonstra os Ministérios considerados estratégicos para os setores econômicos em análise. O Ministério da Fazenda – com índice mais elevado – apresentava, dentro de sua esfera de atuação, uma maior capacidade de se posicionar, correspondendo, aos setores do “café” e da “indústria”. A pasta da Agricultura, embora em uma proporção menor, também se projetava pelo caráter ainda predominantemente agrícola da economia nacional – apesar dos avanços do setor industrial.

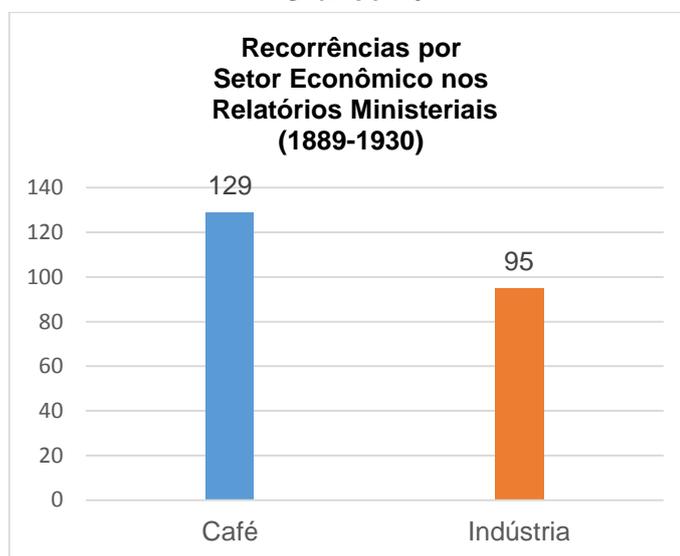
Outros ramos da agricultura de exportação e mesmo de segmentos voltados para o mercado interno apresentavam demandas a serem contempladas na pasta da Agricultura. O Gráfico 16 que se apresenta na sequência, corresponde ao destaque com que esse Ministério se projeta, com a proeminência do café.

Na sequência, no Gráfico 17, o expressivo índice obtido para a política cambial – sendo o câmbio uma forma de intervenção direta no setor agrícola – é indicativo

¹⁰¹ Pelo que se pode ver, houve uma mudança na denominação das pastas ministeriais a partir de 1909.

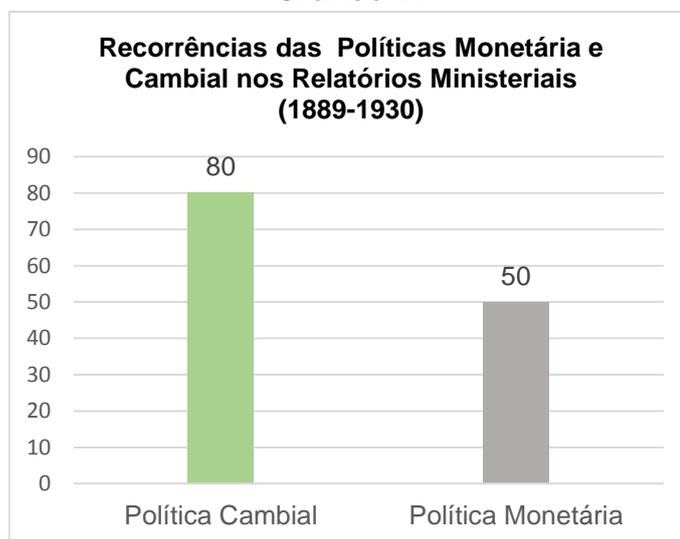
dessa realidade. O Gráfico 18, fechando esse bloco de gráficos do poder Executivo, demonstra como as medidas específicas estavam representadas.

Gráfico 16



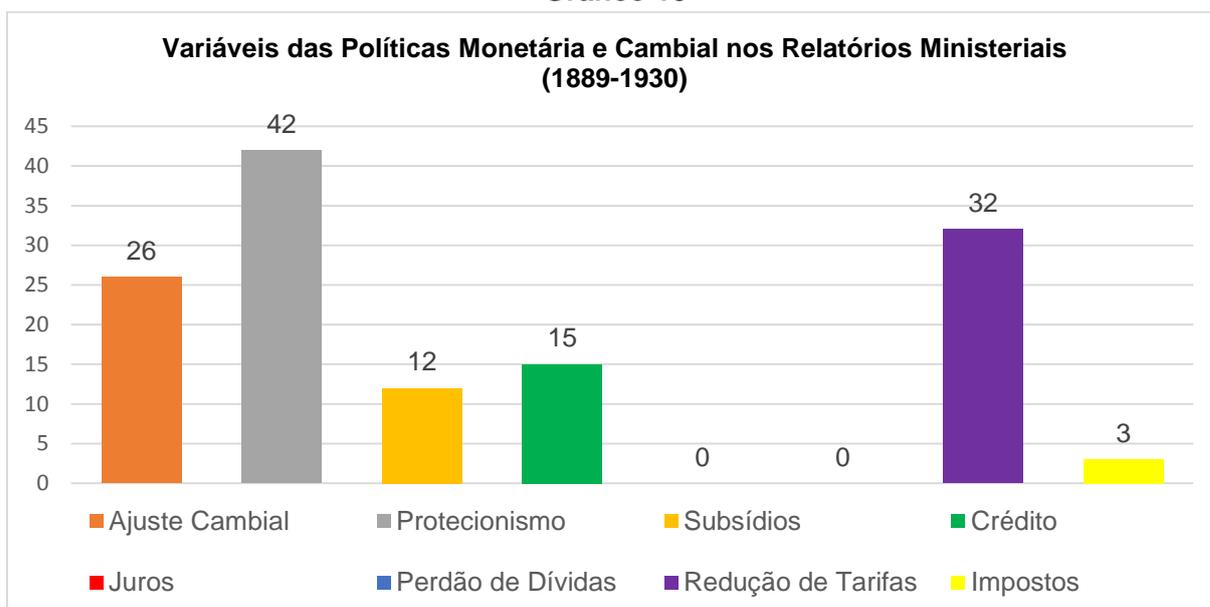
Elaboração Própria. Fonte: Relatórios Ministeriais.

Gráfico 17



Elaboração Própria. Fonte: Relatórios Ministeriais.

Gráfico 18



Elaboração Própria. Fonte: Relatórios Ministeriais.

3.3.2 Câmara Alta e Câmara Baixa como fóruns deliberativos

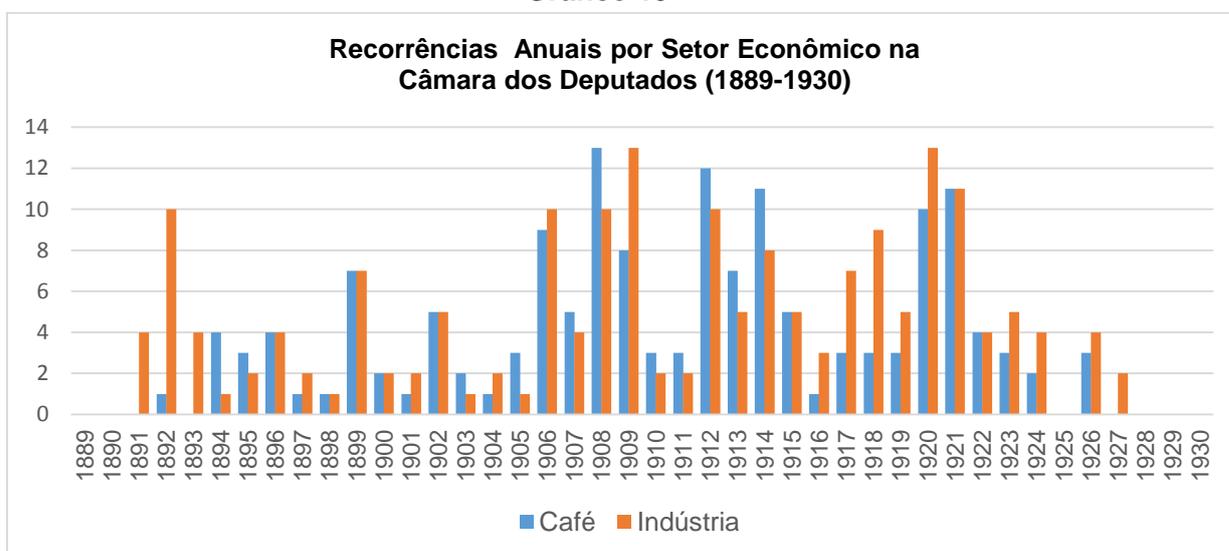
Nesta seção cabe uma nota introdutória conjunta para os Anais da Câmara e os Anais do Senado Federal. Esses documentos se apresentaram muito adequados para a busca que se fez, pelas possibilidades de análise que ofereceram. A coleta de dados considerou os debates em Plenário e em Comissões – contidos na íntegra nesses documentos – e as decisões, como medidas efetivas que podiam informar sobre ganhos concentrados para os setores econômicos em destaque.

Os documentos parlamentares contêm Discursos e Matérias (relativos à toda ordem de problemas). É importante observar que, na abordagem feita, não se considerou o processo legislativo ou os trâmites na elaboração das leis. Nem mesmo se investigaram as relações entre a Câmara Alta e a Câmara Baixa, como parte desse processo. O que se pretendeu foi verificar as tomadas de posição e as decisões que favoreceram o café e a indústria, no contexto da pesquisa. Os Atos do Poder Legislativo, por sua vez, informaram sobre os decretos do Congresso autorizando o Poder Executivo a expedientes de natureza diversa – e que foram selecionados, para a pesquisa, de acordo com as variáveis econômicas estabelecidas. Evidências dessa fonte se encontram no Apêndice A.

3.3.2.1 Câmara dos Deputados

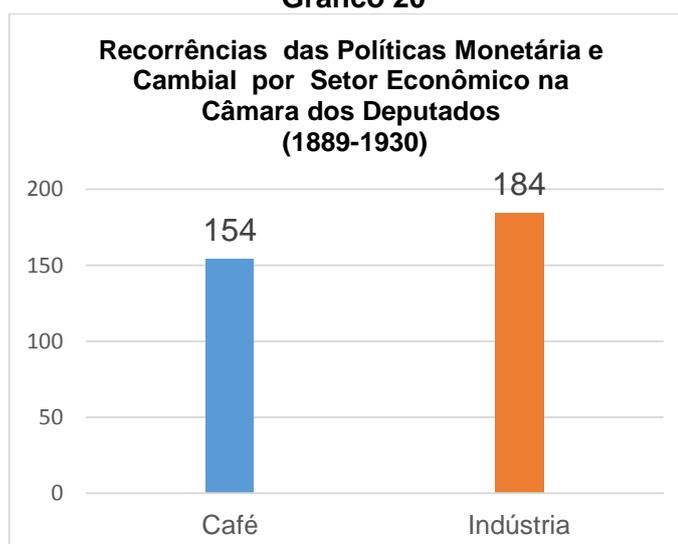
O que se destaca para o Gráfico 19 é a expressiva representação que o setor industrial vai conquistando ao longo do marco cronológico estabelecido. Os dados dialogam com os estudos Leopoldi (2000), que destacam a Câmara Federal como um fórum deliberativo de extrema importância para o setor na Primeira República. A quantificação total no Gráfico 20, por setor, atesta essa perspectiva.

Gráfico 19¹⁰²



Elaboração Própria. Fonte: Anais da Câmara dos Deputados.

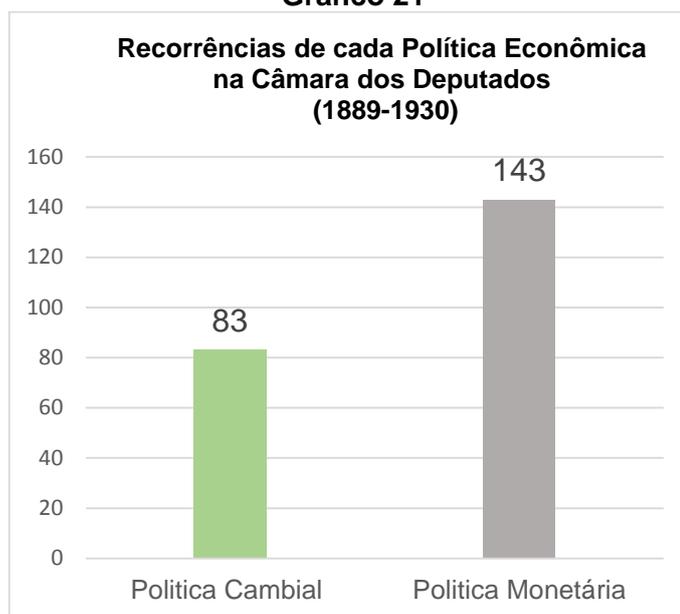
Gráfico 20



Elaboração Própria. Fonte: Anais da Câmara dos Deputados.

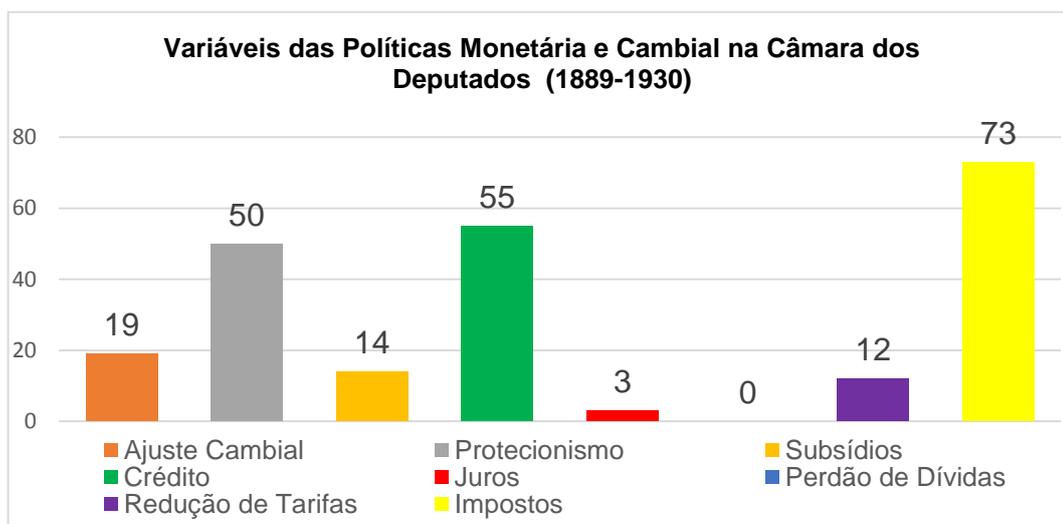
¹⁰² Os anos que não indicam registros não se encontravam disponíveis para acesso ou apresentavam qualidade de visualização precária. Isso ocorreu também em partes de documentos em alguns anos, o que pode explicar a não quantificação para um determinado setor.

Gráfico 21



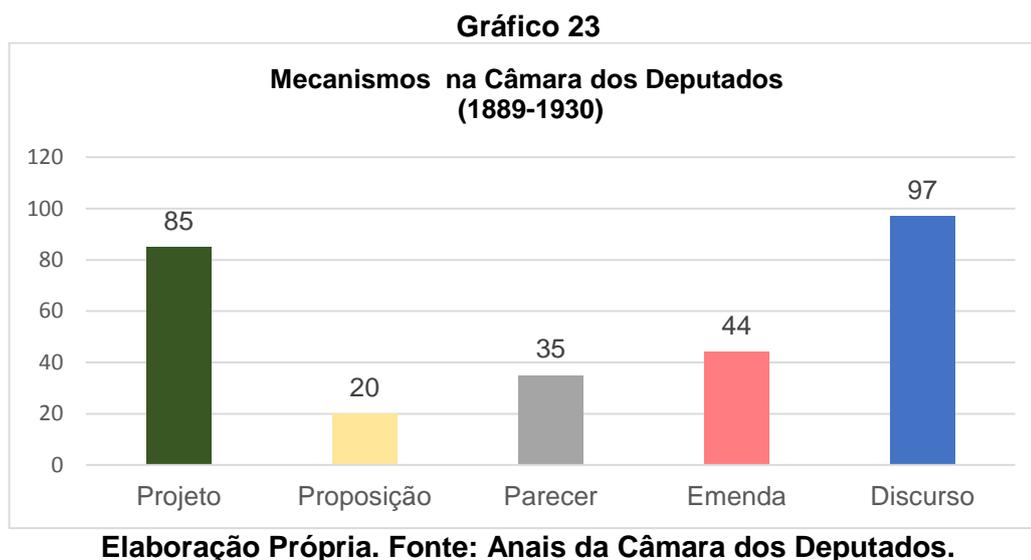
Elaboração Própria. Fonte: Anais da Câmara dos Deputados.

Gráfico 22



Elaboração Própria. Fonte: Anais da Câmara dos Deputados.

Tentando proceder a uma análise conjunta, que articule os dados pelas variáveis utilizadas, nesse bloco de demonstrações da Câmara dos Deputados, encontram-se os seguintes resultados: o destaque do setor industrial por meio da política monetária com ênfase nos dispositivos de impostos e crédito – como se pode observar nos gráficos 20, 21 e 22.



Os discursos se projetam no Gráfico 23 como mecanismos predominantes, diretamente acompanhados pela recorrência de projetos. Cabe observar que esta pesquisa valorizou esse canal que se mostrou muito expressivo para se observar a “pressão” dos setores nas suas relações com o Estado. A predominância desse mecanismo se repete, de forma muito expressiva nos Anais do Senado Federal, no Gráfico 28.

3.3.2.2 Senado Federal¹⁰³

Em termos comparativos, a produtividade do Senado se mostra menos efetiva em relação à Câmara dos Deputados, com índices mais moderados, à exceção de dois contextos marcantes e clássicos nesse marco completo da Primeira República: os anos iniciais com a política do “Encilhamento”, e a conjuntura do Convênio de Taubaté (1906)¹⁰⁴.

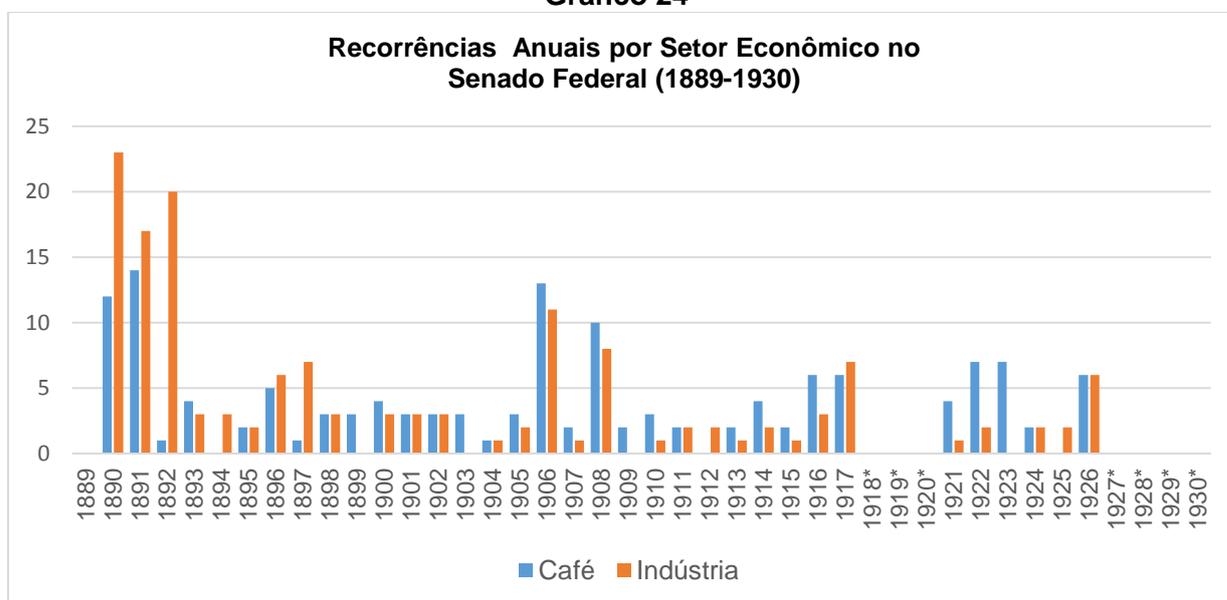
Os anos iniciais foram orientados pela expansão monetária, o que se confirma na sequência das outras ilustrações (24, 25, 26 e 27), com destaque para o setor industrial por meio da política monetária. Embora o ajuste cambial tenha registro individual expressivo, o conjunto de dispositivos da política monetária foi maior. Não por acaso, um dos expedientes mais definidores do projeto, que resultou no “Pacto de Taubaté” e na Caixa de Conversão, envolvia a crucial questão do câmbio. Sobre esse aspecto, o Capítulo 4 pode melhor informar. Como observação pontual, o Gráfico 28,

¹⁰³ Os anos que não contêm registro não se encontram digitalizados e disponíveis para consulta.

¹⁰⁴ O Convênio de Taubaté e a Caixa de Conversão (1906) estão referenciados nos capítulos da tese.

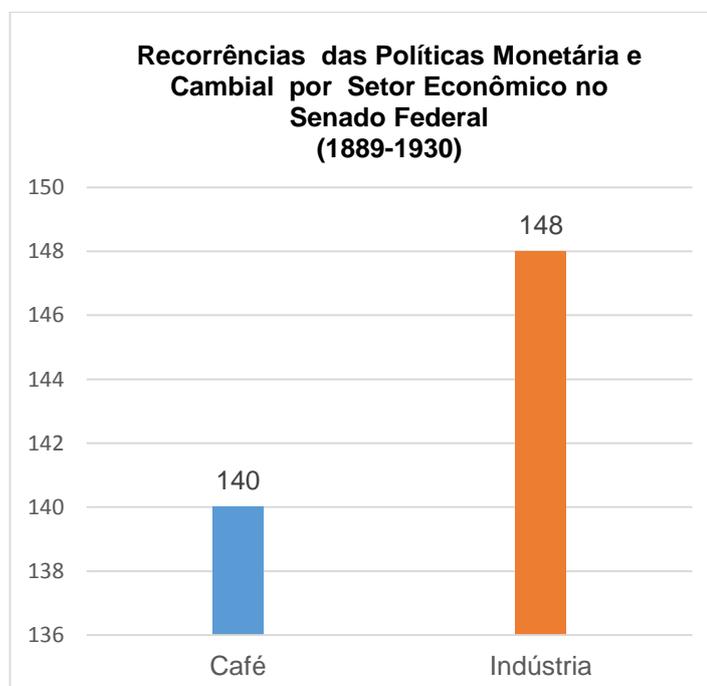
que encerra a demonstração do Senado, registra a proeminência dos discursos e dos projetos como mecanismos mais efetivos da Arena Legislativa, haja vista terem se destacado na Câmara dos Deputados.

Gráfico 24



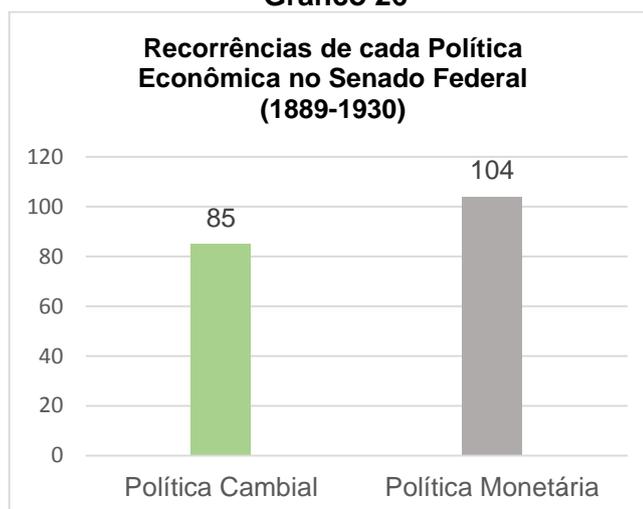
Elaboração Própria. Fonte: Anais do Senado Federal.

Gráfico 25



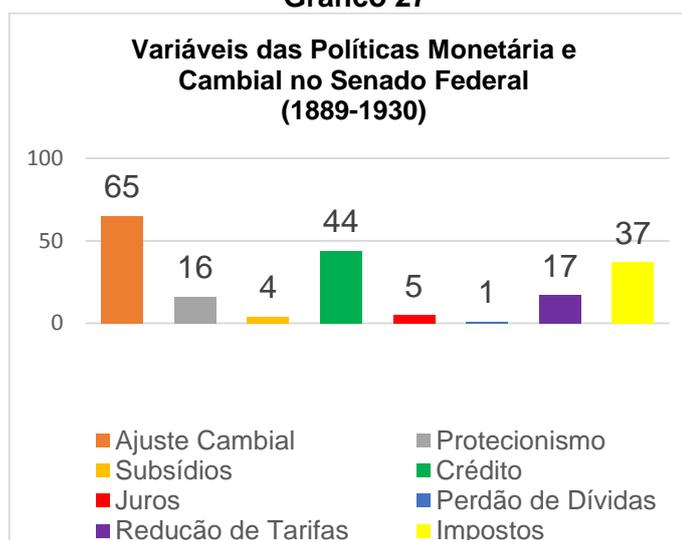
Elaboração Própria. Fonte: Anais do Senado Federal.

Gráfico 26



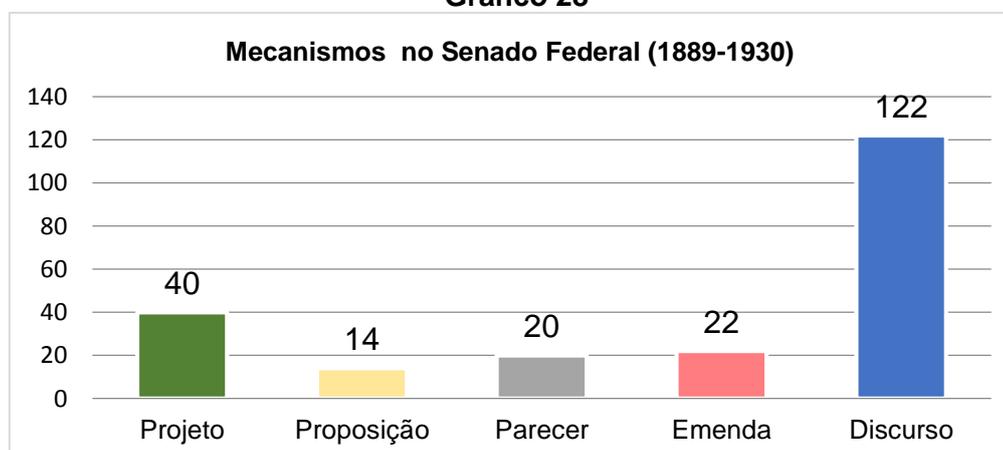
Elaboração Própria. Fonte: Anais do Senado Federal.

Gráfico 27



Elaboração Própria. Fonte: Anais do Senado Federal.

Gráfico 28



Elaboração Própria. Fonte: Anais do Senado Federal.

O capítulo se conclui pela perspectiva de se verificar por meio das variáveis aplicadas ao marco completo da Primeira República (1889-1930), uma conjuntura específica de grande relevância para os setores econômicos em destaque.

O quarto capítulo aborda, portanto, os anos de 1898 a 1906 – a “conjuntura contracionista”, marcada pelos governos de Campos Sales (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906) – recorte que gira em torno dos eixos: câmbio, emissão e tarifa. Dentro dessa conjuntura, cabe analisar certo “enredo” no qual figuram o café, a indústria e seus interesses.

CAPÍTULO IV

REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES NA CONJUNTURA “CONTRACIONISTA” DA PRIMEIRA REPÚBLICA: A ATUAÇÃO DOS SETORES DA CAFEICULTURA E DA INDÚSTRIA ENTRE 1898 E 1906

No regime decaído, todo de exclusivismo e privilégio, a nação com toda a soma de atividade social, pertencia a classes ou famílias dirigentes. Tal sistema não permitia a criação de uma democracia inteligente e independente, que pudesse perturbar a posse mansa e pacífica do poder, que constituía para os privilegiados uma verdadeira exploração. Não é assim o sistema republicano. A república se consolidará entre nós em bases seguras, quando o seu funcionamento repousar sobre a democracia do trabalho industrial, peça necessária no mecanismo do sistema, que trará o equilíbrio conveniente para o seu regular funcionamento (RUI BARBOSA, 1890).

[...] imitemos o procedimento dos agricultores de São Paulo, que, em Campinas, se reuniram em congresso e estabeleceram as bases para a defesa da classe agrícola. Esta agremiação era indispensável e oportuna, pois só reunidos chegarão a um resultado prático e conveniente aos seus interesses e aos do país. Igual procedimento deveriam ter os outros Estados cafeeiros, pois que só assim poderá a classe agrícola, abandonada até hoje, sendo, entretanto o sustentáculo do engrandecimento e riquezas nacionais, encontrar os auxílios e os créditos necessários para a manutenção de suas culturas (FRANCO DE LACERDA, 1899)¹⁰⁵.

A República inaugurou um panorama de muitas possibilidades para o café e para a indústria. Havia um profundo otimismo com o novo século e as perspectivas que se apresentavam. De acordo com Franco e Lago (2011), a explosão da produção cafeeira atingiu a marca de 5,5 milhões de sacas nos anos de 1890 a 1891 e engendrou uma profusão de novos investimentos que atuaram como incremento ao setor industrial. Sobre esses "novos tempos" o autor observa que,

[...] a amplitude das mudanças não conhecia precedente, inclusive pelas perspectivas de aprofundamento dos laços do Brasil com a

¹⁰⁵ Joaquim Franco de Lacerda, como expressão dos membros da "lavoura", conclama à organização como meio eficaz para a consecução das demandas do setor que representa. Por sua vez, como expressão do pensamento industrial, ainda que fora do contexto mais específico de abordagem, Rui Barbosa – ícone do industrialismo – atrela a prosperidade da República, ao desenvolvimento industrial.

economia internacional, seja através da intensificação da imigração europeia, ou das consideráveis entradas de capital estrangeiro, ou mais amplamente pelo vendaval de inovações tecnológicas e institucionais que caracterizavam o *fin de siècle* (FRANCO; LAGO, 2011, p. 3-4).

As "falas" em destaque apresentam-se como expressão de dois representantes dos setores privados que compuseram esse panorama de perspectivas da República. Revelam tomadas de posição que correspondem à orientação seguida neste capítulo: reunir um conjunto de evidências que permitam inferir a pressão dos cafeicultores e dos industrialistas sobre as Arenas Executiva e Legislativa em um contexto específico.

Os capítulos iniciais da tese foram estruturados para que, do problema levantado – que envolveu todo um enfrentamento dos enfoques tradicionais acerca da Primeira República –, se discutissem as perspectivas configuradas pelas novas abordagens. Dentro desse cenário, as demandas dos cafeicultores e dos industrialistas foram identificadas por um recorte pautado nas políticas monetária e cambial – essenciais para o "jogo" econômico do período.

O terceiro capítulo, por sua vez, discutiu as possibilidades para a representação desses interesses nas Arenas Executiva e Legislativa¹⁰⁶ em âmbito nacional, assim como procurou demonstrar – pelas inserções – a efetividade com que esses interesses estavam representados em todo o marco da Primeira República. A abordagem que se fez dessas arenas valorizou o "saldo", a recorrência de medidas econômicas voltadas para a afirmação dos setores citados.

Este capítulo demonstra o “embate” entre os setores e o Estado por "medidas favoráveis" em um intervalo de tempo mais específico que se estende da segunda metade da década de 1890 até 1906¹⁰⁷. Há todo um enfrentamento por parte dos setores em relação às diretrizes do governo, especialmente no que se refere às

¹⁰⁶ Na esfera legislativa, o conjunto de medidas propugnadas não foram consideradas em seu processo de tramitação ou no "jogo" próprio a essa dinâmica. De acordo com Santos (2014), no processo de produção legislativa, a análise da pressão dos grupos poder ser feita em diferentes estágios e formas de atuação. Quanto aos estágios, apresentam-se nas discussões dos projetos nas duas Casas do Congresso Nacional, na votação dos projetos nas comissões ou no plenário, na sanção (ou veto) presidencial, ou ainda no estágio da votação de vetos do presidente pelos parlamentares. O autor observa que as formas de atuação dos grupos podem se dar "por dentro" (com a presença das entidades representativas nas audiências públicas) ou "por fora" (quando a ação não se dá nesses espaços).

¹⁰⁷ Data simbólica que assinala o Convênio de Taubaté e o estabelecimento da Caixa de Conversão, em 1906, e que representam a culminância de toda a conjuntura recortada. Esses eventos se encontram analisados na sequência do capítulo, mais especificamente no governo de Rodrigues Alves (1902-1906).

questões que mais movimentaram esse contexto: emissão e ajuste cambial. Isso não exclui outras medidas essenciais para os interesses do café e da indústria que se encontram articuladas no “enredo” que marcou esses anos.

O fragmento do discurso proferido em 1906 pelo deputado Francisco Bernardino assinala a presença dessas temáticas na Arena Legislativa – ainda que conste do final do intervalo de tempo recortado neste capítulo.

Sr. Presidente, pedi a palavra para apresentar á consideração da Camara um projecto, que consulta interesses da actualidade e encerra matéria da maior relevância, como se pode ajuizar pela inscrição do mesmo projecto, que trata de providenciar sobre os **serviços dos câmbios, a defesa da produção, o regimen das emissões e o credito agricola** (FRANCISCO BERNARDINO, 1906, p. 433)¹⁰⁸. (grifo nosso).

Diante dessa e de outras evidências que se apresentam ao longo deste capítulo, cabe registrar que não se pretende demonstrar uma causalidade direta entre a “ação” e o “produto da ação” dos atores envolvidos na conjuntura delimitada. Investe-se na perspectiva de inferir a “pressão” exercida pela descrição de um conjunto de elementos que atuaram dentro do período recortado. O que se busca, e que se tornou possível dentro do horizonte da pesquisa, é realizar uma *proxy* de um “rastreamento”¹⁰⁹ dessas interações entre Estado e setores privados, por meio da análise de um conjunto de variáveis: decretos propugnados nas arenas executiva e legislativa; variações da taxa cambial e volume de emissão monetária (mais especificamente, além de outras variáveis como concessão de créditos, redução de tarifas); discursos proferidos na Câmara e no Senado Federal e matérias veiculadas em jornais que circulavam na conjuntura delimitada.

Esta pesquisa apostou nesse recorte como um momento fértil para se valorizar a mobilização dos cafeicultores e dos industrialistas na defesa de seus interesses. Isso se deu por algumas razões. A crise que se configurou na cafeicultura, notadamente a partir de 1895, foi marcada por uma vertiginosa queda nos preços do

¹⁰⁸ Mineiro, Juiz de Direito, Deputado e Senador no Império, Deputado Federal de 1903 a 1908. (CPDOC/FGV/PRIMEIRA REPÚBLICA).

¹⁰⁹ Um caminho de maior rigor, do ponto de vista metodológico, é o que se apresenta no horizonte da ferramenta denominada “*process tracing*”. Essa metodologia, se utilizada em seus aspectos mais específicos e respeitando-se os procedimentos que propõe, leva à superação da lógica da “correlação” pela da “causação”. Possibilita uma análise que vai além do estudo do “fato em si” para chegar às circunstâncias que o causaram, examinando razões dadas pelos atores para as ações formadas, comportamentos adotados e as crenças embutidas no processo (GEORGE; BENNET, 2005).

café no mercado internacional. Como dispositivo para assegurar a renda dos cafeicultores, a queda da taxa cambial funcionou como "maximização dos ganhos da cafeicultura". Ao mesmo tempo, estimulava a produção em larga escala e reproduzia o panorama de crise (DELFIM NETTO, 1976; KUGELMAS, 1986; FRANCO; LAGO, 2011).

Como mais um elemento desse contexto, a crise financeira que marcou a primeira década republicana – como desdobramento das medidas de expansão monetária e da crise do “Encilhamento” (considerada na sequência do capítulo) – trouxe impasses para o Estado e uma consequente guinada em direção à austeridade financeira para equilíbrio das contas públicas (NEUHAUS, 1975). Para o setor industrial, o panorama era de retração se comparado aos ganhos incrementais que resultaram das medidas expansionistas implementadas nos primeiros anos da República. De acordo com Leopoldi (2000, p. 42),

O regime monárquico já em crise lançou-se numa política monetária expansionista, baseada em emissões, lançamento de títulos da dívida pública e concessão de créditos à agricultura. Com a República, a partir novembro de 1889, uma política semelhante foi adotada pelo ministro da Fazenda, Rui Barbosa.

Dentro desse cenário de crise, intensificaram-se, nesse contexto específico, os impasses em torno de como se configurariam as relações entre o Estado e o mercado. No horizonte desses impasses, um confronto movimentou posições; as diretrizes do “papelismo” e do “metalismo” estiveram presentes em grande parte dos enfrentamentos entre o Estado e os setores privados (PELAÉZ; SUZIGAN, 1981).

O ponto central que mobilizava os papelistas girava em torno das críticas sobre a manutenção do “padrão ouro”¹¹⁰ e da conversibilidade da moeda. Em linhas gerais, pode-se afirmar que os papelistas priorizavam o crescimento econômico exigindo que a política monetária se adequasse às necessidades impostas pela produção (FONSECA; MOLLO, 2012). Essa posição dos papelistas de crítica à conversibilidade – considerada uma medida artificial – era associada aos membros da lavoura e mesmo aos da indústria – tendo como referência as iniciativas do ministro Rui

¹¹⁰ O padrão ouro consistia em um sistema monetário em que o valor da moeda nacional era definido, legalmente, como uma quantidade fixa de ouro. Vigorou até o final da Primeira República.

Barbosa, na pasta da Fazenda (1890-1891), ao permitir o direito de emissão aos bancos privados nos primeiros anos da República (PENNA, 1999).

Em uma orientação distinta, os chamados "metalistas" priorizavam a estabilidade da moeda pela defesa do "padrão ouro". Entendiam ser essencial assegurar a paridade, ou seja, manter a exata quantidade de ouro ou de metal precioso na unidade monetária nacional. De acordo com essa orientação, a definição da taxa de câmbio ocupava lugar central na dinâmica da economia. Os metalistas consideravam as emissões adicionais como fator de desequilíbrio na relação entre o ouro (lastro) e o papel (CARDOSO, 1981). De acordo com Backes (2004), considerando as duas vertentes, o enfrentamento entre ambas não se deu de forma estanque, com posicionamentos irreduzíveis. Para a autora, nem mesmo a associação entre papelismo e industrialismo deve ser entendida de forma categórica.

A crítica a essa simplificação encontra-se ilustrada nas posições de Serzedelo Correa¹¹¹ um ícone do industrialismo na Primeira República que, na citação em destaque, justifica a austeridade econômica – base da plataforma contracionista e metalista. Discute os desequilíbrios da balança de comércio e pondera, como se pode ver abaixo, sobre as razões da instabilidade financeira na nascente República.

E' de colônia porque o estrangeiro monopolisa o commercio e a industria de modo que nós como a Russia com uma exportação que excede o valor da importação, nós com uma balança commercial que nos é favoravel temos uma balança economica profundamente desfavoravel, apesar de termos o monopólio da produção do café e da borracha.

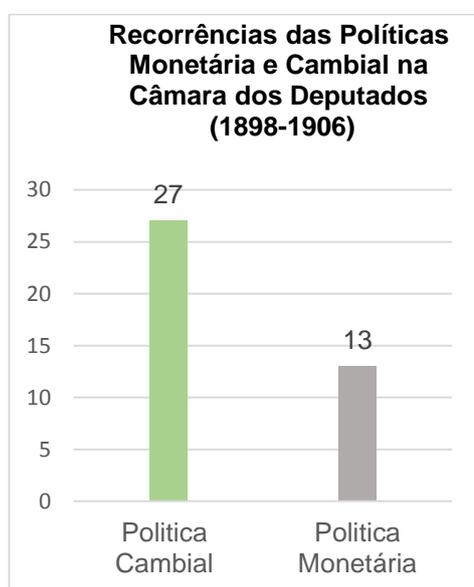
Sim, temos a balança economica desfavoravel porque não temos equilibrio orçamentario, porque temos vivido o regimen difficil de papel-moeda, depreciado, porque não temos commercio nacional, porque não temos industria nacional, porque o proprio salario imigra para o estrangeiro, porque não temos navegação maritima mercante nacional, de modo que não temos economias e nada, lucro algum fica no paiz, mas tudo emigra para fora. Eis porque não me canso de dizer que a nossa situação é de colonia. Sr. Presidente, a proposta da despeza apresentada pelo governo ascende a 295 mil e tantas contas ao passo que os calculos feitos para a receita sobem a 300.884:000\$. Discutindo e estudando as propostas parciaes a cada ministério a Comissão de Orçamento verificou desde logo que muitas verbas insuficientes e que haviam serviços que estavam sendo feitos, que continuariam a ser feitos para os quaes não se pedia verba de modo que o pretendido equilibrio apresentado nos algarismos officiaes era ficticio: no fundo havia uma diferença avultada para o lado da despeza, diferença que havia de ser coberta com a abertura de creditos

¹¹¹ Industrialista e político, Deputado federal (1895 a 1902) e Ministro no governo de Floriano Peixoto (1891-1894) (CPDOC/FGV/PRIMEIRA REPÚBLICA).

extraordinarios e suplementares constituindo esses um novo orçamento que iria se superpor o orçamento votado (SERZEDELO CORREIA, 1899, p. 131).

O Gráfico 29 e o 30, construídos com base nos dados coletados nos Anais da Câmara Federal e nos Relatórios Ministeriais (representando as duas arenas), apontam a predominância de dispositivos próprios à Política Cambial – conforme a orientação metalista estabelecia –, demonstrando, assim, o lugar estratégico dessa política nesse contexto contracionista, como estabelece a literatura e ilustram as polêmicas retratadas nas citações ao longo do capítulo.

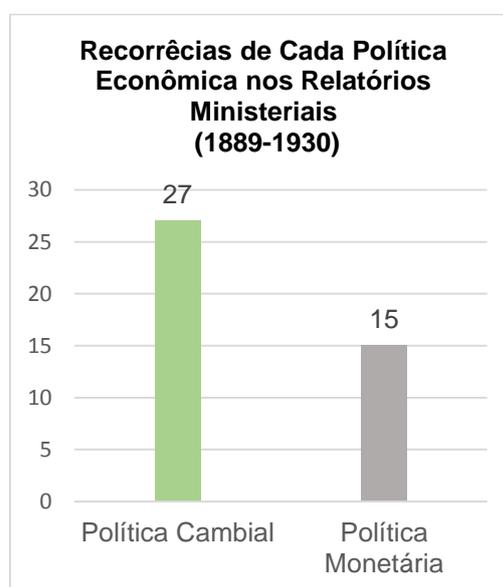
Gráfico 29



Elaboração Própria.

Fonte: Anais da Câmara dos Deputados.

Gráfico 30



Elaboração Própria.

Fonte: Relatórios Ministeriais.

Feitas essas considerações introdutórias ao capítulo para um melhor reconhecimento da conjuntura recortada, é importante considerar as orientações econômicas implementadas no contexto imediatamente anterior. As implicações das diretrizes seguidas na primeira década republicana contaram, de forma decisiva, para a reorientação econômica que se processou a partir de 1898, com os governos de Campos Sales (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906) e para os eventos que se configuraram.

4.1 A primeira década republicana (1889-1898)

Esta seção se restringe a apontar as decorrências de um conjunto de medidas implementadas pelo ministro Rui Barbosa (1889-1891) voltadas para a expansão monetária, nos anos iniciais da República, como um preâmbulo que prepara o contexto mais específico de abordagem. Em 1890, estando à frente do Ministério da Fazenda, Rui Barbosa implementou uma nova lei para bancos de emissão e criação de sociedades anônimas por meio de uma legislação propícia à criação de novas empresas¹¹² (PENNA, 1999).

Em 16 de dezembro de 1890, o Ministro discursou no Congresso Nacional e reafirmou a prerrogativa constitucional atribuída à União para a implantação de bancos emissores.

Está senhores, perto de findar o tempo que me resta. Acho-me de mais fatigado e doente. Não posso, pois, ventilar de espaço o outro ponto da materia financeira trazido a debate pelo titulo 1º do projecto: A questão dos bancos emissores. Entretanto, em caso nenhum eu viria discutir, hoje, aqui, os actos do Governo Provisório [...] No exercicio, por emquanto, desta missão, o que o Congresso aprecia, é o projecto constitucional; e são as disposições desse projecto que me cabe defender. A comissão considera essencial deixar ao governo federal, ao seu poder legislativo ordinário, ampla liberdade, para adoptar, neste assumpto, os systemas, que entender mais adaptados ás condições economicas, politicas e sociaes da nação, optando pela centralização, ou pela descentralização bancária, pela pluralidade, ou pelo monopolio, conforme e dictame das circusntancias, complexas e variaveis. O que ele determina, com efeito, no Art 6º que a comissão propõe suprimir, é que pertence á competência exclusiva da União decretar a instituição de bancos emissores. O que ele preceitua, ainda no 8º do art.33 que a comissão deseja mandar, é que compete privativamente ao Congresso Nacional crear bancos de emissão, legislar sobre ella, e tributa-la (RUI BARBOSA, 1890. p.78-79).

A reforma pretendia que os bancos atuassem no sentido de resgatar a dívida pública. Contudo, um quadro expressivo de ampliação da emissão de dinheiro foi

¹¹² O decreto n. 165 de 17 de janeiro de 1890, objetivava resgatar a dívida pública em um prazo de 50 anos. Para isso, estabelecia uma reforma bancária com a adoção de um modelo de “pluralidade emissora regional”; três bancos teriam monopólios sobre seus distritos: o Norte, o Sul, e o Centro – este compreendendo a capital. As emissões teriam como lastro títulos da dívida pública, sem nenhuma pretensão à conversibilidade. O banco emissor da região central seria o Banco dos Estados Unidos do Brasil (BEUB) do Conselheiro Francisco de Paula Mayrink, cujas emissões estariam limitadas a 200 mil contos. As sociedades anônimas, por sua vez, foram regulamentadas por meio do Decreto nº 164, Art. 1º § 1º de 4º de 17 de Janeiro de 1890 (VERSIANI, 1985).

acompanhado do aumento da inflação e de uma especulação desenfreada que tomou conta da Bolsa de Valores. A esse panorama, somou-se a criação de empresas fictícias gerando e movimentando títulos falsos, sem lastro ou correspondência monetária. De acordo com Luz (1978, p. 106), “Essas empresas abrangiam toda a espécie de negócios [...] inteiramente fictícios: empresas industriais, de navegação, de colonização, de exploração agrícola, etc. Era, porém, a indústria o grande alvo no momento”.

Um processo especulativo denominado “Encilhamento”¹¹³ desencadeou-se e foi acompanhado por uma brusca desvalorização da taxa de câmbio e por inúmeras falências de diversos estabelecimentos. Nas palavras de um clássico, “Era o Encilhamento, espécie de redemoinho fatal [...] empuxo a que iam convergir, em desapoderada carreira, presas, avassaladas, inconscientes no repentino arroubo, as forças vivas do Brasil, representadas por economias quase seculares e de todo o tempo cautelosas, hesitantes” (TAUNAY, 1893, p. 17). Avaliando as resultantes desse conjunto de medidas, Penna (1999, p. 59) considera que,

Dessa maneira, o industrialista Rui viu sua reforma alimentar não os investimentos que viessem a beneficiar as indústrias, mas uma febre especulativa extremamente nociva a estes interesses. Seu apego à política industrialista levou a conflitar com os interesses dos grandes fazendeiros ao suspender as indenizações pagas pelo Império a estes proprietários, como forma de compensação pela abolição.

Para os críticos da orientação econômica, seguida pelo Ministro da Fazenda, a diretriz emissionista e a especulação constituíam-se na causa maior da queda do câmbio – questão que ocupou lugar central nesse contexto (PENNA, 1999). A pauta da estabilização cambial e do direito de emissão concedido aos bancos – segundo as diretrizes iniciais do Ministro Rui Barbosa – intensificaram o debate em torno da encampação do meio circulante, com vias à centralização da prerrogativa de emitir papel moeda em um único banco¹¹⁴ (FRANCO; LAGO, 2011).

¹¹³ Expressão utilizada para caracterizar o momento de euforia do mercado financeiro, com os bancos injetando dinheiro no mercado e gerando ações na Bolsa, com altas margens de ganho, com a mobilização de vários investidores por intensas disputas na Bolsa de Valores (NEUHAUS, 1975).

¹¹⁴ O processo de encampação dos bancos emissores que estava no centro das polêmicas em torno da política do “Encilhamento” se concretizou, anos mais tarde, no governo Rodrigues Alves – cuja análise se encontra na sequência do capítulo.

Na atuação e na “pressão” para que esse projeto contracionista se concretizasse, algumas figuras políticas, dentre outras, se destacaram de forma decisiva nesse contexto: os ministros da Fazenda, Joaquim Murinho (no governo de Campos Sales, 1898-1902) e Leopoldo de Bulhões (no governo de Rodrigues Alves, 1902-1906). Ao longo do capítulo, os posicionamentos desses atores referidos e de outros serão pontuados.

Como exemplo dessas tomadas de posição, envolvendo mais diretamente a questão bancária, destaca-se o Deputado Elias Fausto que, em 1900, reafirmou a crítica ao processo desenfreado das emissões bancárias.

Venho apresentar á consideração da Camara dos Srs. Deputados ao projecto de lei, elaborado pela Commissão de Orçamento, que prende á questão bancaria, na parte que diz respeito ás operações de cambio de moeda estrangeira. Não foi, Sr, Presidente, a crise bancaria que atravessa o paiz e que determinou a suspensão do pagamento de cheques em alguns estabelecimentos de credito, que motivou a apresentação deste projecto. Entende sempre que uma lei, no sentido de reprimir a especulação desenfreada que sobre o cambio se fazia, era uma medida necessaria e possivel, e, nesse intuito combinei, em fins da ultima legislatura, com o meu amigo e companheiro de bancada Dr. Bueno de Andrade, formular um projecto que deveria ser apresentado no discurso desta legislatura (ELIAS FAUSTO, 1900, p. 516)¹¹⁵.

O que importa destacar na “fala” do deputado é a justificativa para a necessidade de frear a especulação característica do contexto do Encilhamento – pela ampla abertura do processo de emissão concedida aos bancos – evidenciando a presença dessa questão nos debates do Parlamento brasileiro.

Contudo, apesar de um conjunto de implicações negativas decorrentes da política econômica dos primeiros anos da República, Fausto (1985) destaca o fomento aos setores industrial e financeiro pela expansão de bancos-emissores, e de ações por parte de companhias que se formavam¹¹⁶.

¹¹⁵ Paulista, engenheiro, jornalista e propagandista da República; integrou a Comissão de Finanças em 1899 e ocupou o cargo de diretor da Cia Paulista da Estrada de Ferro, Deputado Federal em 1897 (CPDOC/FGV/PRIMEIRA REPÚBLICA).

¹¹⁶ Como oposição ao projeto industrialista, Fausto (1985) destaca algumas figuras como Rangel Pestana (Senador por São Paulo, em 1890-1893; Advogado do Banco da República em 1896 e Deputado federal em 1901); Bernardino de Campos (Jornalista, Deputado Constituinte em 1890, Ministro da Fazenda no governo de Prudente de Moraes, Senador por São Paulo em 1900) e Moraes de Barros (Senador em 1900 que atuou contra o governo de Campos Sales em 1901, na dissidência do PRP) (CPDOC/FGV/ PRIMEIRA REPÚBLICA).

A despeito das muitas contradições do programa emissionista do "Encilhamento", nesse contexto inicial da República, considera-se que a política monetária agiu positivamente sobre o setor industrial¹¹⁷, pela expansão de crédito e pelo fato de que

[...] a política monetária expansionista e as reformas institucionais desse período, apesar dos abusos que levaram à especulação no mercado de valores, tiveram resultados positivos em investimento industrial e podem mesmo ter facilitado a formação de capital industrial num período de auge exportador (SUZIGAN, 1986, p. 51).

Como exemplo do incremento industrial no contexto do "Encilhamento", especificamente em relação ao setor têxtil, a Tabela 11 indica alguns dados em um intervalo de tempo mais amplo, mas que contém a conjuntura recortada. Os dados se concentram sobre o setor têxtil que, nesse contexto republicano, representava, junto com os setores de alimentos e bebidas, mais da metade dos estabelecimentos industriais até o Censo de 1907¹¹⁸ (LEOPOLDI, 2000).

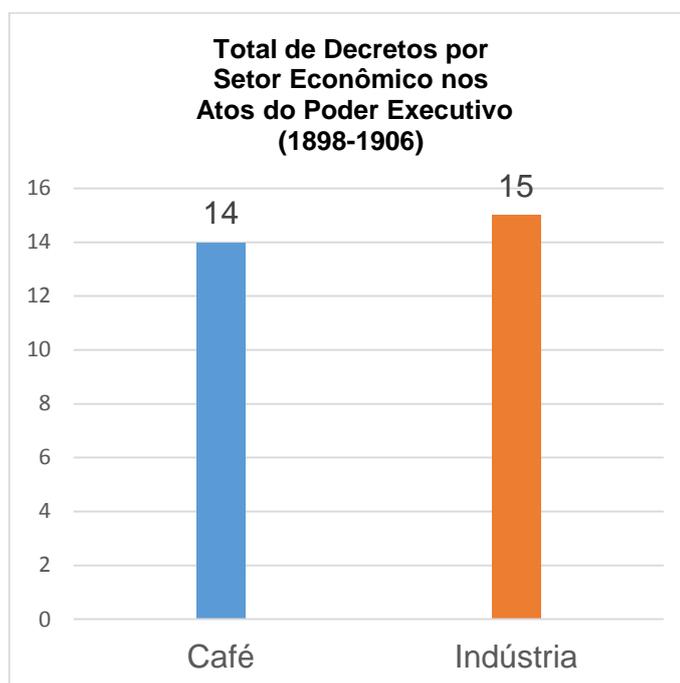
Uma análise do panorama industrial no Distrito Federal, aponta para o fato de que "Em número de estabelecimentos no Distrito Federal, o setor de alimentos e bebidas com o setor têxtil somavam 45 estabelecimentos em comparação com os 37 estabelecimentos dos demais setores: couro, madeira, metal, sabão e velas, materiais de construção, meios de transporte" (LEOPOLDI, 2000, p. 51).

O Gráfico 31, apresentado na sequência, embora construído sobre uma coleta de dados relativa a todo o período da Primeira República, permite observar o total de decretos proferidos na Arena Executiva para os setores econômicos, expressando uma situação de equilíbrio, nesse contexto específico do "Encilhamento". Isso se deve ao fato de que a política emissionista e de créditos do Ministro Rui Barbosa iniciou-se como continuidade de um contexto remanescente do Império cuja tônica da Reforma Monetária era o "Auxílio à Lavoura". É fato que esse conjunto de medidas incrementou a indústria, no contexto republicano sem, contudo, implicar em restrições para a agricultura.

¹¹⁷ De acordo com Suzigan (1986), no período de 1880 a 1895, foram criadas mais de sessenta fábricas de tecidos de algodão, entre elas algumas das maiores já construídas no país. Apesar do grande número de fraudes, diversas empresas foram criadas e sobreviveram à crise.

¹¹⁸ Uma análise do panorama industrial no Distrito Federal, aponta para o fato de que "Em número de estabelecimentos no Distrito Federal, o setor de alimentos e bebidas com o setor têxtil somavam 45 estabelecimentos em comparação com os 37 estabelecimentos dos demais setores: couro, madeira, metal, sabão e velas, materiais de construção, meios de transporte" (LEOPOLDI, 2000, p. 51).

Gráfico 31



Elaboração Própria. Fonte: Atos do Poder Executivo.

A título de exemplificação, um dos decretos proferidos nesse contexto no âmbito dos Atos do Poder Executivo assinala a isenção de impostos para o setor industrial – confirmando os ganhos incrementais dados ao setor.

Isenta da taxa adicional do imposto predial os estabelecimentos industriaes, ainda que possuidos por sociedades anonyms;
O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação:
Considerando que os estabelecimentos industriaes, ainda que possuidos por sociedades anonyms, não podem em rigor de direito ser considerados bens de corporação de mão-morta;
Considerando que taes estabelecimentos, quer pelo citado motivo, quer pelos fins de utilidade publica a que se destinam pelo desenvolvimento da industria nacional e aproveitamento das forças vivas da Republica, estão indevidamente incluidos no onus da segunda decima, ou taxa adicional do imposto predial;
Pois que esse onus foi estabelecido para corrigir o perigo de accumularem as mesmas corporações em seu poder grande somma de bens em desproveito publico, o que de nenhum modo se póde dar com os estabelecimentos industriaes (ATOS DO PODER EXECUTIVO, DECRETO nº 878, de 18 de Outubro de 1890).

Diante do saldo econômico do “Encilhamento”, as polêmicas em torno da emissão não se restringiam aos seus efeitos críticos em relação ao equilíbrio dos

cofres públicos, mas eram discutidas em suas implicações para o movimento do câmbio – outra questão central para o contexto e para os grupos econômicos em destaque na pesquisa. O dispositivo da desvalorização cambial – uma das marcas da orientação econômica seguida no período do “Encilhamento” – funcionou, em certa medida, como artifício para o estímulo da cafeicultura e manutenção de suas receitas. Como foi observado, a brusca desvalorização cambial ao longo da primeira década republicana beneficiou os cafeicultores pela possibilidade de compensar a queda dos preços do café no mercado internacional.

O lado contraditório dessa orientação se revelava – como afirma Cardoso de Mello (1998) –, pelo fato de que a desvalorização cambial não bastava para assegurar a reprodução do capital cafeeiro, visto que este mecanismo encarecia elementos que integravam os custos de produção e, também, da reprodução da força de trabalho. A Tabela 11 registra os índices que apontam para essa questão crucial da queda do câmbio na primeira década republicana. Registra-se um declínio mais acentuado a partir da segunda metade da década de 1890, marco da guinada rumo a uma política voltada para a restauração da estabilização do câmbio e do saneamento financeiro – dinâmicas que marcaram os anos de 1898 a 1906 – recorte para o qual este capítulo se volta.

Tabela 11. Média Anual da Taxa de Câmbio (pence/mil réis) e Evolução dos Preços da Saca de Café (1880=100), 1889-1898.

ANO	TAXA CAMBIAL	PREÇO EXTERNO	PREÇO INTERNO
1889	26,43	100	100
1890	22,56	120	113
1891	14,90	171	90
1892	12,03	201	87
1893	11,59	276	103
1894	10,09	290	92
1895	9,93	262	91
1896	9,06	252	69
1897	7,71	180	47
1898	7,18	163	41

Fonte: Brasil. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil. ano V (1939/40). Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p.1.354 e 1.378 (apud TORELLI, 2004, p. 57).

A variação na taxa cambial do início ao fim da série aponta para uma retração em torno de 70%, com um efeito similar à variação nos preços internos, ao longo da série. Em contrapartida, há uma variação importante no sentido inverso, o que deixa

clara a posição cambial em relação ao setor agroexportador no período. Apesar dos efeitos positivos apontados para a desvalorização do câmbio – especialmente o estímulo à ampliação da fronteira cafeeira –, essa explosão da produção resultou em uma supersafra em 1896 e em uma conseqüente queda nos preços do café no mercado internacional (DELFIM NETTO, 1976). Como resultado, uma vertiginosa queda nos preços de exportação do café compromete a renda dos cafeicultores e fomenta o mecanismo da desvalorização cambial que se tornou recorrente.

O recuo a 1893, como demonstrado na Tabela 12, revela a queda abrupta dos preços do café e a diminuição da receita de exportações – que prenunciavam uma situação de insolvência. Os dados abaixo são ilustrativos desse cenário de crise, pela vertiginosa queda nos preços do café. Os preços da saca, nos três primeiros anos, tiveram uma queda em torno de 30%, chegando a algo próximo de 50% no triênio seguinte. Demonstra, assim, os rumos que a economia internacional tomava no período, que solapavam os preços e a renda dos cafeicultores.

Tabela 12. Valor médio (em libras) da saca exportada

ANO	VALOR (em libras)
1893	4,09
1896	2,91
1899	1,48

Fonte: FURTADO, 2007, p 253.

A crise e sua dimensão eram retratadas na Imprensa como se observa na manifestação do deputado Galeão Carvalhal, no Jornal do Comércio-RJ em 1899.

O café por uma exepção notavel, sustentava uma posição brilhante e assim mesmo nos ultimos mezes de 1895 esse fruto privilegiado começou a apresentar symptomas de baixa nos mercados consumidores; a baixa foi se pronunciando depois até chegar á posição mesquinha, em que elle hoje se encontra, e eis porque os Estados cafeeiros, que erão as de aparato que cobrião o departamento existente no resto do paiz, começarão a experimentar os mais sérios apuros. A crise tornou-se geral e ella caminha desde 1896 com a maior velocidade para o seu periodo agudo (GALEÃO CARVALHAL,1899,p.7)¹¹⁹.

¹¹⁹ Baiano, Deputado Federal de 1894-1899, atuando nesse período na Comissão de Finanças, fez oposição ao governo de Prudente de Moraes; foi delegado especial de São Paulo na discussão do Programa de Valorização do Café e da criação da Caixa de Conversão, em 1906 (CPDOC/FGV/PRIMEIRA REPÚBLICA).

Diante do exposto, observa-se que as contradições geradas pelas diretrizes econômicas da política expansionista de Rui Barbosa, no início do regime republicano, deixaram um lastro de problemas. O saldo econômico que resultou desse contexto inicial da República engendrou as condições políticas e econômicas para a conjuntura que mais importa a este capítulo analisar.

Desta feita, as reorientações que marcaram a política econômica a partir do final da década de 1890 se apresentam na sequência do capítulo dialogadas com as evidências empíricas demonstrativas dos confrontos e dos interesses em disputa.

4.2 A conjuntura contracionista na Primeira República entre os anos de 1898 e 1906

O ano de 1898 inaugurou uma política econômica associada ao saneamento financeiro. Como meta primordial da conjuntura que se delineou, destacava-se a reorganização das contas públicas que passava por vários aspectos, dentre eles o plano de saneamento dos bancos. Essa temática esteve presente nos embates desse contexto mais específico, potencializados em função das orientações seguidas na fase anterior, marcada pelo emissionismo e abundância de crédito – dispositivos próprios da política do "Encilhamento".

Os dados apresentados na sequência desta seção, por séries quantitativas, sinalizam um conjunto de elementos essenciais para se caracterizar o contexto.

A Tabela 13 apresenta o volume de papel-moeda em circulação como desdobramento da orientação assumida pela política econômica nesses anos iniciais da República e a tendência de queda relativa nos índices a partir de 1898, sinalizando uma orientação de contenção das emissões. Os primeiros anos da série evidenciam uma sequência aparente de evolução, tanto do meio circulante, quanto o valor *per capita*. No entanto, ao longo do período há uma pequena redução média de algo próximo a 2%, no total dos meios circulantes. O volume circulante *per capita* teve uma redução média de 2,7% ao longo de todo o período.

Tabela 13. Papel Moeda em Circulação (em contos de réis), 1895-1906.

ANOS	MEIO CIRCULANTE	
	TOTAL	PER CAPITA
1895	670.066	43\$000
1896	712.355	44\$400
1897	780.329	47\$700
1898	779.965	46\$800
1899	733.819	43\$200
1900	699.632	40\$400
1901	680.451	36\$800
1902	675.537	35\$800
1903	674.979	34\$800
1904	673.740	34\$700
1905	669.493	33\$800
1906	702.075	34\$100

Fonte: Brasil, IBGE. Anuário Econômico do Brasil, ano V (1939/40); Rio de Janeiro: IBGE, 1940, p. 1.353.

Na sequência e de forma complementar, os dados indicados na Tabela 14, expressam, de forma mais contundente, a orientação de saneamento financeiro, assumida no contexto dos presidentes Campos Sales (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906), que governaram nessa conjuntura. No intervalo de tempo indicado, em apenas dois dos seis anos, registrou-se déficit público.

Tabela 14. Receita e despesa da União – Balanço

Exercício	Receita arrecadada	Despesa realizada	Superávit(+) ou Déficit (-)
1901	304.512	334.517	-30.005
1902	343.818	297.721	46.093
1903	415.375	363.180	52.195
1904	442.770	463.466	-20.696
1905	401.025	374.868	26.157
1906	431.685	423.416	8.269

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1939/1940. Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, p. 1410,1941. Quadros Retrospectivos. Balanço Geral da União. Rio de Janeiro.

Quanto à busca de equilíbrio nos cofres públicos, a Tabela 15 dialoga com os dados acima apresentados e aponta, para o mesmo intervalo de tempo, a evidência do aumento da arrecadação por parte da União. Como se pode ver, utilizava-se o imposto sobre as importações – uma prerrogativa estabelecida na Constituição de 1891 para a União (considerada no terceiro capítulo da tese).

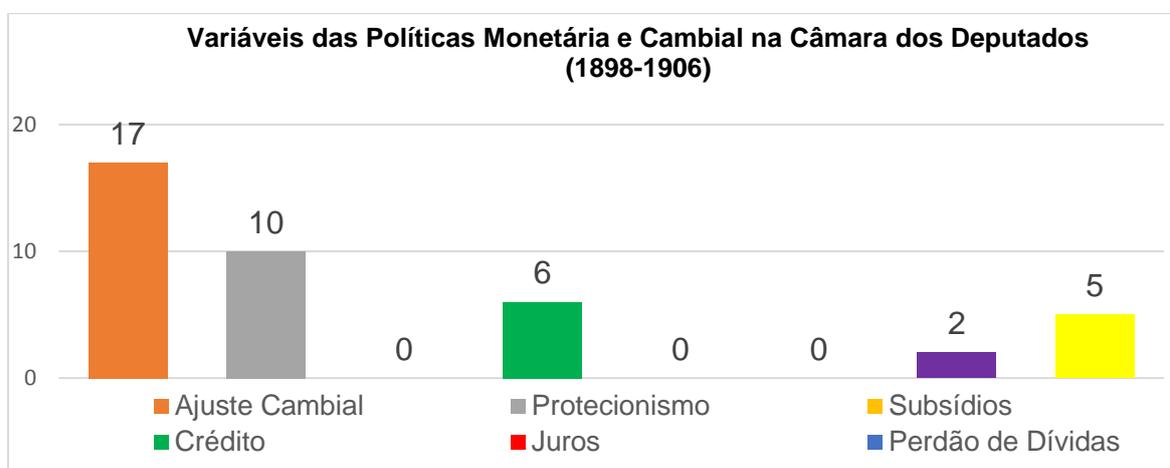
Tabela 15. Principais receitas arrecadadas pela União. Contos de réis (1:000\$000)

Período	Imposto sobre a importação	Imposto sobre produtos industrializados	Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza	Imposto sobre operações de crédito. Cambio. Seguro e relativo a títulos e valores mobiliários.	Receita Industrial
1901	162.094	31.566	-	19.340	48.540
1902	185.603	33.960	-	17.870	46.646
1903	189.462	35.374	-	16.279	49.794
1904	197.786	35.368	-	16.786	52.732
1905	224.055	43.496	-	17.974	46.620
1906	248.169	47.977	-	17.731	49.111

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1939/1940. Rio de Janeiro: IBGE, v.5, p. 1.410,1941. Quadros Retrospectivos; Boletim do Banco Central do Brasil.

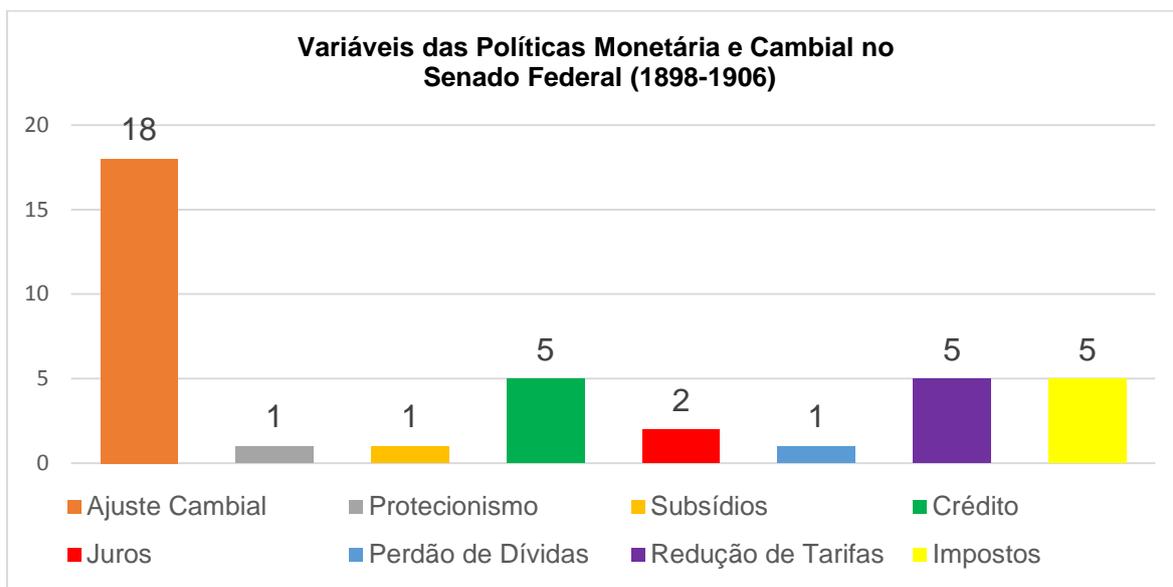
É importante ressaltar para esse período que, em meio à reorientação das diretrizes econômicas em direção a medidas voltadas para a estabilização do câmbio e contenção dos gastos públicos, duas temáticas cruciais para a cafeicultura e para o setor industrial se apresentavam: i) emissão e crédito – que expressam o embate entre as vertentes "papelistas" e "metalistas" ii) ajustes cambiais – com impasses em torno da valorização e da desvalorização da moeda.

A pesquisa nos documentos parlamentares confirmou a recorrência dessas temáticas, nessa conjuntura recortada, como se pode ver nos gráficos 32 e 33 e 34, que representam as duas Casas da Arena Legislativa e a esfera Executiva. Como dito anteriormente, a ênfase nessas duas operações não exclui outras medidas de grande importância para os setores, como os dados atestam: a questão das tarifas (via protecionismo ou redução de tarifas) e impostos.

Gráfico 32

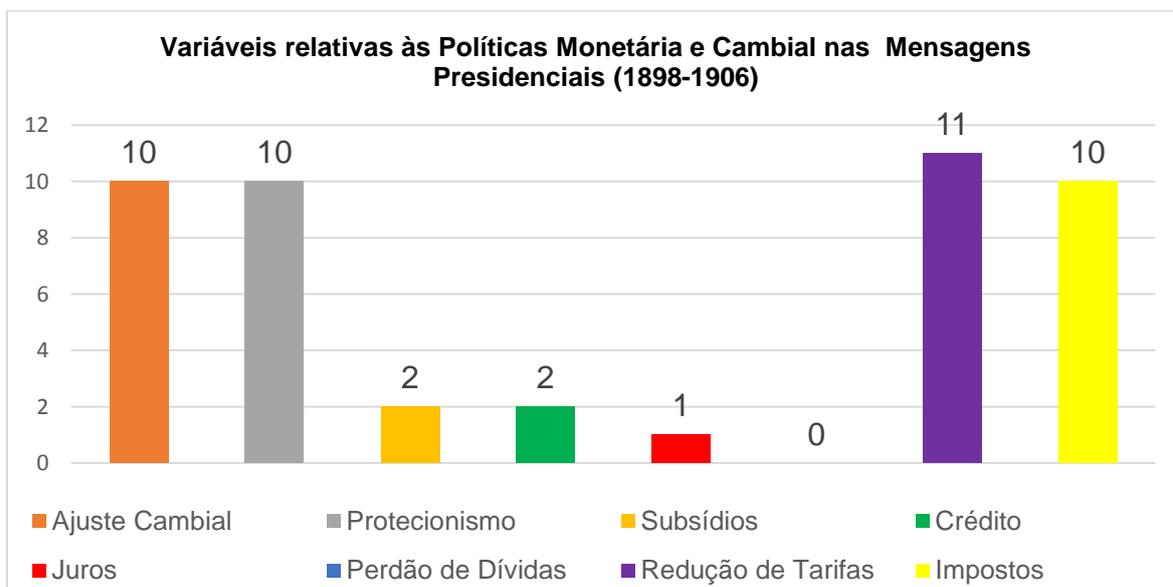
Elaboração Própria. Fonte: Anais da Câmara dos Deputados.

Gráfico 33



Elaboração Própria. Fonte: Anais do Senado Federal.

Gráfico 34



Elaboração Própria. Fonte: Mensagens Presidenciais.

Cabe observar que, no campo das Mensagens Presidenciais, o que se considerou foi a recorrência dessas variáveis como evidência de sua importância para a economia no contexto de pesquisa. Um aspecto a se considerar é que, em meio às disputas para a consecução dos interesses, os embates se configuravam não mais na esfera da clássica discussão sobre a intervenção do Estado na economia. Os

impasses que rondavam as políticas monetária e cambial levaram os grupos a se digladiarem em torno de como e sob que práticas essa intervenção se daria. Essa intervenção era pleiteada pelos dois setores. Para a cafeicultura, para a manutenção das suas prerrogativas – como centro da economia; para o setor industrial, para a expansão de suas atividades.

No que se refere à cafeicultura, dentro do panorama econômico característico desses anos em destaque, sua evolução pode ser observada nas tabelas que se apresentam na sequência.

Tabela 16. Produção Mundial de Café:1898-1906 (em milhões de sacas).

Ano/Safra	Porto do RJ	Porto de Santos	Percentual do Porto de Santos sobre o Porto do RJ	Outros produtos	Total da produção Brasileira	Produção em outros países	Produção mundial total	Percentual da produção brasileira em relação à produção mundial total	Quantidades compradas no mercado
1898	3.190	5.580	74,92%	550	9.320	4.405	13.725	67.9	12.994
1899	3.265	5.705	74,73%	455	9.425	4.380	13.805	68.3	14.252
1900	2.930	7.970	72,01%	385	11.285	3.785	15.070	74.0	13.965
1901	5.330	10.165	90,71%	650	16.145	3.645	19.790	81.6	15.319
1902	3.975	8.350	110,06%	620	12.945	3.720	16.665	77.7	16.097
1903	4.020	6.395	59,08%	686	11.101	4.891	15.992	69.47	15.588
1904	2.542	7.426	192,13%	555	10.523	3.923	14.446	72.8	15.507
1905	3.244	6.983	115,26%	617	10.844	3.948	14.792	73.3	16.306
1906	4.234	15.392	263,53%	564	20.190	3.596	23.786	84.9	17.108

Elaboração própria. Fonte: Thomas Holloway: *Vida e Morte do Convênio de Taubaté*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 101-104.

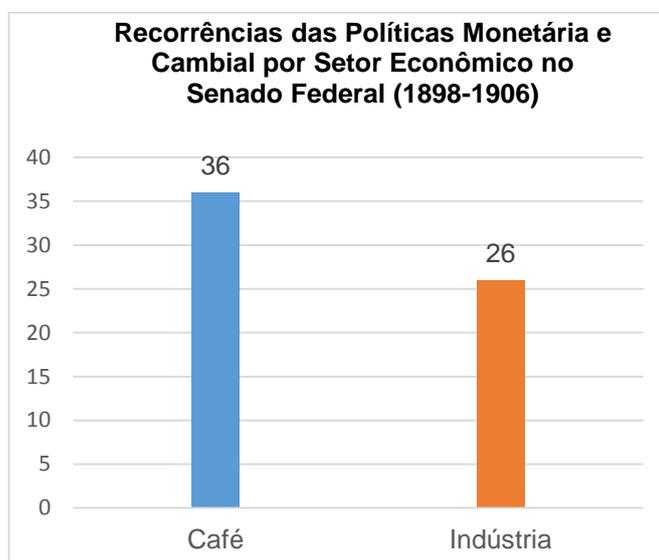
Os dados apresentados permitem reafirmar a proeminência do café em São Paulo – evidenciada, especialmente pelos índices com que o escoamento pelo Porto de Santos supera o do Rio de Janeiro. Esse é mais um dado que justifica a ênfase da pesquisa na cafeicultura paulista – como grupo mais proeminente dentro do setor cafeeiro e, por expectativa, com maiores condições de inscrever suas demandas no Estado.

Os valores indicados para o café, em termos de produção, se comparados a outros produtos, também contam como uma evidência do “lugar” incontestado deste produto no panorama econômico da Primeira República. Outro dado que se pode observar e que se apresenta de forma muito expressiva é a proporção ocupada pela produção nacional no cômputo total da produção mundial – como indica a tabela acima com base nos dados de Holloway.

Na esfera do Senado Federal, nesse contexto específico, registrou-se maior índice de medidas voltadas para a cafeicultura, refletindo em certa medida os dilemas

por que passavam os cafeicultores e o recrudescimento da mobilização para medidas favoráveis ao setor.

Gráfico 35



Elaboração Própria. Fonte: Anais do Senado Federal.

A proporção com que o café superava os valores registrados para os demais produtos de exportação fica evidenciada na Tabela 17, apresentada na sequência, apontando para o fato de que a soma total dos demais produtos não superava o total individual registrado para o produto.

Tabela 17. Produtos de exportação do Brasil (% sobre o total) (1889-1913).

Período	Café	Borracha	Açúcar	Outros	Algodão	Couro e Peles	Fumo	Mate	Cacau
1889-1897	67,6	11,8	6,5	4,8	2,9	2,4	1,7	1,2	1,1
1898-1910	52,7	25,7	1,9	5,2	2,1	4,2	2,8	2,7	2,7

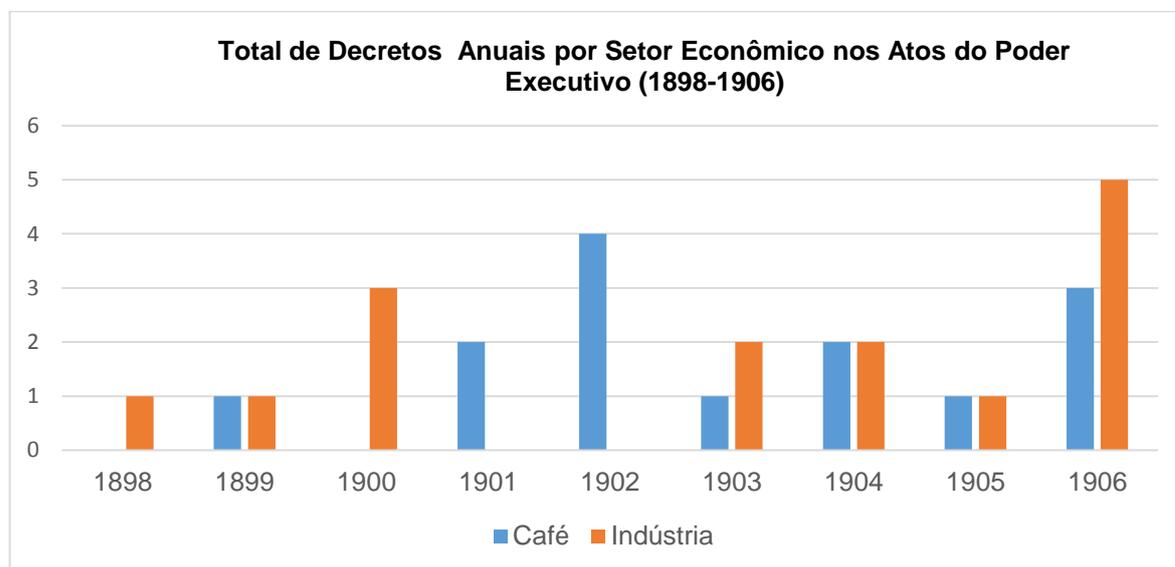
Fonte: CALHEIROS, 2006, Villela; Suzigan (2001, p. 63, apud CALHEIROS, 2006, p. 36).

Por essas evidências, pode-se perceber a posição privilegiada do café brasileiro na economia nacional e mundial, situando-o no centro de uma profusão de eventos que marcaram as primeiras décadas do novo regime. Ao mesmo tempo, considerando-se que a projeção do café não se deu em detrimento da indústria, o setor se afirmava e ocupava um espaço expressivo nesse contexto – apesar do arrefecimento nos anos imediatos após a euforia do “Encilhamento”.

É fato que, nessa conjuntura específica, a indústria enfrentou uma fase de retração, mais especificamente entre os anos de 1896 e 1901. Há registro de queda das importações de equipamentos industriais em aproximadamente 13,6% – como saldo das políticas recessivas do Ministro da fazenda do governo Campos Sales, Joaquim Murinho (LEOPOLDI, 2000). Contudo, de acordo com a autora, a partir de 1905, já se registram ganhos incrementais para o setor – processo que se estendeu até as vésperas da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

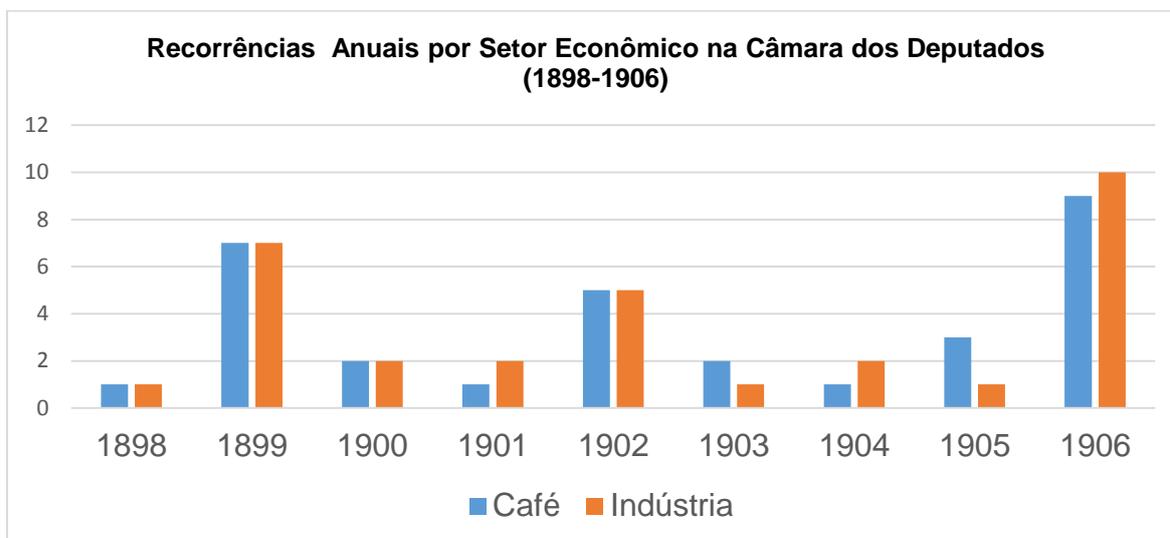
Os gráficos 36 e 37, apresentados na sequência, atestam essa recuperação para o setor industrial que se configurou a partir de 1905 – tornando-se mais evidente no ano de 1906. Os dados indicam a recorrência de medidas (que se referem ao recorte das Políticas Monetária e Cambial) proferidas na Arena Executiva e Legislativa, mais especificamente na Câmara Federal, apresentando índices que dialogam com a literatura especializada.

Gráfico 36



Elaboração Própria. Fonte: Atos do Poder Executivo.

Gráfico 37



Elaboração Própria. Fonte: Anais da Câmara dos Deputados.

A partir dessas considerações introdutórias, cabe verificar como se configuraram os enfrentamentos entre Estado e setores privados, na conjuntura que se estendeu entre os anos de 1898 a 1906 – objeto deste capítulo.

4.3 O conservadorismo monetário no governo de Campos Sales (1898-1902)

O governo de Campos Sales (1898-1902) inaugurou essa conjuntura, em meio a fortes indicativos da insolvência do Estado. Era premente resolver a questão do equilíbrio orçamentário. Havia um quadro crítico na área fiscal em que figuravam o salvamento dos bancos, a superprodução em São Paulo e a depreciação do câmbio, além do aumento da inflação.

Em meio a esse embate, havia um jogo de forças que se posicionava. O governo, segundo a diretriz do conservadorismo monetário¹²⁰, defendia uma taxa de câmbio apreciada para assegurar a expansão de sua renda por meio dos impostos sobre as importações e renegociar a dívida externa. As desvalorizações cambiais, por sua vez, atuavam como dispositivo que assegurava os ganhos da cafeicultura. Para o setor industrial, as flutuações do câmbio agiam em um duplo sentido – o que levou os industrialistas a oscilarem em suas posições. A exemplo, a baixa do câmbio, ao mesmo tempo que encarecia as importações de bens de consumo, fortalecendo o

¹²⁰ A diretriz central do conservadorismo monetário incidia sobre a estabilização cambial pela meta dos 27 pence por mil réis – um padrão alcançado no Império que não foi atingido nesse contexto republicano, a despeito das medidas enérgicas tomadas nessa gestão (VERSIANI, 1985).

setor, também tornavam mais caras as importações de máquinas e equipamentos industriais (DELFIM NETTO, 1976; FRANCO; LAGO, 2011).

O presidente Campos Sales inaugurou seu mandato em meio a esses dilemas. Na Mensagem Presidencial de 1899, justificou a orientação econômica assumida em seu governo. Defendeu a meta do governo, enfatizando o lugar central das variáveis monetárias e cambiais que nesta pesquisa se procurou abordar: emissão monetária e câmbio. Além disso, apontou também para as relações entre emissão e câmbio desvalorizado.

A primeira questão que surge e que o Governo tem como a mais importante no ponto de vista da reabilitação economico-financeira, é a da valorização do meio circulante. Sob o dominio funesto do curso forçado, e portanto na falta de indicador directo, que não existe senão quando o papel é convertivel, o criterio para conhecer a deficiencia ou excesso do meio circulante é o estado do cambio. Entre nós parece fóra de duvida, observadas as diversas phases por que temos passado, que o nível da taxa cambial desceu muito além do que poderia ser justificado pela balança internacional ou pelas agitações da politica interna. A explicação do phenomeno encontra-se, pois, na depreciação da moeda. Em paizes como o nosso, em que circula enorme massa de papel de curso forçado, o ouro abandona a sua importante funcção de agente da circulação e entra na cathegoria de simples mercadoria. Opera-se então a grande transformação, em virtude da qual, deixando de ser unidade para medir os valores, passa elle proprio a ser medido, como todas as outras mercadorias, pela unidade do papel moeda inconvertivel: donde resulta que, quando os preços das mercadorias se elevam, como actualmente, o preço do ouro, que funciona como mercadoria, tambem sobe, e o augmento do agio desse metal se traduz pela baixa cambial. Mas, attingidos os limites extremos da depressão, as oscillações as mais insignificantes do cambio se traduzem por grandes differenças no valor do ouro, desafiando todos os estímulos da ambição e elevando a especulação ao seu maximo de intensidade. Esta especulação, gerada pela propria crise, torna-se por sua vez causa productora de maior depressão, e eis como ahi se forma um verdadeiro circulo vicioso, do qual só se pode sahir atacando em sua raiz a causa originaria- a depreciação do meio circulante (CAMPOS SALES, 1899, p. 24).

Embora não se deva estabelecer posições-estaque no confronto entre as diretrizes do “papelismo” e do “metalismo”, a tomada de posição de Campos Sales na mensagem presidencial de 1899 aponta para diretrizes afinadas com o metalismo, como explícito na meta de saneamento das finanças públicas. O presidente afirma a necessária contração do meio circulante para a valorização da moeda.

E' evidente, portanto, que o meio de agir em definitiva e com efficacia contra um excesso de emissão de papel-moeda de curso forçado, é promover uma contracção pelo resgate, para cujo serviço deverá ser constituído um "fundo" especial. Isto quer dizer que o resgate do papel-moeda constitue um dos pontos capitaes da política financeira do Governo. Além deste processo indirecto, pelo qual a parte de papel que se retira valorisa a que fica na circulação, podemos também realizar a valorização directa, instituindo um fundo de garantia para este mesmo papel. E' este outro ponto capital da politica financeira do Governo. O fundo de resgate poderá ser constituído pelo producto das estradas de ferro arrendadas, menos a Central, por todos os saldos orçamentarios, pela quantia proveniente de pagamento de dividas de diversos bancos e por todas as rendas eventuaes (CAMPOS SALES, 1899, p. 24).

Em um primeiro momento condena a expansão monetária e, ao mesmo tempo, aponta a fragilidade do incremento às indústrias, no contexto emissionista da primeira década republicana.

O excesso de papel moeda de curso forçado, que representa o factor preponderante na nossa crise financeira, actoa por sua vez, como poderoso agente, na nossa crise economica. Vem dahi a elevação do preço do ouro, e o consequente augmento dos preços dos objectos importados, fazendo subir consideravelmente o custo da producção de tudo quanto exportamos. Por outro lado, esse mesmo excesso de papel, gerando a falsa crença da superabundancia de capitaes, produziu a funestíssima agitação febril, que penetrou no seio da propria lavoura e deu desenvolvimento demasiadamente rapido á producção do café, abrindo margens á especulação, com grande detrimento do seu preço de venda. Nas industrias manufactureras a acção maléfica daquelle agente tornou-se ainda mais sensivel. A mania das grandezas, engedrada por aquellas emissões, determinou a criação de empresas industriaes de todas as espécies imaginaveis. Não tardou muito, infelizmente, para que a realidade viesse apagar as illusões; e as liquidações bruscas e violentas, produzindo perdas consideraveis, concorreram para destruir grande parte da fortuna particular e publica, empobrecendo cada vez mais o paiz (CAMPOS SALES, 1899, p. 28).

Na sequênciã, Campos Sales combate a política de tarifas de cunho protecionista, trazendo para o centro dos debates uma questão crucial para os industrialistas.

Para deter estes desastres foi-se procurar um recurso peor que o proprio mal: creou-se na tarifa aduaneira a taxa ultra-proteccionista para manter industrias completamente artificiaes, elevando-se por essa forma o preço dos objectos com o sacrificio dos interesses de toda a população em proveito de alguns industriaes. Chegou-se, pela

tarifa proibitiva, ao monopólio de facto, em manifesta desvantagem dos produtos agrícolas. Isto quer dizer que nos achamos virtualmente desviados da boa direcção económica. E' tempo de tomar a verdadeira orientação e para isso o que nos cumpre é tratar de exportar tudo quanto pudermos produzir em melhores condições que os outros povos, e procurar importar o que elles possam produzir em melhores condições que nós. Assim, a modificação da tarifa aduaneira para subordinar-a aos principios expostos, é ainda um ponto capital na politica financeira do governo. Valorizando o nosso meio circulante e dando um regimen de estabilidade á nossa moeda, teremos aberto franca entrada aos capitães estrangeiros, que aqui virão solicitar a collocação de vantajosa que proporcionam as nossas riquezas incomparaveis. Mas, cumpre tambem cuidar da nossa receita e não perder de vista, jamais, o programma das economias necessarias (CAMPOS SALES, 1899, p. 29).

No âmbito desse contexto de retração dos investimentos, o trecho extraído do Relatório Ministerial de Joaquim Murinho, em 1898, na pasta da Fazenda, demonstra mais um posicionamento desfavorável ao proteccionismo – defendido de forma aguerrida pelos industriais, como mecanismo essencial para o fomento à indústria.

O espirito de exagerado proteccionismo ás nossas industrias incipientes motivou, em grande parte, o gravame na taxaçãõ de certas mercadorias que antigamente figuravam em larga escala na pauta de importação. Cumpre, entretanto, assignalar que da nossa actividade industrial beneficio algum compensador nos tem advindo para o prejuizo resultante de tal systema proteccionista. O que de ordinario se tem observado é que, libertos da concurrencia dos similares estrangeiros, os nossos industriaes vão impondo os seus productos pelo mesmo preço que nos custariam aquelles mesmos similares, sem que o Thesouro se possa indemnizar da renda de importação, de que se vê privado; pois é certo que a própria materia prima, de que se fornecem as industrias no mercado estrangeiro, gozam dos favores da isençãõ. Pelo que rapidamente fica exposto, conclue-se que, de tal principio protector dominante na nossa tarifa, nem o Thesouro nem o publico, grande consumidor, auferem a menor vantagem (JOAQUIM MURINHO, 1898, p. 38).

As tomadas de posição dos industrialistas diante dessa conjuntura também ocupam lugar privilegiado na sequênciã deste capítulo. Mais especificamente quanto a esse setor, as diretrizes defendidas pelo ministro da Fazenda Joaquim Murinho – expoente do conservadorismo monetário – engendraram polêmicas. O ministro criticava o estabelecimento das "industrias artificiais" – definidas como as que necessitavam da importação de matéria-prima (LUZ, 1978). A hostilidade à figura do ministro e o debate sobre a indústria e suas possibilidades encontram-se marcados

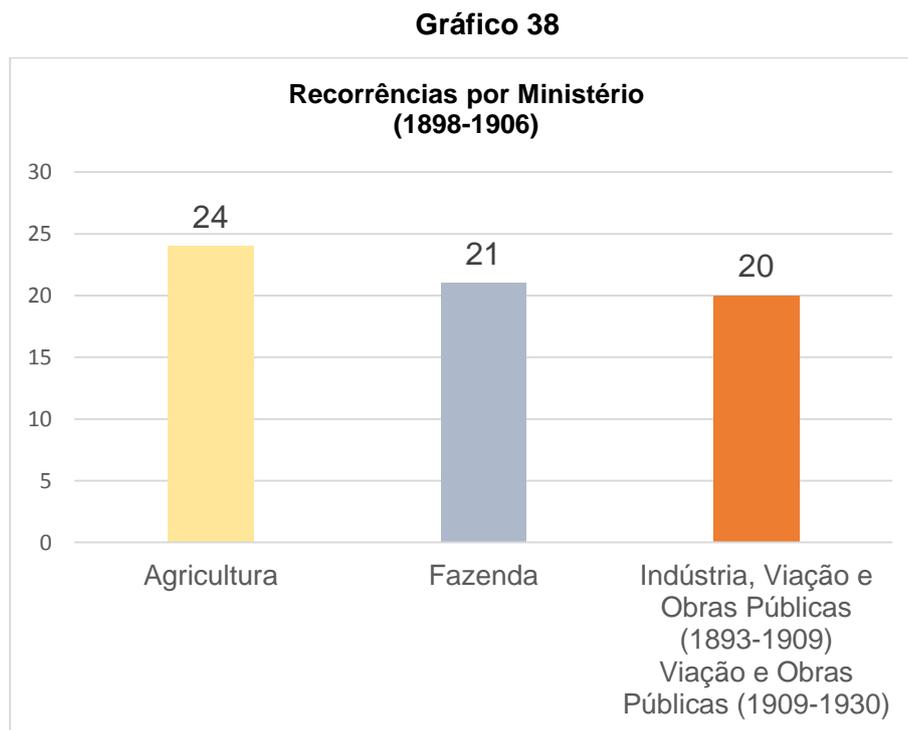
na publicação de Vieira Souto, no Jornal Correio da Manhã-RJ, em 1901. Vale registrar o longo trecho, muito expressivo, em que critica os posicionamentos de Murtinho expresso no Relatório Ministerial de 1901.

Seja, porém como for, temos necessidade de augmentar a producção do paiz, desenvolver sua indústrria e todas as outras fontes de riqueza, promovendo assim o seu progresso. [...] A valorização do papel moeda, por meio da alta cambial é como, se vê, um estribilho do relatório, e todos os problemas econômicos ou financeiros, os remédios para todos os males sociaes que nos afligem são invariavelmente reduzidos a essa panacéa. Mas si para o progresso de um paiz é indispensavel uma moeda sempre valorizada. [...] Quer se trate de moeda, de cambio, ou de qualquer outro aspecto de valor, é disparata idéa querer fixar o que por sua natureza é essencialmente variável no tempo e no espaço. [...] Quanto as necessidades da indústrria manufacturado geralmente arruinada pela crise, o relatório não diz siquer uma palavra. Desde a sua passagem pelo ministério da viação, o Sr. Murtinho fez profissão de fé de franca hostilidade à indústrria fabril que é no nosso paiz uma parasita, não obstante possuirmos mais de mil e duzentas fabricas movidas a vapor ou por motores hydraulicos, representando capitães que tem sido computados em quantia superior a 800.000 contos. A mesma opinião excedeu s.ex. no seu primeiro relatório da fazenda em 1889 classificando as industrias do paiz artificiaes. [...] O que caracteriza uma indústrria natural não é o facto de ter sua matéria prima importada ou não, mas o de ter capacidade de produzir o máximo resultado possível em relação ao capital empregado, com o mais baixo preço em um regimen de Livre Concurrencia. Uma industria em que a mão de obra representa artificial no Brasil, mesmo quando toda a matéria prima exista entre nós. O capital no Brasil, está em via de formação, o juro é alto, o credito é escasso, os meios de transportes insuficientes e caros, etc. mas isso que importa? Si os brasileiros querem ter a veicidade de possuir indústrria nacional, comecem por lutar com a Europa e a América do Norte, onde os elementos de produção adquiriram o máximo vigor.[...] Recaptulando ve-se que o ministro da fazenda propõe para promover o progresso econômico do Brasil , o seguinte conjunto de medidas: Quanto á industria agricola, deixa-la entregue á seleção natural que é a lei de aperfeiçoamento das feras; Quanto á industria dos transportes, desenvolver as nossas vias férreas a passo de tartaruga, applicando-lhe o incerto producto do incertíssimo arrendamento da Estrada de Ferro Central: Quanto á industria comercial, perderem os negociantes o vicio de serem jogadores e caloteiros. Quanto á indústrria fabril, não falar, nem pensar nella. É preciso ser muito exigente para desejar um mais bello ramallete de medidas econômicas em uma quadra de crise geral (VIEIRA SOUTO, 1901, p. 1)

Como espaço relevante para se observar a representação dos interesses dos setores econômicos em destaque, os Ministérios também foram considerados nas

inserções empíricas, especialmente os da Fazenda, Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas (mais tarde com outra denominação, como se pode ver no Gráfico 38).

O Gráfico 38, exibido na sequência, demonstra, em primeiro lugar, o Ministério que mais atuou nessa conjuntura em relação às medidas econômicas consideradas – com destaque para o Ministério da Agricultura, logo seguido pela produção no âmbito do Ministério da Fazenda – palco dos embates registrados.



Elaboração Própria. Fonte: Relatórios Ministeriais.

É importante considerar, para a contextualização dessas investidas acima exemplificadas, que, nos últimos anos da década de 1890 e nos primeiros da década seguinte, o investimento na indústria de transformação sofreu uma considerável redução. Isso ocorreu pela retração da margem de investimentos, mediante a queda da receita da cafeicultura e pelo cenário configurado pelas medidas contracionistas em curso (LEOPOLDI, 2000).

Vigilante quanto aos interesses do setor industrial, Serzedelo Correa apontava os problemas na regulamentação e melhor organização do imposto de consumo – na medida em que afetava a importação de matéria-prima, elemento essencial para o incremento do setor e que suscitou a mobilização dos industrialistas. Em 1899, um projeto de sua autoria é discutido na Câmara dos Deputados, marcado pelas argumentações que se apresentam na sequência.

O Sr. Serzedello Correa, vem mais uma vez defender o projecto de lei organizando os impostos de consumo. Bem sente que está cumprindo árduo dever, mas esta disposto a tudo sacrificar em bem da República. [...] Sabe que o projecto vem pedir novos sacrifícios ao contribuinte, mas assim o exigem as necessidades públicas, o bem do próprio povo e a situação do paiz. Os novos impostos não são estabelecidos para prodigalidades e menos ainda para futuras delapidações e melhorar a situação futura da pátria. Será como dizem os nobres Deputados, uma carta de corso, mas é o curso para salvar a honra da República, é o curso para assegurar as liberdades públicas, é o curso para conservar o nosso independência e dar-nos a tranquillidade e a prosperidade. [...] Ora, o projecto em questão, cordenando as disposições dos diversos regulamentos, nada acrescentou em questão de doutrina que não fosse no sentido liberal, e quando as taxas, si as estendeu a gêneros não taxados ainda, não trouxe surpresa, porque o debate vem travado na imprensa desde muitos dias. As ideias capitaes do projecto foram longa e detidamente estudadas no seio da Comissão e a imprensa deu largo curso a essas ideias. **As taxas de consumo não incidem apenas sobre os que são dados a consumo, e si affectam a produção, si elevam o custo de produção, e então inconstitucionais são as taxas sobre a matéria prima, porque estas affectam a produção** (SERZEDELO CORREIA, 1899, p. 63). (grifo nosso).

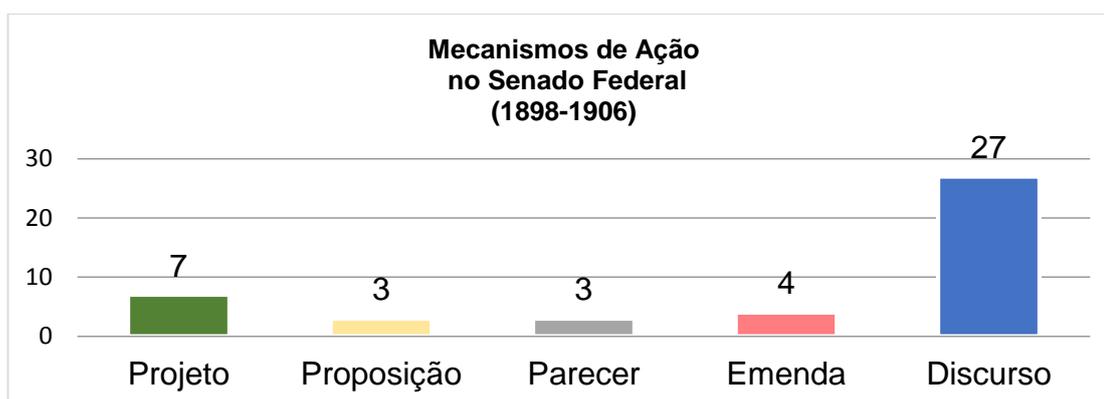
As reações ao Ministro Murtinho já consideradas ocupavam espaço privilegiado dos debates parlamentares. De forma contundente, o Senador Lauro Miller, em 1900, reage às posições livre-cambistas que atuavam no Senado Federal.

Sabe que falar em protecionismo é provocar a sua ascensão por muitos que entendem ser a verdade o contrário. Quando em momentos de sisma, imagina que é inglez, mostra-se logo livre-cambista, si voltando a realidade, sente que é brasileiro torna-se protecionista. Neste contraste está a razão de suas convicções. A Inglaterra foi por dous éculos ultra protecionista e só revogou o Acto Nacional de Cromwell quando o poder dos seus estaleiros, a universalização do seu commercio e das suas indústria afastaram para sempre a Grã-Betanha e concurrencia estrangeira. Só pregou o livre cambio, depois que suas minas de carvão e de ferro dominaram a indústria fabril, quando a sua produção agrícola não bastou á sua alimentação e era preciso te-la barato. Os Estados que por se acharem nas mesmas condições nas mesmas condições a imitaram, tiveram triste resultados. Com estas exemplos são quer o orador pedir para o Brazil uma tarifa Mac-Kindley, mas imperar do Senado a conversação das industrias existentes no paiz. Já temos lição na pratica de reduccão dos direitos sobre os cereais. A lavoura nada ganhou com essa reduccão, perdeu essa produção e o paiz teve de pagar anualmente mais de 100.000\$000 no exterior por cereais importados, pesando nas taxas do cambio. A disposição do projecto que diminui na quota em papel até o cambio 10 ½ nos direitos de importação e de importação e da ao importador o beneficio de differença quando o cambio subir acima daquela taxa prejudicou as industrias. Pede o

orador que se conserve a taxa existente. Não pede proteção, mas lembra ao Senado o perigo que pode advir da desagravação destas taxas. Insituir o livre-cambio como politica financeira do Brazil é um erro e por esse caminho nunca chegaremos a nossa emancipação economica-financieira como complemento de nossa emancipação politica (LAURO MÜLLER, 1900, p. 484)¹²¹.

Os dados expressos nos gráficos 39 e 40 dialogam com as polêmicas descritas por indicarem como a Arena Legislativa – em meio a esse intenso debate – reagia e correspondia a essas pressões. O primeiro gráfico aponta os mecanismos e sua recorrência no Senado. Em seguida, outra demonstração gráfica aponta para os índices com que as medidas específicas foram propugnadas na mesma Arena.

Gráfico 39



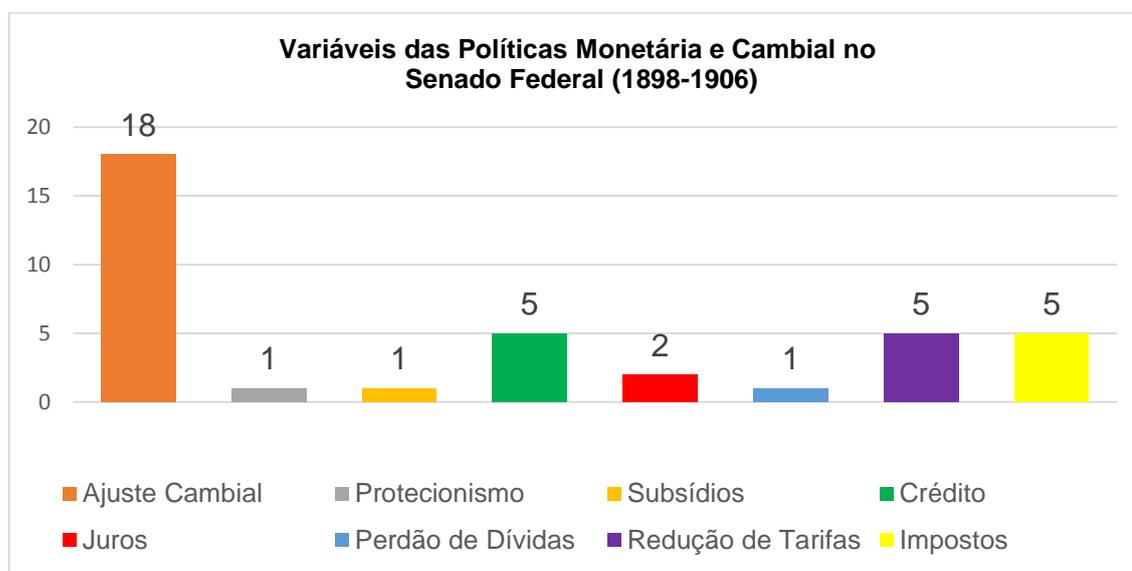
Elaboração própria. Fonte: Anais do Senado Federal.

O gráfico ilustra a recorrência do discurso como um canal efetivo para a vocalização das demandas. Os dados indicam um aquecimento nas tensões e nas disputas – das quais a profusão de discursos é uma evidência.

Por sua vez, mais um elemento dialoga com o ponto de tensão expresso no discurso do Senador Lauro Miller. A inserção empírica permite constatar para esse contexto, como essas polêmicas estavam retratadas nas ações do Senado. Pelo que se pode ver, a recorrência da temática do ajuste cambial se faz representar na Câmara Alta.

¹²¹ Engenheiro e diplomata, Deputado Federal constituinte em 1890, Senador em 1899, assumiu a Pasta da Indústria, Viação e Obras Públicas no governo Rodrigues Alves (1902-1906).CPDOC/FGV/PRIMEIRA REPÚBLICA.

Gráfico 40



Elaboração Própria. Fonte: Anais do Senado Federal.

Vale avançar um pouco e quebrar a sequência temporal com que os eventos estão sendo apresentados, pela relevância de se encadear essas manifestações que demonstravam a investida do setor industrial nas esferas de poder. Sendo assim, registra-se mais um discurso de crítica às orientações seguidas pelo governo Campos Sales, nesse contexto e nessa arena. O Senador Barata Ribeiro discute a cobrança do imposto em ouro¹²² sobre a importação.

Uma excepção não pode fazer regra geral. Eu não contesto que o imposto em ouro encareça a mercadoria importada, e que, portanto, possa interessar a industria nacional, mas sera sob condição de não abranger as materias de que se tenha de utilizar essa industria, é somente os productos simillares de importação. Revele-se V.Ex ponderar que nossa materia não de analyzam factores isoladamente, quando se trata de industria nacional, é preciso tomar em linha de conta os diferentes elementos que constituem, propriamente dita, a industria. Ora, pergunto a V.Ex como o imposto em ouro auxiliara a industria nacional, uma vez que ele taxa, que ele augmenta os preços dos materiaes de que se utilize essa industria? Si, o imposto em ouro sobre um producto industrial facilita o promove o desenvolvimento da industria, porque dificulta a importação do objeto similar que ella fabrica, não a protege, antes agrava-lhe a situação si atinge os

¹²² Esse expediente, na prática, indexava a arrecadação às mudanças na taxa de câmbio, com isso protegia as receitas alfandegárias das mudanças no valor externo do mil-réis. Com isso, preservava-se o grau de proteção ao produto nacional que estava implícito no lançamento de uma nova pauta tarifária. Os direitos pagos em outro cresceram, chegando a 1922 com um índice de 60% (CPDOC/ FGV/PRIMEIRA REPÚBLICA).

materiaes de que ella se utilizada para constituir-se em força de transformação (BARATA RIBEIRO, 1901, p. 47)¹²³.

Dentro desse conjunto de questões que movimentavam a República em seus anos iniciais, outro ponto crucial se destacou. Recuando um pouco na temporalidade – sem a pretensão de comprometer o “enredo” –, cabe assinalar um grande desafio que marcou essa conjuntura recortada: a renegociação da dívida externa. Através da operação conhecida como *Funding Loan* – empréstimo estabelecido com a Casa Rothschild, no valor de dez milhões de libras esterlinas –, implementou-se um conjunto de medidas de “ajuste fiscal”, para o refinanciamento da dívida pública¹²⁴ (PENNA, 1999).

Contudo, esse acordo, apesar de ter seus efeitos valorizados, encontrou forte resistência no seu contexto de implantação. A matéria publicada no Jornal do Comércio-RJ, assinada por Antônio Joaquim de Carvalho¹²⁵ é exemplificativa dessa oposição.

Não se illuda o governo e governadores através da lei de meios que não podem ser decifrados por nós, apesar da melhor boa vontade de ver desaparecer o monstro de nosso caminho, Pondere-se que o tempo é impassível e não encontra embaraço, que não remova, pondere-se que o monstro do funding loan está de relógio na mão, relógio legítimo inglez, a descontar o praso, que é sempre longo para o credor e curto, [...] para quem deve (ANTÔNIO J. DE CARVALHO, 1899,p. 1).

O presidente, reagindo às críticas, enfatizou os pontos positivos do empréstimo e do programa de saneamento financeiro das contas públicas, na Mensagem Presidencial de 1900.

Realisada com toda a prudencia e cautela, a reducção na circulação se fez sem perturbações prejudiciaes e, ao contrario, com vantagens reaes e positivas. O resgate deve ser este anno mais amplo, em virtude dos recursos creados pela lei que estabeleceu um fundo especial para esse fim. A lei já em execução, estabelecendo um fundo de garantia para o papel moeda, vem sem duvida desenvolver a acção do resgate na valorisação do meio circulante, e a que extingue a

¹²³ Ministro do Supremo Tribunal Federal em 1893, Senador de 1900 a 1900.

¹²⁴ Como parte do acordo, ficou estabelecido que o Brasil suspenderia as amortizações da dívida externa por 13 anos, enquanto os juros desta dívida se constituiriam em um novo empréstimo. Esse novo empréstimo tinha como garantia a hipoteca de direitos alfandegários (PENNA, 1999).

¹²⁵ Político baiano, atuou como Deputado Federal, Juiz Federal e Procurador Geral da República (CPDOC/FGV/PRIMEIRA REPÚBLICA).

faculdade emissora creada pela lei 1875, vem dar estabilidade áquella valorisação e confiança na permanencia de seus resultados. Mas a massa de papel moeda não é o único factor da taxa cambial: o valor da nossa exportação é outro e não menos importante; dahi a influencia notavel que a crise economica exercia sobre a crise financeira. A elevação do preço do nosso principal producto de exportação veio por isso combinar a sua acção com a do resgate na valorisação da nossa moeda. Os resultados obtidos neste ponto demonstram quanto foi acertada a politica economica do Governo, tão mal comprehendida e por isso tão censurada a principio. Sem o emprego de meios artificiaes, condemnados entre nós tantas vezes pela experiencia, a lavoura vai se levantando pouco a pouco e tudo nos leva a crer que breve a crise estará conjurada (CAMPOS SALES, 1900, p. 35-36).

Os problemas do governo Campos Sales agravavam-se à medida que a crise dos preços do café, associada ao aumento do câmbio, ocasionava perdas individuais de riqueza. As insatisfações culminaram com o fortalecimento das dissidências. Como desdobramento desse estado de coisas, e no bojo das dissidências que cresciam no seio do Partido Republicano Paulista, formou-se o “Partido da Lavoura”¹²⁶, em 1899 (CASALECCHI, 1987; PERISSINOTTO, 1994, TORELLI, 2004).

O Jornal Gazeta de Notícias-RJ, em dezembro de 1899, noticiou a reunião que congregou a criação desse novo Partido dentro do cenário político institucional. "Constituindo-se o Partido da Lavoura, Comercio e Industria em reunião presidida pelo major Deocleciano, servindo de Secretario o Sr. Octávio Dias" (GAZETA DE NOTÍCIAS-RJ, 12 dez. 1899, p. 1)¹²⁷.

Os sinais evidentes de crise do café, suscitavam manifestações na Câmara Federal, marcando os dilemas que a “lavoura” enfrentava. O deputado Cornélio da Fonseca, enfatizou os dilemas vividos pelo setor, discursando na Câmara Federal.

Vêm de muito longe os sustos por que passam os agricultores, quando aparece qualquer crise na lavoura, quer do café, quer da canna, quer de outro produto agricola brasileiro. Temos necessidade urgente de vir em socorro da lavoura, que tanto soffre, e á qual não se tem proporcionado nenhum remedio salvador até hoje (CORNÉLIO DA FONSECA, 15 de junho de 1901, p. 173)¹²⁸.

¹²⁶ Expressa uma cisão nas frações da cafeicultura e no Partido Republicano Paulista (PRP), opondo os fazendeiros contra o grande capital cafeeiro (TORELLI, 2004).

¹²⁷ Matéria assinada pelo redator-chefe, Lucio Mendonça.

¹²⁸ Pernambucano, Deputado Federal entre 1894-1908 (CPDOC/FGV/PRIMEIRA REPÚBLICA).

Outra “voz” no parlamento brasileiro – a do deputado Rivadavia Corrêa – denunciava o estado de tensão em torno da vertiginosa queda nos lucros da “lavoura”.

Estudando a crise do café para saber porque o nosso principal produto soffreu baixa tão accentuada, repentinamente, a ponto de não compensar os sacrificios e trabalhos da lavoura, sempre pensou o orador que o motivo deste phenomeno não estava na execução da lei economica da procura e da offerta; pensava que um phenomeno estranho se tem introduzindo para desviar o curso normal desta lei (RIVADAVIA CORRÊA, 11 de outubro de 1901, p. 213)¹²⁹.

Para os produtores, fazendeiros, a perspectiva voltada para a desvalorização do câmbio se apresentava no cenário das possibilidades para a elevação de sua receita e manutenção do nível de renda.

Alguns anos mais tarde, contudo, uma menção positiva e elogiosa se via registrada na Imprensa, destacando a importância do projeto saneador de Campos Sales na presidência da República e demonstrando que as questões em torno da emissão, do crédito e dos gastos públicos continuavam a movimentar a República. É o que se pode ver na matéria publicada em 1906, no Jornal Correio da Manhã.

Urgido pelas circunstancias, preso aos strictos compromissos do acordo com os credores londrinos, o governo do sr. Campos Salles seguiu uma politica de restricção nos orçamentos da despeza, politica esta que, ao lado da derrama de impostos, em busca de largos acrescimos da receita publica, produziu, como fructo principal, o equilibrio orçamentario. Foi isso, principalmente, que o habilitou a reestabelecer em espécie o pagamento dos juros da divida externa, com o que restaurou no estrangeiro o credito nacional que parecia de todo perdido (GIL VIDAL, 1906, p.2)¹³⁰.

Como saldo do governo de Campos Sales, o Ministro da Fazenda Joaquim Murinho contou também com um melhor contexto externo. "Os capitais europeus retomam suas exportações, o que garantiu ao Brasil um balanço de pagamentos favorável, se associado ao aumento de 1/5 das exportações e uma queda de 14% nas importações" (TOPIK, 1987, p. 50).

¹²⁹ Gaúcho, Deputado Federal de 1894-1902; 1904 a 1910; Ministro da Justiça de 1910-1913 e Ministro da Fazenda de 1913-1914; Senador de 1916-1920 (CPDOC/FGV/PRIMEIRA REPÚBLICA).

¹³⁰ Pseudônimo de Leão Veloso Filho, redator-chefe do Jornal Correio da Manhã-RJ, na Primeira República.

É importante ressaltar que o projeto saneador objetivou atuar sobre os níveis alcançados pela dívida pública. A Tabela 18 aponta uma evolução de queda nos valores indicados – demonstrando a orientação seguida nessa conjuntura contracionista.

Tabela 18. Dívida Pública Fundada¹³¹

Período	Contos de réis (1:000\$000)
1901	570.363
1902	570.363
1903	581.520
1904	568.952
1905	558.477
1906	552.477

Fonte: O Brasil em números 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. Apêndice do Anuário Estatístico do Brasil 1960. Rio de Janeiro: IBGE, v .21, 1960. p.165.

Além da forte expressão desses impasses relativos às questões do crédito e do protecionismo por meio de tarifas seletivas – pontos-chave para a manutenção do *status* da cafeicultura e para a emergência do setor industrial –, outro "campo de luta" registrou embates muito significativos: a questão cambial.

De acordo com a orientação contracionista, seguida nessa gestão, outra evidência se pode observar por meio da elevação da taxa de câmbio, demonstrada na Tabela 19.

Tabela 19. Taxa de Câmbio (pence/mil réis) e preço da saca de café (em libra-ouro), 1898 - 1906.

ANO	CÂMBIO	CAFÉ
1898	7,2	1,49
1899	7,4	3,07
1900	9,5	2,06
1901	11,4	1,62
1902	12,0	1,54
1903	12,0	1,47
1904	12,2	1,99
1905	15,9	1,98
1906	16,2	1,97

Fonte: Brasil, IBGE (1941, p. 1354-1378, apud TORELLI 2007, p. 5).

¹³¹ Esta tabela indica o panorama do desequilíbrio orçamentário do Estado, por meio do índices relativos à dívida pública, com obrigações de longo prazo a serem cumpridas. A redução relativa dos valores apontados na tabela, indicam a orientação saneadora dos governos na conjuntura delimitada.

A seção seguinte assinala mais uma parte da trama da conjuntura retratada neste capítulo.

4.4 Rodrigues Alves: entre o conservadorismo monetário e a “política de valorização do café”

A partir de 1902, Rodrigues Alves inicia seu mandato presidencial. As diretrizes econômicas que nortearam seu governo reafirmaram os elos de continuidade com o período de Campos Sales. De acordo com Penna (1999, p. 97), “Mantendo a mesma orientação da política econômica de seu antecessor, Rodrigues Alves adotou uma estratégia de captação de recursos externos, de que a política de valorização do café iniciada ao final de seu governo é um exemplo significativo”.

A vinculação com os mecanismos “contracionistas” presentes na gestão anterior se encontra declarada pelo próprio presidente.

A questão financeira, o mais difícil problema que teve de ser enfrentado – e o foi com êxito – pela fecunda actividade do meu honrado antecessor, entrou em phase de solução pelo restabelecimento dos pagamentos em especie, havendo cessado a situação grave e excepcional creada pelo *funding-loan*. [...] Finanças perturbadas desmandam sempre a continuidade dos esforços que houveram sido applicados com proveito para a sua completa reparação. O terreno conquistado, uma vez perdido, constituiria elemento pernicioso para a agravação do mal, que se pretende combater. Continuarei portanto, a considerar a situação financeira como um grave problema do governo, empenhando-me quanto possivel, por melhora-la (RODRIGUES ALVES, 1902, p. 8-10).

Algumas posições que constam dos Relatórios Ministeriais apontam a direção tomada nesse governo. Em um primeiro momento, o ministro da Fazenda, Leopoldo de Bulhões registrou a desvalorização da moeda como um grave problema e justificou o *Funding Loan* – contraído no governo anterior, como medida válida para sanear as contas públicas.

A desvalorisação do nosso meio circulante creara no Governo uma situação embaraçosa para satisfazer inadiáveis compromissos. A agravação da crise financeira, que attinge a máxima intensidade no primeiro semestre de 1897, suggerio ao patriotismo dos Poderes Publicos duas providencias da mais alta relevância: ao Poder Executivo a aceleração do convenio por *funding loan*, e ao Poder

Legislativo a adoção constante do art. 2º, n. 4, da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896, desenvolvido em 29 de novembro do ano subsequente no decreto n. 2695, autorizando o Ministerio da Fazenda a contrahir um empréstimo na importancia de 60.000:000\$, emittindo apolices do valor nominal de 1:000\$, e juros de 6% ao anno (LEOPOLDO DE BULHÕES, 1902, p. 54)¹³².

No campo das lutas pela indústria, as inserções empíricas registraram os posicionamentos de Vieira Souto¹³³ como oponente dessa política contracionista e ferrenho crítico do Ministro Bulhões. Vieira Souto destacou-se no cenário da Primeira República como um dos principais porta-vozes do Centro Industrial do Brasil (CIB). Seus posicionamentos marcaram a primeira década do século XX, com ênfase nos enfrentamentos em relação aos Ministros Joaquim Murinho – da pasta da Fazenda do governo Campos Sales – e Leopoldo de Bulhões, na gestão de Rodrigues Alves. Como defensor das demandas da indústria, manifestou-se na luta pelas tarifas de cunho protecionista bem como na conclamação à associação, congregando o setor para a luta por suas demandas. É o que se pode ver em uma sequência de manchetes publicadas no Jornal Gazeta de Notícias-RJ¹³⁴, no ano de 1903.

A atuação de Vieira Souto nas entidades representativas dos industrialistas se encontra registrada na seguinte matéria: "Dr. Vieira Souto ocupou a atenção do auditorio na reunião realizada na Associação Comercial do Rio de Janeiro sobre a comissão de revisão da tarifa aduaneira, sob a providencia do Dr. Serzedello Correa" (GAZETA DE NOTÍCIAS, 7 jul. 1903, p. 2).

No mesmo mês, encontra-se mais um registro da mobilização de Vieira Souto pela causa industrialista: "Dr. Vieira Souto declara os interesses economicos dos industriaes em uma reunião de industriaes e commerciantes" (GAZETA DE NOTÍCIAS, 25 jul. 1903).

¹³² Ministro da Fazenda de Rodrigues Alves, nos anos de 1902 a 1906, com carreira política na Câmara Federal entre 1891 a 1893 e no Senado, de 1894 a 1916. Fundador do Jornal Goiás; participou da Câmara dos Deputados em maio de 1891, na comissão encarregada de estudar a reorganização do Banco de República. Membro da Comissão de Finanças do senado 1893. Foi um dos articuladores da campanha de Rodrigues Alves à presidência; fez forte oposição aos setores favoráveis a uma política mais protecionista e industrialista (CPDOC/FGV/PRIMEIRA REPÚBLICA).

¹³³ Engenheiro da construção naval, um dos principais porta-vozes do Centro Industrial do Brasil (CIB), líder industrialista, atuando principalmente no período de 1900 a 1910; foi um dos mais ferozes opositores da política financeira contracionista inaugurada no quadriênio do Presidente Campos Sales. Publicou sobre a reforma da tarifa aduaneira entre 1903 e 1907 e sobre projeto da Caixa de Conversão e a Política de Valorização do Café (CPDOC /FGV/ PRIMEIRA REPÚBLICA).

¹³⁴ Jornal carioca diário, fundado em 2 de agosto de 1875 por José Ferreira de Sousa Araújo (CPDOC/FGV/PRIMEIRA REPÚBLICA).

Não paravam por aí as reações na Imprensa, aquecendo o debate ao longo desse contexto “contracionista”. O ano de 1904, trouxe à tona uma questão crucial: a política tarifária quanto à importação e exportação. Mais especificamente quanto à importação, o decreto de 1904, reduzindo a tarifa de importação para a farinha de trigo e outros gêneros alimentícios importados dos Estados Unidos da América, fez crescer a oposição dos industrialistas.

Em uma verdadeira “cruzada”, denunciava-se a redução de tarifas de importação – com implicações para o produto nacional. É o que se pode ver, na sequência, em alguns trechos pontuais publicados no Jornal Gazeta de Notícias-RJ. “A redução da taxa de importação acarreta prejuizos á fabrica nacional que só com a tarifa elevada se poderia manter. A primeira consecuencia é o seu não comparecimento a exposição” (GAZETA DE NOTÍCIAS-RJ, 09 jan. 1904, p. 2)¹³⁵. No mesmo mês, Gil Vidal escreve em coluna que “[...] nas mãos do governo não há bons resultados para a industria, faltando administração e estímulo, prejudicando a industria e dando grandes prejuizos ao Tesouro” (CORREIO DA MANHÃ-RJ, 14 jan. 1904).

Em junho do mesmo ano, o Jornal Gazeta de Notícias-RJ publicava: “A Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional enviou ontem á Camara dos Deputados um protesto fundamentado contra o acto do governo, favoreccendo as farinhas norte-americanas com uma producção de 20%, mais tarifas aduaneiras” (GAZETA DE NOTÍCIAS-RJ. Redator, 21 jun. 1904, p. 196).

O aumento da tarifa de exportação por sua vez, provocava reações, pois prejudicava a margem de lucros para o empresário nacional. No que se refere a tarifas de exportação o mesmo Jornal publicava: “A elevada taxa de 10% sobre as mercadorias exportadas constitui um imposto proibitivo de exportação deste districto que fatalmente se refletira de maneira prejudiccial ao desenvolvimento da industria fabril e manufactureira”(GAZETA DE NOTÍCIAS-RJ, 08 set. 1904, p. 3)¹³⁶. Não faltaram manifestações de oposição declarada do setor ao Ministro Bulhões e suas diretrizes econômicas ao longo de sua gestão, como se pode ver na sequência.

A industria nacional está em lucta desigual contra os principios e as doutrinas do atual ministro da fazenda e má vontade de S.Ex.

¹³⁵ A nota refere-se à dinâmica das Feiras Industriais Nacionais – presentes no Brasil desde o final do século XIX e grandes Feiras ou Exposições Internacionais das quais setores da indústria nacional participavam.

¹³⁶ As matérias publicadas no Jornal Gazeta de Notícias-RJ são de autoria do redator-chefe, João Lopes Chave.

parecendo ser indispensável a intervenção do poder directamente responsável perante a nação. As decisões do ministro da fazenda são contrarias a qualquer pretensão de favor á industria nacional (GAZETA DE NOTICIAS-RJ. 8 jun. 1904, p. 1).

O decreto reproduzido na sequência, demonstra como esse processo se delineou. Aqui também se quebra a sequência cronológica com que os eventos vêm sendo retratado, para efeito de completar o entendimento da questão. O trecho que se apresenta faz menção à uma sequência de medidas que culminam com o Decreto n. 6079 de 30 de junho de 1906.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, no intuito de promover o desenvolvimento das relações commerciaes do Brazil com os Estados Unidos da America do Norte e considerando: Que esse paiz é o maior importador do café, que nos seus mercados tem entrada livre de direitos; Que o art. 6º da lei n. 1144, de 30 de dezembro de 1903, revigorado pelo art. 18 da lei n. 1452, de 30 de dezembro de 1905, autoriza o Governo a adoptar uma tarifa differencial para um ou mais generos de producção estrangeira, compensadora de concessões feitas a generos de producção brasileira; Decreta: Art. 1º Dentro do vigente exercicio, a partir de 1 de julho vindouro, até 31 de dezembro, gosarão de uma reduçção de 20 % nos direitos de importação para consumo os seguintes artigos de producção dos Estados Unidos da America do Norte que tiverem entrada no Brazil: Farinha de trigo, Leite condensado, Manufacturas de borracha do art. 1023 da Tarifa. Relogios, Tintas do art. 173 da Tarifa, excepto tintas para escrever, Vernizes, Machinas de escrever, Caixas frigorificas. Pianos, Balanças, Moinhos de vento.
Art. 2º Revogam-se as disposições em contrario.
(ATOS DO PODER EXECUTIVO. DECRETO 6079. Rio de Janeiro, 30 jun. 1906, p. 705).

As pressões se localizavam ao longo de toda a conjuntura. Voltando aos anos de 1904, em que se intensificou o debate, como demonstrado anteriormente, vale reproduzir um embate que evidencia a relevância da questão tarifária para a afirmação do setor industrial – o que explicita uma polêmica que girou em torno do parecer a ser emitido pela Comissão de Orçamento sobre o Projeto n. 58 de 1904¹³⁷.

¹³⁷ De acordo com Luz (1978), o projeto do Deputado Joao Luís Alves expressava a tendência nacionalista da época voltada para a defesa e amparo da produção nacional por meio da tarifa protecionista. O projeto (arrastou-se por anos e não foi aprovado) propunha a elevação dos direitos sobre os produtos agropecuários e sobre as matérias-primas similares às nacionais. Este último aspecto, especialmente, acirrou a tensão entre as indústrias naturais e as artificiais em torno da questão da matéria-prima.

João Luis Alves¹³⁸, deputado federal, discute um requerimento, de sua autoria, feito para que a Comissão de Orçamento emita parecer. Vale reproduzir o diálogo, pela forma contundente com que demonstra a importância da questão tarifária na Primeira República. Trata-se de um trecho longo, cuja relevância justifica o destaque nesta seção.

– O parecer da Comissão está feito com um laconismo por tal modo accentuado, deploravel e assustador, que não posso deixar de pedir áquelles que teem a maior responsabilidade ligada ao andamento da materia, as informações indispensaveis no caso. Depois, Sr. Presidente, de transcrever a disposição regimental em começo citada, diz a Comissão exclusivamente isso: “Sendo incontestavel a utilidade do projecto que vem abrir debate sobre assumpto de vital interesse para as nossas industrias, e não podendo haver duvida sobre a sua constitucionalidade, a Comissão, reservando-se o direito de offerecer emendas na 2ª e 3ª discussões, é de parecer que deve ser approved o referido projecto n. 58, de 1904.”

– E' muito pouco, Sr. Presidente, para tamanha cousa. Não bastam essas cinco linhas deante de um assumpto tão importante, que joga com vitaes interesses da Nação, e que está ligado ao interesse publico e particular. Nesse parecer, assim laconicamente lavrado, a Comissão não nos dá um conselho, não emite uma opinião, não derrama a luz necessaria, indispensavel; não diz si pretende emendar segundo os apologistas do livre cambio ou conforme os adeptos do proteccionismo; depois da leitura do parecer ficamos na duvida, na incerteza, ficamos sabendo que emendas vão ser apresentadas, mas na ignorancia do que pretendem alterar. Quem conhece, Sr. Presidente, o mecanismo do funcionamento das commissões, divisa desde logo que esse parecer, assim elaborado, fora das normas seguidas nesta Casa, teve em mira tão sómente a sua passagem por este recinto. Será rapido, vertiginoso o seu andamento? (JOÃO LUIS ALVES, 1904, p. 499-500).

Na sequência, o deputado reafirma a importância das tarifas – seletivas para a importação – como essencial para o setor.

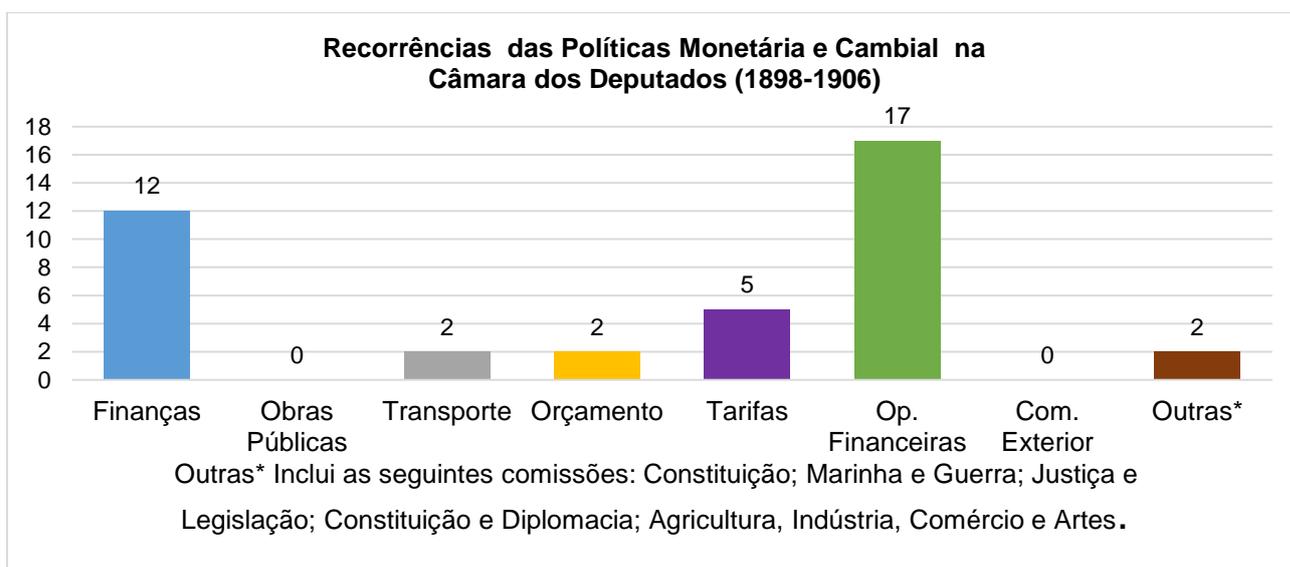
– Mas, Sr. Presidente, feitas estas ligeiras considerações, preciso ponderar que o projecto, como está distribuido, contem alguns erros typographicos que, em uma questão desta ordem, não deixem de ter importancia. Está o projeto sendo cuidadosamente revisto para se tirar, dentro de poucos dias, uma segunda edição, sem esses erros. E, porque me sinta animado do desejo de acertar, de concorrer com meu pequeno esforço para a implantação de uma política proteccionista bem orientada no nosso paiz, pedirei a V. Ex., Sr. Presidente, que si porventura o projecto merecer o approvação da Camara em 1ª discussão, só o faça entrar em segunda depois de algum prazo, dentro

¹³⁸ Deputado Federal por Minas Gerais entre 1903-1908, Senador 1909-1918, Ministro da Justiça 1922 a 1924 no governo Arthur Bernardes (CPDOC/FGV/PRIMEIRA REPÚBLICA).

do qual possa a questão ser bem estudada por aquelles que se interessam por este problema e dentro do qual eu, como autor do projecto, possa fazer pessoalmente um inquérito extra-parlamentar, recebendo as reclamações e informações do commercio e da industria nacional. Cumpre, porém, declarar que a reforma das tarifas aduaneiras é necessidade inadiavel, como já disse e repito. Essa necessidade resulta das manifestações constantes do Congresso, alterando a tarifa aduaneira no orçamento da receita; resulta da autorização dada ao Poder Executivo para nomear uma comissão afim de rever as tarifas; foi reconhecida pelo proprio Poder Executivo, nomeando uma comissão, que funcionou sob a presidencia de diversos membros do Congresso e era composta de industriaes e commerciantes, comissão, que apresentou o seu trabalho, no qual procurei moldar muitas disposições do meu projecto, porque esse trabalho está de accordo com os meus intuitos- é francamente proteccionista; está reconhecido também directamente pelo commercio e pela industria, que nomearam uma comissão por intermedio da Associação Commercial. Comissão prezidida pelo Sr. Serzedello Corrêa e que tambem apresentou idéas identicas ás suggeridas pela outra comissão, proponto até taxas menos elevadas (JOÃO LUIS ALVES, 1904, p. 504-505).

Nas inserções empíricas, as Comissões foram analisadas em sua produção, como *locus* deliberativo, apontando as que mais diretamente se relacionavam com as temáticas recortadas na tese e que se encontravam presentes nos embates políticos. No Gráfico 41, os dados destacam as Comissões de Operações Financeiras e Finanças, seguidas pela Comissão de Tarifas como as que registraram os maiores índices. Deste montante, as Operações Financeiras representavam algo próximo a 42.5%, e as Finanças, com 30%.

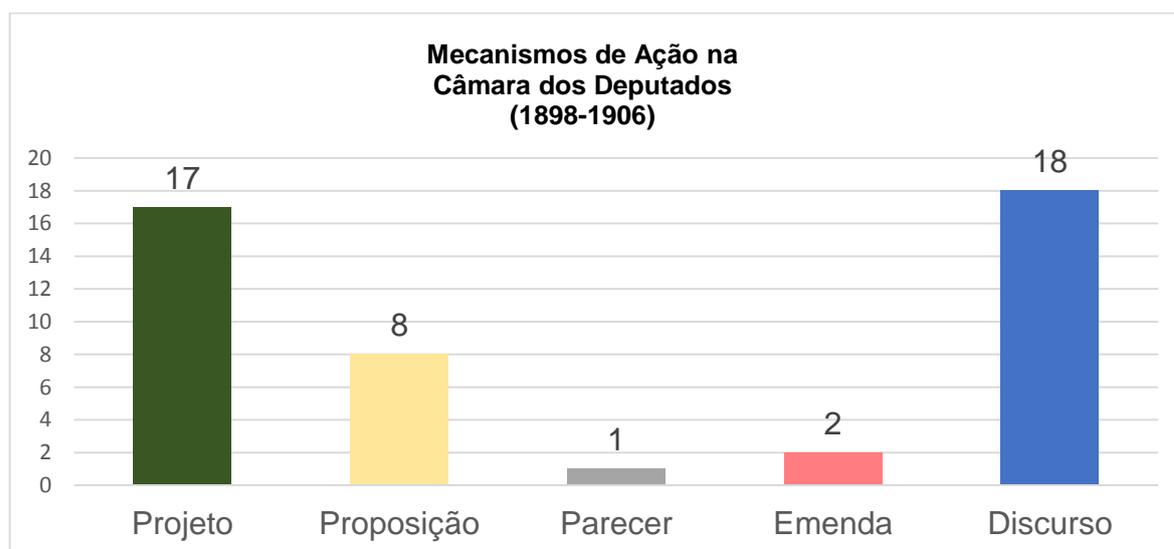
Gráfico 41



Elaboração Própria. Fonte: Anais da Câmara dos Deputados.

Somados a essa observação, os dados apontam as maiores recorrências para os discursos e para os projetos, como mecanismos dos quais os setores mais se valiam para vocalizar suas demandas e afirmar seus interesses. É o que se pode ver no Gráfico 42.

Gráfico 42



Elaboração Própria. Fonte: Anais da Câmara dos Deputados.

A temática da desvalorização cambial também esteve presente nos debates e nas investidas do setor industrial. Atuava de forma a estimular a produção interna via aumento dos preços de importação de produtos estrangeiros. A notícia veiculada no *Gazeta de Notícias-RJ*, em 1905, demonstra essa percepção e a mobilização do setor. "Sr. Júlio de Mello¹³⁹ apresentou uma representação das fábricas de tecidos de Pernambuco sobre a alta do câmbio pedindo providencias que protejam a indústria nacional" (*GAZETA DE NOTÍCIAS-RJ*, 15 de Setembro, 1905, p.3).

Como forma de mostrar a evidência desse embate e dos temores que a alta cambial provocava na cafeicultura, registram-se os dados apresentados pelo Deputado Federal Barros Franco Junior, em 1905.

¹³⁹ Deputado Estadual por Pernambuco (personalidade que não consta nas biografias históricas do CPDOC/FGV/Primeira República).

Tabela 20. Prejuízo para a Lavoura Brasileira resultante do Aumento do Câmbio segundo o Deputado Barros Franco Júnior, 1905.

PRODUTOS	CÂMBIO DE 15 29/32	CÂMBIO DE 12 3/32	PREJUÍZO
Café	324.056:440\$000	424.981:720\$000	100.925:280\$000
Cacau	15.759:750\$000	20.630:920\$000	4.871:170\$000
Algodão	17.111:817\$000	22.946:700\$000	5.834:883\$000
Açúcar	6.375:021\$000	8.056:664\$000	1.681:643\$000
Borrachas	211.514:275\$000	266.843:500\$000	55.329:255\$000
Carne	21.205:317\$000	27.521:291\$000	6.015:974\$000
Fumo	12.913:631\$000	16.378:318\$000	3.464:589\$000
Erva Mate	18.737:774\$000	24.759:504\$000	6.021:730\$000
Total	684.831:785\$000	886.114:691\$000	201.282:906\$000

Fonte: Documentos Parlamentares (1914, p. 503-504, apud TORELLI, 2004, p. 14).

A evidência contida na tabela demonstrativa dos prejuízos para a lavoura decorrentes do aumento do câmbio, deve ser valorizada como mais um indicativo para forma como a temática mobilizou os setores econômicos, com registro muito expressivo para o café, que respondia pela metade dos prejuízos apontados nos dados. Vale destacar também o prejuízo registrado para a borracha.

Contudo, não faltavam manifestações que apontavam o lado crítico dessa situação, pelo aspecto paradoxal de que o dispositivo da desvalorização cambial encarecia a importação de insumos industriais, máquinas e equipamentos. O trecho que se apresenta na sequência aponta de forma crítica essa situação, retomando o ponto central para a diretriz metalista que estabelecia na conversibilidade um requisito essencial para a prosperidade econômica.

O que tem ferido e influenciado as industrias nacionaes, não são as tarifas, que num paiz que vive e se mantem á custa dos impostos de importação são a base principal de sua vida, mas a instabilidade e a variação constante da moeda nacional. Enquanto se mantiver o regime de papel moeda inconvertivel todo o trabalho nacional, toda a producção tem de seguir, de acompanhar e de sofrer as consequências desse regimen (GAZETA DE NOTÍCIAS-RJ, 7 de Dezembro, 1905, p.1).

Essa perspectiva contracionista se expressa no posicionamento de Rodrigues Alves, ao enfatizar o propósito que norteou as diretrizes econômicas de seu governo.

A certeza de que cessaram definitivamente as emissões de papel moeda, e funcionaram com regularidade os fundos de resgate e de

garantia tem concorrido de alguma forma para se atingir aquele lisonjeiro resultado. Convém, no entanto ir preparando a transição para um melhor regimen de circulação, autorizando certas operações em moeda metálica, e procurando elaborar com o máximo cuidado os orçamentos da República (RODRIGUES ALVES, 1905, p. 11).

O debate sobre emissão e crédito se apresentava de forma recorrente. Reagindo contra a política de contracionista, é relevante registrar a manifestação do deputado Francisco Bernardino, em 1906, que traz à tona, essa questão.

A primeira necessidade para o desenvolvimento e o progresso de um paiz é a abundancia da moeda; e eu já assignalei que os paizes prósperos teem a circulação farta. Em contraste vemos que a falta de moeda corresponde fiel e constantemente ás privações e misérias (FRANCISCO BERNARDINO, 1906, p. 437).

Outras manifestações de críticas se voltavam contra as orientações econômicas do Presidente Rodrigues Alves e de seu Ministro Leopoldo de Bulhões. A meta de elevação da taxa cambial suscitava oposições. Em uma representação, o Deputado Álvaro de Carvalho se manifestava.

Sr. Presidente o Centro de Fiação e Tecelagem de Algodão de S. Paulo, envia a esta Camara uma representação pedindo medidas urgentes para o mal de que está ameaçada, em consequencia da alta rápida do câmbio.

Requeiro a V. Ex. que faça publicar a representação no Diario do Congresso e que a faça chegar as mãos da Commissão de Finanças. Consultada, a Camara approva o pedido do de publicação feita pelo Sr. Alvaro de Carvalho.

Vem á Mesa, é lida e enviada á Commissão de Finanças a seguinte. (ALVARO DE CARVALHO, 1905, 120)¹⁴⁰.

No que se refere aos interesses mais específicos da cafeicultura, no quadriênio de Rodrigues Alves, a realização do Convênio de Taubaté em 1906 e a consequente instituição da Caixa de Conversão no mesmo ano assinalam um momento de culminância na luta pela afirmação de seus interesses. Esses eventos que encerram a conjuntura recortada, embora tratados neste capítulo de forma sucinta, apenas sob alguns aspectos pontuais, contam com vasta produção na literatura especializada

¹⁴⁰ Paulista, deputado Federal em 1894 a 1896 e Senador de 1918 a 1923. (CPDOC/FGV/PRIMEIRA REPÚBLICA).

(DELFIN NETTO, 1976; HOLLOWAY, 1978; PERISSINOTTO, 1994; TORELLI, 2004, 2007).

Na pauta das demandas da cafeicultura, era fundamental defender os produtores dos efeitos da especulação em contexto de excesso de oferta. De acordo com Penna (1999, p. 96), o Convênio de Taubaté “[...] foi um resultado prático da Política dos Governadores. Consistiu na compra, por parte dos governos estaduais, a preço fixo, da safra de café não comercializada. Cabia, por outro lado, adquirir o controle da comercialização do produto.”

O esquema consistia basicamente em reter os estoques de café de forma a elevar artificialmente seu preço no mercado internacional. Esses estoques, por sua vez, seriam postos no mercado, gradualmente, quando a oferta do café estivesse controlada (PENNA, 1999). Outrossim, a Caixa de Conversão, criada como um dispositivo voltado para a estabilização do câmbio, funcionou como

[...] um instrumento que recebesse as moedas de ouro e emitisse sobre elas a uma taxa de 15 pence por mil-réis – lembrando que a essa altura, meados do ano de 1906, o câmbio já estava em 16 pence – até o limite de 20 milhões de libras esterlinas, isto é, 320 mil contos de réis, tendo estas moedas curso legal e poder liberatório sobre todos os negócios nacionais (TORELLI, 2007, p. 9).

As referências ao Convênio de Taubaté e à Caixa de Conversão podem informar sobre os embates que mobilizaram cafeicultores e mesmo industriais em torno das demandas que formularam ao longo da conjuntura recortada. Os eventos constituem-se em espaços relevantes para se observar as tensões entre a ortodoxia pautada no ideal da paridade cambial¹⁴¹ e os interesses em disputa.

4.5 A representação de interesses nas Arenas Executiva e Legislativa: um demonstrativo na conjuntura

A título de conclusão deste capítulo, esta seção tem por fim apresentar uma sequência de dados que se apresentam nos Apêndices e no Anexo da tese.

O Apêndice A, compõe-se de um quadro demonstrativo que foi elaborado a partir das fontes selecionadas do Poder Executivo e do Poder Legislativo. Esses

¹⁴¹ O Império brasileiro adotou desde 1846 o padrão-ouro, implantado no Ministério de Souza Franco (1805-1875) e atingiu a paridade de 25 pence por mil réis.

dados apresentam-se para demonstrar as medidas – definidas como variáveis das Políticas Monetária e Cambial – que contemplaram os setores do “café” e da “indústria”. No âmbito do Poder Executivo, constam Decretos do Presidente da República e Expedientes diversos dos Relatórios Ministeriais¹⁴². No que se refere ao Poder Legislativo, o quadro apresenta dados do Senado, da Câmara Federal e dos Atos do Poder Legislativo. No que tange, mais especificamente, à coleta de dados nos Anais da Câmara e no Senado, há uma diversidade de informações pela natureza das fontes. É relevante destacar a presença de atores já referidos na tese (no Apêndice A) apontando para os sujeitos que, de forma recorrente, atuaram em prol dos setores econômicos abordados. Esses documentos têm, por correspondência, decretos e outras produções, em trechos literais, que se encontram disponíveis no Anexo, indicadas nos quadros por um asterisco (*).

Justifica-se a não apresentação dos quadros no corpo desta seção em decorrência da grande extensão deles. Optou-se, por isso, colocá-los no Apêndice A – razão pela qual esta seção (reduzida nesta parte, mas ampla no referido Apêndice) cumpre a função restrita de informar o modo de tomar conhecimento dos dados construídos.

O Apêndice B compõe-se de matérias de jornal – que foram referidas ao longo dos capítulos da tese – organizadas de modo a explicitar a recorrência de temáticas relativas às questões que mais mobilizaram os setores: café e indústria. Tais matérias são valorizadas na pesquisa como expressão das “pressões” da cafeicultura e do setor industrial para a consecução de suas demandas.

O Apêndice C, por sua vez, consta de quadros biográficos de parlamentares, mais especificamente dos deputados federais, a título de demonstração de uma abordagem “ensaiada” na tese e que se apresenta como perspectiva para o aprofundamento que se pretende em relação à configuração política da Primeira República. Apontam para dados relativos ao corpo político – que podem informar acerca de um importante espaço de articulação dos setores econômicos com o Estado.

Por fim, o Anexo (registros de decretos e de discursos) que perpassam as Arenas Executiva e Legislativa, tem por finalidade apresentar na íntegra o que foi indicado no quadro construído no Apêndice A. O Anexo se apresenta extenso para

¹⁴² Esses expedientes encontram-se apresentados no terceiro capítulo da tese.

evidenciar a recorrência de medidas voltadas para os setores econômicos em destaque nesta pesquisa.

Pretende-se que esse conjunto de elementos, constitua-se em uma fonte rica de informações apresentadas de forma condensada, mas de claro entendimento.

Na sequência, apresentam-se algumas conclusões possíveis para a pesquisa realizada.

CONCLUSÃO

[...] falar do passado de uma sociedade é posicionar-se em relação ao tempo presente, suas mazelas e grandezas.
(Vitor Biasoli, prefaciando FONTANA, 1998, p. 7).

O impulso de se retomar o estudo do processo político na Primeira República (1889-1930) como “matéria bastante complexa” impôs escolhas num campo de muitas possibilidades. Esta iniciativa, pautou-se, fundamentalmente, na perspectiva de dar visibilidade a mecanismos que tenderam à simplificação em seus processos de compreensão.

Não se pretendeu, partindo desse impulso, mascarar as muitas limitações (próprias ao período) que funcionaram como terreno fértil para a reprodução de estigmas: os limites à cidadania presentes em muitas práticas; a estrutura social excludente e elitista; o federalismo “frouxo e desigual” dentro de um “pragmatismo oportunista”, enfim um conjunto bem expressivo de limites estruturais a serem rompidos.

Esta tese, tampouco, se investiu de autoridade para desconsiderar, por completo, um elenco respeitado de produções que, partindo, especialmente, do clássico “*Coronelismo, Enxada e Voto*” de Victor Nunes Leal (1986), fundou parâmetros para a compreensão do período. Embasando-se nessas construções é que se pôde buscar outras nuances ou dinâmicas ainda não de todo reconhecidas.

Retomando as motivações para esta pesquisa, talvez o primeiro impulso tenha resultado do desconforto diante da máxima que, pela supervalorização do desenho federativo dos primeiros tempos da República, postulou: “É de lá, dos estados que se governa a República”. O fundamento que consagrou essa premissa se sustentou pelas noções de “ausência”, “falta”, “interregno” – atribuídas ao experimento da Primeira República. Tais estigmas comprometeram especialmente o reconhecimento do Estado como instância federal, nesse contexto.

De acordo com a proposta de rever os paradigmas tradicionais, a pesquisa foi fundamentada sob a perspectiva de trazer para o centro da questão econômica o Estado (em um recorte nacional). Não é ao Estado em si que se buscou, e sim às interações com dois setores “clássicos” – o “café” e a “indústria”.

Essas interações foram buscadas não mais pelo prisma das relações coronelísticas, patrimonialistas, mas pelas possibilidades que se apresentaram nos

pontos de interseção entre a História e a Ciência Política, e a perspectiva de se discutir a representação de interesses nesse recorte cronológico.

Com base nesses pressupostos, levantou-se a questão central e a formulação do objetivo a ser atingido: inferir os sinais de uma possível “pressão” da cafeicultura e da indústria sobre as Arenas Executiva e Legislativa para a inscrição de suas demandas no Estado ao longo do marco da Primeira República e em uma conjuntura específica: os anos de 1898 a 1906.

Para esse objetivo, partiu-se da caracterização da representação dos interesses da cafeicultura e do setor industrial na Arena Executiva e Legislativa nos recortes referidos. Ainda que não se tenha pretendido estabelecer um padrão de atuação dos grupos, não se pode refutar a perspectiva da competição pela definição da política comercial – campo onde diferentes orientações se confrontavam. É quanto a esse aspecto, mais especificamente, que esta tese se propôs a fazer uma *proxxy* de um “rastreamento” de evidências empíricas sobre a pressão dos grupos em uma conjuntura específica – como observado de modo mais contundente no quarto capítulo.

Os capítulos foram elaborados para que, cumprindo as etapas da pesquisa, os objetivos fossem sendo alcançados. Sendo assim, talvez, o saldo mais efetivo do primeiro capítulo da tese tenha sido reafirmar a validade dos estudos que, dentro desse recorte histórico, enfrentam a temática das relações entre Estado e setores privados. Como um capítulo teórico, as referências lá construídas consolidaram os pressupostos dos quais se partiu para este estudo – sendo o maior deles, o de que o “pacto” entre as “oligarquias” não pode ser tomado como síntese do processo político. Assim como na “política do café-com-leite” não se resumia o “jogo econômico” da República.

Assumida essa orientação, elaborou-se o segundo capítulo para que se chegasse a uma definição dos projetos e interesses da cafeicultura e da indústria tais como se configuravam: respeitando-se as condições ou os limites dentro dos quais se davam as relações do Brasil com o mercado externo – eixo principal em torno do qual giravam as divisas.

A diferenciação na composição do que se convencionou chamar “cafeicultura” – refutada, nesta pesquisa, como um “bloco homogêneo de proposições” – implicou o reconhecimento das frações do setor cafeeiro e de um embate entre elas para a afirmação de suas demandas. A análise a que se procedeu, pela verificação de

medidas favoráveis, buscou um saldo conjunto para o setor – entendido como um “bloco de pressão”.

Por sua vez, por meio de relações de conflito e de complementaridade com a cafeicultura, o setor industrial se definiu marcado por um processo de diferenciação, com ramos distintos de produção e por uma tensão latente que havia nesse contexto entre as “indústrias naturais” e as “indústrias artificiais”. Apesar de fragmentações, o setor industrial também foi abordado na sua capacidade de agir como um todo.

O terceiro capítulo, no que se refere à verificação da representação de interesses na Arena Executiva e Legislativa, em todo o marco da Primeira República, possibilitou algumas respostas sobre as questões norteadoras da pesquisa. Em especial, a recorrência de medidas econômicas relativas às Políticas Monetária e Cambial (essencial para os setores) nas diferentes esferas a partir das quais se procedeu às inserções empíricas. Em resumo, pode-se concluir que “café” e “indústria” foram beneficiados e atuaram para os ganhos concentrados que obtiveram.

Nos Atos do Poder Executivo – documentos por meio dos quais se buscou os decretos anuais de autoria do Presidente da República –, a supremacia do poder Executivo se deu pela via monetária, por medidas específicas como créditos, impostos e redução de tarifas que ganharam projeção e registraram os maiores índices. O setor industrial valia-se da emissão monetária como prerrogativa importante. Registra-se nesse aspecto o campo da redução de tarifas, em especial para importação de máquinas e equipamentos como um requisito essencial para assegurar a projeção da indústria. Nesse caso, as medidas em prol do setor industrial ganham em relevância pela política de crédito, bem como o seu reflexo na arrecadação de impostos.

No que se refere ao campo dos Relatórios Ministeriais, analisaram-se as produções nos ministérios da Agricultura; Fazenda; Indústria, Viação e Obras Públicas e Viação e Obras Públicas. O Ministério da Fazenda – com registros de recorrências mais elevados – apresentava, dentro de sua esfera de atuação, uma maior capacidade de se posicionar, pelo fato de corresponder, ao mesmo tempo, aos setores do “café” e da “indústria”. A pasta da Agricultura também se projetava pelo caráter ainda predominantemente agrícola da economia nacional – apesar dos avanços do setor industrial. Cabe observar que havia demandas a serem contempladas por outros ramos da agricultura de exportação e de setores voltados para o mercado interno.

No âmbito do Poder Legislativo, para os Anais da Câmara e os Anais do Senado Federal, a coleta de dados considerou decisões, projetos, debates e a produção nas Comissões – como espaço efetivo para informar acerca de ganhos concentrados para os setores. Na esfera da Câmara dos deputados, especificamente, se pôde perceber uma expressiva representação conquistada pela indústria – o que reafirma a discussão acerca da Câmara Federal como fórum deliberativo na Primeira República. A ideia muitas vezes consagrada de um Parlamento apático e submisso aos ditames do “pacto oligárquico” se encontra relativizada. Ganham destaque, nessa esfera, a política monetária e as medidas específicas de impostos e de crédito. Em termos comparativos, a produtividade do Senado se mostra menos efetiva em relação à Câmara dos Deputados. Uma possibilidade para isso, e que sugere novas investigações, se encontra no desenho institucional então em vigor.

Como mecanismo mais recorrente, nos espaços legislativos, os discursos ganham projeção, acompanhados dos índices dos projetos, também expressivos. Cabe observar que esta pesquisa valorizou esse canal – que se mostrou muito produtivo para se observar a “pressão” dos setores nas suas relações com o Estado. A predominância desse mecanismo se repete nos Anais do Senado Federal.

No campo das políticas econômicas, o destaque para o ajuste cambial e o protecionismo expressa bem as disputas empreendidas pelos dois setores econômicos analisados e os embates para seus ganhos incrementais. A projeção alcançada pelo protecionismo beneficiava o setor industrial para enfrentar a concorrência estrangeira, pressionando do Estado.

Por fim, do quarto capítulo da tese, depreende-se – por meio de um “rastreamento” de certos enredos que marcaram uma conjuntura específica – a mobilização dos setores em torno das questões centrais que movimentaram os interesses. Algumas tomadas de posição de atores que falavam “de dentro” do espaço institucional – como presidentes, ministros, deputados e senadores – foram compreendidas como ações de “pressão”. Situações retratadas na Imprensa também foram utilizadas como recurso para se inferir a “pressão” sobre os poderes constituídos. De forma complementar, uma vasta informação de dados não se encontra no corpo do capítulo, mas sim nos Apêndices e no Anexo. Os pontos centrais das disputas incidiam, nessa conjuntura “contracionista” (1898-1906), sobre a estabilização do câmbio e a contenção dos gastos públicos, em cujo cenário moviam-se emissão e crédito, ajustes cambiais e proteção tarifária.

É importante observar os espaços que, na conjuntura recortada no quarto capítulo, se destacaram pela relevância para a representação de interesses. Em primeiro lugar, o Ministério que mais atuou nessa conjuntura em relação às medidas econômicas consideradas foi o Ministério da Agricultura, logo seguido pela produção no âmbito do Ministério da Fazenda – palco dos embates registrados.

Os dados coletados nos Anais da Câmara Federal e nos Relatórios Ministeriais (representando as duas arenas) dialogam com a ênfase dada, nas orientações contracionistas desse contexto, para a política cambial – com registros expressivos para outras operações, como crédito, impostos, tarifas – quantificados em gráficos demonstrados no capítulo. Nas inserções empíricas, as Comissões foram analisadas em sua produção, como *locus* deliberativo, e os índices apontaram para a maior efetividade das Comissões de Operações Financeiras e Finanças, seguidas pela Comissão de Tarifas.

Essas questões foram respondidas pontualmente; algumas outras mais gerais, entretanto, devem ser afirmadas. Retoma-se a perspectiva de um Estado que, se não se reduz a “comitê” de um grupo específico, não paira também por sobre os interesses organizados. A instância do Executivo Federal assumia, ao longo do período, uma capacidade interventora e reguladora, cada vez maior. Observou-se também que o Poder Legislativo figurou como instância institucional relevante nesse contexto específico, mostrando-se permeável aos interesses em disputa.

Como conclusões generalizadas que perpassam os recortes da tese – o marco completo da Primeira República e, dentro dele, a conjuntura delimitada –, pode-se afirmar que “café” e “indústria” se valeram, de fato, das arenas para inserirem suas demandas. Não cabe aqui, nessas conclusões mais amplas (nem é o caso), indicar quem ganhou e onde. O que importa é considerar que o “mercado” se valia dessas “prerrogativas” junto aos poderes constituídos, como um “atalho” para seus interesses. E os atores das Arenas se portavam, cada um a seu modo e sua “representatividade”, em prol de um ou de outro. Isso, com efeito, é a “pressão”, como uma forma “nada contemporânea” – mas em uma perspectiva histórica – que sinalizou dinâmicas por meio das quais os setores se “relacionavam com o Estado”.

Dos estudos realizados (e como desdobramento), portanto, fica a perspectiva – desafiadora, mas necessária – de se lançar à caracterização dos mecanismos para a representação de interesses do setor cafeeiro e do setor industrial no amplo marco da Primeira República.

REFERÊNCIAS

- AFONSO DE CAMARGO, 1924. **Anais do Senado Federal**. Disponível em <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/AnaisRepublica/1924/1924%20Livro%206.pdf>. Acesso em 30 ago. 2015.
- AFONSO DE CAMARGO, 1925. **Anais do Senado Federal**. Disponível em <http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/pdf/AnaisRepublica/1925/1925%20Livro%205.pdf>. Acesso em 30 ago. 2015.
- ALEXANDRE CASSIANO, 1892. **Anais do Senado Federal**. Disponível em http://www.senado.leg.br/puclicacoes/anais/pdf/Anais_República/1892%20Livro%203.pdf. Acesso em 14 jul. 2015.
- ALVARO DE CARVALHO, 1905. **CPDOC.FGV**. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CARVALHO,%20Alvaro%20Augusto%20da%20Costa.pdf>. Acesso em 20 fev. 2015.
- ALVARO DE CARVALHO, 1905. **Anais da Câmara dos Deputados**. Disponível em http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=29/5/1905#/. Acesso em 20 fev. 2015.
- ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (1889-1930). Disponível em <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/diariosdacamara>. Acesso em 02 jun. 2014.
- ANAIS DO SENADO FEDERAL (1889-1930). Disponível em http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/RP_AnaisRepublica.asp. Acesso em 01 ago. 2014.
- ANDRADE, Everardo Paiva de. **Itaperuna: uma revisão histórica**. Monografia. 1987.
- ANTÔNIO J. DE CARVALHO, 1899. **CPDOC. FGV**. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-joaquim-pires-de-carvalho-e-albuquerque>. Acesso em 02 ago. 2015.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1939/1940. Rio de Janeiro: **IBGE**, v. 5, p. 1410, 1941. Quadros retrospectivos. Balanço geral da união. Rio de Janeiro.
- ARAGÃO, Murilo de. **Grupos de pressão no congresso nacional: como a sociedade pode defender licitamente seus direitos no poder legislativo**. Maltese: São Paulo, 1994.
- ARAUJO, C.; BORGES, D. 2013. Trajetórias Políticas e Chances Eleitorais: analisando o "gênero" das candidaturas em 2010, p. 69-91. **Rev. Sociol. Polít.**, v. 21, n. 46, 2013.
- ATOS DO PODER EXECUTIVO. **Decreto n. 878**, de 18 de Outubro de 1890. Câmara Legislativa. Disponível em www2.camara.leg.br/.../decret/.../decreto-878-18-outubro-1890-522835-publicacao. Acesso em 06 jun. 2015.

ATOS DO PODER EXECUTIVO. **Decreto n 6079**. Rio de Janeiro, 30 jun. 1906, 18º da Republica. Página,705 (733 .pdf). Disponível em <file:///C:/Users/Windows/Downloads/collecao leis 1906 parte2.pdf>. Acesso em 01 ago. 2015.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/publicacoes/republica/colecao1.html>. Acesso em 15 ago. 2014.

BACKES, Ana Luiza. **Fundamentos da ordem republicana**: repensando o pacto de Campos Sales. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós- graduação em Ciência Política. Porto Alegre 2004.

BARATA RIBEIRO, Cândido, 1901. **CPDOC.FGV**. Disponível em <cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/.../RIBEIRO,%20Candido%20Barata.pdf>. Acesso em 02 jul. 2015.

BARATA RIBEIRO, 1901. **Anais do Senado Federal**. Disponível em http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1901/1901%20Livro%201.pdf. Acesso em 20 dez.2014.

BASILE, Marcello Otavio N. de C. O Império Brasileiro. Panorama Político. In: **História Geral do Brasil**. 9. ed. Maria Yedda Linhares (Org.). Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

BETZEL, Viviani Dal Piero. **O Tribunal do Júri – papel, ação e composição**: Vitória/Espírito Santo, 1850-1870. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2006.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade. por uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

CALHEIROS, Rinaldo P. **Análise do comportamento dos setores exportador e industrial durante a República Velha e pós-anos 90**. Monografia. 126p. UFSC, abril. 2006.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Regimento Interno**, 1901. Disponível em <file:///C:/Users/Windows/Downloads/regimento 1901 camara ex5.pdf>. Acesso em jul. 2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto** n. 1.181, 25 fev. 1904. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1903, 15º da Republica. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1181-25-fevereiro-1904-583573-publicacaooriginal-106366-pl.html>. Acesso em 10 jul. 2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto nº 5.192**, de 16 de Abril de 1904. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-5192-16-abril-1904-523161-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 30 ago. 2015.

CAMMACK, Paul. O coronelismo e o compromisso coronelista: uma crítica. In: **Cadernos do Departamento de Ciência Política**. Belo Horizonte, n. 5, 1979, p. 1-20.

CAMPOS SALES, 1899. **Mensagem Presidencial**. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1288/000001.html>. Acesso em 20 jan.2015.

CAMPOS SALES, 1900. **Mensagem Presidencial**. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1289/000039.html>. Acesso em 20 jan. 2015.

CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. São Paulo, Difel, 1977.

CARDOSO, Eliana. Desvalorizações cambiais, indústria e café: Brasil, 1862-1906, p. 85-106. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, abr./jun., 1981.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente – Campos Sales, p. 15-50. In FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira**. Tomo III. O Brasil Republicano. Estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo: Difel, 1985.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário Industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1972.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. **O capitalismo tardio**. 10 edição. Campinas, SP: IE/Unicamp, 1998.

CARONE, Edgard. **A República Velha: evolução política**. São Paulo: Difel, 1971.

CARVALHO, José Murillo de Carvalho. **Os bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murillo de. **A formação das Almas: o imaginário da República que não foi**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

CARVALHO, José Murillo de. **Teatro das Sombras: a política imperial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASALECCHI, José Ênio. **O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASSEB, Paulo Adib. **Federalismo: aspectos contemporâneos**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999.

CEPÊDA, Vera Alves. A construção da industrialização no Brasil: políticas econômicas, mudança social e a crise do liberalismo na Primeira República, p. 115-136. Desigualdade & Diversidade – **Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio**, n. 7, jul/dez, 2010. Disponível em <http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.b/media/artigo5.7.pdf>. Acesso em fev. 2015.

CERVO, Amado. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático, p. 5-25. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 46, n. 2, Brasília, 2003.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, Legislação Informatizada - **CONSTITUIÇÃO DE 1891** – Publicação Original. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>. Acesso em 18 jan. 2016.

CORNÉLIO DA FONSECA, 1901. **CPDOC.FGV**. Disponível em cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIMA,%20Francisco%20Cornélio%20da%20Fonseca.pdf Acesso em 03 jun. 2015.

CORNÉLIO DA FONSECA, 1901. **Anais da Câmara dos Deputados**. Disponível em http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=15/6/1901# Acesso em 15 de jun. 2015.

CORREIO DA MANHÃ-RJ, 14 de janeiro de 1904. Disponível em cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIO%20DA%20MANHÃ.pdf Acesso em 04 jun. 2015.

CPDOC/FGV/PRIMEIRA REPÚBLICA. Disponível em cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica Acesso em 05 jun. 2015.

CRUZ, Maria Luiza T. de C. **Federalismo**, p. 469-471. In: SILVA, Benedicto. Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: Difel, 1971.

DELFINO NETTO, Antônio. **O problema do café no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1976.

DEODORO DA FONSECA, 1890. **Mensagem Presidencial**. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1278/000007.html>. Acesso em 10 ago. 2015.

DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato (1999). O Legislativo como Arena de Interesses Organizados: a Atuação dos Lobbies Empresariais, p. 7-32. **Locus**. Revista Histórica, v. 5, n. 1, Rio de Janeiro, 1999.

DUARTE, Nestor. **A Ordem privada e a organização política nacional**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

DULCI, Otavio Soares. As elites políticas. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio C. (orgs.). **Sistema Político Brasileiro**: uma introdução. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2015.

ELIAS FAUSTO, 1900. **CPDOC.FGV**. Disponível em cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FAUSTO,%20Elias.pdf Acesso em 07 jun. 2015.

ELIAS FAUSTO, 1900. **Anais da Câmara dos Deputados**. Disponível em http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=18/10/1899#/. Acesso em 10 jun. 2015.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. v.1. 27. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

FARHAT, Said. **Lobby**: o que é; como se faz; ética e transparência na representação junto a governos. São Paulo: Petrópolis, 2007.

FAUSTO, Boris. "Expansão do Café e Política Cafeeira", p.191-248. In: FAUSTO, Boris. (Org.). História geral da civilização brasileira. Tomo III: **O Brasil Republicano**, Estrutura de poder e economia (1889-1930), v. 1, 4. ed. São Paulo: Difel, 1985.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **A República na Velha Província**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da Idade de Ouro**: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Edições Tempo Brasileiro, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Política e Poder no Estado do Rio de Janeiro na República Velha. In: **Revista Rio de Janeiro**, dez. 1985.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FLORIANO PEIXOTO. **Mensagem dirigida ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1280/000022.html>. Acesso em 20 out. 2015.

FONSECA, P. C. D.; MOLLO, M. L. R. Metalistas x papelistas: origens teóricas e antecedentes do debate entre monetaristas e desenvolvimentistas, p. 203-233. **Nova Economia**, v. 22, n. 2, Belo Horizonte, maio/ago. 2012.

FONTENELA Josep Fontana. **História análise do passado e projeto social**. tradução Luiz Roncari. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

FRANCISCO BERNARDINO, 1906. **CPDOC.FGV**. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/SILVA,%20Francisco%20Bernardino%20Rodrigues.pdf>. Acesso em 05 set. 2015.

FRANCISCO BERNARDINO, 1906. **Anais da Câmara dos Deputados**. Disponível em imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=18/8/1906#/. Acesso em 10 jun. 2015.

FRANCO DE LACERDA. **Jornal do Comércio-SP**, 1899. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/5188/1199501225.pdf.txt?sessionid=917CDE56505A49C823B76B47C690D6B2?sequence=2>. Acesso em 20 abr. 2015.

FRANCO, Gustavo H. B. LAGO, Luiz Aranha Correa do. **A economia da República Velha**. PUC-RJ. 29-01-2011 (versão preliminar). Disponível em <http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td588.pdf>. Acesso em 14 mar. 2015.

FRITSCH, Winston. "Aspectos da política econômica do Brasil, 1906-1914", p.257-317. In: NEUHAUS P. (Coord.). **Economia Brasileira: uma visão histórica**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 2007.

GALEÃO CARVALHAL, 1899. **CPDOC. FGV**. Disponível em cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/.../CARVALHAL,%20Joaquim%20Galeão.pdf. Acesso em 10 jun. 2015.

GALEÃO CARVALHAL. **Jornal do Comércio-RJ**, 1899. hemerotecadigital. Disponível em http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca_digital/jornaldocomercio/. Acesso em 10 jan. 2015.

GAZETA DE NOTÍCIAS-RJ, p.1.ed. 346/1899,12 de dezembro. Disponível em hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-noticias/103730. Acesso em 14 jun. 2015.

GAZETA DE NOTÍCIAS-RJ, p. 2. ed. 188/1903, 7 de Julho. Disponível em hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-noticias/103730. Acesso em 16 jun. 2015.

GAZETA DE NOTÍCIAS-RJ, p. 1. Ed. 206/1903, 25 de Julho. Disponível em hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-noticias/103730. Acesso em 14 jun. 2015.

GAZETA DE NOTÍCIAS-RJ, p. 2. ed. 9/1904,9 de Janeiro. Disponível em hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-noticias/103730. Acesso em 14 jun. 2015.

GAZETA DE NOTÍCIAS-RJ, p. 3. ed. 263/1904,8 de Setembro. Disponível em hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-noticias/103730. Acesso em 15 jun. 2015.

GAZETA DE NOTÍCIAS-RJ. Redator. p. 1 ed. 7, p.196/ 1904, 21 de junho. Disponível em hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-noticias/103730. Acesso em 14 jun. 2015.

GAZETA DE NOTÍCIAS-RJ, p. 3. ed. 256/1905,15 de Setembro. Disponível em hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-noticias/103730. Acesso em 14 jun. 2015.

GAZETA DE NOTÍCIAS-RJ, p. 1. ed 341/1905,7 de Dezembro. Disponível em hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-noticias/103730. Acesso em 15 jun. 2015.

GEORGE, Alexander L.; BENNETT, Andrew. **Case Studies and Theory Development in the Social Sciences**. Cambridge-MA: MIT Press. 2005.

GIL VIDAL, 1906. **CPDOC. FGV**. Disponível em cpdoc.fgv.br/sites/default/files/.../VELOSO%20FILHO,%20Pedro%20Leão.pdf. Acesso em 10 jun. 2015.

GIL VIDAL. **CORREIO DA MANHÃ-RJ**, 1901. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/correiodamanha>. Acesso em 05 nov. 2015.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Ângela Castro. "A República não oligárquica e o liberalismo dos empresários", p. 7-16. In: SILVA, Sergio e ZMRECZÁNY, (Orgs). **História Econômica da Primeira República**. São Paulo: Hucitec, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo, Vértice, 1988.

GOZETTO, Andreia Oliveira. **Lobby e representação de interesses: lobistas e seus impactos sobre a representação de interesses no Brasil**. Tese de Doutorado apresentada ao Depto de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Fevereiro, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **A Concepção Dialética da História**. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As Três versões do neoinstitucionalismo, p.193-223. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 58, São Paulo, 2003. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452003000100010>. Acesso em 10 jan. 2016.

HOLLOWAY, Thomas. **Vida e morte do Convênio de Taubaté**. A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HERRLEIN JR. Ronaldo; DIAS, Adriana. Trabalho e Indústria na Primeira República: a Experiência do Rio Grande do Sul. In: SILVA, Sergio S. SMRECSÁNYI, Tamás. **História Econômica da Primeira República**. São Paulo: USP; Imprensa Oficial, 2002.p.395-413.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Modos da Representação Política**. O experimento da Primeira República Brasileira. B.H.: Editora UFMG, 2009.

HOLANDA, Sérgio B. **História Geral da Civilização Brasileira**. II. O Brasil Monárquico. v. 4, Declínio e Queda do Império. 4 ed. São Paulo: Difel, 1985.

IBGE, 1960. Apêndice do Anuário Estatístico do Brasil 1960. Rio de Janeiro: **IBGE**, v.21,1960. p.165.

IGLÉSIAS, Francisco (Org.). **Ideias políticas de Pandiá Calógeras**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1987.

IGLÉSIAS, Francisco. Prefácio à 3. ed. p. 11-31. In: TORRES, Alberto. **A organização nacional**: primeira parte: a Constituição. 4. ed. (Temas brasileiros, 39). São Paulo: Nacional; Brasília: UnB, 1982.

JOÃO LUIS ALVES, 1904. **CPDOC.FGV**. Disponível em cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira.../ALVES,%20João%20Luís.pdf. Acesso em 10 jun. 2015.

JOÃO LUIS ALVES, 1904. **Anais Câmara dos Deputados**. Disponível em <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD27MAI1904.pdf#page=>. Acesso em 25 de jul.2015.

JOAQUIM MURTINHO,1898. **Relatório Ministerial**. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1755/000010.html>. Acesso 10 fev. 2015.

KUGELMAS, Eduardo. **Difícil Hegemonia**: um estudo sobre São Paulo na Primeira República (Tese de Doutorado) São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

LAURO MÜLLER, 1900.**CPDOC. FGV**. Disponível em cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MÜLLER,%20Lauro.pdf. Acesso em 10 jun. 2015.

LAURO MÜLLER, 1900. **Anais do Senado Federal**. Disponível em : http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1900/1900%20Livro%203.pdf. Acesso em 15 set. 2015.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

LEME, M. S. **A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945)**. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e Interesses na industrialização brasileira**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LEOPOLDO DE BULHÕES,1902. **Anais da Câmara dos Deputados**. Disponível em www2.camara.leg.br/.../decreto-4722-29-dezembro-1902-521200publicacaooriginal... Acesso em 12 jun. 2015.

LEOPOLDO DE BULHÕES, 1903. **Relatório Ministerial**. Disponível em https://archive.org/stream/rmfazenda1902/rmfazenda1902_djvu.txt. Acesso em 10 jun. 2015.

LESSA, Renato. **A Invenção Republicana**. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

LEVINE, Robert. **A Velha Usina**: Pernambuco na Federação Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LIMONGI, Fernando Papaterra. O Federalista: remédios republicanos para males republicanos, p. 242-255. In: WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da política**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2010.

LOBO, Eulália. **História do Rio de Janeiro**: do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. 2v.

LOVE, Joseph. **A locomotiva**: São Paulo na federação brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LUZ, Nícia Villela. **A Luta pela Industrialização do Brasil**. São Paulo: Alfa-ômega, 1978.

LYNCH, Christin Edward. O Discurso Político Monarquiano e o Conceito de Poder Moderador no Brasil (1822-1824). **Revista Dados**, v. 48, n. 3, Rio De Janeiro, 2005 2005.

MANCUSO, Wagner P. **O Lobby da indústria no congresso nacional**: empresariado e política no Brasil contemporâneo. São Paulo: Humanitas/Edusp. 2007.

MARSON, Izabel, A. O Império da Revolução. Matrizes Interpretativas dos Conflitos da Sociedade Monárquica, p.73-101. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). **Historiografia brasileira em Perspectiva**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MARTINS FILHO. Amilcar Vianna. **Clientelismo e Representação em Minas Gerais durante a Primeira República**: Uma crítica a Paul Cammack. In: DADOS - Revista de Ciências Sociais, 1984.

MARTINS, Luciano. **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Saga, 1978.

MATOS, Henrique Cristiano José. **História mínima da Igreja no Brasil**. Belo Horizonte: O Lutador, 2002.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MELO, Hildete P. "O Café e a Economia Fluminense: 1889/1920", p.215-234. In: SILVA, Sergio S. SMRECSÁNYI, Tamás. **História Econômica da Primeira República**. São Paulo: USP: Imprensa Oficial, 2002.

MEMÓRIAS ESTATÍSTICAS DO BRASIL, Estatística da importação direta do estrangeiro, 1898 a 1906. **IBGE**, 1960.

MENDONÇA, Sônia Regina. **A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do estado do Rio de Janeiro**, Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense (UFF) Niterói, 1977.

MENDONÇA, S. A Apropriação Territorial na Primeira República. In: SILVA, Sergio S. SMRECSÁNYI, Tamás. **História Econômica da Primeira República**. Ed. USP; Imprensa Oficial, 2002. p. 157-171.

MENDONÇA, Sônia Regina. Economia e Política na Historiografia Brasileira, p. 23-39, **Revista Antropolítica**. UFF. Niterói, n. 7, 2. sem. 1999.

MENDONÇA, Sônia R. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MENSAGENS PRESIDENCIAIS (1890-1930). Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1278/>. Acesso em 11 nov. 2014.

MUNAKATA, Kazumi. **Legislação Trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

NASCIMENTO, Afonso. A Política entre a Ciência Política e a História Política no Brasil: uma análise comparada dos dois campos científicos, p. 15-32. **Revista da Fapese**, v. 4, n. 1, jan./jun. 2008.

NEQUETE, Lenine. **O Poder Judiciário no Brasil a partir da Independência**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2000.

NEUHAUS, Paulo. **História Monetária do Brasil. 1900 - 45**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1975.

NEVES Margarida de Souza; HEIZER, Alda. **A Ordem é o Progresso**. O Brasil de 1870 a 1910. São Paulo: Atual, 1991.

NORTH, Douglass. **Structure and Change in Economic History**. New York, 1990.

OLIVEIRA, M^a Teresa R. Indústria Têxtil Mineira do século XIX, p. 235-260. In: SILVA, Sergio S. SMRECSÁNYI, Tamás. **História Econômica da Primeira República**. São Paulo: USP, Imprensa Oficial, 2002.

O PAÍZ- RJ.1904 hemerotecadigital. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_03&pasta=ano%201900&pesq=sociedade%20auxiliadora%20da%20ind%C3%BAstria%20nacional. Acesso em 15 fev.2016.

OLIVEIRA, Elizabete Rodrigues Oliveira. **A Intervenção do Estado na Economia Cafeeira na Primeira República**: as relações entre o setor público e o setor privado. Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, 1995.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

PELÁEZ, C.M. **A balança comercial, a grande depressão e a industrialização brasileira.** Revista Brasileira de Economia. 2(1), 1968. p. 15-47.

PENNA, Lincoln de Abreu. **O Progresso da Ordem: o Florianismo e a Construção da República.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 1997.

PENNA, Lincoln de Abreu. **República Brasileira.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PENNA, Affonso Augusto Moreira. **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional.** Rio de Janeiro, 1907. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1296/000060.html>. Acesso em 29 jul. 2014.

PEREIRA, Vantuil Pereira. **Ao Soberano Congresso:** petições, requerimentos, representações e queixas à Câmara dos Deputados e ao Senado – os direitos do cidadão na formação do Estado Imperial Brasileiro (1822-1831). Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2008.

PERISSINOTTO, Renato M. **Estado e capital cafeeiro:** burocracia e interesse de classe na condução da política econômica (1889-1930). Tese de Doutorado, IFCH-UNICAMP, Campinas, 1997.

PERISSINOTTO, Renato M. **Estado e capital cafeeiro em São Paulo, 1889-1930.** São Paulo: Annablume, 1994.

PINTO, Surama Conde Sá. **A correspondência de Nilo Peçanha e a Dinâmica Política na Primeira República.** Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. (Série Monografias premiadas, 1998).

PINTO, Surama Conde Sá. **Só para iniciados... o jogo político na antiga capital federal.** Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. "O Coronelismo numa interpretação sociológica", p. 155-190. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**, tomo III, v. 1. São Paulo: Difel, 1975.

REIS, Elisa P. Poder Privado e Construção de Estado sob a Primeira República, p. 43-79. In: Renato Raul Boschi (Org.). **Corporativismo e desigualdade:** a construção do Espaço Público no Brasil. Rio de Janeiro; Rio Fundo, IUPERJ, 1991.

REIS, Elisa P. Interesses agroexportadores e construção do estado: Brasil de 1890 a 1930, p. 169-190. In: SORJ, B.; CARDOSO, F. H.; FONT, M. (Orgs.). **Economia e movimentos sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008.

RELATÓRIOS MINISTERIAIS. (1889-1930) Disponível em <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial>. Acesso em 12 jun.2015.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. Quem ganhou as eleições?: a validação dos resultados antes da criação da justiça eleitoral, p.91-105. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 45), mar. 2013.

RIVADAVIA CORRÊA, 1901. **CPDOC.FGV**. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CORREIA,%20Rivad%C3%A1via.pdf>. Acesso em 05 fev.2016.

RIVADAVIA CORRÊA, 1901. **Anais da Câmara dos Deputados**. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/busca/?wicket:interface=:0:9>. Acesso em 13 jun. 2015.

RODRIGUES ALVES, **Manifesto Inaugural de Francisco de Paula Rodrigues Alves**: presidente eleito para o quatrienio de 1902 a 1906. Rio de Janeiro, 1902. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1291/000008.html>. Acesso em 02 fev. 2014.

RODRIGUES ALVES, 1903. Palavra de Presidente **Os discursos presidenciais de posse, de Deodoro a Lula**. Disponível em http://joaoboscobezerrabonfim.com.br/wp-content/uploads/2013/04/palavra_de_presidente-texto.pdf. Acesso em 24 jun. 2014.

RODRIGUES ALVES, 1905. **Mensagem Presidencial**. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1295/000015.html>. Acesso em 08 jun. 2014.

RODRIGUES ALVES, 1905. **Mensagem Presidencial**. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1294/>. Acesso em 10 jun. 2014.

RODRIGUES ALVES, 1906. **Mensagem Presidencial**. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1295/000015.html>. Acesso em 20 out. 2015.

ROMERO, Silvio. **Provocações e debates**: contribuição para o estudo do Brasil social. Porto: Livraria Chardron, 1910.

RUI BARBOSA, 1890. **Relatório Ministerial**. Disponível em www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/fazenda. Acesso em 10 jun. 2014.

SAES, Flávio A. M. de. Estado e sociedade na Primeira República: a questão monetária e cambial durante a crise cafeeira (1895-1906). **Revista Brasileira de História**, v. 01, nº 02, 1981.

SAES, Flávio A. M. de. **A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira**. São Paulo: Hucitec, 1985.

SAES, Flávio A. M. de. A Controvérsia sobre a industrialização na Primeira República, p. 20-39. **Estudos Avançados**, v. 3, n. 7. São Paulo, set-dez, 1989.

SANTOS, Manoel L. **O Parlamento sob influência**: o lobby da indústria na Câmara dos Deputados. (Tese de Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SANTOS, Manoel L. **Representação de Interesses na Arena Legislativa: Os grupos de pressão na Câmara dos Deputados (1983-2012)**. IPEA. Rio de Janeiro,

junho de 2014. <https://www.google.com.br/#q=santos+manoel+comiss%C3%B5es>
Acesso em 20 jan. 2016.

SANTOS, Fabiano; HOCHMAN, Gilberto. Executive-Legislative Relations in an Oligarchic Presidential System: Brazil (1889-1930). **Meeting of the Latin American Studies Association**, Hyatt Regency, Miami, March 16-18, 2000.

SCHMITTER, P. **Interest conflict and political change in Brazil**. Stanford: Stanford University Press, 1971.

SCHWARTZMAN, Simon. **São Paulo e o Estado nacional**. São Paulo: Difel, 1975.

SENADO FEDERAL, **Regimento Interno**, 1904. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/174420/000006292.pdf?sequenc e=1>. Acesso em 20 jun. 2015.

SERZEDELO CORREIA, 1899. **CPDOC.FGV**. Disponível em cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira.../CORREIA,%20Serzedelo.pdf
Acesso em 10 jun. 2015.

SERZEDELO CORREIA, 1899. **Anais da Câmara dos Deputados**. Disponível em <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD05OUT1899.pdf#page=>. Acesso em 20 jan.2015.

SILVA, Ligia Maria O. "A Apropriação Territorial na Primeira República", p. 157-169. In: SILVA, Sergio S. SMRECSÁNYI, Tamás. **História Econômica da Primeira República**. São Paulo: USP; Imprensa Oficial, 2002.

SILVA, Sérgio. **Expansão do Café e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

SIMONSEN, R. **A indústria em face da economia nacional**. São Paulo: Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, 1937.

SUZIGAN, W.; SZMRECSÁNYI. "Os Investimentos Estrangeiros no Início da Industrialização do Brasil", p. 261-283. In: SILVA, Sergio S. SMRECSÁNYI, Tamás. **História Econômica da Primeira República**. São Paulo: USP; Imprensa Oficial, 2002.

SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira: origens e desenvolvimento**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

TAUNAY, VISCONDE. **O Encilhamento**. Rio de Janeiro, 1893.

TOLEDO, Gastão Alves de. **Grupos de pressão no Brasil**. Brasília: Prnd, 1985.

TOPIK, Steven. **A presença do estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

TORELLI, Leandro Salman. **A defesa do café e a política cambial: os interesses da elite paulista na Primeira República (1898-1920)**. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: IE-Unicamp, 2004.

TORELLI, Leandro Salman. Os interesses da elite paulista na criação da Caixa de Conversão: os debates parlamentares (1898-1914). 23p. **Leituras de Economia Política**, Campinas, n. 12, dez. 2007.

TORRES, Alberto Martins de Seixas. **A organização nacional**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1914.

TRONCA, Ítalo. **Revolução de 1930: a dominação oculta**. Tudo é História, v. 42. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VERSIANI, Maria Teresa R. O. Café e câmbio no Brasil: 1890/1906. In: **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 15, n. 3, dez. 1985.

VIEIRA SOUTO. **Correio da Manhã**. 29 de Dezembro de 1901, p. 1. ed 198. Disponível em memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000038&m=740. Acesso em 10 jun. 2015.

VIEIRA SOUTO, 1901. **CPDOC. FGV**. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/JORNAL%20DO%20COM%C3%89RCIO.pdf>. Acesso em 10 fev.2015.

VILLELA, A. V.; SUZIGAN, W. **Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945**. 3. ed. Brasília: IPEA, 2001.

VISCARDI, Claudia M. R. Minas por dentro e para fora: a política interna mineira no contexto da Primeira República, p. 89-99. **Locus**, Revista de História, Juiz de Fora: EDUFJF, v. 5, n. 2, 1999.

VISCARDI, Claudia M. R. **O Teatro da Oligarquias: uma revisão da "Política do Café com Leite"**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

WASHINGTON LUIS, P. de Sousa. **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional**. 1927. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1319/000030.html>. Acesso em 10 mai. 2014.

WIRTH, John. **O fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

APÊNDICE A

ARENA EXECUTIVA (1898-1906)

Ano	Origem	Destino/ Setor/ Indústria	Abrangência Nacional/ Estadual	Presidência	Descrição	Política
1898*	Atos do Poder Executivo	Indústria	Nacional	Campos Sales	Arrecadação de impostos para a indústria.	Monetária
1899*	Atos do Poder Executivo	Indústria	Nacional	Campos Sales	Impostos de consumo	Monetária
1900	Atos do Poder Executivo	Indústria	Nacional	Campos Sales	Impostos de consumo	Monetária
1900	Atos do Poder Executivo	Indústria	Nacional	Campos Sales	Impostos	Monetária
1900	Atos do Poder Executivo	Indústria	Nacional	Campos Sales	Impostos	Monetária
1903*	Atos do Poder Executivo	Indústria	Estadual	Rodrigues Alves	Crédito/Subsídio à Indústria	Monetária
1904*	Atos do Poder Executivo	Indústria	Nacional	Rodrigues Alves	Impostos sobre indústrias e profissões	Monetária
1906*	Atos do Poder Executivo	Indústria	Nacional	Rodrigues Alves	Crédito ao Ministério da Indústria para Propaganda	Monetária
1906*	Atos do Poder Executivo	Indústria	Nacional	Rodrigues Alves	Adoção de tarifa de importação	Monetária/ Cambial
1906	Atos do Poder Executivo	Indústria	Nacional	Rodrigues Alves	Proteção à indústria e comércio nacionais	Cambial
1906	Atos do Poder Executivo	Indústria	Nacional	Rodrigues Alves	Impostos ao Setor Industrial	Monetária
Ano	Origem	Destino/ Setor/ Indústria	Abrangência Nacional/ Estadual	Presidência	Descrição	Política
1898*	Relatório Ministerial/ Indústria, Viação e Obras Públicas	Indústria	Nacional	Campos Sales	Marcas de fábrica e comércio	Monetária/ Cambial
1898	Relatório Ministerial/ Indústria, Viação e Obras Públicas	Indústria	Nacional	Campos Sales	Proteção à indústria	Cambial
1898	Relatório Ministerial/ Indústria, Agricultura e Comércio	Indústria	Nacional	Campos Sales	Protecionismo	Cambial
1899	Relatório Ministerial/ Indústria, Viação e Obras Públicas	Indústria	Nacional	Campos Sales	Incentivo à indústria	Monetária/ Cambial
1899	Relatório Ministerial/ Indústria, Viação e Obras Públicas	Indústria	Nacional	Campos Sales	Proteção à indústria da seda	Cambial

1899	Relatório Ministerial/ Indústria, Agricultura e Comércio	Indústria	Nacional	Campos Sales	Incentivo à indústria têxtil	Monetária/ Cambial
1899	Relatório Ministerial/ Indústria, Agricultura e Comércio.	Indústria	Nacional	Campos Sales	Defesa e incentivo à indústria nacional	Monetária/ Cambial
1900	Relatório Ministerial/ Indústria, Viação e Obras Públicas	Indústria	Nacional	Campos Sales	Fomento à Indústria Têxtil	Monetária/ Cambial
1900	Relatório Ministerial/ Indústria, Viação e Obras Públicas	Indústria	Nacional	Campos Sales	Proteção à Indústria	Cambial
1900	Relatório Ministerial/ Indústria, Viação e Obras Públicas	Indústria	Nacional	Campos Sales	Incentivo à Indústria	Monetária/ Cambial
1900	Relatório Ministerial/ Indústria, Agricultura e Comércio	Indústria	Nacional	Campos Sales	Incentivo à Indústria Têxtil	Monetária/ Cambial
1900	Relatório Ministerial/ Indústria, Agricultura e Comércio	Indústria	Nacional	Campos Sales	Protecionismo	Cambial
1901*	Relatório Ministerial/ Indústria, Viação e Obras Públicas	Indústria	Nacional	Campos Sales	Subsídios à Indústria da Seda	Monetária
1901	Relatório Ministerial /Agricultura	Indústria	Nacional	Campos Sales	Protecionismo	Cambial
1901	Relatório Ministerial/ Indústria, Viação e Obras Públicas.	Indústria	Nacional	Campos Sales	Empréstimo/ Crédito	Monetária
1901	Relatório Ministerial/ Indústria, Viação e Obras Públicas.	Indústria	Nacional	Campos Sales	Subsídios	Monetária
1902*	Relatório Ministerial/ Indústria, Viação e Obras Públicas	Indústria	Nacional	Rodrigues Alves	Subsídios à Indústria da Seda	Monetária
1903*	Relatório Ministerial/ Agricultura	Indústria	Nacional	Rodrigues Alves	Incentivo à produção industrial nacional	Monetária
1903*	Relatório Ministerial/ Agricultura	Indústria	Nacional	Rodrigues Alves	Subsídios à Indústria da Seda	Monetária
1903	Relatório Ministerial/ Fazenda.	Indústria	Nacional	Rodrigues Alves	Protecionismo	Cambial
1903	Relatório Ministerial/ Indústria Viação e Obras públicas	Indústria	Nacional	Rodrigues Alves	Redução de Tarifas	Monetária/ Cambial
1904*	Relatório Ministerial/ Agricultura	Indústria	Nacional	Rodrigues Alves	Crédito para a Indústria Serícola	Monetária
1904*	Relatório Ministerial/ Fazenda	Indústria	Nacional	Rodrigues Alves	Incentivo à produção industrial	Monetária

1904	Relatório Ministerial/ Fazenda	Indústria	Nacional	Rodrigues Alves	Protecionismo	Cambial
1904*	Relatório Ministerial/ Fazenda	Indústria	Nacional	Rodrigues Alves	Tarifa de importação	Cambial
1905*	Relatório Ministerial/ Agricultura	Indústria	Nacional	Rodrigues Alves	Marcas de fábrica e de comércio	Monetária
Ano	Origem	Destino/ Setor/ Café	Abrangência Nacional/ Estadual	Presidência	Descrição	Política
1901*	Atos do Poder Executivo	Café	Nacional	Campos Sales	Crédito para propaganda	Monetária
1901	Atos do Poder Executivo	Café	Nacional	Campos Sales	Redução de tarifas de transporte	Monetária
1902*	Atos do Poder Executivo	Café	Nacional	Campos Sales	Crédito para Sociedade Brasileira Exportadora do Café	Monetária/ Cambial
1902*	Atos do Poder Executivo	Café	Estadual	Campos Sales	Crédito para Sociedade Cooperativa União dos Lavradores de S. Paulo	Monetária
1902	Atos do Poder Executivo	Café	Nacional	Rodrigues Alves	Empréstimo/ Crédito	Monetária
1902	Atos do Poder Executivo	Café	Nacional	Rodrigues Alves	Redução de Tarifas	Monetária
1903*	Atos do Poder Executivo	Café	Estadual	Rodrigues Alves	Crédito/Subsídio à Agropecuária	Monetária
1905	Atos do Poder Executivo	Café	Nacional	Rodrigues Alves	Crédito	Monetária
Ano	Origem	Destino/ Setor/ Café	Abrangência Nacional/ Estadual	Presidência	Descrição	Política
1901*	Relatório Ministerial/ Agricultura	Café	Nacional	Rodrigues Alves	Crédito para a lavoura	Monetária
1901	Relatório Ministerial/ Agricultura	Café	Nacional	Campos Sales	Investimento na lavoura	Monetária
1902*	Relatório Ministerial/ Fazenda	Café	Nacional	Rodrigues Alves	Propaganda do café no exterior	Monetária/ Cambial
1903	Relatório Ministerial/ Fazenda	Café	Nacional	Rodrigues Alves	Protecionismo	Cambial
1903	Relatório Ministerial/ Fazenda	Café	Nacional	Rodrigues Alves	Protecionismo	Cambial
1903	Relatório Ministerial/ Agricultura	Café	Nacional	Rodrigues Alves	Protecionismo	Cambial
1904	Relatório Ministerial/ Fazenda	Café	Nacional	Rodrigues Alves	Ajuste Cambial	Cambial
1905*	Relatório Ministerial/ Fazenda	Café	Nacional	Rodrigues Alves	Valorização da moeda	Cambial
1906*	Relatório Ministerial/ Fazenda	Café	Nacional	Rodrigues Alves	Valorização do câmbio	Monetária
1906	Relatório Ministerial/ Fazenda	Café	Nacional	Rodrigues Alves	Ajuste Cambial	Cambial

Ano	Origem	Destino/ Setor/ Café/ Indústria	Abrangência Nacional/ Estadual	Presidência	Descrição	Política
1899	Atos dos Poder Executivo	Café/ Indústria	Nacional	Campos Sales	Redução de tarifas de transporte para produtos nacionais	Monetária
1902	Relatório Ministerial/ Fazenda	Café/ Indústria	Nacional	Rodrigues Alves	Redução de tarifas	Monetária/ Cambial
1902	Relatório Ministerial/ Fazenda	Café/ Indústria	Nacional	Rodrigues Alves	Subsídios	Monetária
1902	Relatório Ministerial/ Fazenda	Café/ Indústria	Nacional	Rodrigues Alves	Subsídios	Monetária
1905	Atos do Poder Executivo	Café/ Indústria	Nacional	Rodrigues Alves	Tarifas sobre transporte de mercadoria/ Ferrovias	Monetária
1906	Atos do Poder Executivo	Café/ Indústria	Nacional	Rodrigues Alves	Crédito	Monetária
ARENA LEGISLATIVA (1898-1906)						
Ano	Origem	Destino/ Setor/ Indústria	Abrangência Nacional/ Estado	Presidente/ Parlamentar	Descrição	Política
1898	Atos do Poder Legislativo	Indústria	Nacional	Campos Sales	Imposto de Consumo	Monetária
1899*	Atos do Poder Legislativo	Indústria	Nacional	Campos Sales	Isonção de impostos de consumo	Monetária
1899	Atos do Poder Legislativo	Indústria	Nacional	Campos Sales	Imposto de Consumo	Monetária
1900*	Atos do Poder Legislativo	Indústria	Nacional	Campos Sales	Crédito para estrada de ferro	Monetária
1901*	Atos do Poder Legislativo	Indústria	Nacional	Campos Sales	Indenização à companhia ferroviária	Monetária
1902	Atos do Poder Legislativo	Indústria	Nacional	Rodrigues Alves	Isonção de impostos	Monetária
1903*	Atos do Poder Legislativo	Indústria	Nacional	Rodrigues Alves	Isonção de impostos	Monetária
1903	Atos do Poder Legislativo	Indústria	Nacional	Rodrigues Alves	Crédito para estrada de ferro	Monetária
1903	Atos do Poder Legislativo	Indústria	Nacional	Rodrigues Alves	Crédito	Monetária
1903*	Atos do Poder Legislativo	Indústria	Nacional	Rodrigues Alves	Crédito	Monetária
1904*	Atos do Poder Legislativo	Indústria	Nacional	Rodrigues Alves	Isonção de impostos	Monetária
1905*	Atos do Poder Legislativo	Indústria	Nacional	Rodrigues Alves	Crédito	Monetária
1906*	Atos do Poder Legislativo	Indústria	Nacional	Rodrigues Alves	Crédito	Monetária
Ano	Origem	Destino/ Setor/ Indústria	Abrangência Nacional/ Estadual	Parlamentar	Descrição	Política
1898 S.138. L4. P.72*	Anais do Senado	Indústria	Anais do Senado	(Não consta)	Fomento/ crédito às indústrias	Monetária

1898. S.132. L.3. P.445*	Anais do Senado	Indústria	Nacional	Sn. Moraes Barros	Ajuste Cambial	Cambial
1898. S.157. L.3. P.714	Anais do Senado	Indústria	Nacional	Autorização Poder Executivo	Empréstimo/ Crédito	Monetária
1899 S.129. L.3.P.408	Anais do Senado	Indústria	Nacional	Sn. Leopoldo de Bulhões	Isenção de Impostos	Monetária
1900.* P.484 S. 133. L.3	Anais do Senado	Indústria	Nacional	Sn. Lauro Muller	Protecionismo à Indústria	Cambial
1901 S.9. P.51. L.1	Anais do Senado	Indústria	Nacional	Sn. Álvaro Machado	Investimento Ferrovias	Monetária
1901 S.37. P.432. L.1	Anais do Senado	Indústria	Nacional	(Não consta)	Tarifas Alfandegárias	Cambial
1902. L2	Anais do Senado	Indústria	Nacional	Sn. Manoel Murinho	Impostos/ Exportação/ Importação/	Monetária
1904 S.89. P.242. L.3	Anais do Senado	Indústria	Nacional	Sn. Thomáz Delfino	Redução de tarifas	Monetária/ Cambial
1906 S.138. P.289. L.4	Anais do Senado	Indústria	Nacional	Sn. Muniz Freire	Ajuste Cambial	Cambial
Ano	Origem	Destino/ Setor/ Indústria	Abrangência Nacional/ Estadual	Parlamentar	Descrição	Política
1898. 28 de Julho. P.506.	Câmara dos Deputados	Indústria	Nacional	Coelho Cintra	Redução de Tarifas	Monetária/ Cambial
1901 P.244	Câmara dos Deputados	Indústria	Nacional	Rodolpho Paixão	Impostos	Monetária
1904. 05 de Julho. P.49*	Câmara dos Deputados	Indústria	Nacional	Azevedo Marques	Ajuste Cambial	Cambial
1904. 01 de Dez.P.9	Câmara dos Deputados	Indústria	Nacional	(Não consta)	Protecionismo	Cambial
1905. S.27 de abril a 03 de maio Pág118	Câmara dos Deputados	Indústria	Nacional	Álvaro de Carvalho	Isenção de Impostos	Monetária
1905. 29 de Maio. P.118*	Câmara dos Deputados	Indústria	Nacional	Álvaro de Carvalho	Protecionismo	Cambial
Ano	Origem	Destino/ Setor/ Café	Abrangência Nacional/ Estadual	Parlamentar	Descrição	Política
1898 S.108. P.258. L.3	Anais do Senado	Café	Nacional	(Não consta)	Abertura de Crédito	Monetária
1899* S. 157° L.3 P.714	Anais do Senado	Café	Nacional	(Não consta)	Crédito para propaganda do café no exterior	Monetária/ Cambial
1900 S.111. P.242. L.3	Anais do Senado	Café	Nacional	Poder Executivo	Ajuste Cambial	Cambial
1900 S.133. P.484. L.3	Anais do Senado	Café	Nacional	Sn. Lauro Muller	Ajuste Cambial	Cambial
1900* L.3. P.244	Anais do Senado	Café	Nacional	(Não consta)	Redução de Tarifas de ferrovias	Monetária
1902 S.138. P.345.L.3*	Anais do Senado	Café	Nacional	Sn. Gonçalves Chaves	Protecionismo/ Tarifa	Monetária/ Cambial
1902 S.141. L.3. P.434	Anais do Senado	Café	Nacional	Aditivos Referentes à Tarifa	Redução de Tarifas	Monetária/ Cambial
1902 S.146. P.561.L.3*	Anais do Senado	Café	Nacional	Sn. Gomes de Castro	Redução de Tarifas	Monetária/ Cambial
1902* L.3. P.434	Anais do Senado	Café	Nacional	(Não consta)	Redução de Tarifas	Monetária/ Cambial
1903 S. 132 L.3 P.363*	Anais do Senado	Café	Nacional	(Não consta)	Auxilio à lavoura	Monetária

1903.S.13. P.156. L.3	Anais do Senado	Café	Nacional	Sn. Alfredo Elis	Redução de Tarifas	Monetária/ Cambial
1904 S. 176 L3/642*	Anais do Senado	Café	Nacional	Sr. Moniz Freire	Crédito	Monetária
1905. L4. P.565*	Anais do Senado	Café	Nacional	Sn. Barata Ribeiro	Auxílio aos lavradores	Monetária
1905 S.179. P.473. L.4	Anais do Senado	Café	Nacional	Sn. Alfredo Ellis	Abertura de Crédito para exportação	Monetária/ Cambial
1906 P.217. L4*	Anais do Senado	Café	Nacional	Sn. Muniz Freire	Valorização do papel moeda	Monetária/ Cambial
1906 L4. P.232.*	Anais do Senado	Café	Nacional	(Não consta)	Ajuste cambial	Cambial
1906 L4. P.50.	Anais do Senado	Café	Nacional	(Não consta)	Diminuição da emissão de papel moeda	Monetária
1906 S.65 P.365. L.2	Anais do Senado	Café	Anais do Senado	Sn. Alfredo Ellis	Imposto de Importação	Monetária/ Cambial
1906. P.55. L.1	Anais do Senado	Café	Anais do Senado	Sn. Nillo Peçanha	Valorização do Café	Monetária/ Cambial
Ano	Origem	Destino/ Setor/ Café	Abrangência Nacional/ Estadual	Parlamentar	Descrição	Política
1898,5 de Julho. P.140. V.1	Câmara dos Deputados	Café	Nacional	Amphilophio	Ajuste Cambial	Cambial
1898 22 de Julho. P.408. V.1*	Câmara dos Deputados	Café	Nacional	Barros Franco Junior	Incentivo à lavoura	Cambial
1901 S.de 1 a 30 de junho Pág.173 a 176*	Câmara dos Deputados	Café	Nacional	Cornélio da Fonseca	Auxílio à lavoura	Monetária
1903 01 de Set.. P.3	Câmara dos Deputados	Café	Nacional	(Não Consta)	Empréstimo/ Crédito	Monetária
1906 10 de Agosto P.93*	Câmara dos Deputados	Café	Nacional	Francisco Bernardino	Auxílio à Lavoura	Monetária
1906 18 de Agosto. P. 433-444*	Câmara dos Deputados	Café	Nacional	Francisco Bernardino	Ajuste Cambial	Cambial
Ano	Origem	Destino/ Setor/ Café/ Indústria	Abrangência Nacional/ Estadual	Parlamentar	Descrição	Política
1900 18 de Out. P.516 e 517*	Câmara dos Deputados	Café/ Indústria	Nacional	Elias Fausto	Ajuste Cambial	Cambial
1901 S.41. P.479. L.1	Anais do Senado	Café/ Indústria	Nacional	Sn. Francisco de Assis Rosa e Lauro Muller	Tarifas Alfandegárias	Cambial
1901 P.173 a 176	Câmara dos Deputados	Café/ Indústria	Nacional	Cornélio da Fonseca	Empréstimo/ Crédito	Monetária
1901 P.195	Câmara dos Deputados	Café/ Indústria	Nacional	Affonso Costa	Impostos	Monetária
1901 P.77,78	Câmara dos Deputados	Café/ Indústria	Nacional	Eugenio Tourinho	Redução de Tarifas	Monetária/ Cambial
1901 P.113*	Câmara dos Deputados	Café/ Indústria	Nacional	Affonso Costa	Empréstimo/ Crédito	Monetária
1906 S.91 P.241. L.3	Anais do Senado	Café/ Indústria	Anais do Senado	Sn. Alfredo Ellis	Taxa Cambial e Impostos do Café	Monetária/ Cambial

APÊNDICE B (1898-1906)

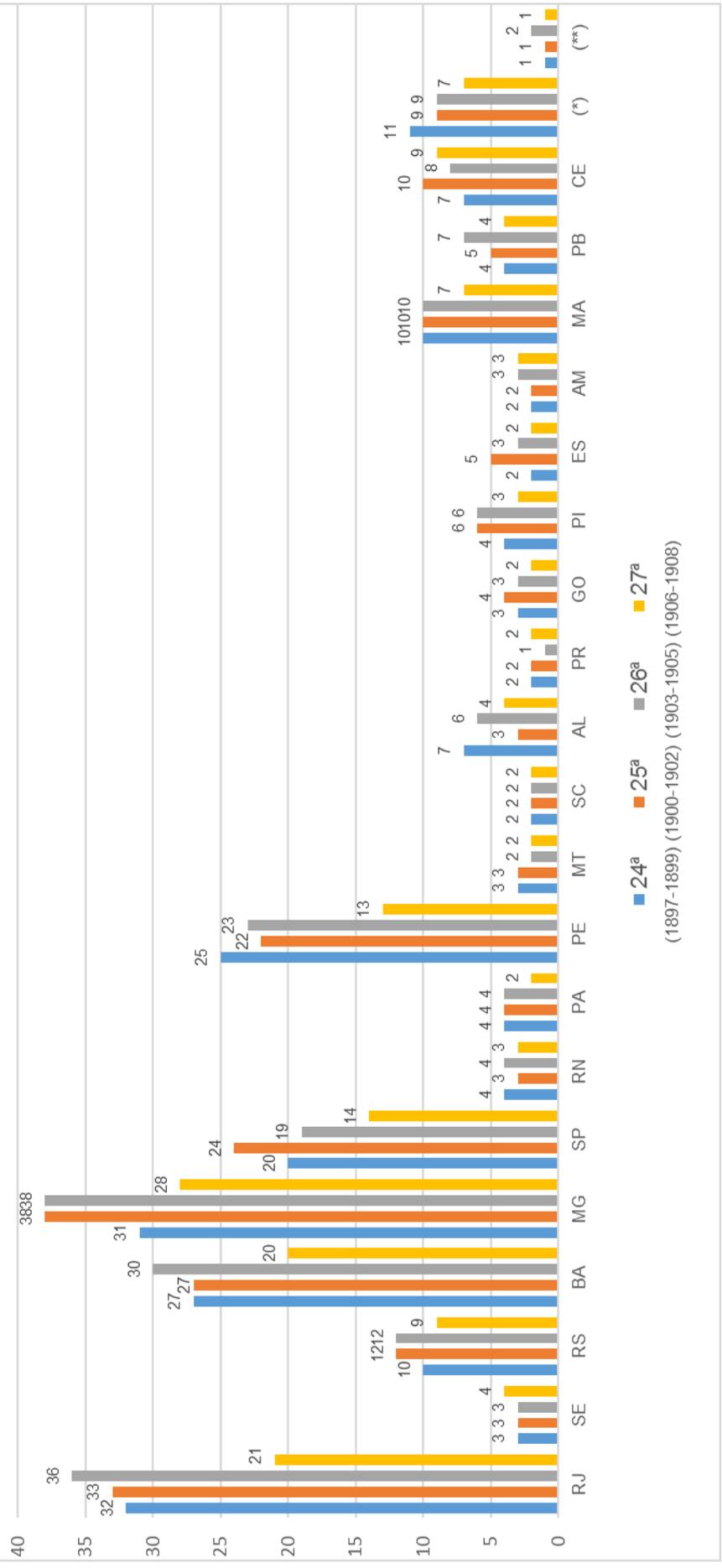
ANO	Nome do Jornal	Sector /Café	Conteúdo/Síntese
13 de Fevereiro de 1898	Gazeta de Notícias (RJ)	Café	A verdade reproduzida quase todos os dias é a tendência da subida de preço ser anulada pelo aumento das entradas. Concordamos com a opinião da família Prado, quando pediu propaganda e novos mercados para o café, ouvimos muitos protestos e asseverações até de pessoas competentes e do negócio, garantido ser provisório o grande aumento das entradas diárias e condemnando em absoluto o excesso de produção , infelizmente o tempo decorrido tem demonstrado o nosso acerto e apesar da sensível baixa cambial, os preços não guardam a respectiva relação, servindo este notório exemplo contra os que pensam que o cambio determina o preço do café. P.1/Ed.144.
13 de Junho de 1898	Gazeta de Notícias (RJ)	Café	Pedimos ao Sr. governador do Estado do Rio a execução do decreto de 10 de dezembro de 1897, com referencia ao imposto de café que diz assim em o art 1°. Art.1° O presidente do Estado regulara como julgar mais conveniente, a exhibição dos despachos para a exportação do café de modo e effectuar-se a reversão do imposto aos lavradores, podendo reduzir do valor representativo das guias até 10% para o custeio desse serviço , entrando em acordo com os demais Estados interessados. P.2/Ed.164.
24 de Setembro de 1898	Gazeta de Notícias (RJ)	Café	A situação favoravel do producto em nada nos aproveitará, pois que não podemos oferecer resistência ou guardar o café para o 2° semestre. O facto do nosso café entrar nos portos de exportação no 1° semestre há de colocar-nos sempre na dependencia dos compradores. Para obviar a esse grande inconveniente o Sr. Lacerda lembra a adopção dos systema da Hollanda, isto é expor á venda em leilões mensais uma quantidade de café proporcional á sua producção anual. P.1/Ed.267.
29 de Abril de 1899	Gazeta de Notícias (RJ)	Café	A grande baixa do cambio que coincidiu com estas safras e a falta de credito á lavoura, que não tem meios de resistir a especulação de baixa , sendo obrigada a vender a qualquer preço para satisfazer os seus compromissos. P.1/Ed.119.
10 de Setembro de 1899	Gazeta de Notícias (RJ)	Café	Prosegue nesta ordem as considerações salientando a necessidade inadiável de reduzir a dívida publica e de providencias que atendam a baixa do cambio . Fez estudo demorado e detalhado da baixa do cambio e do preço do café, mostrando as medidas que sobre esta parte devem ser adoptadas e tratando das tarifas, fez sobre ellas muitas considerações. P.2/Ed.253.
06 de Janeiro de 1900	Gazeta de Notícias (RJ)	Café	Em officio dirigido á Sociedade Nacional de Agricultura, a estrada de ferro Rio das Flores comunicou autorizar o transporte grátis ao café oferecido pelos lavradores daquela zona ao Centro da Lavoura de Café do Brasil e destinado á propaganda no estrangeiro. P.1/Ed.6.
09 de Março de 1900	Gazeta de Notícias (RJ)	Café	A ruína da lavoura, arrastaria fatalmente a ruína da industria manufactureira. [...] as dificuldades diárias que esta vai arrastando em sua maioria apesar da baixa cambial e de toda protecção que lhe dá o nosso regimen aduaneiro. P.1/Ed.68.
10 de Junho de 1900	Gazeta de Notícias (RJ)	Café	A grande baixa do cambio que coincidiu com estas safras e a falta de credito á lavoura, que não tem meios de resistir a especulação de baixa , sendo obrigada a vender a qualquer preço para satisfazer os seus compromissos. P.1/Ed.119.
28 de Abril de 1902	Gazeta de Notícias (RJ)	Café	As associações commerciaes, industriaes e operarias continuam a mandar representações ao governo e ao parlamento contra a approvação do convênio: mas com um parlamento dócil e submisso como o nosso, o ministerio faz o que quer e cresce-lhe rápido. P.1/Ed.118.
15 de Agosto de 1902	Gazeta de Notícias (RJ)	Café	Consta que a comissão mixta do Congresso vai estudar a crise do café sendo favoravel a ideia da votação de uma verba para a propaganda no estrangeiro e a criação de impostos para novas plantações, também de cafés de inferior qualidade. P2/Ed.227.
13 de Setembro de 1902	Gazeta de Notícias (RJ)	Café	A politica economica do Brasil está clara como água. Não pensa em tratados, pensa em regimen pautal que é coisa muito mais sumária e mais liquida. A pauta ordinária marca o imposto ao genero importado, o adicional variável estabelece o equilibrio do intercambio. Esse adicional foi limitado em 25% e hoje está em 50% e crescerá á medida das necessidades. O ministro da fazenda foi autorizado pelo Congresso a fazer desse adicional o uso que for de justiça. Ora, o Brasil possui dois productos de grande preço, de grande consumo, de grande exportação – café e assucar de canna. P.1/Ed.256.

14 de Maio de 1903	Gazeta de Notícias (RJ)	Café	Foi hoje realizada uma sessão preparatória do Congresso Agrícola, Commercial e Industrial, estando presentes mais de cento e vinte congressistas, no edificio da camara, sob a presidencia do Sr. João Pinheiro, secretariado por José Joaquim Sá Fortes. Acorreram de vários pontos do Estado fazendeiros, industriaes e commerciantes, acompanhando os representantes com a norteação politica. P.1/Ed.132.
01 de Julho de 1903	Gazeta de Notícias (RJ)	Café	O Sr. ministro expõe em seguida as razões que o seu governo entendeu ter para effectuar essa denuncia. A primeira seria o augmento de direitos de exportação sobre o café, votado pelo Congresso do Estado de São Paulo, apesar da nota que o Sr. conde de St. Aulaire, então encarregado de negocios de França, dirigiu ao meu predecessor, e a segunda resultaria dos prejuizos ocasionados ao commercio frances por certas medidas tomadas pelo governo da União ou voltadas pelo Congresso Federal. P.1/Ed.182.
25 de Julho de 1903	Gazeta de Notícias (RJ)	Café	Esteve ontem em conferencia com vários membros da bancada paulista o Sr. Joaquim de Lacerda Franco, que tratou de plano seu para solver a crise do café. P.1/Ed.206.
23 de Agosto de 1903	Gazeta de Notícias (RJ)	Café	O projeto de banco agricola do Sr. Henrique Borges, foi na comissão de orçamento distribuído para o respectivo parecer ao Sr. David Campista. E quase certo que S. Ex. aguardará a chegada á comissão de outros projectos relativos á resolução da crise de café, dando o seu parecer englobadamente. P.1/Ed.240.
26 de Janeiro de 1904	Gazeta de Notícias (RJ)	Café	O motivo do aumengto dos impostos sobre todas as especies de materias tributaveis é atribuido á grande baixa dos preços das principais produções do país e que se torna difficil de suportar, como por exemplo, o café, producto que o Brasil fornece para grande parte do mundo. Redator. P.2/Ed.26.
14 de Junho de 1904	Gazeta de Notícias (RJ)	Café	Facto de maior relevância e que vai exercer grande influencia nos mercados de cambio e do café, passou-se também no correr da semana em São Paulo, que é a conferencia entre o presidente do grande Estado cafeeiro e os directores das quatro principais companhias paulistas de transportes. Redator. P.6/Ed.163.
27 de Agosto de 1904	Gazeta de Notícias (RJ)	Café	Uma importante conferencia se efetuou ontem no Tesouro Federal entre o ministro da fazenda e uma comissão representante do commercio de café e composta dos de vários personagens importantes do setor. Tal conferencia foi para a criação da Camara Sindical do Café, tido como de magníficos efeitos para o Café Brasileiro. O memoreal levado e lido pela comissão expõe as bases sobre que deve assentar essa Camara, e são: estabelecimento de armazéns gerais, emissão de warrants, formação dos tipos fixos de café, estatística completa da produção e exportação do café. Redator. P.1/Ed.240.
02 de Janeiro de 1905	Gazeta de Notícias (RJ)	Café	Se conclui que para o mercado manter os preços atuais basta que haja equivalência do consumo com a produção, por seguinte a alta ou baixa será determinada pelos aumentos ou diminuição de um ou de outro. Nestas condições convém ao Brasil, como o grande productor do café, desenvolver o negócio e ampliar o consumo pela propaganda, por acordo comercial com os países consumidores, prestar toda a sua attenção á lavoura e ai commercio de café, fornecendo-lhe os elementos precisos para a sua estabilidade e desenvolvimento como sejam. Redator. P.1/Ed.2.
20 de Abril de 1905	Gazeta de Notícias (RJ)	Café	Em Bello Horizonte o presidente do Estado ordenou a remessa de relatórios do secretário de finanças e listas semanais da exportação de café à Associação Commercial de Santos, para levantamento da estatística precisa da produção do café no Brasil. Redator.P.2/Ed.110.
27 de Dezembro de 1905	Gazeta de Notícias (RJ)	Café	Em termos vagos approvou o Congresso um projecto de lei orçamentaria autorizando os governos geral e estadual a entrarem em acordo para defenderem os interesses da lavoura, industria e commercio de café devido ainda a sua desorganização e inevitável desvalorização. P.4/Ed.360.
09 de Abril de 1906	Gazeta de Notícias (RJ)	Café	Dr. Serzedello Corrêa diz que o Convenio de Taubaté tem sido a maior defesa da produção nacional. P.1/Ed.99.
14 de Abril de 1906	Gazeta de Notícias (RJ)	Café	Convênio de Taubaté promete maior prosperidade que o cambio 27. P.3/Ed.104.

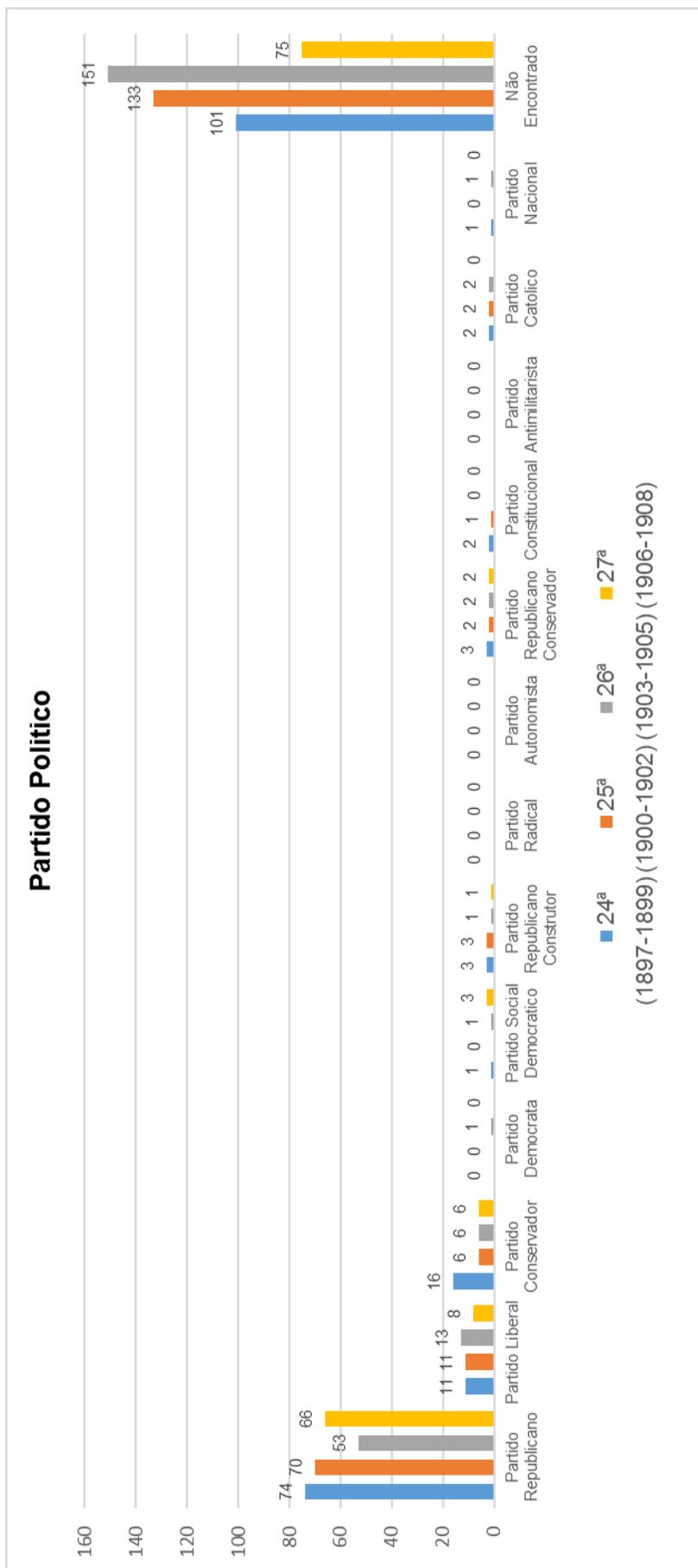
01 de Agosto de 1906	Gazeta de Notícias (RJ)	Café	A valorização do café no Congresso - Depois dos discursos com que na Camara foi defendida a valorização do café contra as impugnações que lhe foram levantadas, não me parece haver ficado duvida no espirito de quem quer que tenha acompanhado os debates sobre a perfeita viabilidade e justificação da intervenção official nos mercados do mundo cafeeiro. Augusto Barros..P.3/Ed.213.
16 de Dezembro de 1906	Gazeta de Notícias (RJ)	Café	Sr.Ex tornará parte numa nova conferência em Niterói, onde os 3 estados do Convenio de Taubaté devem chegar a um accordo quanto aos meios de se levar a diante o plano de valorização do café. P.1/Ed.341.
ANO	Nome do Jornal	Setor Indústria	Conteúdo/Síntese
02 de Agosto de 1898	Gazeta de Notícias (RJ)	Indústria	O exagero das taxas aduaneiras é condenável ante os princípios da justiça, com meio de protecção á industria nacional nas condições em que tem sido empregado entre nós, não menos justificável e ainda sob o ponto de vista da sciencia economica-como curso fiscal. P.4/Ed.204.
09 de Maio de 1899	Gazeta de Notícias (RJ)	Indústria	Nas industrias manufactureras a acção maléfica daquele agente tornou-se ainda mais sensível. A mania das grandezas engregada por aquellas emissões, determinou a criação de empresas industriaes de todas as especies imagináveis. Não tardou muito, infelizmente para que a realizade viesse apagar as ilusões.[...] Para deter desastres, foi-se procurar um recurso peor que o próprio mal, creou-se na tarifa aduaneira a taxa ultraproteccionista para manter industrias completamente artificiaes, elevando-se por essa forma o preço dos objetos com o sacrificio dos interesses de toda população em proveito de alguns industriaes. P.2/Ed.129.
24 de Maio de 1899	Gazeta de Notícias (RJ)	Indústria	A Camara dos Deputados aprovou hontem seguinte requerimento do Dr. Heredia de Sá. “Requeiro a nomeação de uma comissão especial de cinco membros para dar parecer com urgencia sobre a representação do commercio desta capital quanto a maneira de proceder a cobrança de impostos. Heredia-de Sá. Para essa comissão foram noemados os Srs. Nilo Peçanha, Ellias Fausto e Serzedello Correa e Lauro Muller que requeriu a palavra “ Requeiro que seja nomeada uma comissão composta de cinco membros da Camara dos Srs. Deputados para o fim especial de estudar com mais urgencia a modificação da tarifa aduaneira subordinada a uma melhor orientação economica.” P.2/Ed.144.
10 de Janeiro de 1902	Gazeta de Notícias (RJ)	Indústria	Industria Nacional – Peça a todos os srs. Industriaes, sócios da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, a favor de comparecerem á reunião convocada para hoje, á 1 hora da tarde, na secretaria á rua Primeiro de Março n.10,sobrado. Julio.B.Otoni. P.1/Ed.10.
01 de Dezembro de 1902	Gazeta de Notícias (RJ)	Indústria	As sociedades industriaes, agricolas, comerciais, e a imprensa do paiz tem manifestado com perfeita uniformidade a sua opinião favorável ao tratado commercial com o Brasil. P.1/Ed.335.
17 de Setembro de 1903	Gazeta de Notícias (RJ)	Indústria	Dr. Amaro Cavalcanti junto a demais cavalheiros foram assegurados a inconstitucionalidade do desportivo orçamentario que mandava cobrar impostos sobre os titulos das sociedades anônymas em seus Estados. P.2/Ed.247.
19 de Setembro de 1903	Gazeta de Notícias (RJ)	Indústria	Medida é julgada pelo Sr. Ministro da Fazenda e Sr. Presidente da Republica e por varios inclusive Dr. Joaquim Murinho, sobre a circulação excessiva de papel-moeda. P.1/Ed.249.
09 de Janeiro de 1904	Gazeta de Notícias (RJ)	Indústria	A redução da taxa de importação acarreta prejuizos à fabrica nacional que só com a tarifa elevada se poderia manter. A primeira consequência é o seu não comparecimento à exposição. P.2/Ed.9.
22 de Janeiro de 1904	Gazeta de Notícias (RJ)	Indústria	O progresso das industrias e o desenvolvimento attraem expansão commercial as nações negociantes. P.1/Ed.22.
24 de Abril de 1904	Gazeta de Notícias (RJ)	Indústria	Reunião da Sociedade Auxiliadora da Industria para falar sobre a industria nacional e a redução na produção nacional feita pelo governo e generos estrangeiros. P.1/Ed.115.
26 de Maio de 1904	Gazeta de Notícias (RJ)	Indústria	Projecto de Estatutos é creado em defesa da industria nacional e contra a industria estrangeira. P.4/Ed.174.
21 de Junho de 1904	O Paiz (RJ)	Indústria	A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional enviou ontem à Câmara dos Deputados em protesto fundamentado contra o acto do governo, favorecendo as farinhas norte-americanas com uma produção de 20%, mais tarifas aduaneiras. Redator. P.1/Ed.7196.

08 de Agosto de 1904	Gazeta de Notícias (RJ)	Indústria	A elevada taxa de 10% sobre as mercadorias exportadas constitui um imposto proibitivo de exportação deste distrito que fatalmente se refletirá de maneira prejudicial ao desenvolvimento da industria fabril e manufatureira. P.3/Ed.263.
14 de Junho de 1905	Gazeta de Notícias (RJ)	Indústria	Ministro da Industria despacha decreto assignado sobre o credito para a propaganda dos productos agricolas e mineraes no Brasil. P.1/Ed.165.
04 de Julho de 1905	Gazeta de Notícias (RJ)	Indústria	"E, pois, uma vitoria para a industria brasileira ter-se grandemente modificado a linguagem e o modo de pensar daqueles que há ainda muito pouco tempo, negavam em absoluto a existência da industria nacional." P 5/Ed.7574.
08 de Julho de 1905	O Paiz (RJ)	Indústria	É necessária uma modificação para evitar o abuso corrente devido a nova e errada interpretação da tarifa em virtude da qual tecidos que devem pagar certa quantias estão pagando a menos, com grave prejuízo das rendas aduaneiras e da industria nacional, que não poupou esforços nem sacrificios para conseguir apresentar no mercado tecidos iguaes, senão superiores aos do exterior. Redator. P.3/Ed.7578.
23 de Agosto de 1905	Gazeta de Notícias (RJ)	Indústria	Houve sessão na Camara dos Deputados sobre o projeto de Sr. João Luiz Alves de alterar disposições da tarifa de importação enquanto o cambio estiver acima, dando providências positivas para a industria nacional. P.1/Ed.253.
21 de Setembro de 1905	O Paiz (RJ)	Indústria	A comissão de finanças da Camara reuniu-se extraordinariamente para ouvir a directoria do Centro Industrial do Brasil, composta dos srs. Vieira Souto e Jorge Street, que fizeram ver a situação difícil da industria nacional em virtude da alta cambial e pediram um remedio urgente. Louvando o projecto João Luiz Alves que eleva a 50% a cobrança ouro dos direitos aduaneiros em quanto o cambio estiver alto, apenas para mercadorias que tiverem similares na indústria nacional. Redator. P.1/Ed.7653.
27 de Dezembro de 1905	Gazeta de Notícias (RJ)	Indústria	Em termos vagos approvou o Congresso um projecto de lei orçamentaria autorizando os governos geral e estadual a entrarem em accordo para defenderem os interesses da lavoura, industria e commercio de café devido ainda a sua desorganização e inevitavel desvalorização.P.4/Ed.360.
26 de Janeiro de 1906	Gazeta de Notícias (RJ)	Indústria	Congresso ouviu os clamores dos exportadores de madeiras nacionaes, taxando fortemente o pinho estrangeiro que estava prejudicando a industria de moveis nacional. P.3/Ed.26.
08 de Maio de 1906	Correio da Manhã (RJ)	Indústria	Reuniram-se alguns industriaes interessados nas medidas de protecção à industria nacional, resolvendo fundar um novo jornal nesta cidade que advogue a sua causa. Redator P.1/Ed.1751.
20 de Setembro de 1906	Correio da Manhã (RJ)	Indústria	Redator de jornal diz em sua coluna: "Essa história de protecção à industria nacional, com poucas excepções facilimas de apontar, só tem servido para à custa do povo e do Tesouro publico, enriquecer uma meia dúzia de capadócios e traficantes que tem padrinhos poderosos ou podem comprar jornais e deputados que os defendam." P.1/Ed.1896.

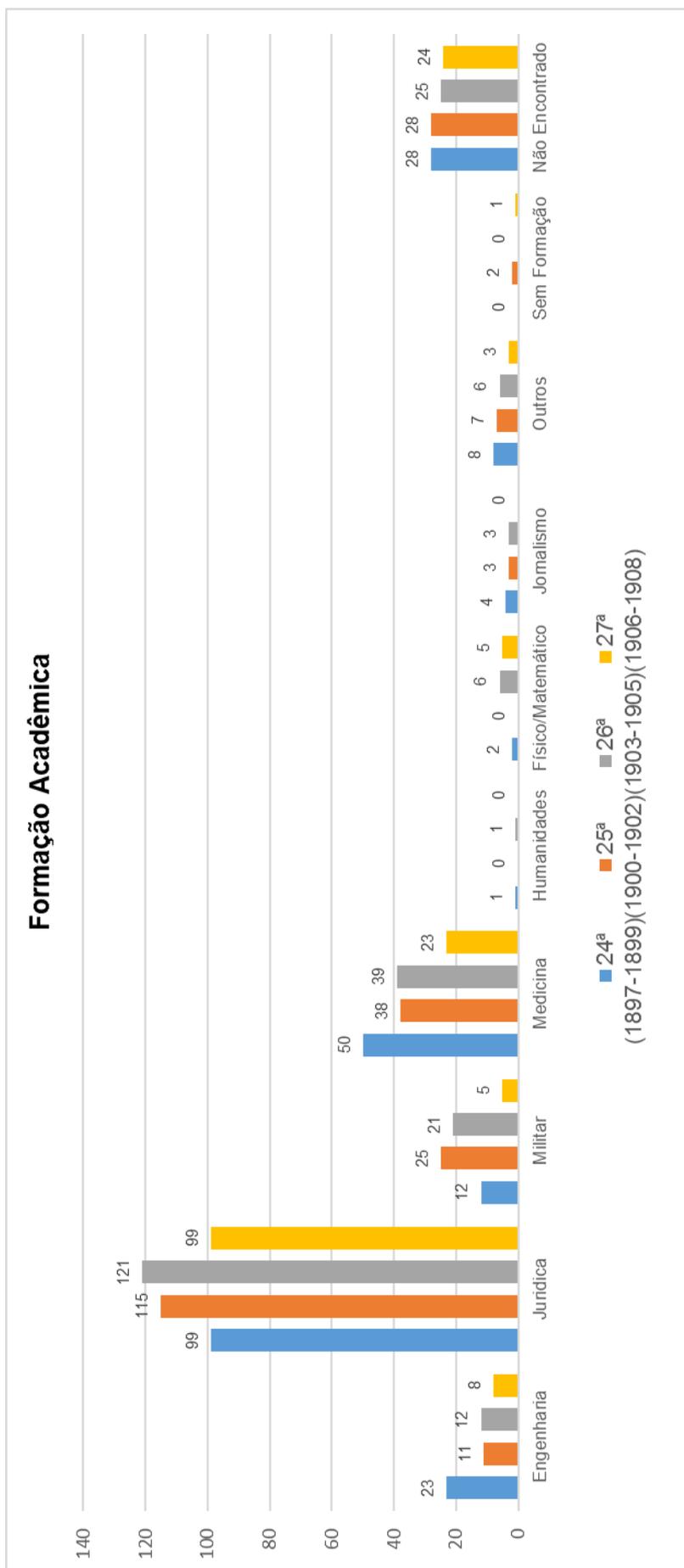
APÊNDICE C
BIOGRAFIAS DEPUTADOS FEDERAIS
Estado de Origem



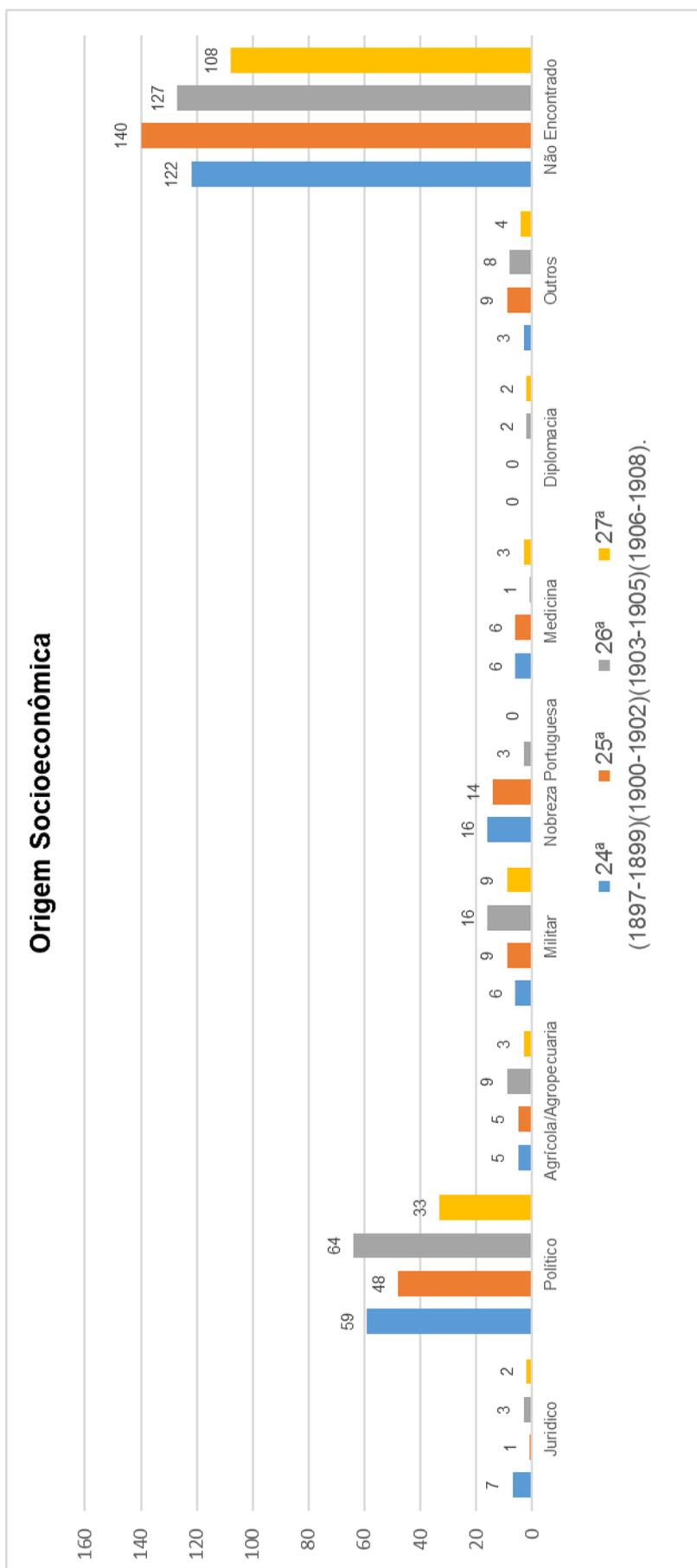
Elaboração Própria. Fonte: CPDOC/FGV/PRIMEIRA REPÚBLICA



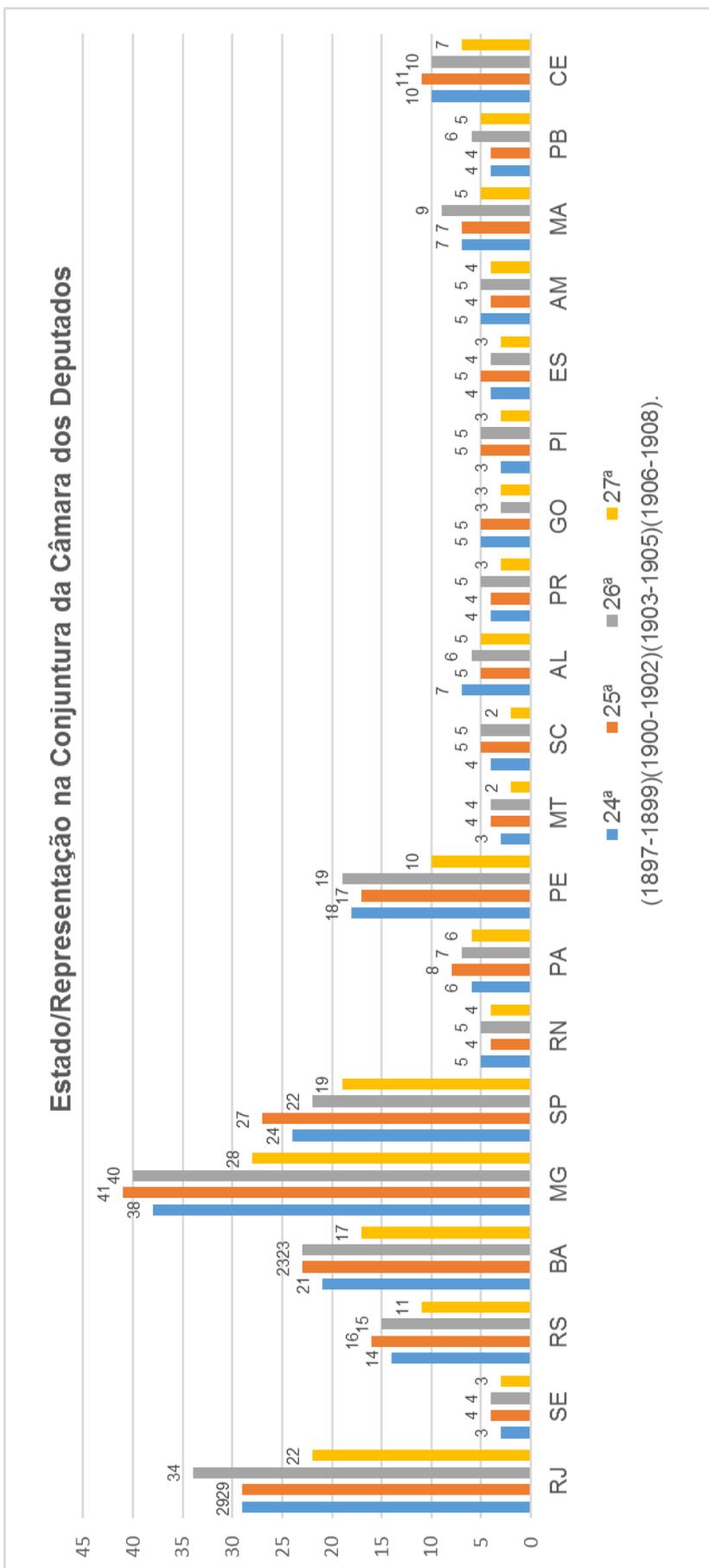
Elaboração Própria. Fonte: CPDOC/FGV/PRIMEIRA REPÚBLICA



Elaboração Própria. Fonte: CPDOC/FGV/PRIMEIRA REPÚBLICA



Elaboração Própria. Fonte: CPDOC/FGV/PRIMEIRA REPÚBLICA



Elaboração Própria. Fonte: CPDOC/FGV/ PRIMEIRA REPÚBLICA

ANEXO**ARENA EXECUTIVA
ATOS DO PODER EXECUTIVO****(Decreto nº 2.792, de 11 de Janeiro de 1898)***

Dá regulamento para a arrecadação do imposto de industrias e profissões.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização conferida ao Poder Executivo no n. 1 do art. 48 da Constituição da Republica, resolve que, para a arrecadação do imposto de industrias e profissões, se observe o regulamento que a este acompanha.

Capital Federal, 11 de janeiro de 1898, 10º da Republica. PRUDENTE J. DE MORAES BARROS. Bernardino de Campos.

(Decreto nº 3.622, de 26 de Março de 1900)

Expede novo Regulamento para a arrecadação dos impostos de consumo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo a que na execução do Regulamento expedido com o decreto n. 3.535, de 21 de dezembro de 1899, para a cobrança dos impostos de consumo, se reconheceu a necessidade de serem modificadas algumas de suas disposições, resolve que nessa mesma cobrança se observe o regulamento que a este acompanha.

Capital Federal, 26 de março de 1900, 12º da Republica. M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES. Joaquim Murtinho.

(Decreto nº 4.207, de 22 de Outubro de 1901)*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil. Decreta: Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 70:000\$, para ser despendido com a organização do serviço de propaganda do café nos Consulados, deduzida a dita somma da de 300:000\$, a cuja applicação se referem a lei nº 652, de 23 de novembro de 1899, art. 22, nº XIV, e a lei nº 746, de 29 de dezembro de 1900. Capital Federal, 22 de outubro de 1901, 13º da Republica. M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

(Decreto nº 4.592, de 13 de Outubro de 1902)*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização contida no art. 18, n. IV, da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, por conta da importancia de 300:000\$ a que se refere a citada disposição, o credito de 30:000\$, afim de ser applicado como auxilio á propaganda que a Sociedade Brasileira Exportadora de Café se propõe fazer do café do Brazil no estrangeiro. Capital Federal, 13 de outubro de 1902, 14º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES. Antonio Augusto da Silva.

(Decreto nº 4.675, de 13 de Novembro de 1902)*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização contida no art. 18, n. IV, da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901,

Decreta: Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, por conta da importancia de 300:000\$ a que se refere a citada disposição, o credito de 30:000\$, afim de ser applicado como auxilio á propaganda que a Sociedade Cooperativa União dos Lavradores de S. Paulo se propõe fazer do café do Brazil no

estrangeiro. Capital Federal, 13 de novembro de 1902, 14º da Republica. M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES. Antonio Augusto da Silva.

(Decreto nº 4.812, de 1º de Abril de 1903)*

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 50:000\$, para auxiliar ou promover, por intermedio da Sociedade Nacional de Agricultura, um concurso ou exposição de aparelhos destinados ás applicações industriaes do alcool, com o fim de vulgarizal-os no paiz.O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização constante do n. X do art. 22 da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1903, DECRETA: Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 50:000\$, para auxiliar ou promover, por intermedio da Sociedade Nacional de Agricultura, um concurso ou exposição de aparelhos destinados ás applicações industriaes do alcool, com o fim de vulgarizal-os no paiz, devendo a exposição realizar-se nesta Capital. Capital Federal, 1 de abril de 1903, 15º da Republica. FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES. Lauro Severiano Müller.

(Decreto nº 4.977, de 22 de Setembro de 1903)*

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 150:000\$ para auxiliar a Exposição Industrial de Aparelhos a Alcool, promovida pela Sociedade Nacional de Agricultura, nesta Capital.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização concedida pelo decreto legislativo n. 1053, desta data, resolve abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 150:000\$ para auxiliar, por intermedio da Sociedade Nacional de Agricultura, a Exposição Industrial de Aparelhos a Alcool, a realizar-se nesta Capital. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1903, 15º da Republica. FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES. Lauro Severiano Müller.

(Decreto nº 5142, de 27 de Fevereiro de 1904)*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização conferida no nº1 do art.4s da Constituição da Republica, resolve para execução do § 4º do art 1º da lei nº da lei n.1178, de 16 de janeiro do corrente ano, na parte relativa aos impostos de industrias e profissões, que se observe o regulamento que a este acompanha. Rio de Janeiro,27 de fevereiro de 1904,16º da República. FRANCISCO DE PAULO RODRIGUES ALVES. Nº 5142,Página,128 (146 .pdf)1904.

(Decreto nº 5553, de 10 de Junho de 1905)

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á necessidade de habilitar o Thesouro Federal com os recursos indispensaveis para occorrer, no vigente exercicio, ao augmento de despezas com o pagamento dos juros do emprestimo de tres milhões esterlinos (£ 3.000.000) a que se refere o decreto n. 5551, de 6 do corrente mez, contractado com os banqueiros N. M. Rothschild and Sons, de Londres, e autorizado pelo art. 2º, n. 4, primeira parte, da lei n. 1.313, de 30 de dezembro de 1904, e art. 7º, paragrapho unico, n. 4, da lei n. 3.314, de 16 de outubro de 1886,

Decreta:

Art. 1º Fica elevada a dous por cento (2 %), ouro, a taxa sobre o valor official da importação realisada pelo porto do Rio de Janeiro. Art. 2º A referida taxa de dous por cento (2 %), ouro, será arrecadada pela Alfandega desta Capital a partir de 15 do

corrente mez, e escripturada sob o titulo de «Renda com applicação especial - Obras do Porto do Rio de Janeiro»Rio de Janeiro, 10 de junho de 1905, 17º da Republica FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES. Leopoldo de Bulhões. Nº 5553,Página,346(364.pdf)1905.

(Decreto nº 6074, de 19 de Junho de 1906)*

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e obras Publicas o credito de 90:000\$ para ser applicado na propaganda de productos agricolas, industriaes e extractivos. O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 17 da lei n. 1453, de 30 de dezembro de 1905, decreta:Artigo único. Fica aberto ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 90:000\$ para ser applicado na propaganda de productos agricolas, industriaes e extractivos.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 1906, 18º da Republica.

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES. Lauro Severiano Müller. Nº 6074, Página,703 (731 .pdf),1906.

(Decreto nº 6079, de 30 de Junho de 1906)*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, no intuito de promover o desenvolvimento das relações commerciaes do Brazil com os Estados Unidos da America do Norte e considerando:

Que esse paiz é o maior importador do café, que nos seus mercados tem entrada livre de direitos;

Que o art. 6º da lei n. 1144, de 30 de dezembro de 1903, revigorado pelo art. 18 da lei n. 1452, de 30 de dezembro de 1905, autoriza o Governo a adoptar uma tarifa differencial para um ou mais generos de producção estrangeira, compensadora de concessões feitas a generos de producção brasileira;

Decreta: Art. 1º Dentro do vigente exercicio, a partir de 1 de julho vindouro, até 31 de dezembro, gosarão de uma redução de 20 % nos direitos de importação para consumo os seguintes artigos de producção dos Estados Unidos da America do Norte que tiverem entrada no Brazil: Farinha de trigo, Leite condensado, Manufacturas de borracha do art. 1023 da Tarifa. Relogios, Tintas do art. 173 da Tarifa, excepto tintas para escrever, Vernizes, Machinas de escrever, Caixas frigorificas. Pianos, Balanças, Moinhos de vento.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1906, 18º da Republica. FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES. Nº 6079,Página,705 (733 .pdf).

RELATÓRIOS MINISTERIAIS

(Relatório Ministerial da Indústria, Viação e Obras Públicas, 1898)*

Marcas de Fabricas e de Commercio.

O registro das marcas de fábrica e de commercio, quer nacionais, quer estrangeiras, continua a ser feito pelas juntas e inspectorias commerciaes, reorganizadas pelo decreto. 596 de 19 de julho de 1890. O direito que tem o industrial a essa forma de proteção legal para os seus produtos esta garantido pelas disposições da lei n.3346 de 14 de outubro de 1887, regulamentada pelo decreto n.2828 de 31 de dezembro do mesmo ano.

(Relatório Ministerial da Indústria, Viação e Obras Públicas, 1899)*

Muito depende do auxilio dos poderes públicos o desenvolvimento deste ramo de indústria (sericola), que encontra fortes elementos de existência em alguns dos Estados da União, favorecidos por condições climatológicas apropriadas.[..].

(Relatório Ministerial da Indústria, Viação e Obras Públicas, 1899)*

A indústria dos tecidos de seda tem-se desenvolvido em nosso paiz nos últimos anos, apresentando produtos de grande variedade e admirável perfeição, utilizando-se, porém, as diversas fábricas exclusivamente da matéria prima estrangeira.

Entretanto muitos dos nossos Estados, por suas condições climatológicas, análogas ás da Itália e Sul da França, se prestam perfeitamente á plantação e cultura da amoeira para criação do bombix, uma das mais fáceis e pouco dispendiosas e que pode ser feita a par de outras culturas.

Foi no intuito de animar a criação do bombix e a produção de seda que de acordo com os favores da lei, nº3396 de 24 de novembro de 1888 foram feitas as concessões constantes do decreto 10.183 de 9 de fevereiro de 1889 e decreto n.1118 de 1890.

(Relatório Ministerial da Agricultura, 1901)*

As condições anormais em que se encontram os diversos ramos da produção nacional, especialmente a indústria agrícola, que será sempre o principal fator da prosperidade do Brasil, reclamam instantaneamente providencias inadiáveis, umas dependentes do estímulo e da orientação das próprias classes productoras, outras que deverão emanar dos poderes constituídos do paiz, de modo a se conseguir debelar a actual crise econômica, ou pelo menos atenuar os seus defeitos.[..] Não basta entretanto vulgarizar o polycultura, adoptar as politicas mais racionais na exploração da propriedade rural, normalizando o trabalho, crear o credito agrícola, difundir o ensino profissional por meio de instituições apropriadas; é necessário também facilitar o transporte, desoprimir os diversos ramos da produção nacional dos onus e contribuições que sobre eles pesam, e sobretudo promover o conagraçamento da classe, para o que muito poderá contribuir a criação dos syndicatos agrícolas.

(Relatório Ministerial da Indústria, Viação e Obras Públicas, 1901)*

Muito depende do auxilio dos poderes públicos o desenvolvimento deste ramo de indústria, que encontra fortes condições climatologicas apropriadas. [..] A indústria de tecidos de seda, que já pode apresentar em nosso paiz produtos de grande variedade e admirável perfeição, com o emprego da matéria prima importada, obterá assim os recursos indispensáveis de independência e prosperidade.

(Relatório Ministerial da Indústria, Viação e Obras Públicas, 1902)*

Continúa a desenvolver-se sob os melhores auspícios a cultura bombix—mori, indústria fácil pouco dispensiosa, que encontra nas condições climatológicas de alguns Estados da União e na variedade das espécies de lepidópteros meio apropriado para prosperar. Nesse sentido devem convergirmos esforços sericolos, que precisam ser estimuladas pelos poderes públicos, não só por meio de prêmios, ser estimulados pelos poderes públicos, não só por meio de prêmios distribuídos aos maiores produtores, como de favores indirectos que permitam a aquisição e montagem das pequenas machinas, firmando-se de vez essa indústria, e a sua complementar, a da manufactura da seda, de modo a constituírem novas fontes de riqueza pública.

(Relatório Ministerial da Agricultura, 1903)*

Marcas de fábrica e de commercio.

Data de 1875 a instituição em nosso paiz de registro das marcas de fábrica e de commercio com o fim de assegurar ao industrial e ao negociante a autenticidade de seus produtos. As resoluções da Convenção para a Protecção da Propriedade Industrial, reunida em Pariz em 1883, a que adherira o Brazil. Deram ensejo á expedição da lei.n.3346 de 14 de outubro de 1887 e ai regulamento que baixou com o decreto n,2828 de 31 de dezembro do mesmo anno, que derogando o regimen de 1875, estabeleceram regras mais eficazes para a proteção industrial, instituído uma verdadeira medida de policia contra a fraude.

(Relatório Ministerial da Agricultura, 1903)*

A indústria sericola, geralmente, nas diversas zonas do pazi condições naturaes tão favoráveis ao seu desenvolvimento que poderá constituit em futuro próximo, um dos melhores ramos da exploração da atividade rural.

A facilidade que oferecem a criação do bicho de seda e a cultura da amoeira, constituem solidas garantias para a expansão dessa indústria, que sobre outras vantagens, não exige grande somma de braços e de capitães. Já é considerável a produção de casulos em alguns pontos que mais se avantajam nessa prometedora indústria e frequentemente fazem-se tentativas para preparar o fio em condições de ser exportado, trabalho que precisa de receber maior incremento, quer por iniciativa expontanea dos industriaes, quer com auxilio indirecto do governo da União e dos Estados.

(Relatório Ministerial da Agricultura, 1904)*

As disposições adoptadas em 1883 pela Convenção para propriedade Industrial, reunida naquele ano na cidade de Pariz, motivaram por parte do Brazil, que aderiu a Convenção de Berna, a expedição do decreto legislativo n.3346, de 14 de outubro de 1887, regulamentado pelo n.2747, de 17 de dezembro de 1897, que estabeleceu as regras para o registro de marcas de fabrica e de comercio em nosso paiz.

Na conformidade do decreto n.4858, de 3 de junho de 1903, que mandou observar e cumprir os dous atos adicionais sobre a proteção da Propriedade Industrial, firmados em Bruxellas em 11 de dezembro de 1900, se expediu no anno próximo findo o decreto n.5114, de 12 de janeiro, alterando a art.3º do regulamento de 17 de dezembro de 1897. Com o intuito de tornar mais definida a matéria da competência para o conhecimento das infracções da lei reguladora das garantias de marcas de industrias e do commercio, e de consolidar ao mesmo tempo as disposições anteriores sobre a matéria, foi promulgado o decreto legislativo n.1226, de 24 de setembro de 1904, que é o teor seguinte: Decreto n.1236 – de 24 de setembro de 1904 Modifica o decreto nº3336, de 14 de outubro de 1887. O presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil: Faço saber que o Congresso Nacional e eu sanciono a resolução seguinte:

Art.1º O industrial ou negociante tem o direito de assignalar as suas mercadorias ou produtos por meio de marcas especiaes.

Art.2º As marcas de indústria e de commercio podem consistir em tudo que esta lei prohiba e faça differenciar os objetos de outros idênticos ou semelhantes de provenciencia diversa. Qualquer nome, denominação necessária ou vulgar firma ou razão social e as letras ou cifras somente servirão para esse fim, revestido forma distinctiva. Paragrapho único. As marcas podem ser usadas tanto nos artigos diretamente, como sobre os recipientes ou evolutros dos ditos artigos.

Art.3º Para que seja garantido o uso exclusivo das ditas marcas, são indispensáveis o seu registro, deposito e publicidade, nos termos desta lei.

Art.4º E competente para registro a Junta ou a Inspeção Commercial da sede do estabelecimento ou do principal, quando mais de um da mesma espécie pertencerem a um só dono. Também é competente a Junta Commercial do Rio de Janeiro.1904.p21Agricultura.

(Relatório Ministerial da Agricultura, 1904)*

A indústria serícola encontra geralmente, nas diversas zonas do país condições naturais tão favoráveis ao seu desenvolvimento, que poderá constituir, em futuro próximo um dos melhores ramos de exploração da atividade rural.

A facilidade que oferecem a criação do bicho de seda e a cultura da amoreira, constituem sólidas garantias para a expansão dessa indústria, que sobre outras vantagens não exige grande somma de braços e de capitães.

Entregue aos seus próprios recursos, sem auxilio eficaz por parte dos poderes públicos, ella caminha com segurança para o destino que lhe é permitido, principalmente nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catharina, S.Paulo, Minas e Espirito Santo podendo alargar-se por todo nosso território. Na vigência da lei nº 3396, de 24 de novembro de 1888, foram feitas as concessões de diversos favores a empresas destinadas a desenvolver em grande escala a produção da seda e sua manufatura no país, subsistindo dentre ellas a de que é cessionária a Companhia Industrial de Seda e Ramie, conforme o decreto n.977, de 8 de novembro de 1890. P9.1904Agricultura.

(Relatório Ministerial da Industria, Viação e Obras Públicas, 1904)

Sr.Presidente da República.- A República dos Estados Unidos da América do Norte para comemorar o primeiro centenário da compra do território da Luiziania, resolveu organizar uma exposição universal na cidade de S. Luiz, Estado de Missouri, cuja inauguração fixada a principio para 1 de maio do corrente anno, conforme nota da Legação Americana junto ao nosso Governo, firmada de 16 de outubro de 1901, teve de ser, por motivos especiaes, transferida posteriormente para igual data no anno vindouro segundo outra comunicação da mesma Legação, expedida em 28 de novembro ultimo.

[..] A par de outras vantagens que por ventura possamos colher pela observação e estudo dos mais apurados trabalhos em todos os ramos da actividade humana, é certo que sendo bem dirigida e esmerada a nossa exhibição, poderemos tornar útil e proveitosa a propaganda sobre as riquezas naturais do país, de sua produção agrícola, principalmente a do café, neste instante tão depreciado nos mercados estrangeiros. Estas circumstancias bastariam para justificar o compromisso tomado pelo Brazil no sentido de concorrer á Exposição Universal de S. Luiz, ainda quando outros motivos ponderosos não viesse também influir na deliberação pela qual o Governo pelo Ministerio das Relações Exteriores assim entendeu dever corresponder ao convite recebido.p.17,1904, Industria, Viação e Obras Públicas.

(Relatório Ministerial da Fazenda, 1904)*

O Doutor Presidente do Estado de Minas Geraes, no exercício da faculdade conferida no art. 57 da Constituição do Estado:

Considerando que as industrias existentes no território mineiro reclamam, quanto a vários produtos, e na concorrência com os similares estrangeiros, o amparo dos poderes públicos. Considerando que um dos mais valiosos meios de proteção

industrial é o imposto de importação sobre o producto similar de procedência estrangeira; finalmente,

Considerando que é lícito aos Estados estabelecer taes impostos, desde que a sua renda reverta em favor dos cofres da União, nos termos do n. 4, §3º, do art. 9º da Constituição Federal, e usando da autorização contida no art. 14 da lei n. 393, de 19 de setembro de 1894, e observadas as restrições estabelecidas na Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica creada a taxa de 8ª o ad-valorem sobre a importação dos seguintes productos: manteiga, queijos e quaesquer productos de lacticínios, batatas, arroz, fructas secas e em conserva, toucinho e batata, carnes em conserva, cebolas e alhos, palha de cigarro, manilhas ou canos de barro, velas de stearina, pregos, pontas de Pariz e papel para embrulho.

Art. 2.º Comemoração a vigorar estas taxas a 1º de julho do corrente anno, revogadas as disposições em contrario.

O Secretario de Estado dos Negocios das Finanças assim o tenha entendido e faça executar. Palacio da Presidencia do Estado de Minas Geraes, em Bello Horizonte, 7 de junho de 1905 – Francisco Antonio de Salles – Antonio Carlos Ribeiro de Andrada. Fazenda. 1904, p. VIII a X.

(Relatório Ministerial da Fazenda, 1905)*

MARCAS DE FABRICA E DE COMMERCIO

Conforme consta em meu Relatório apresentando no anno passado, foi expedido em 24 de setembro de 1904, o decreto legislativo, sob o n. 1.236, com intuito de melhor dispor sobre as garantias de marcas de industrias e de commercio, consolidando ao mesmo tempo as disposições anteriores sobre o assunto.

Determinado o art. 36 do referido decreto n. 1.236 que fosse revisto pelo Governo o regulamento de 31 de dezembro findo. de acordo com as novas disposições da lei, se expediu, nessa conformidade, o decreto n. 5.424 de 10 de janeiro de 1905, que é do teor seguinte:

DECRETO N.5.424-DE 10 DE JANEIRO DE 1905

Approva o regulamento para execução da lei n. 1.236, de 24 de setembro de 1904, sobre marcas de fabrica e de commercio.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Bazil, usando da atribuição a que lhe confere o art. 48, n1 da Constituição Federal e da autorização do art. 36 do decreto n. 1.236, de 24 de setembro de 1904, resolve aprovar o regulamento que com este baixa, assignado pelo Ministro da Industria, Viação e Obras Públicas, para fiel execução da lei referente a marcas de fabrica e de commercio. Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1905, 17º da República. Francisco de Paula Rodrigues Alves. Lauro Severiano Muller. P18, 19, 1905.

(Relatório Ministerial da Fazenda; 1905)*

[..] É certo que o melhoramento progressivo do meio circulante, alterando o nível dos preços, perturba de algum modo a produção, mas além de efêmera e transitória, tal perturbação só afecta mais acentuadamente os interesses de uma classe – a da lavoura.

Por isso mesmo só desses interesses surge a opposição a essa politica que se revelou tão proveitosa á Nação inteira.

E será em nome de toda a lavoura que se pede o abandono das boas doutrinas, que não são novas, que estão consagradas pela autoridade dos mestres e pela experiência das nações que zelam o seu credito?

Não, é só em nome da lavoura do café, nem mesmo de toda a lavoura do café, mas daquella que por factos que não importa esmerilhar se deixou envolver em compromissos que lhe não permita prescindir do auxilio oficial.

Ninguém dirá que seja razoável e justo o sobreporem-se os interesses da reduzida fracção de uma classe aos de todo um paiz, principalmente si atendermos a que pretensa lesão desses interesses não passa de errônea compreensão dos fenômenos econômicos. Com efeito si a valorização da moeda influe sobre os preços, essa influencia se exerce de modo geral, compreendendo o preço de todas a utilidades, desta arte e redenção do preço do café, encontra compensação na do preço do trabalho, das machinas dos utensílios e de todas as despesas de produções e mesma na das despesas pessoases do produtor. Acresce que como demonstram as estatísticas entre a elevação do cambio e o preço do café não há sempre a relação inversa necessária afirmada pelos propugnadores da fixação da taxa cambial, há muitas vezes uma relação directa como se verificou nos últimos anos: - em 1902 a media do cambio foi 11% e o preço médio do café foi 4\$902 em 1903 tivemos cambio a 12, café a 5\$000,- em 1904, cambio a 12%, café a 6\$365. E mais natural que o preço do café obedeça como o da borracha e de todas as mercadorias, á lei geral da oferta e da procura. Não seria risível afirmar-se que a baixa do cambio, reveladora de enfraquecimento da produção? Que da depreciação da moeda, symptoma inequivoco de decadência econômica e de descredito publico, pudesse surgir o florescimento das industrias e a riqueza nacional? Entretanto a essas consequências levam fatalmente as doutrinas apregoadas por aquelles que combatem a politica financeira dominante. Fazenda, 1905, p. VI e VII.

(Relatório Ministerial da Fazenda, 1906)

A crise econômica é a expressão, não de uma decadência no trabalho nacional, mas de uma degradação econômica, consequente à aplicação viciosa desse trabalho na produção de um gênero excessivo no mercado.

A crise financeira depende, por sua vez, não tanto da diminuição das rendas do Estado, mas da redução de valor da unidade dessa massa. Esta redução é por seu turno, a consequência econômica, logica e forçada da produção exagerada do meio circulante em relação ao valor real da circulação.

A crise financeira é, pois, não a expressão de uma grande decadência nas fontes de renda do Estado, mas do regimen, que produzia superabundância do papel-moeda no mercado. As duas crises são perfeitamente semelhantes em sua expressão geral: superabundância do café em relação ao consumo; superabundância do papel-moeda em relação ao valor da circulação; abaixamento do preço do café; abaixamento do preço do papel; redução do valor total das rendas do Estado.

Reduzir a produção do café e aumentar o seu consumo, reduzir a massa do papel em curso e aumentar o valor das exportações, eram os remédios indicados.

Reduzir o resgate uma pequena parte do papel-moeda circulante; a retirada que se projecta de uma parte da produção do café reduzirá o stock e valorizará a exportação –apressando assim a solução que, mais lentamente e com incalculáveis sacrificios, se viria a ter como efeito necessário das leis naturaes.

Para o resgate progressivo do papel, a nação acumula fundos; para a operação comercial, que consiste na retirada dos excessos do stock do café, é necessário capital consideravel, que os governos signatários do convenio terão de obter or meio de operação de credito já legalmente autorizada.

Tratando-se do empréstimo externo, calculando em somma de grande vulto, era natural que se contasse com a influencia perturbadora que essa caudal de ouro viria

trazer ao nosso mercado monetário, determinando provavelmente súbita elevação das taxas cambiais – o que muito dificilmente se evitaria, fosse qual fosse o mecanismo escolhido para reduzir as novas somas na nossa circulação.p.VIII a X.1906.

(Relatório Ministerial da Fazenda, 1906)*

A lavoura não precisa de cambio baixo, é um não senso atribuir-lhe a aspiração de desvalorizar a moeda para valorizar os produtos.

Nem a alta nem a baixa podem constituir um bem em absoluto para o Estado ou para a lavoura, Mas o que é em absoluto um mal é a oscilação permanente de valores, é esse mecanismo subtil e irrefreivel do cambio entre nós, cujos movimentos desordenados uma respeitável associação chamou expressivamente de dança das taxas.

O que a lavoura precisa, como precisam o commercio, a indústria e todas as forças productoras da nação é libertar o trabalho dessa insegurança enervante que decorre como efeito necessário das flutuações cambiais.

Apregoaram todos os governos a necessidade indeclinável de estabilizar o valor da moeda e ainda, no seu relatório do anno findo, muito bem disse o Sr. Ministro da Fazenda:

Sem a estabilidade do valor da moeda a produção não se pode desenvolver as oscilações dos preços das machinas da matéria prima, dos lubrificantes, do combistivel dos salários deixam incertas e sobresaltadas todas as industrias, o commercio, á falta de base claudica, desfalece, victima das eventualidades, a atividade de cada um entorpece e todo trabalho torna-se aleatório.Fazenda 1906,p.XVI.

(Relatório Ministerial da Fazenda, 1906)

Acudindo a uma necessidade que, dia a dia se tornava mais patente e reclamava uma medida imediata e enérgica, os presidentes dos Estados de S.Paulo, Minas Geraes e Rio de Janeiro assignaram, a 26 de fevereiro de 1906, o Convênio de Taubaté e a 4 de junho do mesmo anno as modificações e aditamento respectivos, actos esses que foram aprovados pelo Congresso Federal.

Posto em execução na praça de Santos em dezembro em 1906 e na do Rio de Janeiro de 1907, o Convenio de Taubate, que é a intervenção dos Estados no sentido de alcançar um preço remunerador á produção, obedece ao seguinte decreto: DECRETO N.1489 -6 DE AGOSTO DE 1906.

(Relatório Ministerial da Fazenda, 1906)

Approva o convenio realizado pelos Presidentes dos Estados de S.Paulo, Rio de Janeiro e Minas Geraes em 26 de fevereiro, com as modificações constantes de acordo firmado pelos mesmos Presidentes em 4 de julho do corrente anno.O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art.1.º E aprovado o convenio realizado em 26 de fevereiro do corrente anno pelos Presidentes dos Estados de S.Paulo, Rio de Janeiro e Minas Geraes,4 de Julho do mesmo anno. Exclue-se desta aprovação a clausula referente a caixa de emissão ouro e converção, cuja creação fica dependente de resolução do Congresso Nacional.

Art.2.º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de janeiro, 6 de agosto de 1906, 18º da República.1906.p.103.

**ARENA LEGISLATIVA
ATOS DO PODER LEGISLATIVO**

(Lei nº 580, 19 de Julho de 1899)*

Autoriza a venda, a prazo, das estampilhas necessarias para que sejam selladas desde já as mercadorias que os fabricantes e mercadores, attingidos pelos impostos de consumo, tiverem em deposito.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil: Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a vender, a prazo, aos fabricantes e mercadores attingidos pelos impostos de consumo constantes da lei n.559, de 31 de dezembro de 1898, que o requererem, as estampilhas necessarias para serem selladas desde já as mercadorias que tiverem em deposito na data desta lei, mediante as condições seguintes:

§ 1.º Os fabricantes e mercadores que quizerem aproveitar do beneficio desta lei, juntarão ao seu requerimento uma declaração autentica da natureza, quantidade e valor das mercadorias que tiverem em deposito e da somma em estampilhas pela qual se constituem devedores á Fazenda Nacional. Esta declaração ficará averbada na repartição fiscal competente.

§ 2.º As estampilhas lhes serão fornecidas mediante assignatura de um termo de deposito.

§ 3.º O pagamento da somma devida será feito por quotas mensaes cobraveis até o dia 10 de cada mez, de modo que a 31 de dezembro do corrente anno esteja este integralmente effectuado.

No caso em que, até o dia 10 de cada mez, a quota devida não seja paga, reputar-se-hão vencidas todas as restantes e proceder-se-há a conbrança executiva.

Art. 2.º Ficam isentas do imposto de consumo as mercadorias a que se refere o § 29 do art. 2.º da actual tarifa em vigor.

Art. 3.º Os fiscaes especiaes dos impostos de consumo serão nomeados pelo Ministro da fazenda independente de proposta.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de julho de 1899, 11.º da Republica.

M. Ferraz de Campos Salles

Joaquim D. Murtinho.

(Decreto nº 692, 24 de setembro de 1900)*

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 35:556\$418, afim de ser applicado ao pagamento das despesas da commissão de estudos da Estrada de Ferro de Catalão a cuyabá. O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 35:556\$418, afim de ser applicado ao pagamento das despesas da commissão de estudos da Estrada de Ferro de Catalão a Cuyabá, sendo 26:357\$998 destinados aos vencimentos do pessoal tecnico e 9:198\$420 para liquidação das contas dos fornecedores de material; fazendo-se as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario. Capital Federal, 24 de setembro de 1900, 12º da Republica. M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES Alfredo Maia.

(Decreto nº 766, 18 de junho de 1901)*

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito preciso para pagamento do que for devido a Gustavo Saboya & Comp. em virtude de sentença do Supremo Tribunal Federal

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução: Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario da quantia, que necessario for para cumprir a sentença do Supremo Tribunal Federal, que condemnou a Fazenda Federal a pagar a Gustavo Saboya & Comp. a quantia de 11:636\$490, juros e custas, proveniente do imposto a mais pago á Alfandega do Rio de Janeiro pela importação de sal em 1896; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 18 de junho de 1901, 13º da Republica.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES Joaquim Murtinho.

(Decreto nº 1.041, 11 de setembro de 1903)*

Autoriza o Governo a conceder isenção de imposto, dentro do periodo de um anno, á Companhia Estrada de Ferro Leopoldina, para o material que importar e for indispensavel para a reparação de suas linhas, augmento e melhoria do trafego.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução: Art. 1º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder isenção de imposto, dentro do periodo de um anno, á Companhia Estrada de Ferro Leopoldina, para o material que importar e for indispensavel para a reparação actual de suas linhas e augmento e melhoria do trafego, mediante lista apresentada ao Thesouro e approvada pelo Ministro da Fazenda, depois de ouvido o Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, e sómente para os objectos que não tiverem similar na producção nacional. Entre os serviços de reparação das linhas, augmento e melhoria do trafego, a Companhia incluirá o melhoramento do trafego de Friburgo e do ramal do Sumidouro.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrario. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1903, 15º da Republica. FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES. Leopoldo de Bulhões.

(Decreto nº 1185, 11 de junho de 1904)*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' livre de quaesquer impostos da União ou dos Estados e Municipios, a contar da data da execução desta lei, o intercurso das mercadorias nacionaes ou estrangeiras, quando objecto do commercio dos Estados entre si e com o Districto Federal, quer por via maritima, quer por via terrestre ou fluvial. Paragrapho unico. Exceptua-se desta disposição o imposto autorizado pelo art. 9º, n. 1, da Constituição Federal.

Art. 2º Salvo o disposto no n. 4 e no § 3º do art. 9º da Constituição Federal, só é licito aos Estados estabelecer taxas ou tributos que, sob qualquer denominação, incidam sobre as mercadorias estrangeiras ou sobre as nacionaes de producção de outros Estados, quando concorrerem as seguintes condições:

1ª, que uma ou outras mercadorias já constituam objecto do commercio interno do Estado e se achem assim incorporadas ao acervo de suas proprias riquezas;

2ª, que as taxas ou tributos estabelecidos incidam tambem, com a mais completa igualdade, sobre as mercadorias similares de producção do Estado.

Art. 3º As mercadorias estrangeiras ou nacionaes que não tiverem similares na producção do Estado, só poderão por este ser taxadas ou tributadas, quando constituirem objecto de commercio a retalho ou depois de vendidas pelo importador.

Art. 4º Os municipios, igualmente, só poderão taxar ou tributar as mercadorias estrangeiras ou as nacionaes produzidas por outros municipios do mesmo ou de differente Estado, si, em relação a elles, se verificarem todas as condições estabelecidas para os Estados, nos arts. 2º e 3º desta lei.

Art. 5º Compete aos juizes federaes conceder mandado de manutenção ou prohibitorio em favor do possuidor de mercadorias estrangeiras ou nacionaes, que for turbado ou ameaçado na sua posse, em consecuencia de dispositivo da lei estadual ou municipal que estabeleça impostos fóra das condições da presente lei.

Art. 6º Os mandados de que trata o artigo antecedente serão expedidos, dentro de 24 horas da apresentação dos requerimentos e intimados ao exactor e ao funcionario que tiver attribuição de representar, em juizo, o Estado ou Municipio.

Art. 7º Contra esses mandados só são admissiveis os embargos de falsidade do allegado. Art. 8º Os embargos a que se refere o artigo antecedente devem ser apresentados até tres dias depois da intimação do mandado ao funcionario que tiver attribuição de representar, em juizo, o Estado ou Municipio, e, na falta ou ausencia desse funcionario até tres dias depois da intimação, ao exactor. Fóra desse prazo não serão recebidos.

Art. 9º Findo o prazo do artigo antecedente, com os embargos ou sem elles, serão os autos conclusos ao juiz, que dentro de tres dias, pronunciará a sua sentença confirmando ou annullando o mandado.

Art. 10. A sentença confirmatoria produzirá todos os seus efeitos, que não se suspenderão, ainda que o Estado ou municipio proponha acção petitoria, perante a justiça federal, nos termos do art. 60, lettra a da Constituição Federal, para haver a importancia da taxa ou do imposto impugnado.

Art. 11. A presente lei entrará em execução em toda a União, da data da expedição do respectivo regulamento.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrario. Rio de Janeiro, 11 de junho de 1904, 16º da Republica. FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES. Leopoldo de Bulhões. Nº 1185, Pág: 2799, 1904.

(Decreto nº 1354, 22 de junho de 1905)*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil: Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução: Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 225:000\$ para pagamento a Schustz Vereinigung, de *debentures* do emprestimo contrahido na Allemanha pela Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas, devendo o Thesouro escripturar a referida quantia como despeza realizada e, ao mesmo tempo, como receita de depositos. Rio de Janeiro, 22 de julho de 1905, 17º da Republica. FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES. Leopoldo de Bulhões.

(Decreto nº 1532, 31 de dezembro de 1906)

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil: Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução: Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 66:000\$, ouro, para pagamento dos juros de 6 % ao anno, devidos á Companhia Estrada de Ferro Victoria

a Minas, no periodo de 1 de fevereiro a 31 de dezembro de 1902; revogadas as disposições em contrario. Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1906, 18º da Republica. FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES. Lauro Severiano Müller. DECRETO Nº 1.532, DE 16 DE OUTUBRO DE 1906.

ANAIS DO SENADO

(Discurso do Senador Leite e Oiticica. 6 de Dezembro de 1898.p.69-72 L.3)

“Para que se exija do Congresso que não suspeite a sua lei orçamentária, porque uma vez conhecida a despeza, uma vez sabendo-se que é dinheiro que se há de gastar,não há razão para que a lei do orçamento não consigne esse dispêndio.[...]Assim como orçamento deste ministério vae acontecer o mesmo que provavelmente se dará com o projecto da receita em discussão na Camara dos Deputados, no qual se fala em uma receita de 326.000:000\$, quando nós podemos afiançar desde hoje que ella não chegara lá.

O Sr. Leite e Oiticica – Sinto Sr.Presidente que não ter vindo prompto para discutir esta questão, porque eu o demonstraria. Mas vamis adeante.Quer. V.Ex. sabr qual foi o resultado? Abriram-se os portos do Brazil á indústria estrangeira, prejudicando a indústria nacional, impossibilitando-a de desenvolver-se matando-a. Pretendia –se com isso aumentar as rendas do Thesouro, mas o que aconteceu? A importação aumentou e as rendas diminuíram: e quando os honrados Senadores calculavam a importação em 22.000.000\$ esta não chega a 210.000:000\$000”.

(Projeto,1899, p.714)

XII.A abrir o crédito para ocorrer ao pagamento das diferenças que em seus vencimentos soffreram os conductores de 1º e 3º classes da Estrada de Ferro Central do Brazil durante o exercício de 1897.

XVI. A despender até a quantia de 300:000\$ com a propaganda do consumo do café no estrangeiro.

Está autorização só se fará effectiva no caso em que os Estados de S.Paulo, Minas, Rio de Janeiro, Espirito Santo e Bahia concorram para o mesmo fim, pelo menos, com dous centésimos da renda que arrecadarem do imposto de exportação do café.

(Discurso do Senador Lauro Muller,1900. p. 484.L.3)*

“Só prégou o livre cambio, depois que suas minas de carvão e de ferro dominaram a industria fabril, quando a sua produção agricola não bastou á sua alimentação e era preciso tel-a barato. Os Estados que por so acharem nas mesmas condições a imitaram, tiveram tristes resultados. Como estes exemplos não quer o orador pedir para o Brazil uma tarifa Mac-Kinley, mas impetrar do Senado a conservação das industrias existentes no paiz. Já temos lição na pratica de reducção dos direitos sobre os cereaes. A lavoura nada ganhou com essa reducção, perdeu essa produção e o paiz teve de pagar annualmente mais de 100.00:000\$ no exterior por cereaes importados pesando nas taxas de cambio”.

Ano: 1900; Página: 484,L3; Autor: Lauro Muller; Mecanismo: discurso; Tema: Ajuste Cambial; Setor: Café (lavoura) e Indústria; Comissão: Orçamento. [Do início da página ao fim da fala do senador, quando o presidente da casa toma a palavra]”.

(Parecer, 1900. p. 244.L3)*

O Governo, que por intermédio dos directores e fiscaes acompanha incessantemente o movimento das estradas de ferro, precisa da faculdade de pezar e atender em momento dado ás solicitações de aumento ou diminuição das tarifas, cujo bom êxito quase sempre depende da oportunidade do acto, considerando de um lado os interesses da União no que concerne ás estradas por ella administradas ou arrendadas e do outro ás razões expostas pelas companhias concessionárias nos termos dos respectivos contractos.

A Comissão de Finanças está também de acordo com o Governo sobre a manutenção da praxe, nunca interrompida, do ser o Poder Executivo investido da faculdade de alterar as tarifas das estradas de ferro, o que de nenhuma forma tem sido prejudicial ao serviço férreo do paiz. Por esse motivo é a Comissão de Finanças de parecer que aludida proposição não seja aprovada pelo Senado, Sala de Comissões- sessão 111. N°158.

(Projeto referente à Tarifa, 1902, p. 434.L3.)*

Ficam uniformizados na linha do centro do norte desta estrada, pela taxa menor, em vigor todos os gêneros de produção nacional.

Nesta disposição não se compreendem a tarifa vigente sobre o café, da estação do norte para a marítima. – Gonçalves Chaves.

Fica reduzida de 10% a taxa actual sobre o café na linha do centro e na paulista da mesma estrada, exceção feita da estação do norte.

A tarifa actual sobre o milho (400 réis por sacco de 62 ½ kilos) na Estrada de Ferro Central do Brazil, applica-se a todos os outros cereais.

(Discurso do Senador Gonçalves Chaves, 11 de Dezembro de 1902.p.345.L.3)*

“Nesses Estados, digo, principalmente nos de Minas e Rio de Janeiro, a crise do café ainda tem outras causas. E assim que, além do excesso que se verifica na massa geral da produção de café em Minas e Rio de Janeiro, há a considerar mais a pouca produção, a escassez de produção devida a infertilidade e cansaço das terras, há ainda o exagero inconcebível dos fretes, das tarifas da Estrada Central (Não me refiro as estradas particulares, que estabelecem tarifas mais altas). Tem sido objecto de reclamações constantes de meu Estado, do seu Governo a especialmente, nestes últimos tempos, da Associação Commercial de Minas, que há bem merecido do Estado pelos esforços patrióticos que emprega ara servir ao seu commercio e á industria, tem sido objecto, digo ou de reclamações constantes esse exagero de tarifas”.

(Discurso do Senador Gonçalves Chaves, 19 de Dezembro de 1902.p.561.L.3)*

“[...] A tarifa não deve ser imutável, mas também não é uma lei annual, é uma lei destinada ter alguma duração, é uma lei que interessa ao commercio universal, é preciso que os fabricantes dos paizes em relações comerciais com o Brasil, conheçam-na em tempo, afim de poder enviar ao nosso mercado os seus produtos”.

(Debate entre Senador Barata Ribeiro e Rosa e Silva,1905.p.565.L.4)*

Debate sobre o qual julgam-se os senadores Sr. Rosa e Silva, Sr.David Campista, Barata Ribeiro e Alfredo Ellis ser necessária ou não a aprovação do Convenio de Taubaté pelo Congresso e a sua ligação com a Caixa de Conversão.

O Sr. Rosa e Silva referindo-se ao Presidente do Senado afirma:

[..]O Sr. Rosa Silva – Eis as palavras do Sr.David Campista: Antes de tudo devo ponderar... como já tive ocasião de fazer, que a medida solicitada pelos Estados contractantes é simplesmente uma formalidade legal da aprovação do Convenio, nada exigindo da Uniao, como sacrificio nem como acção directa, auxílio de qualquer ordem. Por estas declarações so ilustre relator da Camara dos Deputados de vê que o projecto não visa, como honrado Senador acaba de declarar da tribuna so Senado, o endosso da União ao empréstimo.

[..]O Sr. Rosa Silva - Sr. Presidente, todos nós sabemos exactamente do contrario, todos nós vimos que com surpresa gera, a valorização do café se ligou a questão da caixa de conversão. Esta veio como parte integrante do Convenio e si não fora a Caixa de Conversão, o Convenio não teria submetido ao Congresso.

[..] O Sr. Barata Ribeiro ... quando comete ainda hoje um erro gravíssimo em se dizer que há crise a baixa do preço do café. No café o que há é crise de lavradores, mas não é com auxílio dado ao café que havemos de conjura-la, e sim com o movimento geral do paiz, que julgue dos elementos que concorrem para a depreciação, para o desequilíbrio do nosso produto na concorrência e que lhe de força para vence-la”.

(Diálogo entre Senador Muniz Freire e Pinheiro Machado,1906, p. 217.L.4)*

Dialogo entre os Sr. Muniz Freire e Pinheiro Machado dirigindo-se ao Senhor Presidente do Senado.

“Há, Sr. Presidente, uma objecção aparentemente importante que convem examinar oposta pelos partidários da valorização gradual do papel moeda, em relação ao uso do fundo de garantia.

[..]O fundo de garantia dizem elles é uma reserva destinada a actuar como força potencial, para não só elevar o cambio até a taxa de 24.d ou a de 27.d como para dar-lhe estabilidade posterior em uma dessas taxas.P217.L4.1906”.

(Constatação feita pela Comissão de Finanças. 1906. p.232.L.4)*

Julga a Comissão de Finanças que a caixa de conversão é em si um aparelho dotado de força suficiente para conter a subida do cambio acima da taxa de 15.L4.P232.1906.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

(Discurso de Barros Franco Junior, 22 de julho de 1898, p. 408)*

“De certo a Camara não desconhece a gravidade de toda a crise que actualmente peza sobre a cultura e producção de café entre nós”.

Deixarei de expor o que tinha a dizer relativamente a este assumpto e pedirei licença apra simplesmente apresentar á Camara um requerimento de informações que não podiam ser prestadas ao Congresso immediatamente, que só virão a elle na sessão do anno vindouro, e só então é que a Camara poderá, de accordo com os documentos que lhe forem fornecidos, relativamente a esta questão, examinar a crise de que venho falar.

Então, Sr. Presidente, a Camara, a quem já peço a aprovação do meu requerimento, poderá providenciar no sentido de dar maior desenvolvimento a estas culturas e producções, e ao mesmo tempo, por intermedio dos nossos consulados e legações no estrangeiro, fornecer dados relativamente á cultura do café, que começa a ser desenvolvida em diversos paizes, que diariamente são citados como futuros competidores dessa nossa producção.

Sem que a Camara se ache de posse desses documentos, dados estatísticos que lhe serão fornecidos por intermedio dos nossos consulados e legações, não poderá avaliar dessa crise dessa futura produção”.

(Discurso de Coelho Cintra, 28 de Julho de 1898.p.506)

“Agradece a fineza do nobre Deputado pela Capital Federal e lembra uma indicação que há tempos apresentou para que a comissão de Constituição, Legislação e Justiça desse parecer sobre a constitucionalidade de uma disposição de lei orçamentária do Estado de Pernambuco que taxava as mercadorias importadas, procedentes de outros Estados. A comissão deste anno, que deveria ter tomado conhecimento deles desde logo, a fim de acabar com a anarquia constitucional que esta produzindo um imposto. A associação comercial de Pernambuco honrou o orador com um telegrama pedindo que solicite da Camara um telegrama pedindo que solicite da Camara uma medida que ponha termo a essa guerra de tarifas entre os Estados, com graves prejuízos para a indústria nacional e com perfeito menoscabo ás disposições constitucionais no art 7º”.

(Discurso de Elias Fausto, 18 de Outubro de 1900.p.516,517)*

“O Sr. Elias Fausto – Venho apresentar á consideração da Camara dos Srs. Deputados um projecto de lei. Elaborado pela Comissão de Orçamento, que se prende a questão bancaria, na parte que diz respeito ás operações de cambio e moeda estrangeira. Não foi, Sr. Presidente, a crise bancaria que atravessou o paiz e que determinou a suspensão do pagamento de cheques em alguns estabelecimentos de credito, que motivou a apresentação desde projecto. Entendi sempre que uma lei, no sentido de reprimir a especulação desenfreada que sobre o cambio se fazia, era uma medida necessária e possível, nesse intuito combinou, em fins da ultima legislatura, com o meu amigo e companheiro de bancada Dr. Bueno de Andrada, formular um projecto que deveria ser apresentado no decurso desta legislatura. Como porem, o voto generoso dos representantes da Nação, nesta Casa do Congresso, me designasse para ocupar um posto na Comissão de Orçamento, entendi, de acordo com aquelle amigo e ilustre Deputado, que melhor seria que o projecto tivesse seu inicio no seio da Comissão. Levada ao conhecimento desta a necessidade da medida lembrada, verifiquei que a mesma idea predominava na maioria de seus membros. Assim, e porque um projecto apresentado por uma comissão é sempre um terço a menos das dificuldades para o seu regular caminharmento na Camara, resolvi sujeitar ao seu estudo e deliberação o projecto que, emendado e retocado, ora tenho a honra de apresentar á Camara”.

(Discurso de Rivadavia Corrêa, 11 de outubro de 1901, p. 113)*

“Estudando a crise do café para saber porque o nosso principal producto soffreu baixa tão accentuada, repentinamente, a ponto de não compensar os sacrificios e trabalhos da lavoura, sempre pensou o orador que o motivo deste phenomeno não estava na execução da lei economica da procura e da offerta; pensava que um phenomeno estranho se tem introduzindo para desviar o curso normal desta lei”.

(Discurso de Alvaro de Carvalho, 29 de Maio de 1905.p.118)

“Sr. Presidente o Centro de Fiação e Tecelagem de Algodão de S. Paulo, envia a esta Camara uma representação pedindo medidas urgentes para o mal de que esta ameaçada em consequência da alta rápida do cambio. Requeiro a V. Ex que fala publicar a representação no Diario do Congresso e que a faça chegar ás mãos da

Comissão de Finanças. Consultada a Camara aprova o pedido de publicação feito pelo Sr. Alvaro de Carvalho”.

(Discurso de Fransisco Bernardino, 10 de Agosto de 1906.p.93)*

“Sr. Presidente, pedi a palavra para enviar á Mesa uma representação dos lavradores e comerciantes do districto de Agua Limpa, municipio de Huiz de Fora, Estado de Minas Geraes, em que pedem ao Congresso Nacional e a decretação de medidas a bem da defesa e da proteção dos interesses da lavoura e do commercio. Requeiro a V. Ex. se digne consultar a Camara si consente na publicação da representação no jornal da Casa”.

(Discurso de Francisco Bernardino, 18 de Agosto de 1906, p. 433 - 444)*

“A primeira necessidade para o desenvolvimento e o progresso de um paiz é a abundancia da moeda; e eu já assignalei que os paizes prosperos teem a circulação farta. Em contraste vemos que a falta de moeda corresponde fiel e constantemente ás privações e misérias [...] Sr. Presidente, pedi a palavra para apresentar á consideração da Camara um projecto, que consulta interesses da actualidade e encerra matéria da maior relevância, como se pode ajuizar pela inscrição do mesmo projecto, que trata de providenciar sobre os serviço dos câmbios, a defesa da produção, o regimen das emissões e o credito agrícola”.

(Discurso de Serzedelo Correia, 30 de Agosto de 1906.p.671)

“De todos os assumptos submetidos ao estudo e a deliberação desta Camara nenhum há que tenha tido ou possa ter em solução aos destinos do paiz. Maior alcance ou maior importância. Trata-se de um projecto de lei referente á moeda, trata-se de uma lei que, si não vem abrir o cunho forçado em que temos vivido e vivemos, deve preparar o terreno, para regeneração de nosso meio circulante, para o advento da moeda metálica, que assegure a nossa independência econômica, que nos dará nas permutas internacionais e assistência financeira, que em todos os mercados do mundo devem ter os nossos títulos de credito, que acabara, emfim, a exploração que sofremos no suor de nosso trabalho pelos mais fortes ou pelos mais bem aparelhados. O assumpto é de relevância excepcional o revolve os fundamentos de toda ordem econômica”.